

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

FELIPE RODRIGUES SISTON

PESQUISADOR ERRANTE

Comunicação ao Des-envolvimento

RIO DE JANEIRO

2019



UFRJ

PESQUISADOR ERRANTE:

Comunicação ao Des-envolvimento

Felipe Rodrigues Siston

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Comunicação e Cultura.

Orientador: Márcio Tavares d'Amaral

Rio de Janeiro

Abril de 2019

## CIP - Catalogação na Publicação

S622p            Siston, Felipe Rodrigues            Pesquisador  
Errante: Comunicação ao Desenvolvimento /  
Felipe Rodrigues Siston. -- Rio de Janeiro, 2019.  
274 f.

Orientador: Márcio Tavares d' Amaral.  
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de  
Janeiro, Escola da Comunicação, Programa de Pós  
Graduação em Comunicação, 2019.

1. Comunicação. 2. Desenvolvimento. 3. Cuidado.  
I. Amaral, Márcio Tavares d', orient. II. Título.

PESQUISADOR ERRANTE: Comunicação ao Des-envolvimento


Felipe Rodrigues Siston

Orientador Márcio Tavares d'Amaral

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura (Mídias e Mediações), Escola de Comunicação (ECO), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Comunicação e Cultura.


Aprovada em

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2019

  
-----  
Marcio Tavares D'Amaral (Orientador e Presidente)

  
-----  
Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (Examinador)

  
-----  
Paulo Roberto Gibaldi Vaz (Examinador)

  
-----  
Abrahao de Oliveira Santos (Examinador)

  
-----  
João Roberto Lopes Pinto (Examinador)

Em memória ao papo reto de avó e neto

à Nely e à Maria; aos filhos delas

Jorge e Terezinha.

## AGRADECIMENTOS

Há Mistério para guiar até os mais loucos. A Ele agradeço por me perder e me achar. Agradeço aos meus pais por errarem comigo em meu resgate quando foi preciso atravessar oceano Atlântico. Aos funcionários da embaixada brasileira em Praga, aos vários médicos que conheci lá, aos amigos que me visitaram e os que fiz internado. Agradeço também aos que estiveram comigo nos momentos de maior loucura desassistida, suportando meus delírios e a falta de sensatez que por mais de uma vez me fizeram andar à beira de me perder por completo. Graças aos acasos é que nos achamos aqui uma, duas, três ou tantas vezes seja necessário. À força dos encontros, sou grato.

Agradeço em seguida ao meu orientador, o professor Márcio Tavares d'Amaral, por toda a paciência em me ouvir nas variações de humor entre os momentos depressivos e maníacos, especialmente a partir do meu retorno ao Brasil. Por receber a mim e aos meus pais em sua casa. Por vir até o meu território de vizinhança no Engenho do Mato, em Niterói, participar da primeira exposição pública, comunitária, orientada pela minha decisão de refletir de modo franco e aberto com a loucura. E as observações ao texto: quase trezentas, em idas e vindas que hoje me fazem sentir orgulho do percurso trilhado e das amizades intelectuais e afetivas construídas. Obrigado pelos ombros de gigante. Sou grato também aos professores do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da UFRJ, pela inspiração ao pensamento mas também à imaginação. A indicação para Doutorando Nota Dez e o apoio financeiro nos dois últimos anos do doutorado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) foram decisivos para que chegássemos até aqui. Estendo esse agradecimento a todos os funcionários que nos apoiaram nas burocracias necessárias. E também aos professores que aceitaram nosso convite às bancas de qualificação e defesa final.

Não posso deixar de agradecer mais uma vez a todos com quem trabalhei no Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), onde fui inspirado pela dimensão do sonho, como diria Hebert de Souza, o Betinho, e por um sentido renovado de cidadania. Foi lá que me deparei pela primeira vez com os temas que serviriam de inspiração para esta tese. Agradeço também a todos os que foram membros da Plataforma BNDES e aos demais membros do laboratório ETTERN; a todos os que se dedicam a monitorar os projetos financiados pelo BNDES.

Agradeço aos colegas que fiz ao longo desta nova jornada de pesquisa e que me auxiliaram com a troca de ideias e questionamentos. Foram muitos. Alguns deles vizinhos. A maioria organizada em grupos de *whatsapp*. Novos e antigos amigos, pesquisadores e familiares, todos discutimos em um seminário o nosso trabalho em versão preliminar. Agradeço em especial à banca informal que leu o trabalho e contribuiu de maneira significativa à versão final: a minha parceira Paula Sabbo Bernardo, a Maria Elisa Pimentel, a Janine Figueiredo de Souza Justen e a Iohana Brito de Freitas, que teve especial participação na necessária revisão bibliográfica. À amiga Carolina de Souza Leal agradeço a revisão e as sugestões de bibliografia em um momento anterior à qualificação, além das andanças e conversas. À Tiana Maciel Ellwanger, a coautoria em artigos.

Agradeço também aos colegas do laboratório IDEA e aos membros da autogestão da Biblioteca Engenho do Mato (BEM), das associações Ponto Org, Vila Verde, dos Deficientes Físicos de Niterói, do movimento Lagoa para Sempre, do Museu de Arqueologia de Itaipu, e aos professores da UERJ, UFF e UFRJ que participam das redes locais em Itaipu e Engenho do Mato. À Samantha Savarese agradeço mais uma vez pelas revisões em inglês, assim como a Leonardo Secco Alves e a Liciane Guimarães Corrêa. À Julia Dias e ao Renato Borges agradeço as tabulações fundamentais em Oxford. Obrigado Iwona Pawlusiow pela parceria nas viagens nos primeiros anos de doutorado; Galya Ksenofontova, Benedikt Bily e Sandra Regina Alves, por cuidarem de nós. A lista é injusta pois nela não cabem todos os que contribuíram para este trabalho.

Registro ainda o agradecimento aos psicólogos Nazaré Pereira e Leandro dos Santos Barros e às psiquiatras Julia Batista e Ana Carolina Castro, residentes do Instituto de Psiquiatria da UFRJ, e que tão bem me acolheram no propósito de cuidado e pesquisa. Agradeço não apenas por participarem do meu laboratório errante, mas pelas conversas esclarecedoras, assim como pelos e-mails trocados e monitoramento dos meus plantões de errância pela cidade. E também à Lidiana Gonçalves Nunes pelo apoio e carinho.

Em especial, dedico meu agradecimento ao amigo **Rodrigo Veiga de Oliveira Alves**, em negrito como solicitado, quem me incentivou diariamente a não desistir da tese. Por ter mudado de endereço profissional para me acompanhar nos estudos da minha sala de jantar: o nosso Escritório de Movimento Informal. E me fazer ir a campo, às vizinhanças e assim descobrir um novo sentido de escrita quando ele não estava mais presente. Sentido de envolvimento social sem o qual não teria encontrado também “em campo” minha amada parceira de errância, a Paulinha. Amo a todos vocês.

Eu me recuso a me submeter ao medo que afasta a alegria da minha liberdade,  
Que não me deixa arriscar nada, que me torna pequeno e mesquinho,  
Que me amarra, que não me deixa ser direto e franco, que me persegue,  
Que ocupa negativamente a minha imaginação, que sempre pinta visões sombrias.

Rudolf Steiner<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Poema compartilhado a nós por Ana Clara, membro da autogestão da BEM (Biblioteca Engenho do Mato) em suas pesquisas também errantes.



## RESUMO

SISTON, Felipe Rodrigues. **Pesquisador Errante: Comunicação ao Des-envolvimento.** Rio de Janeiro, 2018. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

A tese realiza ensaio filosófico sobre a prática de Comunicação ao *Des-envolvimento* do pesquisador errante. Prática não sistemática de ação investigativa proposta como modalidade às pesquisas em Comunicação Social, com objetivos que mesclam a produção de conhecimento e o cuidado de si e do meio excursionado. O acaso e os desvios de percurso são positivados, multiplicando objetos, sujeitos e territórios de pesquisa, incluindo as condições cognitivas encarnadas na saúde mental do pesquisador-autor. A partir de uma experiência da loucura se ensaia com ela filosofia, sem sistematizar método, de posicionamento do pesquisador errante no espectro da verdade, a de desvelamento conceitualizada por Heidegger. Após revisar o debate sobre comunicação, desenvolvimento e interdisciplinaridade, introduz uma noção intra-inter disciplinar para o conceito de desenvolvimento, melhor *redescrito* como sendo *des-envolvimento*. Avanço não linear. Tensão entre avizinhamento e distanciamento. Ideia fundamentada no percurso vivido nos quatro anos de doutoramento, sintetizados em sub pesquisas relacionais à experiência errante por Oxford, Praga, Niterói e Zagreb. A vivência errante propõe duas noções fundamentais, a filosófica e a antropológica, além de uma operacionalização nomeada de tese & ação.

Palavras-chave: Comunicação. Desenvolvimento. Cuidado

## ABSTRACT

SISTON, Felipe Rodrigues. **Pesquisador Errante:** comunicação ao desenvolvimento. Rio de Janeiro, 2018. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

The thesis carries out a philosophical essay on the practice of Communication to *Desenvolvimento* of the errant researcher. This non-systematic practice of investigative action is proposed as a modality for research in Social Communication. Objectives can combine the production of knowledge and care, self-care or local territorial care. Chance and deviation are considered positive, multiplying objects, subjects and research territories, including the cognitive conditions embodied in the researcher-author's mental health. From an experience of madness, we rehearse a non-systematic philosophy for the errant researcher, grounded on the truth spectrum conceptualized as *unveiling* by Heidegger; an alternative to the *intellectual adequation* concept of truth. After reviewing the debate on communication, development, and interdisciplinarity, the thesis introduces an intra-interdisciplinary notion of the concept of development, best described as *desenvolvimento*. Non-linear progression. Accepting tension between vicinity and alienation. The thesis is autobiographical, based on the course of the four years of doctorate, synthesized in sub surveys related to the errancy experienced in consequence of territories such as Oxford, Prague, Niterói and Zagreb. The errant experience proposes two fundamental notions, the philosophical and the anthropological, besides an operationalization named thesis & action.

Keywords: Communication. Development. Self-care

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Bairros de Itaipu e Engenho do Mato em Niterói	15
Figura 2: 235 lugares visitados	70
Figura 3: Pluri, Inter e Transdisciplinaridade	104
Figura 4: Ativo total dos cinco maiores bancos nacionais – 2012-2016	231
Figura 5: Avanço da área urbana de Niterói entre 1975-2014	239
Figura 6: Distribuição de participação no <i>whatsapp</i> da BEM (entradas)	250

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Espaços de Errância	74
Tabela 2 - Espaços e representação	79
Tabela 3: Significados do desenvolvimento ao longo do tempo	121
Tabela 4: Caminhos ao longo dos anos	189
Tabela 5: IDHM de Niterói nos anos de 1991, 2000 e 2010	234
Tabela 6: Crescimento % IDHM das 7 cidades brasileiras melhor posicionadas (1991 e 2010)	235
Tabela 7: Posição das sete melhores pela diferença de crescimento de indicador entre 1991 e 2010	236

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. CAPÍTULO ZERO: notas metodológicas sobre o percurso de tese .....	34
2.1 A Pré-escrita .....	38
2.2 A Paixão Pré-tese.....	48
2.3 Sobre a errância de uma tese encarnada .....	54
2.4 Recorte espaço-temporal.....	62
3. O PROBLEMA .....	94
3.1 Sobre as disciplinas.....	98
3.2 Epistemologia, uma obrigação do conhecimento? .....	107
4. REVISÃO TEÓRICA .....	129
4.1 Comunicação .....	129
4.2 Desenvolvimento .....	136
5. ENSAIO FILOSÓFICO ANTROPOLÓGICO .....	141
5.1 Tese Filosófica: comunicação como finalidade do desenvolvimento .	141
5.2 Tese Antropológica: espirtuosidade em pesquisa-ação .....	163
6. TESE & AÇÃO .....	171
6.1 Operacionalização na vida micro-particular do pesquisador errante...	187
7. PERCURSO DE ERRÂNCIA.....	198
7.1 As Nações Unidas e a Agenda Pós-2015.....	198
7.2 <i>Relativo-Relacional</i> Oxford.....	201
7.3 <i>Relativo-Relacional</i> Praga .....	223
7.4 <i>Relativo-Relacional</i> Brasil.....	226
7.5 <i>Relativo-Relacional</i> Zagreb .....	241
8. CONCLUSÃO GERAL .....	258
REFERÊNCIAS .....	264
ANEXOS.....	276

## 1. INTRODUÇÃO

Desculpe, erramos. Fizemos uso de caminhos desviantes, mas nem disso estamos certos; bem é possível que tenha ocorrido o contrário: e sem saber fomos usados pelos caminhos por onde erramos. Desenvolvimento e Comunicação, juntos, sempre foram a nossa preocupação investigativa. Começamos apresentando em Oxford (Inglaterra) os estudos preliminares que almejavam puxar o fio do novelo que desembaralhasse os dois campos: pinçávamos as práticas de comunicação de bancos de desenvolvimento. Depois, em Praga (República Tcheca), outro exercício: investigávamos do interior de um hospício como se desenvolver a si próprio da (ou com) a loucura; como comunicar a si mesmo não só delírios, mas verdades e tese. Por fim, acreditamos atender a comunicação do médico estrangeiro para desenvolver o quadro de saúde, que nos pedia estar em comunicação com os mais próximos, e realizar o cuidado de si em meio comum e conhecido. De volta ao Brasil, o de brasileiros em transe político, estávamos assim: desvelando os modos de conectar bancos, loucura e as minhas vizinhanças à obstinada vontade de levar a Comunicação ao Desenvolvimento. É mais certo que os desvios de caminhos nos usaram e não o contrário.

Ao fim de percorrer quatro anos de doutoramento, vemos como que cada um deles foi nos ocupando ao seu modo, como se a experiência de formação acadêmica pudesse estar fora da sala de aula, aberta à errância aleatória da vida. Em ao menos três dimensões: a absoluta, a relativa e a relacional; como se o espaço-tempo percorrido pudesse ser assim dividido e nos doutorasse em cada uma delas. Comunicamos esse avanço como *desenvolvimentos*. Isto talvez não seja uma tese, mas uma confissão de erros auto refletidos ao longo dos ensaios de acerto. Na economia, em relação à brasileira, dizem que ela dá voos de galinha. É modo de traduzir em termos populares as tentativas frustradas de crescimento econômico. Aqui, entre nós neste particular tal título é o pesquisador errante. Servirá para alguma coisa se estiver correta a afirmação de que todo conhecimento é autoconhecimento, e a sua falta universal, autodesconhecimento. Entre um e outro, gambiarra despudorada para fazer funcionar com duvidosa eficácia um frágil sentido. Entre o senso comum e o conhecimento, mais uma incomum loucura entre bilhões de outras.

Esta introdução é um convite a essa loucura particular. É um presente dado a mim mesmo, o errante, após eventos que me tiraram a sanidade habitual. Faz registro dos desvios, a renomeação dos eventos, do lugares e seus sentidos. Entre movimentos ora internos e ora nos coletivos de movimentos, alguns formais, outros informais. Nesse tempo até o espaço absoluto de escrita da tese foi batizado: *Escritório de Movimento Informal*. A sala de jantar de casa tornada em espaço comum de trabalho entre amigos e vizinhos, alguns deles membros da comunidade que descobrimos graças à errância. Escritório para fazer laboratório de novas informalidades. Agregação de humanidades em prestação de serviço, inclusive a si, o de auto estímulo. Para desacreditar achado anterior também da errância, pré-concebido: o de que nada mais faria sentido em termos de eu, eu mesmo, me dedicar a fazer tese, vida acadêmica e intelectual, dados os excessos da saúde mental. Senso comum do meu incomum que foi aos poucos cientificando-se. Da falta observei o que se tem: a falta em si mesmo de sentido. E daí? A ação. O movimento. O dar a si de presente, em tese, o des-envolver-se de si um de outro: o autor, com nome e CPF, do Pesquisador Errante. É ele o título da tese, e não o nosso eu na função-autor, quem apenas detém a hipótese de inaugurar um campo de investigação que considera o subjetivo de si, para um ambientar-se em tempo-lugar de estar bipolar. Para que seja comum. Propulsor de investigações as mais diversas, do global ao local, mas simultaneamente ação; das vizinhanças mais epiteliais às essas que a figura 1 exemplifica.

Pensar com a loucura, sem pudores de abstraí-la, cabe ao pesquisador errante. É modo de pensar que arrisca aproveitar a integralidade da vida: tudo faz sentido, às vezes um detalhe na mente ou na geografia. É o que dava, por exemplo, sentido extra-ordinário à sala de estar escritório, traduzido no parágrafo seguinte com as palavras usadas em um dos nossos momentos mais eufóricos:

O escritório do pesquisador errante dá arranjo textual ao laboratório de informalidade de campo, dos cortes com micro cerdas sobre as ordinariiedades da vida de escritor de tese. Em nome de uma extra-ordinariedade. Transição cuidada. Romper à semelhança do corte-cosquinha da folha de um mato, que nomeia bairro, a tiririca. Que ergue topografia de Serra, a da Tiririca, em patrimônio da humanidade e da UNESCO. Diferencia em composição. A da simplicidade do Engenho do Mato (bairro localizado ao longo da Serra da Tiririca, na face voltada para o município de Niterói/RJ, onde grande parte deste trabalho foi redigido) à magnanimidade do Programa de Estudos Avançados (IDEA) do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade

Federal do Rio de Janeiro (PPGCOM-UFRJ). O errante se coliga e confunde aos esforços de cidadania locais. Conhecemos vários desses esforços de cidadania nas caminhadas em campo, nos assimilamos a eles. Um deles tratava-se de prédio abandonado, hoje recuperado e estruturante de cidadania, espontânea e voluntária: a BEM, Biblioteca Engenho do Mato. Nela faz sentido material a letra do cantor MC Marechal para o Engenho do Mato, que diz sobre o que desenvolver para o tempo futuro: depois da biblioteca comunitária<sup>2</sup> um Centro de Estudo Avançado.

Figura 1: Bairros de Itaipu e Engenho do Mato em Niterói



Foto: Pepe Ventura

Mensageiro sim Senhor

Vagabundo se emociona

Porque sente o espírito dos ancestrais, Griot!

Eu vim pra provar que a cultura não acabou

(...) Em breve coleta de livros nos eventos em várias áreas

Incentivos pra ter mais bibliotecas comunitárias

Depois das bibliotecas um centro de estudo avançado<sup>3</sup>

<sup>2</sup> A Biblioteca Engenho do Mato (BEM) foi um entre os vários percursos de errância desta tese. Trata-se de um prédio do CIEP (Centros Integrados de Educação Pública) Ruy Frazão que por mais de dez anos esteve abandonado. Há mais de cinco anos foi recuperado e vem sendo cuidado por mutirões de vizinhos inquietos contra a situação e a favor da ocupação cultural em forma de Biblioteca (BEM).

<sup>3</sup> Música Griot do MC Marechal, disponível dia 13/07/2018 em: < <https://www.lettras.mus.br/mc-marechal/griot/> >



A coincidência entre Centros de Estudos Avançados nos fez sentido particular, *con-fusão* no nosso poder de cognição do simbólico. Para realizar *com*, em comum, à BEM a profetização da música, no sentido que o projeto História Filosofia Religião Interfaces<sup>4</sup> nos permite dizer pelas condições de linguagem que lhe são próprias. Profetizar — no sentido de antever com um DNA cultural em punho —, evento futuro, mas não só; ir lá, para dar-se a ele desde o presente, misturando-se, erguendo o futuro *com* e não sozinho, estruturando as bases experimentais, conceituais e de sentido para cumprir não uma meta objetiva, mas uma ideia misteriosa mobilizadora.

Penso que nossa tese & ação servirá a quem lhe veja a serventia. A mim, por exemplo, serve a duas veredas. Uma particular, outra comum. A nós serve à ação de desenvolver-me do Pesquisador Errante e desencarná-lo do autor para a tese, e retornar após quatro anos, talvez até mais – caso se incluam aí os anos do mestrado e os anos de monitoramento dos bancos de desenvolvimento – ao meu próprio eu. O ir de volta à minha subjetividade rica de universalidades particulares, a de ser filho, namorado, amigo, pessoa comum. Retornar após as expedições como antropólogo, etnógrafo de si, errante, e do meio, de-lirante, o nosso cidadão e capitalista, em expansão local e global nunca interdita, para a comunicação ao *des-envolvimento*; inclusive de si em meio comum, universitário e urbano, sincronizando-se com o que não busca necessariamente sincronizar-se conosco. Entregar o campo de pesquisador errante em Comunicação ao Desenvolvimento.

A outra vereda é projeção conjunta, com ambições de torná-la comum e situada no território. A de participar do implantar, nas terras do Engenho do Mato, de um Centro de Estudos Avançados em versão de extensão universitária de excelência, para receber pesquisadores errantes, turistas em *des-envolvimento* do olhar de si e para envolvimento com a mudança social mais comum. Uma reinvenção da proximidade para a evolução transeunte, *aprimorar ao vento*, não linear, mas em diversificação de progressão, multiplicando as formas de pensar, ser, estar, *des-envolver para envolver-se com o meio*

---

<sup>4</sup> “O Projeto História Filosofia Religião: Interfaces, coordenado pelo professor Marcio Tavares d’Amaral e vinculado ao Laboratório de História dos Sistemas de Pensamento do IDEA - Programa de Estudos Avançados (ECO/UFRJ), visa aprofundar os estudos sobre a formação e a identidade da cultura ocidental contemporânea, recuperando suas duas fontes originais: a cultura grega (pautada no Ser e na Razão) e a cultura judaica (baseada nos fundamentos da Fé e de Deus). Dedicar-se a desenvolver uma história dos paradigmas da cultura ocidental desde a sua origem, ou seja, a partir da confluência das suas duas fontes, até o momento em que se diz que "a História acabou".” IDEA. História Filosofia Religião: interfaces. Disponível dia 29/01/2019 em < <http://www.historiafilosofiareligiao.com/projeto.php> >

*comum*, com quem se aproxima: refundando micro histórias, micro filosofias e espirotuosidades. Laborando não contra burocracias, mas com elas, novas informalidades.

Tal caminho é gestado entre várias gaias convividas, conscientes ou não dessa minha ocupação de ideias fixas, em devaneios entre IDEA, BEM, laboratório História Filosofia Religião, Vila do Mato, Movimento Informal, Ponto Org, Museu de Arqueologia de Itaipu, Lagoa para Sempre, SOS FAPERJ, SOS Engenho do Mato, ANDEF (Associação Niteroiense dos Deficientes Físicos), Luz do Engenho, Consciência Peregrina, Orquestra da Grotta, BEM TV e outros. Futuro projetado a partir da convivência com as pessoas articuladas por esses lugares no período da tese. Movido também pelo empuxo nos percursos de errância, que inclui demarcadores burocráticos, como os artigos produzidos ao longo do percurso<sup>5</sup>, espécie de sintetizadores da ação da tese, mas também da experiência errante máxima que me ocorreu em meio a essa produção. Verdadeiro laboratório informal é a loucura. E refleti neste estado de delírio maníaco perambulante por ruas de cidades pouco familiares. Estado vivido pouco antes da internação no Hospital de Psiquiatria de Praga por 16 dias, até o retorno ao Brasil. E a partir daí errando por igrejas, ruas, estações de trem e metrô, assistido pelo convívio com psicólogos e psiquiatras particulares e públicos, em especial pelo Instituto de Psiquiatria da UFRJ, e com pleno apoio familiar, do orientador e de outros amigos pude racionalizar melhor a experiência.

O tempo do doutorado é o tempo deste ato de Tese & Ação. Das nossas primeiras intuições que envolviam os bancos de desenvolvimento até a prática cidadã nas vizinhanças, passando antes pelo que fez de nós a errância na própria loucura. Tudo isso em nós. Mas fora do sujeito o tempo coincide, em seu início, com o cronológico do acordo global da agenda Pós-2015, que reúne a ambição das Nações Unidas em Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), daqui à 2030. E na obstinação de a tudo coincidir sentido, fazemos ensaio de poder dizer e fazer sobre o relacional que vincula o sujeito a esse evento global. O ponto de partida é sempre a proximidade tênue, temporal ou

---

<sup>5</sup> Nos referimos aqui aos artigos Práticas de Transparência do Financiamento ao Desenvolvimento nas Américas: casos do BNDES, BID E BIRD; Democracia Via Processos de Comunicação Institucional Internacional: Comparação das Práticas de Accountability no BNDES e no Banco Mundial; Accountability Social e Jornalismo: um exercício teórico de comunicação; International media accountability upon BRICS; Neighborhood mediatization toward social change: a Brazilian case amid capitalist urban development, apresentados em Juiz de Fora, Campinas, Rio de Janeiro, Oxford e Zagreb, respectivamente. O último, apesar de aprovado resumo pela universidade, não foi apresentado em Zagreb em função da piora do nosso quadro médico, mas teve versão apresentada localmente para a comunidade alvo da investigação.

espacial, absoluta ou relacional, do nosso percurso e sua materialidade com os eventos que a nós parecem importantes para prosseguir a função-pesquisador. Não só de si, ainda que alienando-se, mas também da sua territorialização e temporalidade no globo.

Das duas veredas de *des-envolvimento* que comunicamos em nós, uma se encerra no envolvimento consigo. A de afastar-se do antropólogo em benefício do subjetivo humano, retornado da odisséia universitária, mestrado e doutorado, para outro real. O das necessidades mais familiares consigo e com o próximo. A outra vereda de *des-envolvimento*, o Centro de Estudos Avançados no Engenho do Mato, ainda não se vê nem o começo. Apenas que, à semelhança de Palo Alto<sup>6</sup>, seja um centro invisível, sem sede, sintetizador das células BEM+<sup>7</sup>. Em contraponto ao capitalismo cognitivo, que em tempo integral absorve os meios de produções mais humanos, o cultural do homem, o Centro busca irromper cortes sutis, de fala, de conversação, como várias folhas de cerdas cortantes de microfissuras, que reunidas, na simbologia da Serra física geográfica do território, transforma, revolve, regenera a noção economicista ou a noção burocrática de governo para uma nova noção, a diversificante. Realiza embate a partir da criação de verdade, da fundamentação Filosófica Antropológica. Renova o sentido de ser sujeito no território, a partir das vizinhanças mais próximas, e participar plenamente daí empoderado para o desenvolvimento de si em meio.

Portanto, a suspeita permanece. A de que ao errarmos, não fizemos usos instrumentais do nosso avançar, mas pelo contrário, fomos apenas colocados na necessidade, por esse próprio avançar, de ser evento de um mistério: as finalidades dos caminhos sobre nós. Não é ciência. Apenas um senso incomum. Talvez desvelamento da vida que é Comunicação ao Desenvolvimento.

Mas é bem possível que a Comunicação<sup>8</sup> esteja longe de dispor de uma teoria geral do conhecimento, com força suficiente para delimitar o que lhe é próprio, seu território, o tempo e o espaço de seu saber. Quando dizemos “campo da comunicação”, por exemplo, imediatamente traçamos uma imagem mental próxima a quatro linhas,

---

<sup>6</sup> Nome que identifica o grupo fundado em 1959 para a pesquisa científica nas áreas da psicoterapia e psiquiatria em **Palo Alto**, na Califórnia, oriundo do Mental Research Institute. Como nunca teve carácter oficial, com estrutura organizada, ficou também conhecido como *Invisible College* (Colégio Invisível).

<sup>7</sup> BEM+ são pessoas que se doam, em espaço e habilidades, à lógica do mutirão da Biblioteca.

<sup>8</sup> Comunicação com letra maiúscula será utilizado para designar o campo geral de pensamento sobre o assunto. O mesmo uso é feito para Desenvolvimento. Não confundir com disciplina, campo científico e acadêmico. Tais assuntos não são pensados apenas nas escolas de ensino superior e em outros espaços institucionalizados. É a esse geral não disciplinado que se pretende designar.

delimitando o território do jogo, como popularizou Bourdieu (1990) no conceito campo. Aprimorando a imaginação sobre a noção do “campo de comunicação”, podemos posicionar ao redor dele uma arquibancada e nela vários públicos afetados pelo interior da arena, seja como observadores críticos, como solucionadores de problemas ou quem apenas está ali, entretido nos jogos. Desde a invenção da imprensa, mais e mais amadores entram para este campo, saltam da enorme plateia e entram no jogo antes tão circunscrito, a considerar o tempo dos escribas. Ao ponto que hoje, geograficamente, o mundo é o campo. Presidentes, banqueiros internacionais ou os nossos vizinhos de casa, uma multidão entra em campo para o jogo da comunicação social.

A abstração de cerceamento do campo é válida para observar o controle do acesso, da divisão entre especialista e leigo, dos pertencimentos, dos avanços de área, e da compreensão do que acontece no interior da realidade representada. Iremos utilizá-la aqui mais vezes. Mas, fundamentalmente, partimos de um pressuposto crítico dessa noção de campo, especificamente no que tange à comunicação. Afinal, não tentará a ideia de campo uma redução irreal caso o universo representado nela for algo próximo da (des)ordem do infinito? Sem delimitações, jogadores ou observadores, a Comunicação talvez esteja fora de qualquer cerceamento facilitador da sua compreensão e da sua prática. Digamos que não seja possível estudá-la, observá-la, praticá-la. Será necessário mais uma vez, então, filosofá-la, ensaiar tese & ação. Se no espectro das verdades de adequação da coisa ao intelecto, nada muda, ainda é possível entendê-la como campo bem definido, sistemático. Mas para participar dela como algo além, proponho uma prática de vivê-la na dimensão da verdade de desvelamento, auxiliado por Heidegger, e do autoconhecimento como o único conhecimento possível, por Boaventura de Souza Santos. A essa prática de viver o desvelamento por um pesquisador errante chamamos de Comunicação ao *Desenvolvimento*.

Apresentamos as condições particulares de se fazer esse ensaio filosófico no capítulo zero. Ele apresenta os primeiros desvios não planejados na trajetória da nossa pesquisa errante. É a primeira inclinação à construção de um autoconhecimento a partir da declinação de um conjunto de saberes que se tinha antes como certos a respeito do campo; declinação dos sistemas que dissimulavam o esquecimento de que pouco sabíamos. Apenas convivíamos com saberes cujos modos como eles estavam colados à vida eram profundamente ignorados.

Qual esquecimento? O de que Comunicação excede qualquer campo de conhecimento ou restrição de praticantes. O de que se uniu a isso historicamente, por necessidades de cognição sobre aparatos, meios, audiências, disseminação de práticas, culturas e comportamentos. Mas nem sempre comunicação serviu ao saber, ao não esquecido ou não encoberto, isto é, à *alethea*. Já foi divinação, magia, criação e talvez nunca tenha deixado de servir igualmente a esses propósitos. É mistério. Muitas pessoas podem vir a sistematizar métodos para ilustrar a ignorância humana, mas nunca proporcionarão o saber que só a confissão e o diálogo com o enlouquecimento de si proporcionam. Não que a loucura ensine, mas talvez ofereça alguma abertura ao mistério da Comunicação e do Desenvolvimento com iniciais maiúsculas. Ela, com C capital, permeia a maior parte das relações humanas, de transportes de coisas a pessoas e a informações, é radicalmente universal e múltipla em seus usos.

Assim é ao menos a que pressupomos e introduzimos nesta tese, graças ao surto do humor que nos fez dialogar errante por cidades, imaginando nossos professores da escola de Comunicação Social contra argumentando “descobertas” feitas no campo antropológico da nossa “pesquisa”. Não é assim por todo o acaso que a creio, mas pela necessidade de reinventar sentidos na falta dele, para dar coerência aos desvios não planejados. Na operação de *coincidentar*, vou ensaiando uma filosofia menor, no limite do que é contra metódico, não sistemática em percurso, em benefício de uma prática de criar conhecimento comum pelo autoconhecimento do mais incomum, no *desenvolvimento* da loucura particular. É assim que assumimos juntos o risco da escrita em primeira pessoa, principalmente, o da confissão de uma verdade que não se adequa a intelecto, mas que se participa ao leitor.

Com esses pressupostos, pensamos sobre as pré-condições em que se dão o formato ciência-comunicação-social. Pensar o todo de qualquer ciência é se perguntar, em síntese, o que é isto que se conhece ou se busca conhecer. Na comunicação, o que seria o fundamento seguro para a ambição unificadora e universalista que responde a essa pergunta geral, do que se pratica na área de comunicação em termos de produção de conhecimento? Em se tratando de esforço científico, os fundamentos se reduzem a dois principais: é preciso existir objeto e sujeito observador. O objeto geral das comunicações é o seu fenômeno, a realidade ou virtualidade da comunicação. E como ciência humana, o objeto da ciência comunicação social é uma entre outras possíveis derivações do que é humano.

É bem possível que os objetos das ciências humanas, essa invenção moderna, sejam mesmo homens e mulheres. Ditos assim simploriamente, mas não por isso tão obviamente compreendidos, porque não são objetos biológicos, nem econômicos ou filológicos, como descreve Foucault (1999), mas são sim objetos da complexidade de seres finitos, transitórios, que vivem, trabalham e falam, fazem usos de representações, enfim, que participam e observam conjuntamente. E assim sendo, homens e mulheres serão múltiplos, diferentes em circunstâncias incontáveis, em tempos determinados, mas nunca de sentido único. Narram-se e vão sendo construtores de inumeráveis maneiras de pensar, de representar, de interpretar e manipular símbolos, constituir relações intrapessoais, interpessoais, intercâmbios culturais, em massa ou em grupo. Humanos que não apenas agem em comunicação, como a simulam em aparatos, instrumentos, próteses. Vivem em sociedade ou comunidade por tais atributos.

Portanto, no simples fato de ser homem ou mulher, há muito a se articular sinteticamente num único todo teórico. É objeto humano, mas de vieses tecnológico, político, institucional ou cultural e muitos outros. Dentro das ciências sociais, a ciência da comunicação — que agora tratamos em letra minúscula por deixar de se tratar de mistério e passar a referir à ciência — está, por consequência lógica, por característica substantiva e necessidade, no limite do impossível para se aglomerar, reconstituir, prever e controlar. É tudo. E nem queremos falar ainda de erudição científica, de conhecer todos os seus escritores, teorizadores, definir seus clássicos, etc. Pensar a Comunicação em sua universalidade é, por si só, demasiado e mais uma vez demasiado. Objeto e sujeito se misturam. Até pensar pode ser uma ação, propositada ou não, de comunicar consigo mesmo. Como conhecer sem pensar? Como conhecer enquanto se faz uso dessa condição primeira, que é o pensamento, disso mesmo que se busca conhecer?

Mas correr o risco de viver sem conhecimento geral da comunicação, fundamentado nas construções mais verdadeiras que é possível disciplinar em um campo, é um agravante tão universal quanto o tamanho dos desafios. Não se acreditar esse direito é um diminutivo do humano e de suas ciências. A falta das condições para teorizar universalmente é um coeficiente de mistério, que repercute nas vidas comuns, as cotidianas, inclusive a dos especialistas, mais ainda para as interações entre leigos e especialistas, onde talvez esteja o principal serviço de uma ciência da comunicação ao desenvolvimento. O de tornar senso comum o científico; mas também científicar as faltas de senso, inclusive as particulares.

Se todo pesquisador parte de algum singular, a particularidade nesse sentido da pesquisa errante está no humano que a escreve, que reorganiza autoconhecimento em Comunicação ao *Des-envolvimento*. Ele é que transpõe na duração dos tempos da escrita os próprios mistérios. Mas não só os seus, também os da sua individual simultaneidade contemporânea pelo mundo. Simultaneidade essa que se move com ele, percorre caminhos locais e globais, recortando a observação sobre o contemporâneo a si. Em nosso caso, a curiosidade investigativa recortava inicialmente a comunicação entre leigos e experts no que imaginamos ser o campo da Comunicação ao Desenvolvimento. Posicionávamos esses dois modos de estar — especialista e leigo — fora de nós. Precisamente na inteligência burocrática de bancos de desenvolvimento e veículos de comunicação em seu enlace, respectivamente. Mas o percurso errante nos levou a reposicionar o recorte: antes do trabalho empírico no mundo, foi preciso se perceber leigo e especialista de si mesmo no desafio da experiência entre a loucura e a tese. A falta de sentido precisou cientificar-se em autoconhecimento. Acreditamos que desse particular criamos algum conhecimento interdisciplinar no espaço entre o que conceituamos como desenvolvimento e como comunicação. E que o autoconhecimento entre leigos e especialistas que somos de nós mesmos contribui para entender as relações sociais de leigos e especialistas no campo da cidadania local e global.

Investimos então para não abri mão dos percursos iniciais, quando estávamos focados no mundo exterior à nós. Em analisar o que se dá entre especialistas e leigos do desenvolvimento em termos de comunicação que cria realidade. De um lado, as instituições que trabalham na comunicação do tempo presente, isto é, o tempo das notícias, ou seja, as instituições dos jornalistas — e ainda mais precisamente, *realidades criadas*<sup>9</sup> internacionalmente por agências de notícias —; por outro lado, nessa interação, as instituições dos experts, da inteligência burocrática que opera sobre o tempo futuro, isto é, os que organizam a vida social de longo ou médio prazo, os que estão ocupados em viver a construção das verdades que servem às estruturas ou às conjunturas — especificamente, os burocratas das instituições públicas voltadas ao desenvolvimento social. Como estudos de casos, inicialmente escolhemos bancos de desenvolvimento, agências de notícias internacionais e um recorte temporal de seis meses.

---

<sup>9</sup> Realidade criada se refere a conceituação de Bourdieu, explicada melhor mais à frente.

Foi após essa escolha de recorte, que nos deparamos com outra noção de desenvolvimento. Não racionalmente correlacionável à escolha de partida, mas correlacionada sim ao conteúdo de delírio que de alguma forma se desvela ao longo do doutorado. Proximidade e afastamento. Envolvimento e *Des-envolvimento*. Em fluxo contínuo. Ao invés de retomar para o inicialmente planejado, escolhemos por pensar a tese com as intuições novas que a loucura errante trazia, formava uma nova definição: *des-envolvimento*. Terminamos por congregarmos as aproximações e afastamentos de diversos temas, territórios e comunidades ao longo do percurso de doutoramento. Os bancos de desenvolvimentos serviram menos como casos de estudo de toda a tese e mais como uma guia subjetiva, um motivador inicial das ideias elaboradas ao longo da tese e a fixação nelas. Devem ser entendido menos como objetos de pesquisa e mais como elementos mobilizadores do fluxo paranoico da cidadania normatizada do próprio pesquisador errante, que contagiou o meio local a buscar o escrutínio e a ampliação da rede, do local ao global, para a cidadania ativa.

Sobre o particular inicial desta pesquisa, o pesquisador errante e sua humanidade, há restrições a serem positivadas. O acaso, o desvio, o não planejado. Nós ignoramos por exemplo, enquanto há página em branco, sem parágrafo e nem frase, o que será o texto final escrito. Melhor ainda, ignoramos as condições que vão potencialmente desenvolver a transformação do vazio da página em ordenamento gráfico textual acadêmico-científico. Pesquisa é uma dessas condições, mas na prática, o que é isso? Pensamento, vivência, teste, correspondência de hipótese à realidade empírica. Não se sabe. Tanto no particular como no geral, cabe valorizar essa característica primeira, a não onisciência, delimitando os limites para qualquer conjunto de ações que visam encobrir a falta de conhecimento verdadeiro. Permitir-se algum acaso. Após anos de trabalho humano nesse sentido, às vezes somos particularmente incomodados pela angústia ou ansiedade da vontade de querer saber mais, dizer tudo, extinguir a falta produzida pela ignorância visível, a da página em branco, e a velada, aquela que nos movimenta a conhecer, vencendo os espaços bit a bit com fundamentações herdadas ou novas.

Concordamos que se tornou ordinário vivenciar técnicas de onisciência e ubiquidade, o que dissimula e nos faz esquecer da condição humana errante. Antes bastava a TV para sabermos a agenda do planeta ao bairro de moradia em tempo real. Hoje acessamos a Internet e podemos ter detalhes sobre a agenda prevista para Marte, Plutão, as novas descobertas dos grandes conglomerados de galáxias ou os componentes



de níveis quânticos da matéria. Extraordinário tem sido encarnar-se humano e reconhecer a si (não ao outro) como ignorante, vulnerável, frágil, faminto, movimento de desterro. Por isso, enquanto há tempo para não se autorizar sabedor de tudo, antes que a física teorize e observe os limites macro e micro, no espaço e no tempo da matéria, antes que a arqueologia ou a biologia nos determine enquanto espécie, vivendo entre 150 ou 300 mil anos, e que a comunicação aplique todo esse acervo informativo em um sistema de eficácia de entrega biológica, devemos lembrar continuamente que o termo comunicação social é bem menor que o Comunicação, em sentido forte, pode vir a ser ou destina-se a ser. Ela é o que vem antes da página em branco, permeia a construção do texto, e prossegue. E o que se experimenta do assunto em termos de vivência corrente e contemporaneamente observável,<sup>10</sup> aí incluídas as práticas do pensamento, decorre aí sim de jogos humanos. Talvez fortuitas brincadeiras permanentemente infantis, considerando-se o todo que nos escapa, praticadas em múltiplos campos, em contínua demanda por criação de conhecimento para as necessidades diárias da vida (supostamente) inteligente e consciente. Tudo em um microgrão de areia cósmico, poeira ao vento entre 10 bilhões de outros planetas potencialmente habitáveis, isso segundo estudos que ano a ano fazem aumentar esses números.<sup>11</sup> Em um todo que está aí, pelo que é possível contar considerando-se a teoria de que dispomos hoje, a de um Big Bang, há relativos 21 segundos do calendário cósmico.

O que queremos dizer é que, se dependermos da observação empírica do todo, de vasculhar como astrofísicos os primeiros raios luminosos do cosmos comunicacional, para ver de onde viemos e para onde vamos, teremos muito a observar, talvez pouco a conhecer. Não por falha técnica ou por superficialidade, mas por um passo intransponível de ciência, de consciência e de comunicação; em alguma medida derivado de limitações passageiras, mas não em tudo.

Viver a experiência de conhecer o todo não faz parte do nosso sistema de pensamento. Nele não vemos condições sequer de ambicionar uma erudição, catalogação e fichamento em meio à hiperprodução informativa e outras potencialidades e carências de nosso tempo e lugar de fala e pesquisa. A pergunta que sobra é a seguinte. Por acaso

---

<sup>10</sup> Considerando todo o tempo de existência do homo sapiens, 99% seria das idades da pedra. A comunicação humana que se pode observar desse período é altamente dependente da arqueologia e difere em muito da ciência da comunicação que aqui estamos nos referindo.

<sup>11</sup> Disponível no dia 23/01/2017 em <http://www.universetoday.com/30296/how-many-planets-are-in-the-galaxy/>

nos restaria a possibilidade de investir em um conhecimento a priori, Kantianamente falando, ou seja, que possibilita não excluir de todo a experiência, mas que também a prescinde? Afinal, viver a experiência de conhecer o particular sofre sérios danos sem as condições de uma teoria geral, sem o quê que crie sentido. Qual é o tipo de conhecimento que resta? Cremos: É experiência de conhecimento singular, o autoconhecimento de partida errante e provisória, com meios fundamentados e fins *extra-ordinários*<sup>12</sup> a qualquer outra forma de viver o conhecimento, no todo de sua duração temporal, especialmente a do presente – especificamente no agora, na transição entre o que se conhece e o que é mistério, ainda que desestruturada tem destinação estruturante.

Não há palavras que alcancem a metafísica da Comunicação (AMARAL, 2004), diz Wittgenstein. A alternativa à potência de viver a experiência dual do conhecimento/desconhecimento sobre a comunicação humana é a que sugere se calar sobre o assunto. Funcionalmente, talvez como ciência da inteligibilidade redescritiva, como afirma Sodré (2014), na zona de confluência de saberes e disciplinas, sirva a organizar o que é comum, a tornar óbvias as diferenças entre variados sistemas de compreensão e afetação. Sistemas esses subjetivos, pessoais ou de campos de saberes profissionais, filosóficos e científicos se, no limite ou na maioria, ignorados, pois inconscientes ou desconhecidos. É de onde vemos e funciona, a partir ainda de nossos pressupostos de sujeito pesquisador que observa se observando na errância, uma ciência da transitoriedade que dá arremedo aos improvisos do saber e poder humanos.

E quanto a improvisos não há aí o que cause espanto, pois até físicos admitem como possibilidade a incapacidade humana em formular uma teoria que explique a natureza em termos mais gerais (HAWKING, 2015). E ainda que consiga, como teoria, ou será transitória ou será preciso dar-lhe outro nome. Rüdiger (2011), por exemplo, dirá que a Comunicação não pode ser resumida em uma teoria, mas em reflexões teóricas. Talvez esteja certo, e explique nossa necessidade de fazer reflexão teórica da comunicação com o poder de uma explicação geral para as errância no contemporâneo do pesquisador. As primeiras ambições no sentido universalista, *A Mathematical Theory of Communication* de Shannon e Weaver (1949), teriam falhado pelo excesso na linearidade do modelo de captação, envio e recepção; por desconsiderar fatores históricos e a dimensão cultural. Para Brier, Hofkirchner, Floridi e Noth, ainda que o trabalho de

---

<sup>12</sup> Vamos aprofundar esse nosso conceito ao longo da tese.

Shannon e Weaver, com adaptações em determinados casos, seja bastante útil, ele não forneceria um modelo adequado para a compreensão de como os seres humanos extraem significado, os empregam e comunicam informações: “qualquer relato de como os agentes epistêmicos convertem informações em conhecimento e dos mecanismos pelos quais eles os transmitem a seus companheiros deve levar em consideração as dimensões interpretativas intencionais desses atos.” (BRIER, HOFKIRCHNER, FLORIDI e NOTH Apud DOUSA; IBEKWE-SANJUAN, 2014, p.8)<sup>13</sup>

No geral, pressupomos que a Comunicação seja algo banalmente vivido no cotidiano, mas daí concluir, justamente por essa simplicidade, que a ausência de uma aura que a impeça de participar da vida de todos, seja uma obviedade que não desperta questões ou debates, é ingenuidade intelectual. É preciso desconfiar do que se faz quando acreditamos com convicção que ao dizer, escrever, fotografar, filmar, escutar, ler, sentir ou ver sejam de fato um ato de comunicação. Outra ingenuidade intelectual seria pressupor massas, grupos ou indivíduos inseridos em uma universal solipsista, isto é, incapazes de comunicação. Observamos sim, através de intuições teóricas imaginadas — pela vivência particular deste pesquisador objeto-observador —, que é mais fácil passar um camelo por uma agulha a se fugir do solipsismo na Comunicação. Isso porque vivemos no tempo em que as diferenças não foram superadas, em que a história não perdeu o seu sentido, em que as narrativas de guerras, frias ou não, do recém terminado século XX, por exemplo, ainda repercutem nas divisões de interesses globais, nas condições de vidas individuais; porém, vivemos também o tempo em que o acelerado processo comunicacional virtualiza a materialidade das diferenças, torna olhar quase tudo e a todos como um contínuo exercício de enxergar sempre o mesmo, o próximo, o semelhante. Há diferenças, e daquelas estruturadas, entre quem escreve por exemplo e quem lê. Não é garantido que essas diferenças serão inscritas na virtualidade da leitura. Daí não ser fácil a comunicação, por esse duplo movimento talvez contemporâneo, de velar e desvelar os sentidos compartilhados.

Assim voltamos às condições para a ciência da comunicação, pois os usos do termo *condição* precisam ser atualizados para se apresentar em mais detalhes a experiência de conhecimento aqui vivida enquanto sujeito-pesquisador. Não estamos

---

<sup>13</sup> Tradução nossa do trecho: “any account of how epistemic agents convert information into knowledge and of the mechanisms by which they impart it to their fellows must take into consideration the intentional interpretative dimensions of these acts.”

mais autorizados a pensar a partir de noções da condição humana como a qual nos falava Hanna Arendt (2010), ainda em meados do século XX, ao descrever a vida ativa do homem da Grécia até o lançamento do primeiro satélite humanamente projetado. A novidade à época desta obra, o satélite, testemunhava de nossa órbita planetária que a verdade moderna científica, matemática e tecnológica, a modernizante, se emanciparia da fala e do raciocínio normal. Se um dia comunicar verdades foi o ato de revelar o mistério de Deus ou a previsão do oráculo, do divino ou da ciência, de representar a Lei divina ou da natureza, o contrato entre os homens, de confessar os erros, de definir seu lugar particular quando a hora do fim dos tempos, lugar de sofrimento ou gozo eterno, fosse inscrever-se na memória das gerações presentes e futuras, a tudo isso o satélite observava de outra órbita, privilegiada, vendo toda uma história perder o sentido.

Hoje, escrevemos do tempo em que alguns (como Lyotard<sup>14</sup>) denominam pós-moderno. Outros argumentam como sendo o tempo do projeto inacabado da modernidade (Habermas<sup>15</sup>). Fora das denominações estritamente filosóficas, beiramos a quarta revolução industrial, prediz Klaus Schwab (2016), fundador e presidente executivo do Fórum Econômico Mundial. A mensagem, ano a ano reiterada das montanhas suíças de Davos, é que a próxima grande transformação será a de robôs integrados em sistemas ciberfísicos, tempo de convergência de tecnologias biológicas, físicas e digitais, com capacidades e funcionalidades muito superiores às de humanos. A possibilidade de conhecimento ultrapassa o humano. Como afirma Arendt (2007, p.11), “neste caso, seria como se o nosso cérebro, condição material e física do pensamento, não pudesse acompanhar o que fazemos, de modo que necessitaríamos realmente de máquinas que pensassem e falassem por nós”. Dizer sobre essas máquinas pensantes não soa mais tão futurístico, é talvez um daqui a pouco; melhor dar até o benefício da dúvida e dizer ‘quem sabe já exista no presente em algum lugar’. A frase de Arendt faz algum sentido, mas sem saber sobre nós, sobre a consciência e sobre nossas ações em comum, melhor dizer que o cérebro talvez não tenha atingido a condição para o pensamento e não se sabe ainda qual

---

<sup>14</sup> Sobre a ideia de pós-modernidade em Lyotard, ver: Lyotard, Jean-François. A condição pós-moderna. 12a ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009. Tradução: Ricardo Corrêa Barbosa.

<sup>15</sup> Sobre a ideia de modernidade em Habermas, ver: HABERMAS, Jürgen. Discurso filosófico da modernidade. Lisboa: Dom Quixote, 1998; HABERMAS, Jürgen. “A modernidade: um projeto inacabado?”. In: ARANTES, Otilia Beatriz Fiori; EDUARDO, Paulo (Orgs.) Um ponto cego no projeto moderno de Jürgen Habermas: arquitetura e dimensão estética depois das vanguardas. São Paulo: Brasiliense, 1992; e HABERMAS, Jürgen. Para a reconstrução do materialismo histórico. São Paulo: Brasiliense, 1983.

a função social e comunicativa daquilo que colocamos em seu lugar ocupando nossas cabeças. É talvez uma instância coordenadora da multiplicidade de mudanças às quais se expõe e é capaz de identificar (BARBOSA, 2017, p.31), vivendo conjuntivamente<sup>16</sup> os tempos presentes aos quais perdura a narratividade de uma vida, incluindo nesse ecossistema também a história dos mortos.

Portanto, nem em superhomem nem em homem comum, nem em servidor de Deus e nem em terminal de máquinas cibernéticas, nem em moderno e nem em pós-modernos, esta pesquisa busca seus meios no simultâneo dos percursos. Investiga alguns desenvolvimentos partindo da realidade particular, por exemplo, que mobiliza a escrita desta tese. Inicia seu percurso se assumindo ignorante e cético sobre a capacidade de pré-estabelecer métodos, caminhos, quaisquer leitos seguros para se chegar ao conhecimento, especialmente na comunicação. Mas não foge a tentativas. Não sabemos onde chegar e nem como vamos chegar, enquanto isso, trilhamos.

A pesquisa foi, em parte, o fim de si mesma, buscou-se pesquisar. Nada contra sistemas de saberes tão bem estabelecidos na fé de tradições metodológicas, até porque ora e outra recorremos a ela, evitando, entre outros motivos, os riscos de quem inicia. Nada contra o martelo que diante das multiplicidades, como diz Amaral (2004), e da vontade de unidade universal faz constantemente uma síntese aditiva “e”, “e”, “e”. Estamos presentes na linguagem, no tempo de sua narratividade, definidos e individualizados por elas, retirados das virtualidades infinitas e colocados em uma forma exclusiva, pressupondo um nem isso e nem aquilo. Mas ainda assim acreditamos em um *ou* para a nossa coexistência nesses sistemas.

Em seguida vamos fazer um relato do que encontrar, capítulo a capítulo, na tese. Organizamos os capítulo e subcapítulos de forma que alguns deles podem ser lidos em separado, conforme o interesse errante de leitura seja mais voltado para as etapas global, local, filosófica ou subjetiva.

## **Capítulo 2 ou Capítulo Zero: notas metodológicas sobre o percurso de tese**

Nos arranjos metodológicos está a parte mais sensível da tese em forma de uma confissão: na terminologia do Instituto de Psiquiatria da UFRJ, vivemos logo no princípio

---

<sup>16</sup> Os múltiplos tempos presentes seriam: agora mesmo, estando agora e agora. “A essa relação humana nos seus múltiplos tempos (...), Agnes Heller (1993) denomina conjuntividade.” (BARBOSA, 2017, p.29)

do doutorado um surto psicótico do humor. E passamos a conviver com a ideia de uma doença. Esse fato aleatório nos alterou completamente o projeto de pesquisa. Em nossos termos, foi a errância, a liberdade, a essência da verdade que vem em forma de mistério e toma carne. Nesta seção contamos sobre a paixão pré-tese, do projeto inicial antes do raptó para o místico da errância que se tornou tese encarnada em nós, pesquisador. O hospício e a vontade de ser antimanicomial, *des-envolvendo-se* do silêncio da internação, confessando-se em tese, não é novidade; lembra o trabalho jornalístico de mulheres como Nellie Bly e Magda Donato, que se internaram em hospitais para contar a realidade dos maus tratos ou das loucuras<sup>17</sup>. Mas ao contrário delas, relata-se a loucura que está na tensão entre ser leiga e dona de seu saber e avanço; com a qual se deseja pensar; a que todos podemos incorrer, inclusive no cenário que conjuga excelências e faltas, como é o ambivalente trajeto da pós-graduado na área de comunicação do Brasil. Concentra-se nesses arranjos metodológicos o capítulo zero, o que chamo de pré-escrita, aquilo que conjuntamente prescreve e segue, pré-socraticamente uno, e por isso não pode ser lido como um texto, mas convivido por uma tênue relação de confiança entre o autor e o leitor. Descrevemos também o recorte imaterial e material da tese.

### **Capítulo 3: Problema.**

Por problema entende-se a circunscrição do campo errante fora de uma epistemologia, mas entre o interdisciplinar, a hermenêutica e o indisciplinar. É o ponto de partida para garantir alguma autonomia de conhecimento e poder ganhar condições de dizer e agir sobre o que intuímos como Comunicação ao Desenvolvimento; dois campos de mistérios em pé de igualdade, sem uso técnico instrumentalizado de um sobre o outro. Mas ao serem objetos da adequação ao intelecto humano, tornam-se movimentos científicos e institucionais — comunicação e desenvolvimento: arena de *experts*. O problema é: qual conhecimento interdisciplinar precisa avançar para que um saber ou um conjunto de práticas não vampirize o outro.

### **Capítulo 4: Revisão teórica.**

O capítulo faz revisão teórica do campo da comunicação e do campo tradicional do desenvolvimento, este ora entendido como liberdade, ora como interesses nacionais e

---

<sup>17</sup> MENDOZA, Virigina; YOROKOBU. Perfil: Conheça Magda Donato, jornalista espanhola que se internou em um manicômio para contar a história do lugar. SAMUEL: Madri, 2015

uma série de outras compreensões. A complexidade da seção está na dificuldade que encontramos para achar os critérios de seleção de autores e obras. Os dois campos, o da comunicação e o do desenvolvimento, sofrem de uma plasticidade conceitual, uma inconsistência de cânones e referências consolidadas. A autonomia científica para ambas as áreas ainda parece estar em construção. O critério enfim foi a facilidade de acesso e disponibilidade em meios físicos e virtuais. A simultaneidade a que se apresentavam ao pesquisador errante.

### **Capítulo 5: Ensaio Filosófico Antropológico**

O capítulo três, designado Ensaio Filosófico Antropológico — em um paralelismo com o campo de pesquisa do professor orientador<sup>18</sup> —, expressa o resultado mais autoral da pesquisa. É decorrência do desvio ocasionado pela experiência da loucura. E com a qual se pensa para entender noções nossas de *extra-ordinário* e *des-envolvimento*. Desburocratiza a noção anterior de desenvolvimento, retirando-a da ordem econômica para inseri-la no movimento da errância, do caótico ao coincidente, individual ou coletivo, entre um des-envolver-se simbólico de ordinariedades e envolver-se simbólico com extraordinariedades. Tecendo sempre noções e não conceitos, para fazer micro história filosofia espirituosidades, nos encontros do pesquisador em campo, nos avizinhamentos no lugar e no agora. O exercício é argumentado pela dupla de teses:

1) a tese filosófica de que a comunicação é a finalidade do desenvolvimento. Esta tese é substanciada pela análise da Essência da Verdade<sup>19</sup>, em que a liberdade aparece como a essência da verdade e aí, ocorre desvelamentos e velamentos, movimentos que não são nem para e nem pelo homem orientados.

2) a tese antropológica é a que justifica o uso do *de-lírio*<sup>20</sup> como condição de investigação do pesquisador errante, para daí des-envolver-se em comum das

---

<sup>18</sup> Ver HISTÓRIA FILOSOFIA RELIGIÃO: INTERFACES. Disponível dia 01/02/2019 < <http://historiafilosofiareligiao.com/projeto.php> >

<sup>19</sup> HEIDEGGER. Sobre a essência da verdade. In: Conferências e escritos filosóficos. Trad. Ernildo Stein. São Paulo: Abril Cultural, 1979. Coleção Os Pensadores

<sup>20</sup> A seção final das notas metodológicas justifica o uso do hífen, que busca enfatizar uma das várias vertentes e modos de compreender a palavra delírio.

ordinariedades; para envolver-se, plenamente, participativamente, em extraordinariedades e mudança social.

### **Capítulo 6: Tese & Ação**

Dá conta das táticas de operacionalização do pesquisador errante ao meio. Seja para o meio teórico ou para o meio de ação em campo. Em nosso percurso filosófico antropológico na cidade de Niterói, por exemplo, foram utilizados mais de 20 vídeos, produzido como forma de aproximação das comunidades de cidadania locais. O capítulo explica também os laboratórios de *coincidências*, isto é, as ações de criar coerência, incidir nexos criativos improvisados, a partir de episódios acidentais do contexto da escrita. O erro é tido como matéria prima da continuidade narrativa. Um desses usos foi entre os artigos acadêmicos sintetizadores do percurso de tese e o tempo de movimentação da escala global para a local, vinculando-se os tempos globais de conjuntura dos 4 anos ao percurso de errância.

No capítulo também se ensaia a aproximação da errância a traços paranoicos. O pesquisador errante é não apenas eu, indivíduo escrito e escritor, mas também o leitor, que lê a própria vida particular, agora mesmo, e todo cidadão em busca de coexistir saberes da realidade. Colada nesta filosofia saída da loucura, pensa-se em defesa dos serviços simbólicos do delírio, como se eles tivessem a regenerar não apenas uma falta particular, mas a nossa, a mais coletiva. O capítulo Tese & Ação trata desse papel intelectual orgânico não porque busca conhecer quem age, e daí instruí-lo, mas orgânico no sentido de ser quem age e se instrui inclusive com quem não se vê intelectual, muito menos orgânico. É um trato da pesquisa ação, flexionada para o propósito específico do percurso desta tese e de suas micro ações, nas diversas micro histórias filosofias antropológicas que, no percurso, tentou fundamentar junto à comunidade de aprendizagem que foi, sabendo-se ou não, coautora da tese.

### **Capítulo 7: Percurso de Errância**

Por fim, o capítulo sete esmiúça o percurso. Do primeiro ao último ano do doutorado. Ao todo, cinco subcapítulos de estilo narrativo variado dão um registro das alternâncias de percurso e, em alguns casos, podem exatamente por isso ser lidos em separados. É este o caso do Relacional-Relativo Oxford e do Relacional-Relativo Zagreb. O primeiro é um relato do resultados de pesquisa sobre os bancos de desenvolvimento, o



último é a pesquisa sobre as ações de cidadania às proximidades da nossa residência. Do globo às vizinhanças, o errante em errância se representifica.

Os bancos de desenvolvimento, inicialmente objetos da tese, passam ao lugar de mera referência inicial do percurso, coligada à experiência da aprovação para a conferência em Oxford sobre os bancos de desenvolvimento dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Primeiro exercício mais cientificista de projetar métodos, hipóteses, testes do método e de resultados da pesquisa. O texto deste subcapítulo é uma reescrita do artigo original não publicado, mas produzido ao longo do primeiro ano do doutorado e apresentado na universidade de Oxford. Revisitamos essa pesquisa munidos do amadurecimento do segundo ano, no intuito de criar pontes entre a vivência do desenvolvimento que experimentamos em primeira mão, o nosso enquanto pesquisador errante, e o desenvolvimento noticiado por agências internacionais, especificamente o de cinco bancos de desenvolvimentos.

Após o máximo da vontade de legitimação do nosso discurso acadêmico, por uma universidade quase dez vezes mais antiga do que a universidade em que nos graduamos e concluímos este texto do doutoramento, de Oxford à UFRJ, vivi o avesso. Fui à máxima deslegitimação, ao hospício. Não por projeto de pesquisa. Mas evento extraordinário não planejado, não desejado, não tudo. E, até o evento ser, até a sua experiência em si ser reutilizada para a integralidade da aprendizagem sobre o conhecimento comum, inclusive o nosso quando louco, precisamos nos des-envolver do impacto com o extraordinário assustador, aceitá-lo. Torná-lo ordinário. E só então mais uma vez, desabitá-lo. A transição vale um subcapítulo entre o empírico dos BRICS ao retorno ao Brasil, como tema e presença física do autor pós vivência internacional. E assim, foi a transformação do pesquisador errante em aprendizagem integral, para uma comunidade de aprendizagem também de ambições integrais. Ressocializado por interações na vizinhança. A rua, o bairro. Os vizinhos não territoriais, mas colegas de pesquisa. Filiais de ação e mudança social local para a cidadania. O rapto do pesquisador para a errância, ao retorno, solicitou sentido improvisado, *coincidentando*. O surto e o retorno a si. A cura como um entrançamento e participação social na língua materna. Em movimentos sociais.

E por fim, mais um a aprovação de nosso resumo, agora pela Universidade de Zagreb, serve como sintetizador do momento pré-escrita mais local da pesquisa. Em retorno a si, articulando três atores chaves da comunicação ao desenvolvimento local: os vizinhos miditizados, os políticos e os bancos de desenvolvimento. *Coincidências* da

crise pessoal às do Brasil e do Estado do Rio de Janeiro. Crises inclusive de comunicação. Niterói e as vizinhanças revelam um cenário propício, em contexto de planejamento de longo prazo, para se lançar uma base de participação plena. Não judicializada, mas social, espontânea, criativa, articulada, engajada.

### **Conclusão**

A conclusão é que o pesquisador errante não faz sentido no senso comum. Mas cientificando-se, des-envolvendo-se de si percebe o seu extra-ordinário: que não tem sentido e que exatamente por isso precisa, por movimento de envolvimento de cuidado de si em comum, fazer um sentido de comunicação, com auto-compassão e auto-eficácia, para estar *com*, do local ao global, em investigação dos mistérios da Comunicação ao Desenvolvimento.

## 2. CAPÍTULO ZERO: notas metodológicas sobre o percurso de tese

Nesta seção, detalhamos pistas sobre a metodologia. Não a demonstramos. Mas compartilhamos nossas suspeitas. Em forma de notas. É o conjunto delas concentrado neste começo de tese uma “indicação formal”, no sentido da noção que fazemos deste conceito de Heidegger. A noção autoriza a chamar assim o que é discussão aberta, por ser alterada ou qualificada posteriormente em mais revisões. É um modo de começar.

A indicação formal é, portanto, formal em dois sentidos: designa ou sinaliza oficialmente certos fenômenos da primeira pessoa do singular como o tópico da investigação, e seleciona características que definem a forma ontológica da entidade em questão. É, portanto, o método pelo qual um relato transcendental legitimamente de nosso ser pode ser começado a ser gerado por cada um de nós a partir de nossa existência factual e imanente. (SHOCKEY, 2010, pp. 525)<sup>21</sup>

Sinalizo fenômenos do eu, indivíduo, em um campo específico: histórico filosófico religioso<sup>22</sup>. Campo ao qual tentamos participar com esta síntese público-particular de doutoramento ao longo de todo percurso de tese & ação, que detalhamos no texto. Seguindo Umberto Eco (1991) quanto à produção de teses, começamos revelando o que – para ele – deveria ser um mistério ao leitor. O título secreto da tese: algo mais do que aparece na capa, espécie de sinalizador interno dos rumos tomados. Nesta confissão da máxima intimidade do texto que temos, entre nós aqui nos mediando, leitor, o tal título secreto seria como dizer algo assim. Prepare o fôlego: ensaio sobre a experiência de criar conhecimento interdisciplinar entre desenvolvimento e comunicação, partindo não de experimentos mas de vivências experimentadas pelo pesquisador, numa antropologia comum para o tempo presente, para então elaborar uma metodologia de pessoas comuns, testada em um método de análise aplicado a casos específicos do cotidiano, do sujeito sobre si e sobre o seu meio, especialmente quando há intenção de mudança. Assim tão longo, é bom que volte logo a ser secreto, pois de fato não serve a ser título público. É ainda que revelado mais um apalavrar secreto e quase esotérico.

---

<sup>21</sup> Tradução nossa do trecho: Formal indication is thus formal in two senses: it officially designates or signals certain first-person singular phenomena as the topic of investigation, and it picks out features which define the ontological form of the entity in question. It is thereby the method by which a legitimately transcendental account of our being may be begun to be generated by each of us from out of our factual, immanent existence.

<sup>22</sup> Ver na introdução referência ao campo de pesquisa História Filosofia Religião.

A pista está na primeira palavra. É ensaio. Justo porque não se faz ciência. Questão se faz, é certo. Mas não há comprometimento de resposta, nem de adequação entre o que se responde ao que se perguntou antes. Há, sim, abertura. Para respostas à posteriori. Ao analisá-lo, qual é, por exemplo, a diferença entre experimento e vivência experimentada? O que é antropologia comum ou o que seria o seu oposto? O que quero dizer com tempo presente, o que seriam pessoas comuns? Comum no sentido de comunidade. É isso? Qual é o método de análise que serve para tudo? Do global ao local? Não teremos aqui resposta para nada disso. Não respostas que foram prometidas, isto é, projetadas, desde o método à investigação de campo, para a redação final. Nada disso é trabalho intelectual que aqui escreve. Confiamos na participação eficaz e com paixão do leitor, na ciência assim aberta, comum e cidadã, para dar transparência intelectual ao que nos faltou tempo, espaço e conhecimento.

Mas ensaiamos fazer questão e *estar aí* com elas, as questões; convivê-las, nem sendo menos e nem mais, apenas pacificamente entre e com quase infinitas ignorâncias. Pensando assim, aposto na mudança como *des-envolvimento*. Em vir a ser. Pensar que, enquanto ato de pensar meu, me retorna à fase que, talvez, todos viemos passando desde o princípio da humanidade. Possivelmente entre os sete e onze anos de idade. Eu me refiro aos estágios infantis definidos por Piaget<sup>23</sup>, que teoriza o progresso infantil para a aquisição do conhecimento. E mais especificamente, eu me refiro ao Estágio do Operativo Concreto. Eu e leitor, nos colocamos disponíveis neste ensaio a estabelecer relações de coordenação de pontos de vistas diferentes, quem sabe até cooperando um com o outro. Sem perder de vista a autonomia pessoal, espacial e temporal de cada um (PEDROZO, 2014).<sup>24</sup>

Acrescento ainda nosso título supersecreto. Este é despudorado mas tem menos esoterismos. Pois que seja: notas sobre uma experiência de erros e acertos, de aleatoriedade e pouco controle entre o previsto e o executado, para criar um fundamento

---

<sup>23</sup> Em sua teoria sobre a aprendizagem cognitiva, Piaget propõe a existência de quatro estágios de desenvolvimento cognitivo no ser humano: inteligência sensório-motora, pré-operatória, operatório concreto e operatório formal ou abstrato. Sobre o assunto ver: PIAGET, Jean. A Construção do Real na Criança. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1970; PIAGET, Jean. A Equilibração das Estruturas Cognitivas. Problema central do desenvolvimento. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

<sup>24</sup> O conceito chegou a nós por dupla errância. Real e virtual. No aspecto real foi consequência da convivência com os grupos ativistas de vizinhança do autor na época da escrita de tese: moradores do Maravista em Niterói, com os quais me articulei, talvez antropológicamente, em atividades de extensão informais ao longo da minha pesquisa ação. Para a escrita deste parágrafo, o conceito foi consultado rapidamente em um site na internet citado, fruto da errância virtual.

aglutinador, nos ajustes e desajustes pensados entre a loucura e a normalidade, que sirva à história da Comunicação para Desenvolvimento e Mudança Social (CDMS), mas que enquanto não é método, que seja micro história filosofia antropologia e tenha poder de extensão acadêmica, informal, enquanto erra querendo entender e fazer acertos por onde passa no tempo e espaço relacional.

Quanta ineficácia de síntese esses títulos secretos dão a reconhecer. É vexatório. Mas ainda se trata de Comunicação ao Desenvolvimento, campo entrelaçado em formação. De tentar criar um lugar à investigação mais cidadã, pedestre, errante. Leiga da academia mas que conversa bem com ela. E assim sendo, precisa se dizer em conserto, na oficina do operatório mais concreto para ir sendo daí, dessa nossa micro amostragem, entre nós, reconhecida. Terá estrutura cultural geradora de verdade, inclusive neste aqui, campo da produção de conhecimento? Será também transversal a outros campos? Ensaia-se torná-lo presente na *prática* social, seja ela institucionalizada ou não, e nas *ações*, individuais e coletivas. No tempo e espaço dos quatro anos, acredita-se que se fez alguma diferença, microfísicas rupturas, para aperfeiçoamento e ajustamento das comunidades em que se participou.

Os títulos secretos ainda não informaram nada sobre uma noção que, como algumas pistas, apenas deixa rastros. A *aprendizagem integral*. Conceitualmente, ela possui uma história e filosofia. Enquanto noção pessoal e particular, até onde foi nosso *conhecimento comum* (MAFFESOLI, 2010, p.260), aprendizagem integral era viver a complexidade cotidiana, com uma atenção específica, e essa atenção começou para ser integral, sendo dirigida a nós, indivíduo e sujeito. Vivi a aprendizagem integral de nós mesmos. Quando nos aprendemos integralmente, isso significou, obviamente, que enlouquecemos. Nos perdemos do conjunto. Erramos existindo socialmente, agindo como se sentir ou pensar fossem razões suficientes de ser e não apenas duas, entre várias outras operações humanas necessárias. Ensaíamos existir com a loucura, sem sê-la. E depois fomos pouco a pouco retornando para uma comunidade de aprendizagem, ressocializando, numa espécie de trazer pela mão, pedagogia, de alternância entre o elogio e a crítica da loucura. Des-envolvemo-nos de nós o que aprendemos. Entendemo-nos em tese de percurso e ação, antes de publicar, intervindo em comunidades de aprendizagens que coabitam diferentes espaços, literalmente físicos, reais ou virtuais, sejam virtuais físicos ou orgânicos, ativados por redes de memórias vividas, talvez na base do espaço relacional, o mais simbólico.

Enfim, acreditamos que seja preciso explicar a tese e a ação da tese, porque este momento de defesa, de doutoramento seja aos olhos da banca, já passada, ou seja aos do leitor que agora mesmo lê, representa também um momento de observação sempre nova do próprio objeto de estudo: o pesquisador errante. O que temos a defender em primeiro lugar é: um Capítulo Zero, posicionado aqui nas notas metodológicas, onde falamos da aleatoriedade que vivemos antes de construir, ou melhor, de perder o pudor diante desse pesquisador que representei. Na ousadia socrática que pede antes do conhecer a ti mesmo, o cuidado de si, descobrimos após o primeiro ano do doutorado que precisávamos cuidar mais do nosso olhar, do nosso sentir e do nosso modo bem particular de pensar para daí então torná-lo prático ao propósito acadêmico.

A tese não deixa de ser uma grande escrita sobre a espiral da experiência do particular, que antecede inclusive o doutorado. Foi escrito e reescrito diversas vezes. É ação no sentido de dar continuidade ao que lhe antecedeu. Por que bancos de desenvolvimento? Porque vivemos a análise desse objeto desde que saí da graduação, passando pelo mestrado e ainda o tomamos como referência no doutorado, mas agora por razões de entender o particular olhar construído entre os campos da comunicação e do desenvolvimento. O que diz essa obstinação? Não sobre os bancos e nem sobre nós, mas sobre a Comunicação ao Desenvolvimento? Por que a escolha pela filosofia da comunicação? Por que participamos do grupo de estudos que desde a graduação cultivou a memória desses saberes em conversas descontraídas entre mestre e ex-alunos. Os sentidos se firmam na história particular do autor, que escolheu por dar nome a tal experiência de conhecimento, uma antropologia simples ou errante. Pesquisador errante.

Mas é ação também porque visa instituir rupturas. Cortes precisos no tempo da publicação. E choque. Espanto na leitura acadêmica. A tese é ação na medida que, além do escrito, carrega vontade de inscrição no tempo. Aprovar um texto que trabalha a partir do conhecimento comum, que inclui nele a aprendizagem vivida no interior do manicômio, como paciente em si mesmo, não como antropólogo cientista, nem jornalista infiltrado encenando a loucura, mas sendo ele mesmo um desvelador de loucura. Ação, primeiramente, de ruptura perante um campo de conhecimento, vontade de autonomia perante os conhecimentos burocráticos especializados do hospício às ruas. Com eles.

No diálogo com o conhecimento oriundo da loucura assistida com os campos produtores de verdade, o que se busca é dar condições de novos dizeres e fazeres. O fazer da crítica à tese é não só um de trato da verdade como um trato de qualificação ao universo

enciclopédico dos sistemas de pensamento. Mas é também uma abertura a um “o que fazer com o que se sabe”. E a proposta é: cuidado. Desafia-se uma defesa com o cuidado de si, da sabedoria de proximidade e vizinhança, para dar propósito ao verdadeiro, torná-lo em *pahressia*, ressonando a prática greco-romana de direção de consciência para cuidado de si e do outro, o dizer franco que se arrisca no dito.

E esta direção (de consciência) requeria certa qualidade, na verdade, uma certa “maneira de dizer”, uma certa, digamos assim, “ética da palavra”, que (...) se chama, justamente, parrhesía. Parrhesía é a abertura do coração, é a necessidade, entre os pares, de nada esconder um ao outro do que pensam e se falar francamente. (FOUCAULT, 1992, p.169).

Como ensaio, palavra inicial do título secreto revelado ao leitor, este texto possui inúmeras questões que fizemos questão sem alcançar as respostas. Pensar aqui é uma esperança. De retorno em algum momento, por nós ou por quem o veja necessário, se até lá ainda o for, das respostas. A operacionalização da interdisciplinariedade entre comunicação e desenvolvimento espera-se ter avançado, a prática desse levar um ao outro, em nome de haver mais plurais, comunicações aos desenvolvimentos. No mais, o sentimento comum entre aquilo que deveria ser dito e a difícil tarefa de escrever com precisão o que se deseja após tantas vivências e leituras.

## 2.1 A Pré-escrita

Esta seção não é, obviamente, a pré-escrita que lhe dá nome. Precisaria lhe faltar o texto. Ainda assim, está aí à vista de todos em título e corpo. Ou será um erro ou será uma falsidade. Falha de representação. Portanto, zero. Mas o que é? Fazer essa questão insistentemente, por saber o que é, realiza um trabalho que não se pode sozinho, talvez não apenas subjetivo, do eu pensante, sendo também dele, o nosso eu que lê e escreve. Exercício muscular ancestral de mundo, de fusão com os outros, confusão<sup>25</sup>, que deve fazer algum sentido micro à história e à cultura. No momento e entre nós.

Qual sentido? A resposta “ou erra ou falseia” expressa uma vontade interdita de confiança no autor, tornado objeto, pelo leitor, tornado observador. Logo se desconfia. Ter vontade de crer foi ensinamento, prática social e vem sendo reproduzida por gerações. Houve escolha? Talvez. Coabitamos o lugar comum da prática. Tem ética e estética. O lugar de apontar e ver possíveis faltas de ilustração ou transparência no outro, inclusive de si. Há fundamento cultural, é certo. Religiosamente cultuado especialmente na

---

<sup>25</sup> Agradeço à Janine Justen ter sido minha mensageira desse jogo etimológico nos debates dos encontros do Ocupa IDEA (Programa de Estudos Avançados da ECO). A confusão ser fusão com.

dimensão visual do olhar. Participa dele o ato de vontade de crer ou não crer. O confessar-se a tribunais. Dar ou não provas. E tudo o que no capítulo se vê, vendo agora mesmo, não condiz com o ato de leitura das palavras que lhe encabeça. “Ver para crer”, diz-se popularmente, num reconhecimento comum de que, para alguns, crer, de alguma forma, começa no ato de escolher ver. A pré-escrita não é óbvia.

Será suficiente ou necessário crer neste nosso caso particular? Algo é; esse nosso gesto aqui, antes mesmo de precisar ser confiado ou desconfiado. É? Não o fizemos cego. Percorremos, antes do leitor, com nossos próprios olhos o texto após ter sim, sido escrito, reescrito, lido, contestado e requalificado. Dissimulamos? Representamos algo que sabemos não ser apenas para parecer diferente do que é? Erro ou falseio a nos mesmos? Talvez. E o que se revela nesse talvez além da falta de compromisso com a verdade das adequações? O gesto tem alguma referência por tradicional, às artes plásticas. Não se inova. Há condições prévias de se dizer e fazer o que se faz.

Mas além da arte. É o quê? Talvez um pensamento aposta. Sem saber como e nem esperando garantias de sucesso. Aposta em uma experiência nossa, leitor, que tencione o milenar ordinário ato de leitura de escritos. Com a vontade de operacionalizar outro estatuto de leitura e verdade. Aposta, primeiro, na diversidade de leitura. Não se faz única. Cada corpo de olhos e texto é um entre outros possíveis.

Em seguida, aposta na tentativa de abrir o texto à específica leitura de convivência, conversa de desvelamento. Uma pesquisa ação, confundida, *interreflexiva*. Considerando a reflexividade paradigma moderno de comunicação, o tempo de leitura nosso, este moderno ou hipermoderno. Não ainda, mas talvez sim, pós-moderno. Tentamos dar a reconhecer microfísicas condições para uma convivência agora mesmo e aqui. Entre nós. Seguimos o entendimento de Biswander (Professor Emmanuel Carneiro Leão, agosto 23, 2017, IIPUB/UFRJ) para a convivência, que é terapia, estruturação amorosa para o relacionamento. Há neste texto uma aposta na impossibilidade interpretativa dele pelo leitor, para que o viva, sem concorrer, a cada instante parágrafo, o passado não escrito e a futura leitura interpretativa. Que somos, colados um ao outro por um ou mais sentidos, por ambos os lados, o de quem lhe pré-escreve texto e o de quem insiste na leitura em querer confiar saber pelo escrito, o pré-escrito aqui ausente da observação. Amantes de sabedoria, não sábios. Por isso errantes. Precisamos firmar um compromisso mútuo nem de fé e nem de razão. Há uma tênue fiação, que não é transparente e nem óbvia, nem confiança, com outra experiência distante. Não é esta a nossa, aqui e agora mesmo lida,



é originária, é passada; mas insistentemente presente num texto frágil. Finito. Produto acadêmico burocrático. Que é paradoxo inscrito na defesa e intitulado pré-escrita.

Sem poder saber o que é isto, vem outra questão. O que faz isto que não se sabe o que é? A dúvida de que seja falso ou erro não implica na inexistência de efeitos. Assim, na questão de efeitos, se há uma causa, qual consequência? Zero? Nossa ambição está longe daí; é resgatar, microscopicamente, palavra que aqui se refere ao que passa despercebido de tão ínfimo que é aos sentidos, o que talvez tenha sido e venha sendo não apenas ignorado como também esquecido em meio ao acúmulo de milênios (des)orientado exclusivamente por sistemas de pensamento baseados no intelecto de adequação. Mais uma vez, não um resgate para a totalidade, mas entre nós. Aqui e agora no momento da escrita e leitura. Na comunicação em si e aqui mesmo presente. Daí o “microscopicamente”.

Suspeitamos da ignorância e do esquecimento do mistério. Já este não é um pequeno, algo localizável como um tesouro enterrado em uma vasta praia. Mas um mistério em cada grão de areia. Em toda parte. Um enorme insistente mistério que vem colado a todo conhecimento, mas pelo conhecimento e sua complexidade, nos faz esquecer que estamos fundamentalmente errantes a todo tempo (HEIDEGGER, 1979). Porque queremos e até precisamos esquecer que, bem profundamente, não somos capazes de saber, inventar, ter técnica e eficácia. Ou não queremos e precisamos inclusive aqui agir sob tal dissimulação da ignorância e da memória? O esquecimento disso é, creio sem saber, o que dá a abertura para que, paradoxalmente, façamos conhecimento, inventos, técnicas e todo complexo aparato de eficácia global. Desenvolvemos na base do esquecimento. Cuidamos inclusive de nós pensando. Desenvolvemos talvez um fundamental esquecimento para poder comunicar, do passado ao presente, feitos de sobrevivência, modos de cuidar de si e do meio.

Pré-escrita, assim, dá condições de reconhecer, sem dizer ou representar verdadeiramente o que é ou o que foi antes da escrita. Dá um estatuto que não é o mesmo da adequação de verdade ao que se diz e ao que se faz. O estatuto é outro. Presentifica micro condições necessárias a alguma convivência, nos aproxima, escritor e leitor, mais por ensaio de suspeitas e apostas do que no projeto de despertar convicção pela demonstração. Falta ao texto dar provas cabais de razão. Por outro lado, também nem é escrita suficiente que dê motivos para se ter fé. Faltam-lhe profecias, milagres e

sacralidade. Pede humana tolerância. Científica, talvez. A pré-escrita aproxima fragilmente o leitor inclusive porque o faz tomando algumas distâncias.

Além da dúvida, da desconfiança, expressões talvez subjetivas, há outra microfibras que nos liga. A distância no tempo de quem lê, de quem escreve. Qual é a distância precisamente da qual estamos falando? Necessariamente, vivente ou não, estamos através deste texto em seu passado, leitor. O tempo não volta. Nem a quem lê, nem a quem o escreve com inscrições presentes da pré-escrita. A experiência do capítulo, então, serve a nos aproximar a direção da observação. Estamos convivendo ao observar um passado ao qual não se retorna. Talvez apenas estoicamente, na antecipação, pela memória, que traz o átomo material do já vivido significativamente a todos e por escrito.

E voltados à qual passado? Não nos posicionamos, em convivência insistente deste zero capitular, para observar as origens ainda mais remotas a nós dois. Em português claro, por pré-escrita não dizemos aqui a descrição arqueológica do que antecedeu aos últimos seis mil anos de invenções e reinvenções da escrita pelas civilizações. Essa é uma longuíssima pré-História que acabou (certo?), sabe-se disso pela escrita ela mesma, acompanhada do bronze, das ferramentas e de outras complexidades humanas. Desenvolveu-se História a partir de administração, escriturária, burocrática e aí ainda humana, da sua própria sedentarização. Teve pés no chão. Precisamente na terra conhecida até agora entre dois rios, o Tigre e o Eufrates, a Mesopotâmia, e desde então não para de reinventar-se.

É bem material a ideia dessa outra pré-escrita, a pré-Histórica. Conhecemos alguma coisa disso. Vivemos isso?

Daqui, do ponto de vista de quem pré-escreve às proximidades dos caminhos que Darwin<sup>26</sup> percorreu fisicamente para teorizar a evolução, existimos com o tempo do espaço-planeta globalizado em rede mundial de computadores. Mundo que exclui bilhões de humanos, talvez meio mundo, das redes técnicas e solidárias. Pré-escrevemos diante

---

<sup>26</sup> O pesquisador inglês percorreu em sua juventude a região de mata que circunda nosso território, o mesmo que nos fez, obviamente em outro tempo, vizinhança à escrita deste capítulo da tese. A aproximação dos dois fatos – Darwin catalogando espécies na mata e eu dois séculos depois refletindo deste ambiente sobre errância, comunicação e desenvolvimento – é puramente imaterial. Apostamos que a força simbólica desta *coincidência* (noção que vamos trabalhar melhor no capítulo sobre a operacionalização da tese ação) inspirada pela dimensão territorial e semântica compõem uma ressonância de significação pré-escrita, a pensar e a agir no interior do campo de pesquisa errante. Nesse sentido estrito há uma contemporaneidade que, pelo imaginário, coliga tempos distantes no lugar presente, potencialmente a reproduzindo adiante pela comunicação.

de máquinas pessoais, que já as vimos serem de mesa, de colo e agora mesmo ainda estão em telefones celulares espalhando-se sobre outras coisas. Internet das coisas. Muito se poderia dizer sobre o pré- tudo isso, o tempo anterior a essa milenar história escritora, aparentemente de desenvolvimento sem fim, a contar a própria escrita dando provas de si e por causa de si. Mas terá cada máquina de escrita passado adiante, humanamente, até aqui e agora algo que é anterior à escrita ela mesma? Há algum comum entre a História e a pré-História? Talvez a domesticação do fogo sirva como exemplo mais simbólico, material, da permanência pré-histórica a serviço comum das civilizações presentes.

Entre 1,8 milhões e 300 mil anos atrás, o *Homo Erectus*, um ser com o raciocínio mais evoluído, descobriu que se fizesse fricção entre duas pedras, esfregando uma na outra, ele conseguia produzir uma faísca, que se colocada em algum lugar de fácil combustão, pegaria fogo normalmente. Assim ele não precisava mais esperar que o raio caísse em alguma árvore para obter fogo. Os fósseis mais conhecidos foram chamados de Homem de Pequim, que viveu entre 250.000 a 500.000 anos e foi encontrado em escavações na capital da China na década de 1920. (MUSITANO, 2012, p.1)

Mas o capítulo é zero não por falar dessa pré-História. É zero por prepara o terreno para falar da história minúscula, a subjetiva, feita aqui e agora entre nós, escritor e leitor. Tal como a História maiúscula, geral, objetivamente contada no mundo, devem passar adiante em resquícios perceptíveis ou não tudo aquilo que a antecedeu, a outra, menor em escala e não em importância, pois é mais nossa, também deve reproduzir-se à percepção. É zero, o capítulo, porque está entre a necessidade de iluminação e de questionamento. E reproduzir aqui também um tanto da pré-história não material do fogo, esse de sentido propiciador a todo o conhecimento, pede um zero demonstrativo de ruptura. Um estranhamento. A mitologia grega apresenta esse lugar do fogo imaterial com a força simbólica de furtar os deuses. Na narrativa, o imortal Prometeu sofre o trauma do dilaceramento do fígado em ciclo diário de repetição, punido por tirar dos deuses ao homem o fogo (MUSITANO, 2012). Furto, pois velado aos deuses. Desvelado aos homens. Representação da necessidade humana de conhecer e comunicar adiante. Iluminar. A punição por reunir as condições de conhecer também ocorre na tradição narrativa judaico-cristã. A árvore de conhecimento do bem e do mal, objeto de desejo, ato teológico do erro original da criatura humana na mitologia bíblica do ocidente. Essas e outras ambientações simbólicas dão mostras de continuidades pré-históricas na história, talvez até a pós-História. Isso é um dado a reconhecer por efeitos subterrâneos, aos quais cada escritor estará inscrito nas tensões da alienação de si e do todo temporal. Está aí, há, não necessariamente incomunicável, pois um dia quem sabe, *saber-se há*.

A carne que se consome nessa alienação talvez seja a questão filosófica. Por enquanto, apenas se pergunta, de onde viemos, quem somos e para onde vamos. Vamos nos conhecendo e cuidando. Do tempo do fim absoluto da História e da Filosofia não participamos, então não sabemos e nem queremos dizer-lhe algo com o título zero. Talvez via o esgotamento das filosofias que se pretenderam sistemas fechados de verdade de adequação. Mas não a filosofia como conhecimento para cuidado de si para a felicidade. Faltaria a nós futuro e passado para intitular o fim desse Pré-histórico maiúsculo a nós na história, que até dizem que também teria acabado. Mas nos serve, ainda, na função de teoria, talvez, também universal e da qual participamos sem poder dizer, pensar e intervir com certeza. Apostamos. Como quem não consegue saber-se numa montanha quando está no interior da caverna, longe da vista propiciada pelo cume. Resta ensaio de imagens teóricas.

Nossa vontade de fazer teoria, com a pré-escrita dando a partida, é dizer algo do eu, indivíduo com o meio em trânsito, a testemunha mais fundamental ainda que simultânea ao autor. Pensamos por essas duas figuras. Quem seria essa primeira, a testemunha-protagonista, anterior ao autor? Antes de escrevermos auxiliados por máquinas de escrita, narramos a nós mesmos um texto. Não em formato de tese. Mas como comunicação intrapessoal. Rede de palavras e afetos, caótico delírio, com o correspondente químico-físico-biológico no organismo humano. Por isso, mais carne e sangue, menos texto. Ante cada ato vivido pela testemunha-protagonista, um apalavrado subjetivo e velado, que a cada movimento físico, errante por aí, qualificou ou quantificou tudo o que se aproximou, ao acaso ou não, fazendo vizinhança aos nossos sentidos. Nosso autor, o de letra minúscula, codificando a minha testemunha-protagonista da vida. Só pela linguagem podemos contar como sendo apenas cinco, os sentidos. Antes do gesto cultural e pessoal, como fogo, a pré-escrita.

Testemunha-protagonista pessoal pré-escrita é conjunto de palavras que servem ao autor, com ressalvas certamente ao leitor, para dizer alguma coisa do que vem antes do pré-escritor da tese. Que viveu um tempo próprio em que houve, lá na época da pré-realização enquanto texto em si e de si, um aqui e agora, ao qual se podia intervir, ensaiar, cuidar, apostar, pensar, mas também de-lirar. Por onde? Sobre os territórios de sedentarização humana, a cidade, o “reino da construção” (DA COSTA, 2003, p.66). Palco para o *des-envolvimento* de si para o envolvimento com o meio, o outro, as alteridades conflituosas.

(...) a natureza fundamental e programática da civitas consiste em crescer; não há civitas que não seja *augescens*, que não seja dilata, que não de-lira (a 'lira' é o sulco, a pegada que delimitou a cidade; 'delírio' significa sair da 'lira', indo além dos limites da cidade). Por sua natureza, a civitas é, então, *augescens*; Para um romano não é possível uma civitas que não de-lire! (CACCIARI, 2010, p.16)<sup>27</sup>

Os presentificados caminhos passados, errados para além dos limites de cidades, estudados não existem mais, dão saudade fora da metodologia, porém insistem ser não só sensibilidade subjetiva de elogio autocrítico à loucura. Ambos foram consumidos para que este escrito existisse. Foram pré-escrita em letras minúsculas, fora da grande História universal dos sistemas de leitura do pensamento, mas ainda assim aqui e agora passando, em dedilhar de letras e outros símbolos, condição mínima de desvelamento para outros olhos que não participaram do organismo individual que fez a grafia pré-escrita. Ao leitor, pré-escrita é mistério, absoluto inacessível, impossível de representação ao presente do leitor ou até de lhe ser passado ainda que tenha lido. Não viveu de-lírio. O que lhe resta? Saber conviver, nas inscrições limítrofes, no texto e no feito urbano da tese & ação, ao limite do (in)comunicável. Feitos com e sobre o território da cidade globo também fora de si, consumida pela combustão virtualizante, de expansão financeirizada, mercadológica e outros delírios.

Mas ainda podemos falar sobre a cidade hoje? Talvez na Itália ainda seja possível em alguns casos, como, por exemplo, Florença; mas nos casos de Milão, Roma, Nápoles e Palermo, torna-se difícil. A metrópole da antiguidade tardia, a *Roma mobilis*, a *Urbs* que delira a partir de seu sulco, tem muitas características em comum com o que vou dizer. A história europeia das cidades até a era barroca mostrará uma cidade que, no entanto, de alguma forma se assemelha ao que está descrito no afresco Alegoria do Bom Governo no Palácio [Comunal] de Siena, o trabalho de Ambrogio Lorenzetti: a cidade onde o elemento de comunhão e comunicação está presente para além da "aura" mítica com o qual se representa (certamente naquela cidade houve conflitos devido geralmente à proximidade como um fator de inimizade). Essa cidade foi destruída pelo impulso conjunto de indústria e mercado, e assim a metrópole aparece, o *Großstadt*, dominado pelas duas "figuras" chave, os dois "corpos" que o regulam: indústria e mercado. (CACCIARI, 2010, p. 26)<sup>28</sup>

---

<sup>27</sup> Tradução nossa do seguinte trecho original: (...) el carácter fundamental, programático, de la civitas consiste en crecer; no hay civitas que no sea *augescens*, que no se dilate, que no de-lire (la 'lira' es el surco, la huella que delimitaba la ciudad; 'delirio' quiere decir salirse fuera de la 'lira', ir más allá de los límites de la ciudad). Por su naturaleza, la civitas es, pues, *augescens*; ¡para un romano no es posible una civitas que no de-lire!

<sup>28</sup> Tradução nossa do seguinte trecho original: Pero podemos aún hablar hoy de ciudad? Quizás en Italia es posible todavía en algún caso, como, por ejemplo, Florencia; pero en los casos de Milán, Roma, Nápoles y Palermo se hace difícil. La metrópoli de la antigüedad tardía, *Roma mobilis*, la *Urbs* que delira a partir de su surco, tiene muchos rasgos en común con lo que voy a decir. La historia europea de las ciudades hasta la época barroca mostrará una ciudad que, sin embargo, se parece de algún modo a aquella que aparece descrita en el fresco Alegoría del buen gobierno del palacio de Siena, obra de Ambrogio Lorenzetti: una ciudad donde el elemento de comunión y de comunicación está presente más allá del "aura" mítico con la

A vontade de fazer reengenharia sobre a proximidade, as vizinhanças, para que sirva como fator não de inimizade, mas intimidade e, quem sabe, amizade. É a vontade que orienta a metodologia de errância sobre as cidades, na divisa entre o desenvolvimento do especialista e do leigo. A tese repete a tradição de afresco, arte integrada à arquitetura. E na pretensa vontade de servir como instrução, não ao rei, nem ao plebeu, mas ao espaço da produção de significado e sentido do paradigma hipermoderno ou pós moderno, às franjas da verdade que quase não serve mais a isso. E a palavra autor diz algo sobre criação de nova realidade urbana, equação dos valores conhecidos (CACCIARI, 2010, p.27), outro aqui e agora se faz na escrita de pré-escrita. Um além lira. Uma autorização à errância dizer sobre o governo de si e dos outros. Que sirva. Convivência na memória que se aposta trazer do passado será ela mesma uma novidade. O que será isto? A leitura de pré-escrita já é outra coisa que a escrita da pré-escrita, talvez ainda não dita pelo que é, não conceitualizada. Coisa de causar algum espanto ou surpresa. Legitimação da escuta. Um micro ato de dar razão à *physis*.

A palavra autor indica alguma ponte ao desvelamento entre as partes, ambos indivíduos, com ao menos uma coluna e uma viga de individuação: o eu pessoa humana e social, com RG, CPF, brasileiro, passível de datas de nascimento e morte, que quando escritor tinha tantos anos de juventude entre iniciar o texto, entremeado de envelhecimento ao publicar. Entre tantos tempos e espaços, infinitos detalhes subjetivos de pessoas humanas. Pois o mesmo dito do eu pessoa humana que escreve, serve para o que lê, à exceção deste texto vir a afetar espécies animais ou não capazes de leitura, anjos Tomistas, demônios de Dante, máquinas ou alienígenas. Mas duvido de nossa importância.

A viga, imagem como referência à horizontalidade, pertence ao tempo totalitário. É o gesto cultural, nem meu e nem seu, mas nosso do início ao fim da invenção da comunicação de ideias e experiências entre pessoas, neste caso, pela escrita e a leitura. Autor diz também sobre a função de individuação que simplesmente escreve no tempo desta escrita para ser lida, em tempos outros. É uma espécie genérica de amarra para comunicar diacronicamente ao longo do tempo, usando processos e equipamentos

---

que se representa (seguramente en aquella ciudad había conflictos debidos generalmente a la cercanía como factor de enemistad). Esa ciudad fue destruida por el ímpetu conjunto de industria y mercado, y de este modo aparece la metrópoli, la Großstadt, dominada por las dos "figuras" clave, los dos "cuerpos" que la regulan: la industria y el mercado

específicos, poderia ser há pouco tempo, uma mão à máquina de datilografia, prensa, papiro, pena e lápis, mas tratou-se de dedilhar computador e *software*, falar texto conversado a si ou com outros, registro à grupo sozinho de *whatsapp* (aplicativo que mistura, no nome cacofônico do inglês, ao traduzido para o português, “o que está havendo?” com “aplicativo”), transcrito por sinal de *bluetooth* (curioso dente azul) à caixa de reprodução de voz, “relido digitalmente” pelo computador celular, transcrito à *software* de *speechnotes*, humanamente pensado e revisados em *word*, simulacro de página em branco. Além disso, texto dedilhado em alguns trechos, originalmente em conversa em grupo de *facebook*, num filosofia à cuidado do cotidiano de autogestão coletiva de uma biblioteca, movimento de vizinhanças de bairro, em ocupação pública-comunitária de prédio abandonado no Engenho do Mato, na periferia da cidade de Niterói, pelos orçamentos públicos da educação e a caminho de completar a segunda década.

Conjunto seguido de uma postura física e mental, que atualiza em um tempo específico, via aparatos, o gesto cultural milenar de compartilhar pensamento. A esta dupla individuação, a do sujeito e a da repetição cultural no tempo, considero o nó narrador-escritor. O narrador-escritor é que daqui em diante será designado pela terceira pessoa do plural, nós. Não pense em uma combinação entre o leitor e o escritor. Mas simplesmente o autor que nos inclui, proximamente distante. A primeira pessoa no plural, neste texto, é o indicador de uma frágil convivência. Ela busca erguer a ponte para sair da solidão que a cultura impôs à função de autor individualizada no texto.

A noção do autor constitui o momento forte da individualização na história das ideias, dos conhecimentos, das literaturas, na história da filosofia também, e na das ciências. (...) Como é que o autor se individualizou numa cultura como a nossa, que estatuto lhe foi atribuído, a partir de que momento, por exemplo, se iniciaram as pesquisas sobre a autenticidade e a atribuição, em que sistema de valorização foi o autor julgado, em que momento se começou a contar a vida dos autores (...) (FOUCAULT, 1992, pp.33-34)

Há quem não acredite na palavra autor. Mas deixamos desde já combinado que para nós isso não importa, pois nós desconhecemos o que dizem e seguimos como leigos, pelo imperativo de ir especializando-nos em nossa escrita particular, que escolhe se descobrir enquanto opera a escrita.

A escolha por nós, da primeira pessoa do plural designando o escritor, é precisamente em função não de uma polidez, uma escrita politicamente correta, envergonhada de recorrer diretamente ao eu penso que tal e qual coisa fazem sentido, etc. A primeira pessoa seria, quem sabe, opção tecnicamente mais correta, pois evitaria

confusões e dubiedades. Mas ainda estamos na pré-escrita, espaço privilegiado para dubiedades do tipo ou isto ou aquilo. E optamos por nós mais em respeito a uma intuição do que em resposta a qualquer formalidade e achamos que só isso, esse “nó” intuído como narrador-autor, e atado para um leitor, diz um pouco sobre o que vamos desenvolver a seguir. Compartilhamos da crença de Popper sobre não existir método lógico que leve a ideias novas. “Talvez eu possa expressar minha opinião dizendo que toda descoberta contém ‘um elemento irracional’ ou ‘uma intuição criadora, no sentido de Bergson’” (POPPER, 1972, p.32). O autor cita ainda uma fala de Einstein nesse sentido sobre o amor intelectual, e é sem dúvida de amor que falamos aqui:

[...] busca de leis universais [...] pelas quais se possa obter uma imagem do mundo por pura dedução. Não há caminho lógico que leve a essas [...] leis. Só se pode chegar a elas pela intuição, baseada numa espécie de amor intelectual [*Einfühlung* (empatia)] pelos objetos da experiência. (POPPER, 1972, p.32).

Portanto, o que temos aqui escrito neste primeiro capítulo é um exercício dessa *Einfühlung*, empatia, entre objetos da experiência e quem agora os lê. O objeto primeiro é o próprio pesquisador errante, que aqui serve como o particular ponto de partida para a compreensão de qualquer leitura generalista, especialmente em se tratando de um texto que se destina ser interdisciplinar sobre o desenvolvimento e a comunicação. E se tratando de nos colocar na forma de um sujeito objeto, é preciso recorrer à máxima socrática “cuida de ti”, ainda antes do famoso “conhece-te a ti mesmo”. Recorremos assim ao pensamento que diz:

(...) o sujeito não tem direito à verdade; ela resulta de um trabalho de si sobre si; nesse trabalho o sujeito se transforma, faz-se diferente do que era — e a verdade vem ao seu encontro. A lida com o verdadeiro não se passa diretamente na relação da alma com as coisas do mundo, mas na da alma consigo mesma. (D’AMARAL, 2016)

Com cautela, portanto, não sabemos ainda de qual verdade queremos fazer a curadoria. Talvez não estejamos prontos ou capacitados para nos referirmos a da “adequação das coisas ao intelecto e do intelecto às coisas” (STO TOMÁS apud D’AMARAL, 2017), que incluiu a teologia católica ao pensamento da correção lógica aristotélica. Mas talvez a verdade para a qual estejamos nos cuidando esteja sim próxima ao quê que demonstra alguma correção entre o que se diz e o fato observado. Não se confunde isso, porém, com o mesmo que dá a alguém a convicção de crer ou não em alguma coisa. Seria péssimo descobrir que sofismamos. Queremos mesmo é conceber a verdade como alguns pré-socráticos fariam, imersos no movimento mundano entre o mostrar e o esconder, que a ninguém pertence (D’AMARAL, 2017). Antes de des-



envolver, escondendo-nos, realiza-se o cuidado de si. Em seguida, vivemos o processo para o mostrar-se. Esse trânsito ou transe, hipótese, é o fazer-se diferente do que se era tendo a verdade (as causas últimas, essenciais,) como matéria-prima ou propulsora, talvez um dos elementos imprescindíveis para conceituarmos desenvolvimento como um cuidadoso *des-envolvimento*. E de quê? Ordinariedades. Para quê? Envolvimento cuidadoso à extra-odinariedades. Porquê? Porque a comunicação, o fazer comum, é a finalidade de todo desenvolvimento. Mas vamos seguir calmamente, com cuidado, já que agora seremos nosso próprio objeto de estudo.

## 2.2 A Paixão Pré-tese

O texto que se segue a este parágrafo foi escrito antes da experiência, por nós<sup>29</sup> entendida como errância em estado bruto. Pela clínica médica o nome é outro: no relacionar que faz do paciente, em específico da experiência particular individual dele, genericamente observado e descrito pelo discurso científico da psiquiatria, nos diagnosticou um surto psicótico do humor. A principal experiência da pré-escrita, a errância em estado bruto ou o surto psicótico do humor, seguiu como hipótese clínica por boa parte da construção da tese até pouco antes da defesa, quando se confirmou. “Estima-se que o risco de uma pessoa ter alguma forma de distúrbio afetivo que mereça tratamento, alguma vez na vida, é de 18% da população no Brasil.” (TENG, 2007, p.20) Assim, entre 100 pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGCOM), provavelmente 18 viveram situações semelhante. Quanto dessas experiências, veladamente, foram a experiência de pré-escrita, fizeram e fazem parte da história deste PPGCOM, o primeiro, entre todos os programas da área no Brasil, a ter a melhor classificação científica brasileira. Tais experiências terão contribuído para ou contra a nota? Simplesmente participaram do desenvolvimento. Ou do que quer que tenha precedido à nota. O texto a seguir foi produzido antes também da classificação de excelência concedida ao Programa. Serviu à disciplina cursada no primeiro semestre do doutorado, em 2015, “Comunicação e Epistemologias”, mais especificamente a um exercício de ler em sala de aula o texto que fala sobre os modos como, mais naturalmente pensamos e conhecemos para produção acadêmica. O texto a

---

<sup>29</sup> O percurso desta seção é “personalíssimo”, como diria o nosso professor orientador, e por mais de uma vez consideramos se deveríamos me colocar na primeira pessoa do singular. Preferi manter o plural, em coerência com a justificativa dada na seção anterior: a de que todo narrador-autor, ainda que nos momentos mais autobiográficos, tem também um microfísico *nós* presente aqui e agora ao se fazer comum ao leitor.

seguir sofreu pequenos ajustes em relação ao original. Termina antes do subcapítulo “Sobre a errância de uma tese encarnada”.

Como falar da nossa prática de pesquisa para a produção de textos acadêmicos? Vamos precisar descrever um mapa de muitos caminhos, todos eles com suas pedras no meio, alguns desvios, mas uma esperança de que vão dar em um destino: a tese, o texto feito, pronto, enviado, impresso e distribuído. Sabe o alívio inquietante das coisas feitas, então, é o destino onde minhas esperanças acadêmicas se depositam. E que a ele se siga a pergunta: e agora, o que que eu fazemos com isso? Ou o que se faz com o que nós fizemos?

Andar no Rio de Janeiro é um pouco desse exercício metodológico. Às vezes paro, penso, olho. Escolho ou mudo simplesmente de caminhos na cidade naturalmente bela e violentamente vivida. Chego a conclusões de que nosso medo era só preconceito. De que meu preconceito virou o nosso medo. De que tudo, no fundo, faz parte do mesmo problema e que por mais que se divida, separe, esquematize, no fundo tá tudo aí mesmo misturado. Então, como é feita essa caminhada? Isso é algo que temos aprendido. O que nos faz bem em nossos caminhos?

Não é fácil saber o que nos faz bem enquanto pesquisador. Mostrar a cara, pensar em voz alta se expor é constrangedor. Gostamos de ouvir música, sair para dançar e nos sentir amado. Essas são obviamente coisas que nos fazem bem. Mas, volte para a aula. Nosso objeto de pesquisa não necessariamente sai conosco para dançar e talvez reagisse de modo um tanto frio a uma declaração de amor. Burocracias, Desenvolvimento, Jornalismo, Poder. Sim, foram as palavras que usamos agora há pouco. Como fazemos para nos sentir bem entre elas? Respeitando os seus limites, características e potencialidades?

Vamos ser mais concretos. A pesquisa de mestrado foi uma comparação entre as práticas de transparência e *accountability* entre o Banco Mundial e o BNDES. Esse foi um caminho que nós escolhemos ou que me sequestrou quando ainda estava vivendo nosso primeiro emprego como jornalista fora da universidade, no Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, o IBASE. Desde 2002 essa ONG se esmerava em tornar democrático o banco do desenvolvimento brasileiro. Só em 2008 nós entramos no barco. E na época o BNDES lançava seu programa de transparência. O então e desde então presidente do banco dizia: “Acho difícil que exista no mundo outro banco tão transparente

como o BNDES”. Esta frase é criminosa, me sequestrou por anos! Lá nasceu o nosso projeto de mestrado, precisamente com aquela fala burocrática, simbolicamente poderosa, midiática e nem tão transparente assim. Talvez fosse uma frase otimista, dessas que queremos que venham a ser realidade: “A tarefa gerencial não é representar a realidade. Não apenas a realidade é incompreensível; a veracidade desconsiderada pode também ser autodestrutiva. (...) prevenir uma realidade melhor de se tornar realidade” (CHRISTENSEN et al., 2011 p. 466).<sup>30</sup> Não consideramos que a realidade seja incompreensível e nem que tal ideia possa orientar gestores públicos em seus discursos. Consideramos que a realidade seja complexa, que demande não apenas uma mente pensante, mas várias para compreendê-la e alterá-la.

Escolhemos por fazer no mestrado de relações internacionais o que não fizemos na organização não governamental onde trabalhamos, comparar o caso de um banco nacional e o caso mundial. A academia seria o melhor lugar. E lá fomos nós buscar teorias, conceitos, críticos, utópicos, realistas, institucionalistas, métodos de comparação, de entender uma instituição, uma nacional e outra internacional, como se compara isto meus Deus!? Nada disso fazia sentido no território do ativismo. E talvez não faria sentido nem mesmo para orientar a decisão do juiz que, meses após concluída a minha dissertação, batendo o martelo, decidiu por despir o banco nacional de algumas desculpas, tirando mais uma peça íntima que faltava no strip-tease da transparência bancária. Quem diria que isso mobilizaria as massas. E nossa dissertação ficou ultrapassada em questão de meses. Foi um retrato feito minutos antes de seu strip-tease.

Parênteses. E não é que depois do juiz exigir a divulgação das operações internacionais do banco o presidente dessa instituição não repetiu a mesma frase de sete anos atrás! Abriu mais uma janelinha de transparência e disse: somos o banco de desenvolvimento mais transparente do mundo. Quase fomos sequestrados novamente para o passado dos caminhos de pesquisa. Ô frase criminosa em nossa vida! Fecha parênteses.

Daí para o doutorado quisemos trabalhar sobre as burocracias midiáticas. Qual o poder simbólico dessas burocracias comunicativas? Quem acredita nelas? E como elas se fazem acreditar? Qual o poder da comunicação das instituições de Estado? Nas Nações

---

<sup>30</sup> A crítica a essa citação é desenvolvida em artigo apresentar no GT Epistemologia do Intercom, mencionado na próxima nota.

Unidas, um coletivão de Estados criam centenas de notícias por dia. Existe TV ONU, site, jornalismo, porta-vozes às centenas ou milhares. No Brasil, 600 notícias por dia são produzidas pelos domínios .gov, de município a ministério da fazenda. Nas redes sociais .gov parece que faltou uma visão estratégica de comunicação<sup>31</sup>. Caiu o ministro da Secretaria de Comunicação ao vazar essa autocrítica ao governo. Seria isso um poder às avessas do nosso campo da comunicação ou um simples tiro no pé? Enfim, nossa breve passagem pela sede do Banco Mundial - pisar no chão do objeto de estudo é algo importante para mim (talvez prejudicial à minha carteira de freelancer e não bolsista, mas benéfico à pesquisa) - mostrou a disparidade dos usos da comunicação entre instituições de Estados. Testemunhamos um estúdio de TV no miolo da casa, onde talk shows eram feitos com sua burocracia. Ativista de ONG virou mediador com ares de apresentador de TV. Tudo vai ao vivo para as redes sociais e angaria uma audiência maior do que os protestos na porta do banco. Diga-se de passagem, a porta do FMI e do Banco Mundial vivia cheia de gente protestando. Hoje o centro político desse capitalismo coloca centenas de ONGs e movimentos sociais internacionais, anualmente, numa sala com seus diretores e presidentes. Juntou todo mundo. Chama jornalistas e suas câmeras de TV.

Isso dito assim pode parecer que antes da pesquisa nós tomamos conclusões, resultados. Mas pensamos que não. Neste exercício deixamos claro os nossos pré-conceitos, ou melhor, as nossas primeiras leituras. Ilustramos essas imagens para termos o que questionar em assuntos que consideramos estratégicos no campo do poder.

Contudo, eis que um terremoto afeta o caminho do pesquisador que nem só de objetos de pesquisa sobrevive. A bolsa CAPES no mestrado nos mobilizou a dedicar exclusivamente à academia, já no doutorado, a não bolsa nos fez investir em táticas de sobrevivência. Participamos de inúmeros congressos e nos ausentamos das aulas por conta da nossa autopressão produtivista. Sim, a lógica meritocrática de escrever artigos para mostrar serviço pode contribuir para nos tirar do rico convívio e da sala de aula por mais esquisito que seja dizer isto, e fazemos nossa mea culpa. Mas resolvemos, inspirado por Stuart Hall, não nos deixar abater e fazer um uso próprio e epistemológico dessa

---

<sup>31</sup> Os questionamentos em sala de aula resultam em um artigo, produzido com a colega de turma Tiana Maciel Ellwanger mas que não chegou a ser publicado. O artigo analisa um documento vasado da Secretaria de Comunicação do governo criticando a incompetência de comunicação do mesmo. Ver: ELLWANGER, T. M.; SISTON, F. R. Bastidores da democracia Brasileira pós-eleições presidenciais 2015: Comunicação de governo e participação política. Resumo aprovado para o 3º Congresso de Estudantes de Pós-Graduação em Comunicação do Rio de Janeiro. Prelo.

realidade que nos era dada a ver e viver. Produzi artigos como exercícios epistemológicos, ensaios, textos provisórios mas suficientemente relevantes e apresentados como tal. Pesquisas-projetos para serem completados na apresentação, com as críticas, com o conhecimento do coletivo, que será convidado a dar sentido a um texto favelado, que trabalha nas periferias do conhecimento e de forma inacabada. E assim fomos para Juiz de Fora, Campinas, dois artigos no Intercom, um para o Coneco e um para a Inglaterra.

A Universidade de Oxford aprovou um projeto de artigo que inscrevemos. E eis que essa oportunidade de aprendizado sequestra meu caminho de pesquisa novamente ou me coloca em um terceiro. Parimos este filho, não muito prematuro, mas completamente novo em cerca de quatro meses. Buscamos no passado do mestrado a trilha que seria natural continuar percorrendo. Bancos de desenvolvimentos e sua interação com a mídia internacional. A novidade foi a insana ideia de entrevistar os gestores de comunicação dos bancos de desenvolvimento de outros quatro países, não muito comunicativos: Rússia, China, Índia e África do Sul. Nunca imaginamos que as Embaixadas Brasileiras poderiam cumprir um papel nas metodologias de pesquisa em comunicação. E que até mesmo uma porta fechada, um não ao pesquisador e aos estudos de comunicação, que a nossa ignorância sobre os processos de comunicação nos desenvolvimentos implementados por aí neste nosso mundo, poderiam servir de indicadores da pesquisa. Que alegria quando esse filho nasceu. Estava então curioso para entender na prática a violência simbólica da qual Bourdieu (1990) falava ao entrar em campos que não eram o dele, em língua que não lhe era mãe, em *habitus* que não eram os seus. Na pesquisa sobre bancos de desenvolvimento, onde estão os meus objetos de pesquisa? Primeiro achava que estavam a alguns milhares de quilômetros, não só de nós, mas também entre si. Rio de Janeiro, Pequim, Nova Deli, Johannesburg e Moscou. Estas são as sedes dos cinco bancos de desenvolvimento pesquisados. Mas não será o objeto a interação entre mídia internacional e os profissionais de comunicação de bancos de desenvolvimento dos BRICS? A distância poderia, portanto, ser melhor medida por grau de acesso a uma realidade da interação entre dois campos (o campo dos jornalistas e o campo dos assessores).

Depois entendemos que nosso objeto é na verdade uma história a ser contada. Bancos, jornalismo, *accountability* e seus vários processos são apenas os rastros por onde andou uma história. Qual história? A das burocracias que se midiaticizaram. Nos inspiramos no método do nosso orientador, Márcio Tavares do Amaral, para fazer isso.

Ele investiga qual foi a história que teria acabado quando disseram que a história acabou. Recorre a livros que tratam da história da filosofia para falar de mudanças de paradigmas. Também pelos livros que contam a história da ação humana, descobrimos no processo desses vários artigos, que lá por idos de 1851 na França, uma instituição modernizadora que misturava banco de investimento e política de estado foi inaugurada enquanto ser existente. O *Crédit Mobilie*. Tal instituição, e suas irmãs, primas, filhas... aceleraram a modernização que encurtou o tempo e o espaço entre as pessoas. Também ajudaram a disseminar uma série de bens simbólicos, valores de ser empreendedor, produtivo, industrial, eficiente, que hoje pressiona a lógica de qualquer burocracia. O que esse conceito de séculos quer dizer hoje? Ele ainda dá conta do que dava? O que tem de diferente agora? Como a lógica de mídia ocupa hoje a lógica de burocracia? Difícil medir nossa distância dessas ideias colocadas assim de forma tão abstrata.

Dois campos despontam então no nosso caminhar – burocracia e mídia. Tentando nos ater aos profissionais da comunicação como um grupo que, esteja nas instituições ou na imprensa, possui um conjunto de valores e comportamentos com os quais o eu, estudante do campo da comunicação, pressupomos ter mais facilidade para abordar do que economistas, matemáticos ou outros profissionais dessas instituições. Entendo inclusive que há uma disputa, que a ciência do comum como a nomeia Sodré (2014), não é tão querida a quem domina às ciências não tão comuns assim, no sentido de pertencer ao repertório de muitos.

Este caminhar nos fez contestar o campo de desenvolvimento que não se abre aos públicos além da restrita visão economicista. Contestar impactos negativos ao meio ambiente e à sociedade em geral que, por conta de falhas em identificar, quantificar e qualificar externalidades negativas causa um custo superior a 7 trilhões de dólares à economia global por ano. O valor do custo não é dado de *eco-chatos*, mas de seguradoras e contadores.

Regiões de contato epistemológicos são: notícias produzidas por agências de notícias internacionais; relato de profissionais que viveram a interação (banco-mídia); relatos de pessoas impactadas por bancos de desenvolvimento. A partir da análise de conteúdo produzido por instituições jornalísticas simbolicamente relevantes para o campo das instituições de desenvolvimento, no caso os bancos de desenvolvimento, o que é que pode ser entendido como um campo chamando o outro para a ação, para o ajuste de conduta? Quando a mídia quer mudar o campo do desenvolvimento? Cobrar dele

informações, isto é, que coloque em comum, ao público, em termos claros e transparentes? Quando chama à responsabilidade para o campo econômico-político agir conforme o que foi colocado em comum, isto é, a moral de respeito mútuo, de pluralidade, de se ter planeta saudável, justo, em que há respeito aos recursos da vida humana digna?

Diante de tantas questões, naquele momento o projeto de pesquisa pressupunha desenvolvimento como tarefa inclusive do campo da comunicação. Implicava disposições de percepção, julgamento e ação como variáveis importantes na mudança de instituições ou na sua resistência à prestar contas a uma população externa. Objetivava-se produzir um relato que contribuísse para a valorização das iniciativas de comunicação de futuras e atuais instituições de desenvolvimento do chamado Sul Global. Uma valorização que destacasse a disposição a construir percepções, julgamentos e ações conectadas com a realidade de pessoas vulneráveis a projetos de desenvolvimento.

Nesta caminhada, e são várias numa única estrada acadêmica, tentamos dar algum espaço para posicionar nossa relação com a pesquisa de forma prazerosa. Não é fácil, não mesmo. A polifonia pode dar a ideia de que não existe realidade ou que ela não interessa, mas todo o sofrimento e dúvida causados por ela é real, tem efeitos bem concretos. E as novas sintonias resultantes desta polifonia me fizeram dançar com meu objeto dos Bancos de Desenvolvimento para o próprio *des-envolvimento*.

### 2.3 Sobre a errância de uma tese encarnada

No ano seguinte à etapa descrita na seção anterior, nós nos descobrimos errantes, tornamo-nos alvo, maximamente vulnerável, ao nosso próprio empreendedorismo de desenvolvimento de mestre à doutor. Entre ambos, vivemos espécie de raptos para realidade antes completamente desconhecida. Mergulha no velamento da verdade de si, perde-se, desconhece-se a si mesmo e ao meio, visita o avesso do sistema de pensamento, o próprio, perde toda percepção clichê, e o contemporâneo sobre o qual buscava participar com a produção de discurso acadêmico. O projeto precisou mudar ou foi mudado pela mão da liberdade que não se possui. Liberdade ela que nos possui. Mão cujo predicado hoje é prático, tem prognóstico, medicalização à diagnóstico, até o momento, entendido como surto psicótico do humor.

Por pensarmos sem a dispor da escola da medicina e em afinidade com algo dos cínicos, e outros filósofos, com noções do destinar-se estoico, que vê a vida natural como regra e ordem, e assim não contraria as necessidades orgânicas e psíquicas, inclusive para

pensar, escolhemos filiação a uma tradição de cuidado. Poderia ser outra. Velada. Mas como *parrhesía*, falar franco, arriscamos a comunicação também do nosso desenvolvimento. Não mais apenas os bancos e agências de notícias. Escolhemos, entre várias possibilidades, impor-nos o dever de cuidar de si como o *des-envolvimento* da crise pessoal, inclusive a do vexame, dever que me deu o direito de *ser mais* colado à vida. Erramos. Admitimos no título como pesquisador em comunicação ao desenvolvimento próprio, também em meio, que é possivelmente o nosso, leitor.

Entre o mestre e o doutor, o objeto de estudo que na seção anterior descrevemos, acabou por nos fazer dançar. Sem convite. Forrobodó, bagunça, confusão. E pensando como curativo, tendo a tensão pré-socrática de Heráclito, que recomenda não dividir o *cosmos* em *physis* e *logos*, mas mantém as tensões, como dois lados de uma moeda a cunhar o valor, me resta preservar o duplo sentido adversativo da palavra forró, e dizer que é bagunça simples de dançar. Forró como metáfora — metáfora no grego é coletivo, ônibus — nos transporta, leitor, dessa experiência misteriosa e de alguma forma comum ao que foi a pré-escrita. Se da África teria aportado a versão expandida forrobodó; no Brasil se fez outra narrativa histórica, e forró seria a festa simples de dançar, recepção de um povo imaginado como hospitaleiro, mito ou não, o brasileiro ao estrangeiro. *For all* na cacofonia virou forró, síntese de forrobodó. Neste ônibus metafórico, comparando pré-escrita e tendo alguma empatia com a experiência, seguimos então pelo outro lado que se conta popularmente da história desse nome de gênero musical, buscamos torná-lo, o forrobodó encarnado em nós, “for all”. Não projeto de contágio da confusão delirante. Mas projeto de transparência filosófica da experiência de transcendência, organizada e alinhada ao meio e ao processo de metodologia de tese. Notas sobre a metodologia encarnada. Ciência aberta sobre desenvolvimento que parte de si e aposta no valor da franca e útil convivência à criação do conhecimento e à ação.

E assim compartilho uma hipótese normativa que dá fundamento a esta pesquisa e pode ser descrita assim: “a eliminação das multiplicidades é a maior ameaça ecológica imposta ao mundo contemporâneo” (AMARAL, 2004). Normativa porque, se houver alguma utilidade de previsão e controle que esta tese possa ao fim ter ou servir, será a de proteger as multiplicidades de sentido que hoje correm o risco de extinção. Quais multiplicidades de sentido? A loucura experimentada pelo autor é uma dessas espécies. As de valores, de costumes de pensar, de habitar a terra, organizar-se, de experimentar a duração tempo, da história individual, enfim, de viver a urbe, inclusive desenvolvê-la.



Protege em que momento? Quando controla as ameaças que afetam as condições de fala, de pensamento e de trabalho. Nunca nos foi evidente o que dizemos quando se trata das condições disto ou daquilo. Após a transcendência assumida, tudo mudou. Sabe-se pouco. É preciso reconhecer essa ignorância de partida, mas preservar a intuição e a aposta da inteligibilidade, seguir em frente, na investigação de alguma sabedoria.

Sabemos que queremos realçar aqui a condição de fazer sentido, legítimo, no instante da recepção. No momento em que o interlocutor faz de nós representações. Proteger e preservar a multiplicidade de fazer sentido aí. Na microfísica do poder relacional. Não na relação do soberano contra súdito, opressor e oprimido, mas de pares distribuídos em diferentes funções, sejam especialistas ou leigos, mais próximos ou mais afastados. Comunicar o de-lírio com poder de legitimidade. Comunicar a expansão além da *lira*. O *des-envolvimento*. E dar a reconhecer o seu valor por si. Essa indisciplina não substitui outras disciplinas de verdade. Não combate a ameaça de extermínio das multiplicidades sendo contra o que já está estruturado seja pela Física, Química, Biomedicina, Psiquiatria ou Sociologia. Apenas se põe ao lado. Medicamentado inclusive se necessário. Mas principalmente, se colocar para a conversa franca e com força de mudança social. Serve a proteger sim no momento em que se dá a atualização do ser humano ou a resistência em se atualizar diante do espanto em contato com o novo, o diferente.

Atualização e humano colocadas assim tão próximas talvez deem a entender que somos como nossas máquinas, que precisam de um novo sistema operacional. Pois que elas sirvam como nossos novos espelhos, na precariedade que vivemos sem espelhos fundamentais, metafísicos ou outros mais razoáveis à felicidade e ao cuidado. Vemos agora a necessidade de atualização, de gerenciar a mudança hiperacelerada da vida — esse acelerado é o que nos parece ser definidor do tempo contemporâneo. Então, se a alguma coisa prestar a parte escrita desta tese (ainda estamos no capítulo pré-escrita) será para capturar um instante preciso e particular do tempo presente, do agora, sim, este microcotidiano banalizado, velado, de um processo talvez milenar de extinção do que é ser multiplamente humano, ainda que individualmente, por fora da *lira urbana*. Pensando

a partir do delírio ou com ele. A comunicação à ação do de-lirar<sup>32</sup>. Delírio também é compreendido por:

A imaginação perturbada e desviada, a imaginação a meio caminho entre o erro e a falha de um lado, e as perturbações do corpo, do outro, é exatamente aquilo que médicos e filósofos concordam em chamar, na época clássica, de delírio. (FOUCAULT, 1978, p.221)

E mais uma hipótese com bases perturbadas. Essa extinção das multiplicidades ocorrem naquilo que mantém, entre nós, os vínculos, maiores ou menores. Afeta o capital social. Não só o de Bourdieu (1980), que trata do status maior ou menor de falar, de ser ouvido e de ter considerada a pertinência de intervir para a mudança em um campo específico, mas também o conceito de capital social de Putman<sup>33</sup>. Isto é, do capital que faz a democracia funcionar, a confiança interpessoal voluntária e espontânea. O espaço relacional comum, aquele que permite um técnico especializado de uma burocracia altamente financeirizada, por exemplo, não apenas ouvir, considerar e se ajustar a prestações de contas, assumir mudança social em função disso, mas principalmente ver e confiar no seu interlocutor mais desprovido desse capital social, como um par, que também o licencia nas funções sociais. Tal como um médico especialista da mente e das doenças da alma, que respeita o discurso verdadeiro do seu paciente, e segue o prognóstico a partir da conversa de iguais. Só o faz porque uma trabalho de conhecer as interdisciplinaridades de sujeitos<sup>34</sup> em contato, a dos especialistas de si, ou seja, de ser médico e ser paciente, foi feito em nome da comunicação mais harmônica possível entre os dois. Uma comunicação de duas vias.<sup>35</sup>

Acreditamos que a tese encarnada dá as condições de investigar as pontes necessárias à interdisciplinaridade dos sujeitos, inclusive a falta dela, que condiciona a comunicação de duas vias e a mudança social. Nas proximidades de si e do meio, a tese encarnada dá voz ao de-lírio. A postura de tornar visível a nossa errância pode ser refletida

---

<sup>32</sup> Não fazemos referência a nenhum instrumento musical aqui, mas sim às origens da palavra delírio na vertente latina, em que lira era o sulco destinado ao cultivo ao redor das cidades, e de-lirar é ir além desta demarcação: estar fora dos limites da cidade, em nosso caso, o de leitura e uso dela, o que remete diretamente à experiência de pesquisador errante que queremos destacar com o hífen.

<sup>33</sup> Para mais informações sobre a evolução do conceito de capital social em seus vários autores, ver: PUTNAM, R. D. *Democracies in Flux: The Evolution of Social Capital in Contemporary Society*. New York: Oxford University Press, 2002.

<sup>34</sup> Ensaíamos a noção de uma interdisciplinaridade entre dois sujeitos, modos de tradução de contexto intrapessoal, e não a interdisciplinaridade que diz respeito a objetos.

<sup>35</sup> Modelo simétrico de duas mãos, com busca ao equilíbrio de interesses das partes em comunicação. Ver: KUNSCH, M. M. K. *Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada*. São Paulo: Summus, 2003. p.107

com a teoria da relação *Principal-Agente*<sup>36</sup>, não em função de ser destinada às especificidades desse caso, o que está longe de ser verdade, mas porque é parte da nossa história, nos guiou nas investigações anteriores sobre transparência e prestação de contas e serve como referência mais próxima, de onde o fio de novelo vinha sendo pinçado. É parte da disciplina deste sujeito:

Nessa lógica, quem exerce o poder de *accountability* é o *Principal* (P), ou seja, aquele que delegou o seu poder a um *Agente* (A). Ambos são dotados de atributos diferenciados como: acesso a informação; capacidade de comunicação; capacidade de influenciar outros atores; de causar dano, sanções e estímulos; capacidade de resistir a mudanças e de influenciar mudanças; etc. A teoria das firmas diferencia a relação de *Principal-Agente* da relação de Mestre-Servo, pois existe um distanciamento no primeiro caso difícil de ocorrer no segundo, onde o controle do Mestre limita substancialmente a autonomia do servo. (SISTON, 2015, pp.29-30)

Ao longo de quatro anos de percurso, não pensamos que a loucura seja mestre deste trabalho, contra o rigor intelectual, mas que tenha sim uma espécie de poder para pedir que a tese lhe preste contas, transparência. É também *principal* a quem o *agente* deve prestar contas enquanto produz conhecimento. Participa-a no desenvolvimento. Qual *agente*? Este autor. E o que pede o *principal* delirante? Fazer frente. A quê? A pré-conceitos ou bem menos que isso, a noções comuns fundamentadas em pré-conceitualizações e esquecidas do errar mais fundamental que é essência da verdade. Pede a liberdade como verdade. Denuncia a extinção da biodiversidade da ecologia mental e afetiva nas redes mais humanas.

Extinção que se dá inclusive pela virtualização das burocracias, eficazmente formatando modos não analógicos de criar entrelaçamento social, o digital (FOUNTAIN, 2001). A individuação do humano por número de celular, realiza biometria que sugere mais esquecimento e isolamento do de-lirante e da essência de verdade fundamental, a errante. A operacionalização do caótico do eu, individual, à massa confusa de meios e objetos de ser móvel na sedentarização global urbanizada, maquinamente reduz os custos de administração dos grupos (SHIRKY, 2008). A facilidade tecnológica de nos comunicar, individualizados por números e outras biometrias, vela o enigma da diferença humana mais analógica. A eficácia que reduz os custos tecnológicos da comunicação aumentam a noção sentida de vizinhança. Para o bem e mal. Os potenciais conflitos da proximidade. A percepção dos arranjos ora polarizados ora associativos. E também a

---

<sup>36</sup> A teoria Principal-Agente deriva da teoria das firmas, ver COASE, Ronald H. 1937. The Nature of the Firm. *Economica*. Nov., 1937, Vol. IV, 16, pp. 386-405.

biodiversidade dos modos de conviver e fazer política. De usar o humano que também está presente em nossos objetos de interação, ou melhor, em nossa massa de meios de comunicação. E já fazem a escuta do de-lírio ser mudança social. Errar por cidades brasileiras revela a sensação de violência generalizada ainda que as métricas relatadas não acompanhem versões, narrativas e fatos. Basta que pouco mais de 2% dos municípios respondam por metade dos quase 60 mil assassinatos para que a sensação afete até as cidades mais seguras nos dados estatísticos. Os dados abastecem o imaginário paranoico urbano que por sua vez orienta e cria realidade. O estado do Rio de Janeiro, por exemplo, este justificado assim como objeto de intervenção militar e federal. A democracia que ensaia ouvir e agir com base em de-lírio<sup>37</sup>, sem fazer questão sobre suas micro histórias filosofias antropologias de sujeitos, sem fundamentar uma massa para essa ciência comum, des-envolve-se do que é, democracia, e flerta com o que não é e o que não queremos que seja.

Talvez não haja método ou arte da guerra que dê conta de combater essa ameaça de nos banalizarmos diante da acelerada e desigual atualização das condições de fazer ciência humana e questão do nosso espaço cotidiano, relacional e comum. Cabe começar pelo trabalho de cuidar de si, e com isso se diz sobre a pergunta das escolas filosóficas preocupadas com a manutenção não de um sistema de pensamento, mas de vidas para a felicidade: “Em que sou menos do que podia ser? Como posso cuidar de mim para merecer a verdade — e ser feliz?” (D’AMARAL, 2016) Descansa nessa pergunta um ceticismo, o qual incorpora idas e vindas, chegadas indesejadas, improvisos, reajustes e não uma completa ausência de caminhada. Há um contra método neste método. É positivo. Para a tese vamos substanciá-lo em uma metodologia através do conceito de errância, aproximando-se do entendido por Rancière (2014) porque originalmente o termo é utilizado pelo autor tendo a cidade como alvo de pesquisa e intervenção. Cidade nos remete a espaço, a ambiente relacional, a programa de expansão, de-lírio e confusão, onde se sedimenta fundamentos, posicionamentos, resoluções de problemas e conflitos. Por tudo isso o importamos.

A experiência de errar pela cidade pode ser pensada como ferramenta de apreensão da cidade, mas também como ação urbana, ao possibilitar a criação de microrresistências que podem atuar na desestabilização de partilhas hegemônicas e homogêneas do sensível (...) As errâncias são um tipo de experiência não planejada, desviatória dos espaços urbanos, são usos

---

<sup>37</sup> Utilizamos o recurso do hífen para reforçar a noção da vertente romana do termo, que o vincula com a noção de expansividade e se aproxima assim, sem se confundir, à palavra desenvolvimento.

conflituosos e dissensuais que contrariam ou profanam (...) os usos que foram planejados. A experiência errática, assim pensada como ferramenta, é um exercício de afastamento voluntário do lugar mais familiar e cotidiano, em busca de uma condição de estranhamento, em busca de uma alteridade radical. (RANCIERE, 2014, pp. 22-23)

Primeiramente, transpomos esse conceito da errância pela cidade para errância pela universidade. Mas não demorou para compreendermos que isso não era fiel ao que de fato vivemos enquanto experiência bruta, na investigação primeira de ser pesquisador e observador de si mesmo errante. Antes de entrar na academia, Comunicação e Desenvolvimento pertencem, cremos, ao universo da vida. Por isso seria falso dizer que erramos exclusivamente entre centros disciplinadores de saberes — isto é, polos universitários e seus artigos científicos, periódicos, etc. —, pois muitas vezes erramos sem disciplinas, inclusive sem a urbanística que imaginamos nos relacionar. As nossas intuições investigativas não eram edifícios com massivas fundações, estruturas, vigas, mão de obra, tempo de dedicação. Eram plásticos, instantes fugazes, acelerado sequencial, ora ordenado ora potencialmente explosivo e cansativo.

Ainda assim foi possível imaginar terrenos e sobre eles alguma arquitetura de ideias, arriscando práticas de Comunicação e de Desenvolvimento, assim, nomes próprios, mas nossos, apropriados, conjugados a um agir no mundo. Com eles experimentamos rituais perceptivos, espécie de jogos interpretativos, simulados, para desenvolver noções do ambiente onde nos situávamos, das pessoas, para iniciar conversas, para calar, para deixar o interlocutor fora da sua espiral de silêncio ou silenciarmos a nós mesmos. Estratégia de movimento etnográfico comum. É como se, hipótese nossa, um agendamento intrapessoal ocorresse a partir de sutilezas do ambiente, da presença, do estar agora mesmo, agendando também os interlocutores de um diálogo. Talvez isso descreva os jogos interpretativos de viver a universalidade de Comunicação e Desenvolvimento através da errância. Por exemplo, uma palavra que acabou de ser lida pode ser uma palavra-chave, a famosa *deixa* nas técnicas de improviso teatral, para uma nova interação-interpretativa, reveladora de verdades antes silenciadas, para regular entre redundância e informações novas, trazendo cuidado e conforto para os interlocutores. Mas que não percebem a operação dessas palavras-chaves. Ora se incomodam com redundâncias e repetições, ora com as novidades de informações. E precisam balancear o estoque informativo e redundante para cuidar da comunicação.

É, como já dissemos, limitado importar para a tese o conceito de errância pela cidade e aplica-lo à universidade, mas sentimos ser preciso fazê-lo para dar alguma

disciplina mínima e respeitar o espaço acadêmico. É a hora certa, na pré-escrita, quando ainda não se sabe muita coisa ao certo ou ao errado, o momento de nos perguntar: o que profanamos? Será um modo imaginado de se pensar e pesquisar academicamente? Especificamente, seria o modo disciplinado que parte de um recorte empírico, no tempo ou no espaço, e daí segue para o imaginativo-teórico? Ou um modo ainda mais real, canônico e que apenas não temos erudição suficiente para atendê-lo? A solução intermediária a essa confusão entre errar pela cidade e pela universidade foi operacionalizada da seguinte forma. Erramos no sentido de viver um percurso de doutoramento, que foi realizado sobre cidades/territórios em diferentes países, com propósitos de pesquisa variantes, mas também pela materialização desses propósitos em diferentes textos, artigos produzidos em seminários, conferências, com e por eles. Seguindo o ritmo da burocracia acadêmica atual, que pede produção, número, publicações. Em respeito também a esse *de-lírio*, esse programa de expansão do meio, o PPGCOM da ECO UFRJ. Encontrando a conciliação possível dessa errância aos de-lírios mais particulares deste autor. Concretamente, o percurso entre universidades segue a referência do campus da UFRJ, ao da Universidade de Oxford, passando pela federal de Juiz de Fora e de Campinas, concluindo na Biblioteca Engenho do Mato, em Niterói, que serve a sintetizar pesquisa para congresso na Universidade de Zagreb.

Para realizar essa confusão errante, por cidades e universidades, pressupomos que perdemos o tempo de ócio à erudição. Foi preciso agir aí, como o homem rápido. Sem desmerecer a falta que faz ser o homem lento, prosseguimos como capazes de resolver, crendo na criação de conhecimento. Como que fosse possível encontrar uma função, um papel, uma autonomia para o conhecimento criado a partir ou com a falta. Pressupõe-se que a pressa corresponde à economia, ao entendimento dos limites de recursos materiais. Não só eu, mas nós, leitor, talvez tendo mais recursos que alguns, os não incluídos nas redes de abundância estrutural de eficácia, talvez menos que outros excluídos das redes mais elementares, como os que tem como único trabalho de si o que realiza sobre a terra para a agricultura de subsistência. O homem lento do campo. No reconhecimento da falta de recursos inclusive temporais para saber criar saber, recorre-se à heurística. Acreditamos ser possível desenvolver, com fé e razão, uma teoria geral particular. Um conjunto aberto de conhecimento geral do todo, porém frágil, típico das gambiarras sem pudor, dos bons jeitos brasileiros, que prescindam das realidades de pesquisas que não nos pertencem, a excelência já desenvolvida, mas nem por isso, significa que não temos

outra realidade para desenvolver com excelência e empatia. E este desenvolvimento nos seja o perfeito, no sentido de fazer inteiramente, acabar no tempo que se tem. Pressupomos que existe uma pesquisa que se faz com a pressa de quem tem fome, isto é, o senso da urgência das necessidades de informar e comunicar, de interromper a saciedade, de redistribuir os sonhos simbólicos da imortalidade humana para quem hoje sequer sonha. Pense numa catástrofe iminente, na falta de tempo e de provisões. Há ainda aí condições para se criar conhecimento, enquanto o humano existir haverá.

Tomamos por precaução a Comunicação e o Desenvolvimento, esses dois substantivos próprios e também simples, ficções ao enunciarmos, mas que acreditamos poder encontrar por aí, indisciplinados pois fora da academia, pela metodologia que se faz na comparação metafórica com as cidades. É como se fosse possível percorrê-las ou percorrê-los como um “terreno de jogos e experiências” (JACQUES, 2012, pp. 23). E as percorremos em um recorte espaço-temporal.

#### 2.4 Recorte espaço-temporal

O recorte temporal deste trabalho de pesquisa corresponde ao tempo cronológico necessário ao percurso de escrita para o doutoramento do seu autor. Foi de março de 2015 até dezembro de 2018. O período concentra o experimento principal: viver o pesquisador errante. Todos os demais experimentos são auxiliares à tese, acidentais: porque podiam ocorrer de outro modo. Mas são igualmente necessários: porque de modo planejado ou não participaram no tempo e no espaço do percurso, que, no conjunto, redundou na compreensão de que se tem atualmente dos nexos filosóficos entre o poder da comunicação ao desenvolvimento.

Uma ressonância temporal, espécie de coincidências entre dois tempos, o individual e o coletivo, dá a liga entre o subjetivo e o empírico. O tempo de significado para o autor e o tempo de significado para os espaços que percorre, seja na geografia global, nacional, estadual ou da cidade, em termos de agenda de desenvolvimento. 2015 é ano inicial do doutorado. É também o ano que inaugura agenda global de ação para desenvolvimento Pós-2015.

Em 2015, os países tiveram a oportunidade de adotar a nova agenda de desenvolvimento sustentável e chegar a um acordo global sobre a mudança climática.

As ações tomadas em 2015 resultaram nos novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que se baseiam nos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

As Nações Unidas trabalharam junto aos governos, sociedade civil e outros parceiros para aproveitar o impulso gerado pelos ODM e levar à frente uma agenda de desenvolvimento pós-2015 ambiciosa.

Garantir uma vida com dignidade – 2015 foi o ano no qual os países se adaptaram e adotaram uma nova agenda de desenvolvimento que se baseou nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Os ODM foram estabelecidos no ano 2000 e incluem oito objetivos de combate à pobreza a ser alcançados até o final de 2015. (NAÇÕES UNIDAS, 2015)<sup>38</sup>

Particular e social, esses tempos narrados como coincidência dão liga aos percursos empíricos não subjetivos escolhidos para participar da versão final da tese. O que se tem aqui em texto se pretende que seja programa de pensamento para ações de qualificação prática, presente e futura. Em ressonância às metas globais até 2030. Mas o fundamento de partida foi o experimento do pesquisador errante.

Viver o pesquisador errante, como dito, não foi uma escolha desde o princípio. Escolhemos o doutorado, o curso, o orientador, o projeto selecionado que era outro e não este. Parte deste. O pesquisador errante foi um dado descoberto após tempo de trabalho no projeto inicial, trabalho ora coordenado ora descoordenado, ora planejado, ora simplesmente deixando-se fluir com uma mistura de intuições e noções algumas vezes contraditórias. A primeira vez em que surgiu a designação pesquisador errante foi na banca de qualificação, após a leitura deste texto de tese em sua primeira versão. Nos bastidores da academia, um dos professores sugeriu que o trabalho não tratava de objetos empíricos como bancos de desenvolvimentos ou da interdisciplinaridade entre comunicação e desenvolvimento. Não pelo menos de forma a intitular o texto. Mas que a substância principal era sobre o errante ele mesmo, o pesquisador, que na época “errou muito”. Espera-se agora, errar de modo qualificado.

Essa provocação despertou a curiosidade para entender o que era um autor. O que era o compromisso profissional acadêmico-formal em comunicação e cultura, o que era o trabalho de se aperfeiçoar enquanto pesquisador, cuidar de si e do meio, fazer pesquisa-ação. É incerta e confusa a origem da pesquisa-ação. Uma referência é a década de 1940 com vários outros termos similares, como pesquisa diagnóstico, participativa, etc. Todos que querem se aperfeiçoar a praticam. Até o Banco Mundial a utiliza. Demorei para me aperceber que como pesquisador errante, a pesquisa-ação era uma metodologia necessária. Só então, neste último ano, entendemos que o conjunto de quase quatro anos

---

<sup>38</sup> Informações disponíveis em 23/01/2019 em < <https://nacoesunidas.org/pos2015/>>



formaram a base e o eixo para o trabalho de pensamento desta tese: praticar o estudo e agir sobre a realidade, de si, a mais próxima territorialmente ou em coerência temática com a história pessoal, buscando coerência de vida, sentidos, enquanto escreve o que seria a Comunicação ao Desenvolvimento.

Quem vem antes, o texto ou o seu autor?

A pergunta usa recurso de linguagem que personifica o texto. Faz prosopopeia. Dá meios de dizer o que não se pode dizer pela razão, pelo instrumento silogístico regrado de Aristóteles. E o faz, então, humanizando o inanimado por operação metafórica de comparação. Dramatiza. Como pode um texto vir antes do seu autor? Pensar desse avesso implica dizer que o segundo é objeto da ação do primeiro e não o inverso.

Uma das funções do autor é organizar socialmente a agência humana, assim como o nexos entre conteúdo exposto e seu realizador prático, de quem se vai buscar prestar contas pelas impropriedades ditas, as falsidades, dar punição, o apontamento aos erros, pedir o ajuste de conduta; mas é também a quem se dá os méritos do acerto, a confiança de dizer a verdade, a convicção, dá a reconhecer quem diz o novo, o belo, o justo ou o perfeito. Um livro que se escreva por si só, sem autor, se assemelha ao verbo misterioso, sem nome de sujeito, isto é, cujo autor não é simplesmente desconhecido, mas não pode ser sequer concebido, por isso nem oculto está, é talvez apenas revelado. Tal ordem é outra, não se diz pelas linguagens do conhecimento. E a essa categoria se colam todos os gêneros das palavras que tocam a transcendência humana, mitológicas ou religiosas, mas não necessariamente transcendências ordinárias (D'AMARAL, 2017), institucionalizadas por igrejas, escribas ou editores de livros ditos sagrados. Um texto de autor impossível de ser conhecido ou desconhecido, a quem se possa prestar contas, reclamar transparência ou ajuste de conduta, trata-se de comunicação do campo das forças ocultas mais radicalmente extraordinárias e diante da qual a postura mais razoável, acadêmica-formal, à capacidade humana seja, talvez, a do afastamento agnóstico.

Mas em defesa desses textos humanizados pelas personificações, há casos em que a inversão talvez se justifique, e o texto venha antes do autor, sem se tratar de comunicação divina ou mitológica. A personificação do texto aqui no texto passa da função retórico-literária para ser reconhecida como um “recurso cognitivo básico” (TORRES, 2003, p.62), com poder de impessoalização relativizado, visto que textos acadêmicos-formais não se escrevem literalmente sozinhos, sem a intervenção humana.

Consideramos como fundamento central metodológico desta tese a hipótese de que o doutoramento é um desses casos em que o texto realiza maior poder de agenciamento sobre o autor. No inglês, a diferenciação entre doutorando e *PhD Candidate* explicita que nem todo estudante de pós graduação escolhe se comprometer com um texto-tese. E quando se escolhe fazer o texto-tese, escolhe-se também se abrir à intervenção do texto, que age em restrição ou modulação coletiva e institucionalizada sobre a liberdade da escrita. Além desse aspecto institucional, concretizado no escrever, consideramos que há outro que lhe incide e é radicalmente pessoal e extra institucional, diz respeito ao modo de viver o tempo, o espaço e a movimentar-se entre os inúmeros objetos.

Qual teria sido a ação do texto sobre este autor?

A ação original deste texto, agora mesmo lido, durou pelo menos quatro anos. Coincide no tempo com o meu ingresso ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da UFRJ (ECOPÓS). Na época, tal texto não era quase nada. Desprovido de materialidade, inclusive qualquer imaginário acabado de tese, estava lá sem ser, tratava-se de alguma coisa, virtualidade e potência. A principal pista de que existia, ainda sem ser, é praticamente sentida no efeito do corte que realiza sobre realidade inicialmente individual e particular. Qual realidade? A de ser humano, mais especificamente nos modos de ser e experimentar cognitivamente o tempo e o espaço da própria vida para que, de tudo, por onde se vai vivendo, passa a escolher o que dedicar o cuidado de pensamento, e daí, o trabalho de comunicação escrita: o texto para passar de potência à ente, primeiro precisou nos iniciar no compromisso de lhe ser autor. E não em um modo de autor qualquer, mas no modo específico do autor em modo de aprendizagem. E talvez, sem querer, a aprendizagem ocupou tempo integral. Inclusive nos momentos de extremo delírio, quando o conteúdo psíquico era espécie de treino intrapessoal de tese.

O que é este autor?

Originalmente, ainda que o texto não existisse, nem estivesse escrito, desde lá já condicionava um indivíduo. Não um indivíduo autor de prosa ou poesia, mas o autor do texto candidato a doutor da Comunicação e Cultura. Condição de um representante do máximo da individuação universitária no campo de especialidade. Um texto que forma educador especialista que desenvolve e expande o próprio campo de individuação.

Educar é socializar, individualizando, isto é, primeiramente inscrever a criança no ordenamento social desejado e depois criar as condições cognitivas e afetivas para sua autonomia individual como adulto. Esta é pelo menos a visão

adotada pelo pensamento pragmatista sobre a educação (de John Dewey a Richard Rorty), com detalhamentos práticos mais recentes no sentido de conceber o Ensino Fundamental como socializante e o universitário como individualizante. (SODRÉ, 2012, p.16)

Nossas condições de discursividade, portanto, devem por restrições institucionais tratar do que é verdadeiro, e para tanto, passa pelos processos sociais que lhe asseguram tal *status*: a prestação de contas aos futuros pares, aos doutores. O texto candidata pessoa humana ao grupamento dos responsáveis por dogmas, no sentido bom e original da palavra, “o que há para saber e ensinar” (D’AMARAL, 2017b). O texto da tese, na origem, individua um papel social em um corpo, no sentido biológico e genealógico, o nosso corpo. E que tem interfaces: família, amigos, vizinhos, ora uma rede de adversários de ideias e práticas ora de parceiros e fiadores. Corpo que ocupa lugar, localidade e globalidade.

Por isso, cunhar uma autoria de pensamento prático filosófico que tenha como companhia ativa e declarada de base de autonomia o de-lírio, exige um trabalho não só sobre si, mas também entre nós, de comunicação e esclarecimento, além de preparo de afeto e acolhimento. De elucidação do que se quer dizer e do que não se quer dizer. Pensar com o de-lírio, buscando auxílio à origem etimológica, nos traz a imagem de quem se afasta de uma fenda específica, a lira feita pelo arado que cultivava a terra ao redor da urbe. Dentro dele estava reunida a ordinariedade dos *cives*. Eis o sentido latino de delirar. Ir além da fenda demarcadora do lugar da *civitas*. Em um determinado momento, no caso específico deste autor errante, quando avançávamos no programa dessa ordinariedade de *civitas*, em direção ao estrangeiro, de-liráva-nos. Afastava-nos da noção mais particular de lugar ocupado por nós no mundo. Estranhava-se. Usamos essa imagem para nos servir de horizonte ao pensamento.

Para pensar o *des-envolvimento* de si para um envolvimento cuidadoso com o meio, inclusive este de pares doutores, que estão em vigilância dos dogmas, há de se fazer um trabalho de entendimento e diferenciação do termo delírio. Abstraindo-se dele noções esquecidas dessa originalidade da normalização da língua latina. E esclarecendo outras noções concorrentes. A vertente romana do termo, o vincula com a noção de desenvolvimento, de expansividade. Mas há também outra vertente para compreender essa palavra. Na verdade, há um debate complexo ao longo da história do cuidado com a loucura pela psiquiatria, em seus modos institucional e administrativo, como também em seus modos de fazer sistemas de pensamento classificatório. Desde que deixou de ser

entendida como influência de demônios, e passou a ser entendida como objeto da intervenção civilizacional, para correção do pensamento, o delírio entrou no movimento de sistematização e conceitualização clínica, a especialização do olhar sobre o corpo. A origem latina, *delilare*, ir para fora da lira que circunda a urbe, se afastar da normalidade, como na tradição latina, em países como França, Itália, Portugal e Espanha, foi contrastada pela compreensão de tradição anglo-saxônica, como *delusion*, para ser mais exclusivamente ilusão, erro, falácia. E alemã, *Wahn*, que remete falta de certeza, incredulidade. Uma curiosa coincidência com os erros originais para as culturas ocidentais, na vertente grega a falta do *logos*, na vertente judaica, a pouca fé.

O termo *delusion* é usado como sinónimo de *insane ideas*, sendo separado das alucinações no exame psicopatológico. Nunca foi conseguida a internacionalização do termo *delusion*, embora ela tivesse sido tentada no Congresso de Paris em 1950. Foi esta a visão anglo-saxónica que mais vingou na literatura psiquiátrica até aos dias de hoje. (CORREIA, 2014, p.50)

O termo alemão *Wahn*, no século VIII emerge com o sentido de assunção incerta, insegurança em relação ao que pode ocorrer. Mais tarde vem a adquirir o significado de crença irreal, confusão do juízo, opondo-se a um juízo racional. (CORREIA, 2014, p.41)

Assim, conclui-se que enquanto os termos *Delusion* e *Wahn*, têm na sua génese um significado de alteração do conteúdo do pensamento, no sentido de uma crença irreal, o termo delírio tem na sua origem a designação de algo que se aparta da normalidade, do espectável, sem se referir inicialmente a uma alteração do pensamento. (CORREIA, 2014, p.41)

Portanto, acreditando que a palavra delírio, para além da etimologia, tenha algo ainda a nos dizer que não seja apenas erro lógico ou erro de fé, recorre-se a pensar confessando o de-lírio. Não se tem um método para se tirar dele o contra método<sup>39</sup>. É convidar o sentido delirante, o que se distancia do normal. E no lugar de normal, colocamos ordinário. E ir ao encontro, bem cuidado, com o extraordinário. É tarefa que dado o acelerar das nossas condições de dizer e fazer, essa inclusive que permite delirar, ocorre como convite para vencer urgências éticas em nossas cidades globalizadas. Como o chamado ético que exclui bilhões de um planeta. E que pode, no limite, excluir as condições de existência inclusive do próprio planeta. É este autor um pensar originalmente pelo de-lírio, como se ele houvesse algo a saber e a ensinar sobre o comum. Delirar com ciência construída em comum é o seu cuidado.

---

<sup>39</sup> Fazemos referência às impressões que cultivamos sobre o que seria um contra método ao encontrar, na Biblioteca Engenho do Mato, o livro que nos sugeria pelo título corresponder aproximadamente, mas não de igual modo, ao campo que buscamos na pesquisa errante. Ver a obra: FEYERABEND, P. Contra o método. Tradução de Cezar A. Mortari. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

Tese com poder de compaixão prática para a convivência útil e eficaz. Tese com extensão acadêmica para um tempo específico lido como crise presente. Pensamento que é em parte confissão e aposta. Para um momento em que se descrê da ciência e do desenvolvimento. E, no caso brasileiro, da democracia, da representação, da ética. Em que confessar ou delatar é a estratégia premiada de *des-envolvimento* das crises pelo desvelamento das mentiras e verdades nacionais mais imobilizantes.

Neste *estar assim* candidato-a-autor-intelectual pensando com o de-lirar mais latino, contra os pares alemão e anglo-saxão, para o *des-envolvimento* cuidadoso do ordinário, inclusive o delírio, existe também aí a insatisfação com a divisão entre saber e fazer. O texto que condiciona este autor tem *compromisso profissional*. Um comprometer-se lido nestes termos:

(...) é preciso que seja capaz de, estando no mundo, saber-se nele. Saber que, se a forma pela qual está no mundo condiciona a sua consciência deste estar, é capaz, sem dúvida, de ter consciência desta consciência condicionada. Quer dizer, é capaz de intencionar sua consciência para a própria forma de estar sendo, que condiciona sua forma de estar. (...)

somente um ser que é capaz de sair do seu contexto, de "distanciar-se" dele para ficar com ele; capaz de admira-lo para, objetivando-o, transformá-los e, transformando-o, saber-se transformado pela sua própria criação, um ser que é e está sendo no tempo que é o seu, um ser histórico, somente este é capaz, por tudo isso, de comprometer-se. (FREIRE, 1979, p.7)

Além da vontade de saber, existe a vontade de conviver este saber ao que é comum, de participar pelo sentido de ser no mundo. Daí nossa compreensão de *tese & ação*. Um deleitar-se de escrita que orienta ações particulares de intervenção reflexiva para a mudança de si para o cuidado em mudança também do meio. Ações individuais com efeitos de mudança em comum, com ambições de cuidar também do meio. Na academia, a de trazer a memória de que, a pesquisa, inclusive no centro de excelência, é errante, tem fissuras, fragilidades, vulnerabilidades. Como popularmente dito, que “todo pensamento é torto”.

A esperança de participar na prática do direito ao desenvolvimento do território, país e globo, para e com a mudança social, implica uma teoria de mudança. Como opera a mudança provocada por conhecimento na modernidade? Não é um conhecimento da ciência natural, mas da ciência do comum, da Comunicação, ramo aplicado das ciências humanas no tempo da modernidade. A Sociologia oferece uma pista:

O discurso da sociologia e os conceitos, teorias e descobertas das outras ciências sociais continuamente "circulam dentro e fora" daquilo de que tratam. Assim fazendo, eles reestruturam reflexivamente seu objeto, ele próprio tendo

aprendido a pensar sociologicamente. A modernidade é ela mesma profunda e intrinsecamente sociológica. Muito do que é problemático na posição do sociológico profissional, como o fornecedor de conhecimento perito sobre a vida social, deriva do fato de que ele ou ela está, na maior parte, um passo adiante dos leigos esclarecidos praticantes da disciplina. (GIDDENS, 1991, p. 53)

Conceitos como "capital", "investimento", "mercados", "indústria", e muitos outros, em seu sentido moderno, foram elaborados como parte do desenvolvimento inicial da economia como uma disciplina específica no século XVIII e começo do século XIX. Estes conceitos, e as conclusões empíricas ligadas a eles, foram formulados no sentido de analisar mudanças envolvidas na emergência das instituições modernas. Mas eles não podiam permanecer, e realmente não permaneceram, separados das atividades e eventos aos quais se relacionavam. Tornaram-se parte integrante do que na "vida econômica moderna", na verdade, é dela inseparável. atividade econômica moderna não seria como é se não fosse o fato de que todos os membros da população dominaram estes conceitos e uma variedade indefinida de outros. (GIDDENS, 1991, p. 51)

(...)

O ambiente econômico está constantemente sendo alterado à luz destes *inputs*, criando assim uma situação de contínuo envolvimento mútuo entre o discurso econômico e as atividades a que ele se refere. (GIDDENS, 1991, p. 51)

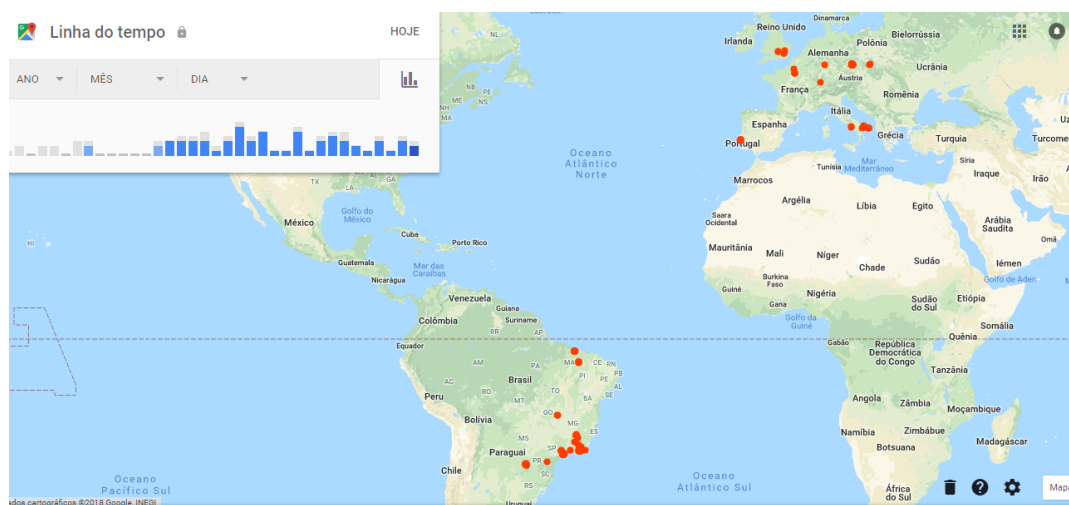
Portanto, talvez a mudança provocada pela Comunicação seja a de levar uma lógica própria, dos conceitos da comunicação, para a capacidade de pensar e agir dos seus objetos, às populações por ela, Comunicação, considerada. E talvez desde a substituição do papiro pela prensa, exista um movimento de amadorização do nicho da especialidade da comunicação (SHIRKY, 2008). Com a internet, todos são comunicadores. A propriedade dos meios de produção na área foi delirantemente extrapolada de uns poucos para bilhões de pessoas.

Não todos. Ainda há uma ordinariedade tradicional em processo de modernização para uma extra-ordinariedade. Há esquecidos. Analógicos. E talvez essa extra-ordinariedade a ser encontrada não esteja no aparato técnico, no meio, mas na mediação mais fundamental: a do mundo como dispositivo do exercício comum do pensamento e da ação dos homens e mulheres. E se tratando de pensamento, existe um serviço para o que escolhe pensar a comunicação com o de-lirante, o que foge à regra. No contexto de ser autor, há pelo menos quatro perguntas: O que muda o quê? Como? Quando? E onde? A essas quatro questões básicas de reflexão se pode acrescentar outras: Muda para quê? Para quem? Com que qualidade de excelência entre o desejado e o resultado? O que se muda é um problema ou o quê? O que se alcança é uma solução ou o quê? E por fim, um retorno a si: o que foi mudado em quem participou como causa, meio, observador, objeto ou mero convivente do processo de mudança?

Essas perguntas foram feitas inúmeras vezes ao longo do percurso de quase quatro anos, em micro e macro experimentos, questões feitas pessoalmente a nós mesmos enquanto convivendo no mundo no modo de autor em Tese & Ação. A investigação que resultou observou assim tal recorte espaço-temporal, contemporâneo, do agora e do agora mesmo, de caráter participativo, intervencionista, sobre si e sobre os meios por onde se errou. Consideramos o tempo de percurso todo de quatro anos de doutorado como o tempo da pesquisa ou melhor, da experiência de viver o conhecimento enquanto escrita da tese para cuidado de si e do meio. Tal tempo não desconsidera outros tempos, tanto de expectativas futuras como das sedimentações passadas da vida deste autor. Não nascemos com a tese e nem morremos após ela.

Como disse Foucault (1992), o autor não se iguala à obra. Erramos ao longo de quatro anos por lugares inacessíveis ao mapeamento físico. Auxiliado por aparelho celular, feito por empresas rastreadoras de pessoas como o Google, nosso mapa não é necessariamente este materialmente inscrito em 235 lugares mais visitados e 387 não confirmados até a qualificação da tese.

Figura 2: 235 lugares visitados



Fonte: Google maps

Seguindo à risca o modo de dizer que o fragmento heraclítico permite pensar e expressar, de que é impossível entrar duas vezes no mesmo rio, abre-se a possibilidade de perguntar: por onde erramos quando voltamos aos lugares em que deixamos registros gravados para a computação em nuvem mapear nossa errância? Quais são as pistas de errância invisíveis à *big data*? Viver a errância em espaços físicos é um modo calculável, facilmente compreendido nas noções de Newton, Descartes e Euclides. (HARVEY, 2006, p.121).

Mas há outros modos que talvez Heráclito intuísse mas só após Einstein e os geômetras não Euclidianos do século XIX foi possível esclarecer (HARVEY, 2006, p.121). Além do espaço físico, coisa em si mesma estruturada e sobre a qual é possível posicionar os pontos vermelhos no mapa acima, Harvey (2006) vem ao auxílio a um reviver do pensar de Heráclito, talvez também o dos epicuristas, do lugar imaterial, e categoriza o *espaço relativo* e o *espaço relacional*. O exemplo da sala de aula explica esse fenômeno do espaço-tempo que precisamos fazer compreender claramente para então falar da errância que ainda não é capturada pelo rastreadores digitais:

Eu dou uma palestra em uma sala. O alcance de minhas palavras é delimitado pelo espaço absoluto dessas paredes específicas e limitado ao tempo absoluto da conversa. Para me ouvir, as pessoas têm que estar lá dentro daquele espaço absoluto durante esse tempo absoluto. As pessoas que não conseguem entrar são excluídas e as que vêm depois não me ouvirão. Aqueles que estão lá podem ser identificados como indivíduos - individualizados - cada um de acordo com o espaço absoluto, como o assento ocupado, para aquele tempo. Mas também estou em um espaço relativo em relação ao meu público. Eu estou aqui e eles estão lá. Eu tento me comunicar através do espaço através de um meio - a atmosfera - que refrata minhas palavras diferencialmente. Falo suavemente e a clareza de minhas palavras se desvanece no espaço: a fila de trás não ouve nada. Se houver um vídeo para Aberdeen, eu posso ser ouvido lá, mas não na fila de trás. Minhas palavras são recebidas diferencialmente em relativo espaço-tempo. A individuação é mais problemática, pois há muitas pessoas exatamente na mesma localização relativa a mim naquele espaço-tempo. Todas as pessoas na quarta linha estão equidistantes de mim. Uma descontinuidade no espaço-tempo surge entre aqueles que podem ouvir e aqueles que não podem. A análise do que está acontecendo no espaço e no tempo absolutos da fala dada na sala parece muito diferente quando analisada através da lente do espaço-tempo relativo. Mas também há o componente relacional. Indivíduos na platéia trazem para o espaço e tempo absoluto da palestra todo tipo de idéias e experiências extraídas do espaço-tempo de suas trajetórias de vida e tudo isso é co-presente na sala: ele não consegue parar de pensar no argumento sobre café da manhã, ela não pode apagar de sua mente as terríveis imagens de morte e destruição nas notícias da noite passada. Algo sobre a forma como uma conversa lembra alguém de um evento traumático perdido em um passado distante e minhas palavras lembram outra pessoa de reuniões políticas que eles costumavam ir nos anos 70. Minhas palavras expressam certa fúria sobre o que está acontecendo no mundo. Eu me vejo pensando enquanto falo que tudo o que estamos fazendo nesta sala é estúpido e trivial. Há uma sensação palpável de tensão na sala. (...) Eu sei onde todo mundo está no espaço e no tempo absolutos, mas eu não tenho idéia, como diz o ditado, 'onde a cabeça das pessoas está' Eu posso sentir que algumas pessoas estão comigo e outras não, mas eu nunca sei com certeza. No entanto, este é, certamente, o elemento mais importante de todos. Afinal, é aí que estão as subjetividades políticas em mudança. O relacional é indescritível, se não impossível, de ser definido, mas, no entanto, é vitalmente importante para tudo isso. (HARVEY, 2006, p.121)<sup>40</sup>

---

<sup>40</sup> Tradução nossa do seguinte trecho original: I give a talk in a room. The reach of my words is bounded by the absolute space of those particular walls and limited to the absolute time of the talk. To hear me people have to be there within that absolute space during that absolute time. People who cannot get in are excluded and those that come later will not hear me. Those who are there can be identified as individuals – individuated – each according to the absolute space, such as the seat occupied, for that time. But I am also



Ao contrário de estar em uma sala de aula, toda errância naturalmente tem percurso. E como vimos, no mínimo três: um *absoluto*, por onde se pisa, um *relativo*, que nos localiza, e um *relacional* que individua. E um movimento englobante a todos. Ainda que não se dê conta de contar toda mínima escolha de direção, nessas três dimensões, podemos narrar os rumos da micro história, particularmente vivida, e organizar as pistas encontradas ao longo do tripé *absoluto-relativo-relacional* em ensaio de intuições filosóficas espirituosas. Considerando as três dimensões de espaço, a absoluta, a relativa e a relacional, os 235 lugares confirmados pela ferramenta de mapeamento dos meus dados pessoais de movimentação ao longo dos últimos quatro anos, mal arranham conceitualmente a superfície da errância que queremos expressar. Cada presença física em um ponto absoluto possibilitou reposicionamentos relativos ao tempo de escrita, em termos de urgência e segurança, da percepção sobre dar ou não tempo de produzir o que precisava ser feito, elaborado, conhecido, refletido e finalmente comunicado na tese. Cada uma dessas etapas teve um lugar não apenas relativo ao tempo, mas também às medidas de objetividade, precisão, foco, o quão próximo ou afastado estava do núcleo da investigação, comparando-se a escrita, com as diferenças de compreensão entre a primeira e última fileira da sala de aula de Harvey. E no nível relacional? O ponto do mapa despertou infinitas co-presenças espaciais, nossas e de quem esteve conosco, não decifradas nos pontos vermelhos da figura. Essa subjetividade, a nossa, viveu imaginativamente o espaço, fez simulações, perambulou por vielas literais ao mesmo tempo em que esses ambientes despertavam pensamentos ou memórias distintas, modos

---

in a relative space with respect to my audience. I am here and they are there. I try to communicate across the space through a medium – the atmosphere – that refracts my words differentially. I talk softly and the clarity of my words fades across space: the back row can't hear at all. If there is a video-feed to Aberdeen I can be heard there but not in the back row. My words are received differentially in in relative space-time. Individuation is more problematic since there are many people in exactly the same relative location to me in that space-time. All the people in the fourth row are equidistant from me. A discontinuity in space-time arises between those who can hear and those who cannot. The analysis of what is going on in the absolute space and time fo the talk given in the room looks very different when analysed through the lens of relative space-time. But then there is the relational component too. Individuals in the audience bring to the absolute space and time of the talk all sorts of ideas and experiences culled from the space-time of their life trajectories and all of that is co-present in the room: he cannot stop thinking of the argument over breakfast, she cannot erase from her mind the awful images of death and destruction on last night's news. Something about the way a talk remind someone of a traumatic event lost in some distant past and my words reminds someone else of political meetings they used to go in the 1970s. My words express a certain fury about what is going on in the world. I find myself thinking while talking that everything we are doing in this room is stupid and trivial. There is a palpable sense of tension in the room. (...) I know where everyone is in absolute space and time but I have no idea, as the saying goes, 'where peoples' head are at.' I may sense that some people are with me and some are not but I never know for sure. Yet this is, surely the most important element of all. That, after all, is where shifting political subjectivities lie. The relational is elusive if not impossible to pin down, but it is none the less vitally important for all that.

de estar, levados por intuições, afetações, pelo sentido do faro investigativo. Na intenção de seguir tal filosofia de tese, concordamos que os vários espaços relacionais estiveram lá nos pontos do mapa, mais ainda, no caminhar entre eles:

Em todos os caminhos. Mas por que caminhamos? Não seria mais fácil simplesmente estarmos, ficando onde estamos? Talvez — mas isto é essencialmente o que não sabemos: onde estamos. Desta posição, serena e centrada sobre si mesma, dessa permanência nada sabemos. Jogados no tempo, vemos que tudo passa; mas como não sabemos o que se passa com o tempo, ficamos condenados a mudar de posição sem saber para onde. Para isto precisamos de pistas: uma pista é portanto o que nos faz caminhar. Uma pista: um espaço de andar — e um sinal. O espaço aberto da pista nos convida à aventura de andar, e é liberdade; o sinal que a pista nos mostra é uma indicação, fecha o horizonte e dá segurança. Erramos e acertamos no jogo de aberto e fechado do espaço e do sinal. Por isso andar pelo caminho é também, e frequentemente, ler, e caminhamos somos semiólogos do caminho. (AMARAL, 1985, p. 62)

Estivemos em cidades errando, lendo o caminho, mas nem sempre conscientemente como autor e menos ainda de como os sinais poderiam servir à pesquisa. Do interior do Maranhão, como Caxias (MA) e Raposa (MA), ao interior da Polônia, passando por centros globais como Londres, Paris, Lisboa, Zagreb. O que nos levou a essas terras foram muitas vezes razões familiares ou íntimas, foi o Particular com letra maiúscula que vivemos como coerente para a pesquisa, numa teoria de que nada escapa ao sentido criativo, investigativo e que os infinitos tempos presentes percorridos até, pelo menos pouco depois dos dois primeiros anos, serviam ao propósito de errar e assim compreender, teoricamente, Desenvolvimento e Comunicação. Aprendizagem integral. Como seria possível antever sentido para a potência da aleatoriedade ou de uma verdade incomunicável? Ela está aí, abre espaços abstratos de sentido, de segurança para se seguir algum horizonte, mas não sabemos nunca o fim da estrada.

Como exemplo, vamos tomar o percurso de São Luís (MA) a Caxias (MA). Começo, meio e fim estão materialmente dados no espaço absoluto. Como tornar científico, ou nos dar ciência, à semelhança do olhar médico na clínica, o olhar errante pelos espaços relativos e relacionais no percurso entre as cidades — essas potencialidades dos encontros e desencontros da vida humana, espaço de conflito de instituições geradoras de percepções, de excessos ou recortes informativos, sinais, signos e significados — em um sentido ou competência acadêmica necessária à tese? Tomemos o materialmente ou geográfico apenas como elementos para explorar simbolicamente esse caso. Na rodoviária de São Luís (MA), terra adereçada como ilha do amor, alguns passageiros embarcavam em um ônibus com o emblema Progresso, título da companhia de transporte.

Do princípio ao destino, inclusive nos pontos de parada no caminho, não seria difícil ver o contraste, a ironia talvez, entre o contexto ou a circunstância da circulação do coletivo metálico grafado Progresso. O ônibus Progresso circula no cenário avesso. O contraste com o lema da bandeira brasileira, memorada, ordem e progresso, por sua vez, fazia outra ironia ao observado ou ao investigado — o propósito da tese de encontrar alguma ordem na aleatoriedade daquela experiência. Nosso destino estava a 368km, Caxias (MA), terra da Balaiada, de batalhas da independência brasileira, de idealizadores do lema positivista da bandeira e de Gonçalves Dias, autor da Canção do Exílio, poesia que definiu alguns sentimentos do autor e nossos também quando fora do Brasil. Há muitos lugares relativos e relacionais no espaço-tempo desta viagem. Mencionei aqui apenas ínfimos exemplos.

Tabela 1 - Espaços de Errância

Espaço absoluto	Espaço relativo	Espaço Relacional
368 Km de caminho (estrada) entre dois territórios urbanos, em trajeto da capital ao interior de um estado brasileiro, percorrido em um ônibus.	Os nomes de São Luís (MA), Caxias e Progresso (companhia de ônibus) são observados relativamente ao conhecimento do autor-visitante, em um tempo específico de produção de tese sobre Comunicação ao Desenvolvimento, com uma bibliografia específica em leitura no trajeto.	Os tempos em que é percorrido o caminho pelo autor-pesquisador é relacional à subjetividade do particularmente vivido, os afetos, os medos, as angústias, as reflexões e interpretações feitas sobre o caminho em si, as referências aos lugares e a história de cada um, enquanto se estuda bibliográfica para a tese.

Não foi por ambição turística que visitamos Caxias. A razão era outra, genealógica do corpo do autor em escrita de tese. Era por amizade e afeto a um familiar. Portanto, a motivação era particular e não planejada para a tese. Apenas no percurso é que nos surpreendemos com a possibilidade de construir sentido com essa vivência para a pesquisa. Apenas aqui, na escrita, racionalizamos esse sentido para comunicar em texto

uma interpretação de operacionalização das observações feitas em percurso de pesquisador errante em aprendizagem integral com as três dimensões do espaço-tempo.

Interpretamos essa observação como espécie de antropologia do tempo presente, vivido subjetivamente, tensionada pela indisciplina que nunca é desejada como um projeto de pesquisa, mas que se torna ela mesma, ganhando corpo no nosso, atravessando as particularidades e sendo assim um processo de aprendizagem integral, antes que soubéssemos que já era, lá estava ela, a pesquisa errante, encarnada. Na desordem dos espaços atravessados, do mais particular ao público, o absoluto, os relativos aos objetos e ao tempo, além dos relacionais, vai se minerar o que havia de elementar para o *desenvolvimento* de si e do meio, dos modos de se relacionar na presença, para ver as obviedades com outros olhos e talvez descobrir nessa postura de percurso não planejada o *extra-ordinário*<sup>41</sup>.

Podemos até não notar as qualidades materiais das ordenações espaciais incorporadas à vida cotidiana porque aderimos a rotinas não examinadas. No entanto, é através dessas rotinas materiais diárias que absorvemos um certo sentido de como as representações espaciais funcionam e constroem certos espaços de representação para nós mesmos (por exemplo, o senso visceral de segurança em uma vizinhança familiar ou de estar "em casa"). Nós só notamos quando algo aparece radicalmente fora do lugar. É, quero sugerir, a relação dialética entre as categorias o que realmente conta, embora seja útil, para fins de compreensão, cristalizar cada elemento como momentos distintos para a experiência do espaço e do tempo. (HARVEY, 2006, p. 132)<sup>42</sup>

Diferenciamos extraordinário de extra-ordinário. O primeiro é talvez o sensacionalismo, o espetacularizado, algo disruptivo que choca, faz escândalo. O segundo não precisa ser espaço-tempo assim necessariamente relacionado. Há opção de escolha no modo de relacionamento, um afastamento indicado pelo hífen, em que há lugar o relacional ao controle de si diante do novo. É preciso auto-modulação sensível nem para a tragédia e nem a mania, o excesso da excitação. Uma definição que se aproxima da noção que não tenho para nós conceitualizada se aproxima da experimentação de festividade, pelo menos a que é descrita abaixo:

---

<sup>41</sup> Mais à frente vamos conceitualizar melhor esse termo.

<sup>42</sup> Tradução nossa para o seguinte trecho original: We may not even notice the material qualities of spatial orderings incorporated into daily life because we adhere to unexamined routines. Yet it is through those daily material routines that we absorb a certain sense of how spatial representations work and build up certain spaces of representation for ourselves (e.g. the visceral sense of security in a familiar neighborhood or of being "at home"). We only notice when something appears radically out of place. It is, I want to suggest, the dialectical relation between the categories that really counts, even though it is useful for purposes of understanding to crystalize each element out as distinctive moments to the experience of space and time. (HARVEY, 2006, p. 132)

(...) em sua essência, a festa é criadora, não mágica; efetiva e boa, mas não de espírito prático. (...) e, no entanto, à essência da festa pertence a tranquilidade, em contraposição à inquietude trabalhosa do cotidiano: uma tranquilidade que reúne em si intensidade vital e contemplação, e que inclusive é capaz de reuni-las quando a intensidade vital alcança o relaxamento (KERÉNYI, 1972 apud AZEVEDO, 2009, p.40)

O trecho citado acima apareceu durante outra experiência de vivência observada do espaço relacional. Andança acompanhada por livro. Aberto ao acaso, ou melhor, livro aberto para coincidir o tempo de percurso do espaço absoluto, ao espaço relativo e relacional mental evocado pela confusão de sentidos, do texto e do caminhar. O território modula a leitura errante e a leitura modula os sentidos do território. O percurso é da leitura e do espaço, em intervenção dupla de ação intelectual e de convivência social presente. Exercício peripatético, de filosofar interrompendo-se pela leitura, aos casos ou a-casos de trechos de bibliografia que intuitivamente foi revisada.

O trecho citado relacionando festa e tranquilidade, nos servindo a explicar a diferença de sentido da extra-ordinariedade oposta à espetacular extraordinariedade sem hífen, nos ocorreu não por um método de investigação analógico nas bibliotecas, nem por ferramentas digitais de pesquisa. Mas é método de buscar o referenciamento a partir de um experimento radicalmente distinto da imagem do leitor em ambiente tranquilo, próprio ao aprofundamento clássico em um tema. O real aprofundamento é como se estivesse na fusão entre o espaço subjetivo e o lido objetivamente. Na sincronia do texto e com o contexto de leitura. E mais ainda, no uso que se faz dessa confluência microfísica do que se sente e pensa no lugar, espaço-tempo, de ocorrência das ideias.

O trecho específico da festa foi pela primeira vez lido por nós ao longo de caminhada pelo Rio de Janeiro, quando sem planos, caminhamos às redondezas do morro da Providência, ainda entre os bairros de Santo Cristo e São Cristóvão, em tempo recém-chegado da internação, em meados do segundo ano de doutoramento, na Europa. Era um primeiro momento, ainda prematuro, de viver a racionalização de uma série de experiências extra-ordinárias, místicas no sentido que mistura mistério, nossa loucura, e o *relegere*, do latim “reler, visitar, retomar o que estava largado” (RODRIGUES, 2012), ou seja, dizemos da minha liberdade de ir e vir, no espaço, mas também o de me desenvolver com o meio. E não só releitura de nós, do meio, do que estava abandonado, nossas verdades, mas também do prosaico *religare*, me reatando ao que nos transcendia, o que era mais do que eu, não um deus, mas nosso meio, nossa socialização, o nosso comum. Esse talvez seja o essencial metodológico da tese, que se faz com três micro

substâncias: a micro história pessoal, a micro filosofia<sup>43</sup>, e a micro antropologia: disciplinas subjetivas em estudo de ser interdisciplinar. Não grandes sistemas universais de pensamentos. Mas os mais particulares e microfísicos, pois são do momento do agora e do agora mesmo. É uma observância de culto (AZEVEDO, 2009, p.38), e no caso o que se cultivava, em modo criativo profano acadêmico, enquanto pesquisador errante.

Usamos várias cidades literalmente como palco de jogos e experiências introspectivas como as descritas acima. Os espaços submetidos a jogos interpretativos, de releitura do ambiente para modos não convencionais, radicalmente Particulares, com atenção ao espaço relacional. E a observação propiciava pistas, que por sua vez serviam sinais, ganhando sentido, narratividade e dando sentido novo ao contexto, sacralizando de alguma maneira o território para fins de memorização, raciocínio e treino a novas competências de gestão de todo o conhecimento vivido, dos medos, angústias, abrindo noção aos descuidos de si no que diz respeito especificamente às competências de *ser mais* na subjetividade do espaço relacional. A experiência gerava teorizações acerca do espaço, da semiótica jogada ao movimento de passagem e vivência do tempo. O benefício era muitas vezes uma sensibilidade de construção de narrativa a partir de sincronias ou coincidências percebidas enquanto tal. Explicamos em outro caso.

Retornemos à São Luís. Santo, rei, mas neste caso, capital do estado que relativamente à minha subjetividade particular, é território de origem familiar materna. A cidade celebra aniversário coincidentemente às datas da nossa avó e mãe. Coincidência escolhida pela falta de cultura de registro no interior maranhense com precisão das datas de nascimento das pessoas. Coincidência escolhida por necessidade burocrática cartorial.

---

<sup>43</sup> Uma evidencia, ou melhor, a pista bruta dessa metodologia está em um registro médico de nossa internação no hospital psiquiátrico de Praga. O “laudo” médico atesta a ocorrência de pseudo pensamentos filosóficos. Mas para o nosso de-lirante, de si mesmo que se afasta expansivamente na sua própria incontinência no espaço comum, a compreensão é outra. É a de vivamente e verdadeiramente participar de ideias teóricas de modo inaugural e integral. Não as julgava pseudo. Às vistas alheias ao louco, a visão da alteridade delirante, é puro *delusion*, falsidade, erro. Não cabe filosofia, pensamento, espiritualidade. Ver a literatura crítica quanto ao uso do também chamado “*Poor Insight*”. FORGIONE, F. A. Diagnostic Dissent: Experiences of perceived misdiagnosis and stigma in persons diagnosed with schizophrenia. In: *Journal of Humanistic Psychology*, 59(1), 69–98. Disponível dia 29/01/2019 em: < <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0022167818777151> >

Poderia não ser, mas o Maranhão é percurso de errância simbolicamente poderoso na nossa dimensão de aprendizagem com o espaço relacional. Errando por São Luís, quase que sem querer, atraído por semiótica que ignorávamos e ainda ignoramos em seus mecanismos, olhamos para o livro de John Urry, *O olhar do turista*. A coincidência nos fez rir. Um turista olha o título de sua situação observadora, que por acaso coincide de ser título também do livro, exposto no espaço-tempo de seu percurso. O fato fez refletir sobre a simultaneidade das nossas intenções, ali presentes, mas muito latentes de Tese & Ação, e o achado totalmente inesperado. A conjuntividade espacial, do absoluto, relativo e relacional, nos pareceu descrever bem o extra-ordinário tranquilo e festivo apresentado acima. O texto, o conteúdo do livro lido para além do encontro do título, nos serviria muito para entender a estruturação do olhar, da lógica de observação da clínica médica transferida para a observação e intervenção sobre o espaço de lazer. Essa extra-ordinária ferramenta quase mística de busca, de desenvolvimento intelectual a partir do uso relacional com o espaço-tempo, contrasta com a busca bibliográfica burocrática em bibliotecas e nas ferramentas massificadas como o google.

Extra-ordinário semelhante já havia sido percebido antes, em Copacabana, quando ganhamos de graça, pois não tínhamos troco para o sebo, o livro *A loucura cura*, do mexicano Guillermo Borja. Enfrentamos com a mera descoberta do livro o fiador de anátemas que em nós temia a própria loucura. E naquele momento seria possível dizer da Tese & Ação:

Temos portanto algo; pois verdadeiramente o temos: algo que não sabemos nem por isso nos abandona quando, sem memória, vamos saber outras coisas — pelo contrário, mesmo no desgarramento da alienação ao Método continuamos na sua força, quer dizer: continuamos fortes e capazes de alienação. Temos algo que nos dá o impulso de projetar e por isso somos tão bons cientistas, técnicos e filósofos: em todos esses caminhos algo nos sustenta. (AMARAL, 1985, p.p. 61-62).

E assim desenvolvemos atenção para um novo universo de pesquisa, o da errância, no trânsito entre ordinário e extraordinário. Virou rotina vivenciar ambientes ou acasos criativos, mas sincronizados com a pesquisa sabe-se lá como e por quais canais. Em Praga, a leitura do tcheco Milan Kundera, *A imortalidade*, já havia nos inspirado sobre a atenção literária que deve ser dada às coincidências, como elas são um belo recurso para se prender a atenção do leitor e como são diversas. Se ao caminhar nós lemos, estive preso na minha narrativa. E as coincidências ou simultaneidades que vivi ao longo da pesquisa são as do tipo que nos serviram a desenvolver a sua própria narratividade. Dá sentido à tese que nos disciplina, nesse sentido age. Mas tudo isso parte de um dogma: a do texto

personificado, humanizado no seu poder de agenciamento sobre o autor. Sem esse pilar, a tese não faz sentido e, se cria alguma narrativa ou discursividade, será exclusivamente individual. Nada colocará em comum.

O pensamento que considera o espaço participando da escrita do texto, sendo essa participação o que personifica a tese diante do autor, é o que considera o espaço na forma de representação. Apresentar com condições de repetir o ato, representar; é importante para a criação de conceitos ou até noções levemente intuídas. O que disciplina o exterior da vida espacial de alguma forma faz interdisciplinaridade com a intimidade do sujeito, e o que é fora se repete dentro de modo novo, modificado. Repete o ato exterior no interior. A matriz abaixo apresenta os cruzamentos de Harvey (2006) com base em três categorias de Lefebvre<sup>44</sup>: o espaço material, que é experimentado; as representações dos espaços, em que são conceitualizados; e os espaços de representações, os vividos. Não nos limitamos a, como seria a *praxe* em uma tese, a trabalhar no espaço conceitualizado estritamente. Buscamos expressividade ao espaço vivido nas movimentações do autor.

Tabela 2 - Espaços e representação

	Espaço material (espaço experimentado)	Representações do Espaço (espaço conceitualizado)	Espaços de Representação (espaço vivido)
Espaço absoluto	Paredes, pontes, portas, escadas, andares, tetos, ruas, prédios, cidades, montanhas, continentes, corpos de água, marcadores territoriais, fronteiras e barreiras físicas, condomínios fechados	Mapas cadastrais e administrativos; geometria euclidiana; descrição da paisagem, metáforas do confinamento, espaço aberto, localização, posicionamento e posição, (comando e controle relativamente fáceis) - Newton e Descartes	Sentimentos de contentamento em volta da lareira; sensação de segurança ou encarceramento do recinto; senso de poder da posse, comando e dominação sobre o espaço; (...)

<sup>44</sup> Harvey se refere mais especificamente ao trabalho considerado um dos mais filosóficos do teórico marxista francês, ver: LEFEBVRE, H. *The Production of Space*. Oxford: Basil Blackwell, 1991



Espaço Relativo (tempo)	Circulação e fluxos de energia, água, ar, mercadorias, pessoas, informação, dinheiro, capital; acelerações e diminuições no desgaste da distância	Mapas temáticos e topológicos (por exemplo, sistema de metrô de Londres); geometrias e topologias não euclidianas; desenhos em perspectiva; metáforas de saberes situados, de movimento, mobilidade, deslocamento, aceleração, compressão e distanciamento tempo-espaço; (comando e controle difícil exigindo técnicas sofisticadas) - Einstein e Riemann	Ansiedade por não chegar às aulas a tempo; emoção de se mudar para o desconhecido; frustração em um engarrafamento; tensões ou alegrias da compressão do tempo-espaço, da velocidade, do movimento
Espaço Relacional (tempo)	fluxos e campos de energia eletromagnética; Relações sociais; superfícies de aluguel e potencial econômico; concentrações de poluição; potenciais de energia; sons, odores e sensações à brisa.	surrealismo; existencialismo; psicogeografias, ciberespaço, metáforas da internalização de forças e poderes; (comando e controle extremamente difícil - chaostheoy, dialética, relações internas, matemática quântica) - Leibniz, Whitehead, Deleuze, Benjamin.	visões, fantasias, desejos, frustrações, memórias, sonhos, fantasmas, estados psíquicos (por exemplo, agorafobia, vertigem, claustrofobia)

Fonte: Harvey 2006, tradução nossa.

Nosso errante correlaciona o percurso de tese à coluna dos espaços de representação da tabela acima: o vivido. É ele inteiramente dependente da primeira coluna, o espaço material por onde se circula; e é afetado pela conceitualização do espaço. Qual o valor de tese do espaço vivido? O de exercitar o olhar do pesquisador sobre a gramática que o vincula ao seu meio. A errância aqui é espécie de turismo; pesquisador

por se pretender reflexivo, numa filosofia que busca cuidar da vontade de Comunicação e de Desenvolvimento. Graças às coincidências festivas e extra-ordinárias, no sebo de Copacabana, de São Luís, nas leituras de Praga às margens do morro da Providência, De Oxford à Zagreb, fundamentamos com os achados no espaço relacional e de representação vivida a metodologia para nossa errância ser também acadêmica-formal e não só organização da transcendência de si. É este o autor que se apresenta colado à tese, incluindo-se como coisa que sente, objeto que observa e age, cobaia, fonte de dados. Longe da ambição de Hegel, não se trata de ser o fim da história da humanidade, nem fazer uma tese de si mesmo ou de si a justificação do texto. Mas participar o ser que erra, comunica, des-envolve. Faz ruptura. E tira daí a matéria prima do que conhece para praticar algum cuidado de si e do meio. Este é o objetivo de percurso da tese & ação.

### **O olhar errante**

Em narrativa reflexiva de si errante, prosseguimos usando a interpretação que, graças às sincronias de espaços vividos no sebo do Maranhão, viemos a ler e entender como olhar de turista; nos termos de Urry:

Não existe um único olhar do turista enquanto tal. Ele varia de acordo com a sociedade, o grupo social, e o período histórico. Tais olhares são construídos por meio da diferença. Com isso quero dizer que não existe apenas uma experiência universal verdadeira para todos os turistas, em todas as épocas. Na verdade, o olhar do turista, em qualquer período histórico, é construído em relacionamento com seu oposto, com formas não turísticas de experiência e de consciência social: o que faz com que um determinado olhar do turista dependa daquilo com que ele contrasta; (...) Esse olhar pressupõe, portanto, um sistema de atividades e signos sociais que localizam determinadas práticas turísticas, não em termos de algumas características intrínsecas, mas através dos contrastes implicados com práticas sociais não turísticas, sobretudo aquelas baseadas no lar e no trabalho remunerado. (URRY, 2001, p.16)

Destacamos algumas palavras do trecho acima: *contraste, lar e trabalho*. Qual foi o nosso contraste na pesquisa? O demarcador foi em relação ao primeiro ano e o segundo ano do doutorado. Vivíamos inicialmente a experiência do conhecimento como um trabalho conjuntamente com o espaço do lar. O quarto e a rede de computadores. Estávamos numa zona de conforto. O projeto de doutorado era oriundo de uma pesquisa recém-aprovada com méritos no mestrado, sobre um tema que, em 2018, completou dez anos que temos proximidade. Desde a monografia no bacharelado de jornalismo na UFRJ, passando por trabalhos desenvolvidos no Instituto de Análises Sociais e Econômicas, para a democratização do BNDES, pelo mestrado em Relações Internacionais e a experiência como Assistente de Informações Públicas no Centro de Informação das Nações Unidas.

Mas até o primeiro ano, a reflexão teórica de que todo lugar-instante era potencialmente um serviço à elaboração teórica não estava desenvolvida. Por onde se dava a aprendizagem integral? Não se tinha clareza de que era na errância. Inclusive nas faltas, nas precariedades. Em períodos intermitentes, ainda no primeiro ano, as atividades acadêmicas eram paralelas à vivência de um freelancer. Nossa pesquisa até a metade não se financiava, não tinha bolsa. Era o começo da crise econômica à Pós Graduação. Bicos garantiam a pesquisa. Aprendíamos e pesquisávamos integralmente também em processos seletivos de emprego. Muitos frustrados. Outros não. E nos ocupávamos entre pensar e fazer, com tarefas de comunicação para o desenvolvimento, atendendo por exemplo a distância demandas de comunidades migrantes em Moçambique, em um dos casos. Obviamente, estes serviços inspiravam ideias de objeto de pesquisa. Uma vez, em Praga, vivemos ainda a prestação de serviço a um conglomerado de tecnologia de comunicação que oferecia novas aplicações técnicas ao Brasil, aumentando a inteligência disponível para acessar e organizar informações burocráticas relativas aos municípios brasileiros. Outro trabalho percebido como coerente com a formação integral do pesquisador errante.

Porém, nada se compara ao que foi vivido em seguida. Poucos meses depois da virada para o segundo ano, tivemos a oportunidade de vivenciar a errância mais radical, a de si, e deixar literalmente nas caminhadas por diversas cidades, uma marcha de ideias, reorganizá-las em novos lugares mentais, quase geográficos, e viver o tempo distinto da lógica de trabalho, de obrigatoriedade e dos apegos à racionalidade metodológica. Um tempo para a festa no entendimento grego antigo, para conhecimento, de acolhimento do inesperado, fundadora de um novo tempo:

Ao sair do plano puramente humano e cotidiano, a festa instala um outro tempo, tempo de criação, originário. Esse é o tempo próprio do demorar-se, do recursar o transitório e o efêmero. Esse tempo eterno à medida humana é o tempo da experiência religiosa antiga. Para Kerényi, essa suspensão do tempo cronológico é própria do sentimento de festividade. (...) Não raro temos festas marcadas por excessos, transgressões, destruições para que o caos vigore e que o restabelecimento da ordem venha ainda mais pleno. Se aproximar novamente da origem, da criação do mundo, do estabelecimento da ordem, são ações que periodicamente devem ser retomadas com o objetivo de instaurar a sacralidade no tempo profano, torná-lo sagrado através de sua renovação. (AZEVEDO, 2009, p.40).

Fizemos o experimento antropológico do olhar de turista, de buscar refletir a partir do contraste entre o que era lazer e trabalho, reposicionando esses olhares à integralidade do serviço de tese. Usamos nesse sentido o que antes seria por nós entendido como

completa loucura. E nos vimos em tudo dando esse sentido: do diálogo com os internos do hospital psiquiátrico em Praga, bem como com os médicos, até a recomendação para retornar ao Brasil, a conviver com o que nos era mais familiar e próximo, a retornar ao ambiente da língua materna. A terapia foi além de terapêutica, laboratorial. E seguimos a orientação de nos aproximarmos do brasileiro à risca. Conversamos errantes, com as prostitutas nas vizinhanças de São Cristóvão, nas ruas do Rio de Janeiro, com padres em igrejas na Lapa, moradores de favelas cariocas que, talvez não tão aleatoriamente, nos abordavam e com os quais discutimos sobre o período eleitoral, com amigos, familiares e desconhecidos. Até concentrar a comunicação às vizinhanças de casa. Passamos a auxiliar voluntariamente uma associação de moradores em um bairro rural da cidade de Niterói, aproximando pessoas para desenvolver o lugar comum, via tecnologias de interação como whatsapp, mas também aplicando as nossas descobertas de interpessoalidade e ambiência. A vizinhança levou a um novo espaço relacional vivido: as discussões do Plano Diretor de Niterói, em fase de audiência pública parlamentar.

Todas essas são experiências muitas vezes completamente díspares, impossíveis de serem universalizadas por uma teoria, no limite de serem aglutinadas em um parágrafo, quiçá em uma tese. Mas de cada uma delas se fez um uso do que saltava aos olhos como objetos extra-ordinários, presentificados, transvertendo o empírico via um ensaio metodológico altamente adaptativo, nem sempre de ação planejada, nem sempre ignorada.

Vivido o primeiro ano, como dissemos, realizamos claramente um corte e todo o instante vivido passou a fazer sentido para a experiência de conhecimento da tese. Nada premeditado. E fruto dessa alternância, refletimos o seguinte: viver a diferença é uma experiência antropológica, fazer isso como um leigo, descobrir-se no processo dessa experiência é um desenvolvimento, e dos mais comuns, pois ocorre na experiência humana de construir laços, de ambientar-se, seja fruto de ações interpessoais (contato humano) ou interativas (mediado por tecnologias). O *extra-ordinário* racionalizado enquanto festiva eclosão de diferenças é por definição um imprevisto. No decorrer da pesquisa, além dos lugares imprevistos, conversamos com pesquisadores da comunicação em encontros de acaso, em cafés, em contextos nunca esperados. Em alguns momentos, nos demoramos a observar o entorno, a abrir um livro ao acaso e a deixar que essa potência de vida conduzisse uma rede de pensamentos e afetações. Levamos ao pé da letra a crítica de Nietzsche dirigida a Flaubert, transformada em aforisma no livro

*Crepúsculo dos ídolos*: “On ne peut penser et écrire qu’assis [Não se pode pensar e escrever senão sentado](G. Flaubert). — Com isso te pego, niilista! A vida sedentária é justamente o pecado contra o santo espírito. Apenas os pensamentos andados têm valor.” (NIETZSCHE, 2006 [1888])

Além do espaço físico, o real propriamente dito ou o simulado, estivemos também de forma intermitente na navegação virtual, por browsers, ditos Explorer, Chrome, Firefox, as interfaces contemporâneas de acesso ao conhecimento midiático, usamos Wikis como portais de informação rápida em hipertexto, somente nos demorando quando uma intuição de estranheza, um ceticismo ampliado, nos levava a aprofundar em outros acervos mais densos em tradição. Assim, racionalizamos o místico e as condições subjetivas de produção desta obra, marcadas por uma ideia-sensação de que é preciso se ter agilidade na vida e, portanto, estivemos em constante conflito entre o homem de riscos e o homem lento que o geógrafo Milton Santos (apud JACQUES, 2012, p.282) observava nas cidades. Foi assim que arranhamos ideias de progresso, em seus grandes ou pequenos pensadores, mas principalmente no cotidiano sem a pretensão de esgotar o que é infundável ou constituir erudição, sem tentar disciplinar a ponto de ignorar o princípio físico da incerteza, a desordem dos sistemas (HAWKING, 2015) e a constante alternância entre desvelamento e velamento da verdade (HEIDEGGER, 1979).

Esta tese veste-se, portanto, de vivências e leituras, numa espécie de micronavegação pelo mundo real e virtual, material e imaterial, da ciência que o eu enquanto indivíduo é capaz de fazer. E também da consciência que participa enquanto nós de um todo vivido e ao qual tivemos acesso muitas vezes de modo exclusivo, no seu olhar de antropólogo do comum, do louco, do banal, do esquecido, do silenciado, do que não caberia dizer ou envolver.

Todos aqueles que têm tido a infelicidade de lidar com criaturas completamente doidas ou que estão no estágio inicial da doença mental sabem que uma de suas características mais sinistras é a espantosa clareza nos pormenores: as coisas ligam-se umas às outras em um plano mais intrincado do que um labirinto. Se você discutir com um doido, muito provavelmente levará a pior, pois a mente do alienado, em muitos sentidos, move-se muito mais rapidamente porque não se detém em coisas que preocupam apenas quem tem bom raciocínio. O louco não se preocupa com o que diz respeito ao temperamento, à caridade ou à certeza cega da experiência. A perda de certas afecções sãs tornou-o mais lógico. A maneira como se encara, vulgarmente, a loucura é errônea: o louco não é o homem que perdeu a razão, mas o homem que perdeu tudo, menos a razão. (CHESTERTON, 2001, pág. 36)

Essa racionalidade extrema do louco de Chesterton (2001), no ambiente das confusões urbanas pós-modernas ou hiper modernas, talvez tenha utilidade. Especialmente a de ver que o espaço-tempo muda, mas pouco muda o modo de se relacionar com ele, ambientar-se. Os meios, seja o mundo ou as suas mídias, se modernizam, *de-lirantemente*; afastam-se da nossa capacidade de percebê-los. De racionalizá-los. Perdemos os detalhes da inovação incremental diária que carregamos no bolso, em um celular, por exemplo. Em breve será difícil acompanhar a comunicação no desenvolvimento de nossas geladeiras, fogões e demais aparatos modificados pela internet das coisas. O simples é cada vez mais confundido na modernização. Lidar com a complexidade como se fosse o simples pode ser *delusion* ou *Whan*. É preciso de-lirar com. Talvez precisamos um pouco da velocidade dos loucos em pormenorizar a mudança. Ou perderemos não para eles, mas para as mudanças das nossas máquinas, melhor atualizadas do que nós de nossas confusões e redes.

A loucura tem uma dupla maneira de postar-se diante da razão: ela está ao mesmo tempo do outro lado e sob seu olhar. Do outro lado: a loucura é diferença imediata, negatividade pura, aquilo que se denuncia como não-ser, numa evidência irrecusável; é uma ausência total de razão, que logo se percebe como tal, sobre o fundo das estruturas do razoável. Sob o olhar da razão: a loucura é individualidade singular cujas características próprias, a conduta, a linguagem, os gestos, distinguem-se uma a uma daquilo que se pode encontrar no não louco; em sua particularidade ela se desdobra para uma razão que não é termo de referência mas princípio de julgamento; a loucura é então considerada em suas estruturas do racional. (FOUCAULT, 1978, p.203)

Fundamentar a prática de pesquisador errante, sendo errante também uma particular experiência da loucura, é se postar diante do olhar da razão. Não como a de que falou Chesterton (2001) há pouco, mas a de ser julgado pelas estruturas do racional. A primeira estrutura é a narrativa dessa experiência, assim como a sua leitura. Enquanto não se finaliza a escrita, mantida sempre em aberto, talvez tenha sido uma exposição ao *Delirium Ambulatorium*, nos termos de Hélio Oiticica (JACQUES, 2012, p.253). Para o artista, andar livremente permite a experiência exclusiva de viver pensamentos e deixar surgir o novo. Para nós, é uma pirataria do sensível, no sentido de ser informal, de ser licença tácita de *creative commons*, organização das ideias no lugar onde são achadas, uma coleta de recursos, empréstimos de diversas áreas, uma abertura de sentidos para o livre pensamento sobre a comunicação na medida singular do pesquisador, em um esforço ético e estético, em seu propósito geral e ao específico serviço que presta à mudança social ou ao desenvolvimento.

A narrativa dessa experiência já não é pilhagem, mas outra coisa, é trabalho de *self-disclosure* (Creative Commons, 2012), de desvelamento de informações do próprio pesquisador. Uma transparência-participativa, em primeiro lugar, a si mesmo como se existisse uma função social construtiva a ser feita pelo ator narciso, numa inquieta intracomunicação que, depurada através do trabalho que dá pensar e sentir, pretende-se produtora de conhecimento escrito e assim transborda para os primeiros leitores, no caso, uma banca, qualificadora, amigos, psicólogo, conjunto prévio à banca definitiva, a legitimadora perante a comunidade de produtores de conhecimento institucional. Como propomos desvios e profanações num método articulado pelo erro é preciso contar com a observação atenta, uma produção dialogante, negociada, numa filosofia em primeiro lugar de cuidado da vida, de nossas vidas, em seguida, a saudável conflagração das ideias.

Ainda que se arriscando a vivenciar a pesquisa na sua dimensão de potencialidade, sem método pré-estabelecido ou alvo bem definido, o propósito específico poderia ser descrito da seguinte forma: é levar a Comunicação ao Desenvolvimento. É um transporte, uma visita de alteridades e não o uso de um sobre o outro como lemos na expressão Comunicação para o Desenvolvimento (C4D), por exemplo. Tal expressão representa tradição teórica com meio século de história na comunicação e significativa influência na Academia e na indústria de ajuda internacional. Debates teóricos ou mudanças programáticas nessas áreas têm influenciado as características da C4D (WAISBORD, 2015, p.1) como veremos ao longo da tese.

#### Descrição de percurso

A síntese cronológica do percurso de Tese & Ação pode ser dividida em quatro etapas, correspondente cada uma a um ano de doutoramento.

O primeiro ano corresponde ao período de observação das disciplinas do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da UFRJ (ECOPÓS), assim como dos debates acadêmicos em congressos e conferências. Na ECOPÓS realizamos os cursos de Subjetividade, Autobiografia e Esfera Pública; Comunicação e Epistemologias; Problemas teóricos da Comunicação; Big Data e Vigilância, além de: Coronelismo eletrônico; Comunicação e Cultura; Os Pós-modernos, Sentidos e Desafios; Metodologia. Simultaneamente, produzimos textos para participar em congressos de pesquisadores das áreas de Comunicação Política, Democratização do Financiamento Público e Relações

Públicas. Esse pode ser um período considerado de transição ou retorno para o campo disciplinar da Comunicação Social, após o mestrado em Relações Internacionais.

Após findo o ano letivo inicial, tem início um período de afastamento acadêmico em busca de capitalização financeira e reinserção profissional. Neste período prestamos serviços variados, que de alguma forma inspiraram ou qualificaram este pesquisador. Sem vínculo como bolsista e nem profissional decidimos apostar em uma mudança radical de ambiente. Viajamos à Praga na expectativa de realizar um projeto pessoal, amoroso, profissional, mas também investigativo, na esperança de encontrar um tema de pesquisa que aliasse paixão e conhecimento pela cultura, a comunicação, mas também o gênero musical forró e o seu internacionalismo<sup>45</sup>.

No entanto, o que veio a se realizar não foi projetado. Vivemos uma crise radicalmente particular, uma ruptura profunda, pessoal e íntima, nos modos de pensar, raciocinar, perceber a realidade, a nossa participação, identidade, memória e capacidade de ação sobre o meio. Fomos completamente atropelados por uma experiência consciente da loucura, que mais tarde, de acordo com o Instituto de Psiquiatria da UFRJ, veio a ser diagnosticado como um surto psicótico derivado do humor. No tempo cronológico, resultou em internação por dezesseis dias em um hospital psiquiátrico em Praga, no mês de celebração dos meus trinta anos. Além de prejuízos financeiros, sentimentais e implicações de estima pessoais, a experiência nos trouxe uma profunda consideração sobre os desvios de percurso, os mistérios que atravessam planos. É melhor pensar que a experiência de loucura, dita assim, limita a compreensão, na verdade a direciona para algo que bem ou mal todos temos: alguma ideia do que seja a loucura. Melhor é dizer experiência de mistério, não um grandioso de outro plano, mas a dos sentidos mais íntimos do sujeito. Essa participação em uma experiência de mistério fundamentada nos delírios do eu, o indivíduo, despertou um turbilhão de questões e a profunda necessidade de reinterpretar o mundo, criar uma teoria pessoal de *des-envolvimento* dos traumas, *envolvimento* com o fantástico produzido a partir de nós. Um afastamento do ordinariamente vivido e conhecido até então. Em certa medida, uma repulsa ao modelo

---

<sup>45</sup> Recém chegado do mestrado em Relações Internacionais, víamos como alternativa de projeto de pesquisa para o doutorado estudar a disseminação cultural brasileira pelo mundo, atrelada a este gênero musical que se expande pela Europa e pode ser lido como elemento para o chamado *Soft Power*, termo criado na década de 1980 e que se relaciona a habilidade de um país persuadir e convencer em função da atratividade de sua cultura, ideais ou regramentos políticos. Ver mais em: NYE, J. S. Jr. *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. PublicAffairs, 2016.



anterior que nos guiava no mundo. E isso, em benefício de um envolvimento mais radical, quase um comprometimento de si, mas na verdade uma coragem em errar, buscar os limites, sem questão de fazer desenhos elaborados para a coleta de dados, mas deixar vir as pistas mais intuitivas: com sentidos completamente pouco ordinários, pelo menos para nós, e por isso, de eficácia duvidosa.

Com o auxílio da embaixada brasileira em apoio à nossa família, retornamos ao Brasil para ingressar em uma rotina de sessões, públicas e privadas, com psiquiatras e psicólogos, além de amplo apoio de nosso orientador e amigos. A terapia virou laboratório do nosso *des-envolvimento* do mistério. Era preciso acender alguma luz. Desvelá-lo. Os delírios de Praga, Itália e Rio de Janeiro nos explicitaram à consciência um imaginário com efeitos radicais sobre a nossa compreensão do tempo presente, do micro presente, o particular e subjetivo. Não o presente de uma vida inteira. Mais certo seria compará-lo com o presente do *instante decisivo* na filosofia da fotografia de Bresson (1952 apud MELLO, 2019), o momento em que tudo o que antes apenas se movia, ganha extrema harmonia de sentidos. Como a máquina torna imóvel o instante decisivo, o delírio como função do pensamento imobiliza um mistério em sentido que se realiza, mas não através da adequação de coisa e intelecto. E o faz em excesso, de forma incessante ou sequencial, em intracomunicação que, no caso, nos dava delirantemente a reconhecer nossa alienação do mundo, nos fazia sentir o medo de não sabermos nada sendo adulto. E sem saber, acreditar-se profundamente filho da ignorância. O mundo deixou de ser mediatizado a nós por uma racionalidade à qual nós estávamos habituados. A extraordinariedade da loucura se fez a nova força mediadora do tempo e do espaço, explicitando uma microfísica da comunicação intrapessoal, nossa conosco, não de vozes, mas de um sistema que de tudo se utilizava em voracidade de fazer sentido radicalmente nosso, solipsista talvez. Antes de chegar ao hospício, já estávamos isolados das condições de fazer uma ciência comum; no sentido de nos encontrarmos incomunicável. Podíamos pensar, ouvir, falar; mas nós e um interlocutor não nos ambientávamos dentro do mesmo mundo simbólico. O contexto de cada um não fazia sentido ao outro ainda que ocupassem materialmente o mesmo espaço e tempo.

O segundo ano representou uma fase de ensaio para os cuidados de si com o meio. O retorno ao ambiente acadêmico do PPGCOM precisou ser refletido. A paixão pela pesquisa começou a ser interpretada pela dúvida e a incerteza quanto às nossas competências intelectuais. Um sonho louco. Ambição impossível. Mais certo seria me

dedicar ao negócio familiar e abandonar a carreira acadêmica. Vivemos também expressivo apetite religioso, mais precisamente ao catolicismo. O território era passo a passo experimentado como um encantamento. Ler um texto incluía esse trabalho espiritual: o trabalho de ler também a si mesmo enquanto leitor. Não um leitor estático e genérico de um texto de significantes e significados igualmente estáticos. Mas um exercício dinâmico de leitura de pelo menos dois níveis. O do texto e o do contexto. Do conteúdo lido, mas também do meio de onde se estava, de pés no chão, lendo, em qual postura, atento aos efeitos sobre si da ambientação com a qual se convivia ao se ler o texto. Tudo era condição de fazer sentido complementar à bibliografia. Isso em uma conjunção temporal impossível de retorno, pressionada pela seta do tempo, a que segue sempre adiante, dando condições para plasticidade dos sentidos. Não bastava ler o texto. Era preciso lê-lo em um espaço e tempo específicos para satisfazer um apetite de transcendência, fazer memória e esquecimento com o ambiente, não depender só do intelecto na leitura, trazer a bagunça da vida, construir a compreensão da experiência particular da leitura percorrendo a cidade, não meramente o texto. O serviço desta espiritualidade errante talvez seja uma sacralização do tempo-espaço para fins de conhecimento.

Essa intuição sobre a importância do meio nos levou para o ambiente mais familiar. Nossa casa no Engenho do Mato, em Niterói, com eventuais demoras na casa herdada da nossa avó em São Cristóvão. A estadia para escrita, tal como a perambulante leitura, pareciam influenciar as ideias e quem sabe até, influenciem também o texto. Esse recolhimento no lar coincidiu com um chamado de retorno à vida pública. Mais uma vez o tempo e o espaço estruturando a pesquisa. Corresponde ao período em que finalmente recebemos o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Bolsista doutorado Nota Dez. Não fosse esse acaso de estímulo, freando a estigmatização que se faz de si depois de termos perdido o senso, talvez a tese não tivesse sido escrita. O ápice de realização pessoal se deu com a qualificação do texto, com uma banca formada por uma dupla de professores do PPGCOM da UFRJ e professora a distância, da City University, em Londres. Sobreviver a esta banca, com a coragem de apresentar um texto que “errou demais”, segundo um dos professores, foi para nós um ato de *parrhesía* antes de se saber enquanto tal, não planejado mas desejado como cura, estima, retorno ao si que é comum também aos outros.

O terceiro e o quarto ano correspondem ao período de escrita final e maior intervenção social. Foram os anos também de intensa angústia e comunicação intrapessoal de ajuste do texto para a banca final. O que se propunha no início não era, sob o movimento da errância, o que se tinha ao fim. E ao contrário de outras pesquisas de métodos mais convencionais, essa dissonância entre o ponto de partida e o de chegada, aqui mantida e identificada ao longo do texto, necessariamente era de ser esperada. A Comunicação ao Desenvolvimento que se pensava ser possível descrever teoricamente a partir das observações empíricas a bancos de desenvolvimentos, por razões dos impactos dessas estruturas na sociedade e a defasagem de participação da sociedade neles, caiu por terra. A caixa-preta não são os bancos ou a burocracia. Mas o mistério errante. E sem ser necessariamente uma errância que parte dele, como por exemplo, a irracionalidade; ou que exista em função dele, para dominá-lo ou salvá-lo. Apenas é. E não é de todo passível de comunicação. Às vezes se desvela às vezes se encobre. A Comunicação ao Desenvolvimento, que não é técnica a serviço da progressão das Nações; que não é absorvida como burocracia, pública ou privada, é a que faz a grande abertura de si para se *estar mais* aí. *Estar mais* no tempo e espaço. *Estar mais* é uma noção inspirada no conceito de Paulo Freire, *ser mais*<sup>46</sup>. Utilizamos o *estar mais* para enfatizar a indefinição em si, a abertura ao tempo, ao que possivelmente existe, mas talvez não seja, pois lhe carece verdade, incorrupção, completude, perenidade.

#### Filosofia de tese: cuidado de si e do meio

Além desses elementos de pensar como um curativo, com resgates históricos às escolas menores da filosofia que fogem aos grandes sistemas de pensamento, pensa-se a partir da própria história de vida em duas definições, uma mais aberta e outra mais restrita. Aberta é a dimensão do autor do seu nascimento até o presente. Poderia considerar também a história da sua ancestralidade. Mas isso não interessa e nem há condições de documentação possíveis presentemente de se saber ou conhecer-se a si mesmo na grande história genealógica. Por isso, sabe-se a si mesmo apenas dos 28 aos 32 anos de idade enquanto se vive essa idade. E como definição ampliada, considera-se os 10 anos, do tempo de saída da graduação até este ano de escrita da tese. A história restrita é a dos quatro anos da tese, do ingresso na universidade até o seu encerramento.

---

<sup>46</sup> Ver entrevista de Paulo Freire disponível em. FREIRE, P. Vocação do Ser Mais. Disponível dia 01/02/2019 em: < <https://www.youtube.com/watch?v=DO8O12ByrF8> >

A filosofia de tese é em certa medida uma filosofia para conviver com o vexame da loucura. É a lida na reconstrução de um sujeito de pesquisador a partir do conteúdo que é comumente silenciado socialmente. Sem comunicação possível e que fizesse sentido nem consigo mesmo, nós não conseguiríamos conviver harmonicamente numa comunidade política ou científica. Foi preciso da falta de sentido refundar a habilidade de comunicar sentidos. Trata-se, nesta incipiente filosofia do vexame, de defender algum conhecimento possível que sirva de ponte entre a produção intelectual e a sabedoria de conviver com o *des-envolvimento* de si, isto é, o ir além da lira, do limite de convivência entre iguais na cidade. E isso significa des-envolver-se dos limites de produção de um campo; o acadêmico. Delirar com ele. E para isso, a Comunicação é o espaço ideal. Nela, uma convivência entre comunicação e delírio, talvez amplie também os horizontes do conhecimento no campo. Não no sentido de se saber mais sobre como se comunicar melhor com pessoas vivendo transtornos mentais, mas sim em pensar a Comunicação a partir de uma inesperada experiência da loucura, e a loucura como o limite particular do incomunicável. Resolver-se aí, na construção de um sujeito de pesquisa que pode dizer-se inclusive louco. Na expressão de uma teoria de convivência que acomode o talvez necessário e inevitável vexame desta postura. E do espanto, fazer a *parrhesia*, aglutinando verdade e realidade vibrante, sem trocar o lugar do saber pela loucura, mas preparar o campo para um novo lugar de convivência. Nesta abertura à convivência com o vergonhoso, o constrangedor que se desvela da vida, criar laços sociais e nexos de compreensão ao longo do percurso de errância. O expor-se é feito para construção de um sujeito de pesquisa atualizado pelos afetos e a lógica interna, altamente complexa, da loucura vivida em primeira mão, racionalizando-se e cuidando-se essa transparência no comum, do erguer as pontes de convivência, tendo defendido um discurso que quer criar conhecimento verdadeiro com poder de autonomia para o cuidado de si e para a função deste cuidado no meio, na cidade, no desenvolvimento como um todo.

#### Conclusão do capítulo zero: o nexo errante

Sem finalidade ou método previamente estabelecido de estudo, projetado e bem delimitado, como preconiza o atual modelo de produção de excelência na academia, o parâmetro basilar que servirá para o nexo geral do pesquisador errante é, então, a limitação imposta pelo próprio tempo. E neste caso, a precisão dos quatro anos de doutoramento como dito anteriormente. Em específico, 2015 e 2019 foram demarcadores iniciais e finais do experimento desta tese & ação. Mas não é um delimitador aleatório.

Quatro anos não são apenas um conjunto temporal, mas uma decisão social estruturante do modo de produção acadêmico-científico; decisão social vigente no tempo presente e estruturante do próprio presente. Ao ser considerado como demarcador, esse tempo limite traz, para o interior da investigação individual e subjetiva, a dimensão social.

O título Pesquisador Errante: Comunicação ao Desenvolvimento, enquadrado nos quatro anos da experiência, passa a significar pelo menos três coisas. 1) A errância do sujeito, inclusive a delirante; 2) a errância do percurso desse sujeito para se des-envolver da tese; 3) o envolvimento nos lugares-meios vividos nos tempos da pré-escrita e escrita da tese. Comunica-se esse desenvolvimento de si, como cuidado de si, comunica-se o desenvolvimento do percurso, comunica-se o desenvolvimento com o terreno percorrido. E isso também em respeito ao princípio de ciência aberta, de exposição das experiências importantes para os nossos achados, facilitando o contraditório ao nosso nexos.

A coesão da narrativa é ensaiada através dos usos que se faz de coincidências subjetivamente percebidas. Estas são como pistas de sentido plástico, observadas pelo sujeito errante no percurso dos quatro anos. O que chamamos de coincidência no plano da observação subjetiva é “se dar conta do que está aí”, um certo conscientizar-se de correspondências, similitudes, analogias entre coisas, ideias, tempos ou espaços vividos. E vinculando, em nosso plano mental afetivo, ausências e presenças de coisas, pessoas e até sentidos, seja no tempo ou no espaço. Essa conscientização repercute em afetos, em impulsos, dão motivações para ação, pois prendem a atenção do nosso sujeito errante. Coincidentemente, por exemplo, o início do doutorado em 2015 tem correspondência cronológica com a agenda global de Desenvolvimento Pós-2015. Isso para nós faz sentido e serve à coesão narrativa da errância. Coincide ainda, territorialmente, nós escrevermos boa parte da tese sediado em um dos BRICS, especificamente o B do acrônimo, que é caso espetacular de crise, e do Rio de Janeiro/Niterói, outra crise. Crise se associa com desenvolvimento. Às nossas crises. E assim fazemos sentido subjetivo.

Tudo funda a necessidade de desenvolvimento. Coincide o nosso confessar-se, no momento em que nosso orientador resgata Santo Agostinho para dizer que pensar também é confessar-se. Coincide com o Brasil experimentar delatar-se abertamente como caminho de desenvolvimento. E aí, do globo à vizinhança, a narrativa do percurso mostra a tese se construindo, o errante desenvolvido em meio desenvolvendo-se. Do artigo de Oxford sobre os BRICS até o da Croácia, que trata do momento final de engenharia das

sabedorias de vizinhança. Há além de tese, um punhado de ação que prova a tese. Por isso dizemos que escrevemos sobre a Tese & Ação. São os feitos da errância.

Esperamos assim, explicitar que há convivência útil, vantajosa e prazerosa entre atores distantes e próximos interessados na promoção do desenvolvimento. Especialistas e leigos. Quem observa de longe, com Descartes, e de perto, como Estoicos. Se for possível correlacionar os extremos percursos de nossa errância, até a reforma psiquiátrica tem a ensinar aos economistas, engenheiros e demais burocratas dos bancos ou demais instituições do desenvolvimento. Todos servindo como contexto que dá o nexo da Comunicação ao Desenvolvimento. Nos sentiríamos hipócritas não comunicando o nosso próprio desenvolvimento a partir dos delírios, das crises e faltas de sentido. Quando faz todo sentido do nosso ponto de vista de especialista de nós. Tanto quanto faz sentido expor-se às noções pré-concebida dos leigos da nossa errância. Enfim, nossa ponte é nova. Não está pronta. Mas vemos que há onde construir uma base. Pelo menos do lado de cá. Apostamos na comunicação.

### 3. O PROBLEMA

A partir de agora começamos a desencarnação da tese<sup>47</sup>, realizando toda a sua potência acumulada ao longo do período de pré-escrita em uma forma fixa, datada e racionalizada no texto. Este é o primeiro problema prático a ser observado. Materializar a função-autor. (FOUCAULT, 1992). Primeiramente, acreditamos como necessário delinear nessa grafia o campo de trabalho à frente. Especialmente quando se pretende observar problemas de pesquisa através de conceitos plásticos, ambivalentes e facilmente adaptados às circunstâncias, como sujeito, desenvolvimento e comunicação. Dedicamos um capítulo exclusivamente a esse objetivo e vamos aos poucos, sem a pretensão de ter definição e foco nas primeiras observações, mantendo a liberdade de errar por diferentes camadas de questionamentos e suas respectivas respostas. Pouco a pouco, os recortes serão mais consistentes e as diferenças, dialogáveis, claramente posicionadas em seus marcos de distinção com o devido respeito à impossibilidade de se esgotar qualquer assunto.

O primeiro delineamento precisa considerar o sujeito. E por se tratar de desencarnação da tese, é necessário mais precisamente encontrar algo no sujeito que não o torne só sujeito, mas também cultura e sociedade. Retiramos do primeiro ano de errância, ainda antes da experiência com a loucura, o instrumental teórico necessário nesse sentido. Nas aulas com a professora Paula Sibila, compreendemos que o sujeito pode ser estudado de diferentes formas:

Considerando todas essas complexidades, se o objetivo é compreender os sentidos das novas práticas que consolidam o atual auge de exibição da intimidade, como abordar um assunto tão delicado e atual? As experiências subjetivas podem ser estudadas em função de três grandes dimensões ou perspectivas diferentes. A primeira se refere ao nível *singular*, cuja análise focaliza a trajetória de cada indivíduo como um sujeito único e irrepetível — é a tarefa da psicologia, por exemplo, ou até mesmo das artes. No extremo oposto a esse nível de análise estaria a dimensão *universal* da subjetividade, que abrange todas as características comuns ao gênero humano, tais como a

---

<sup>47</sup> O uso deste termo foi anterior à descoberta em exercício errante no Rio de Janeiro do livro *A Psicologia Social da Comunicação*, de Derek Hook, Bradley Franks e Martins W. Bauer. Acreditamos que a definição de encarnação da mente apresentada pela obra se aproxima da explicação sobre o que pretendíamos aqui, sendo a significação do achado do livro em si ao acaso um exemplo: “Wilson (2002) observa que há várias afirmações a respeito da encarnação da mente. As abordadas aqui referem-se à visão segundo à qual a cognição se ‘estende’ além da pele para o meio ambiente, e as representações estão ‘arraigadas’ por conexões intrínsecas à ação, à emoção e à experiência corporal.” FRANKS, B.; DHESI, J. *Evolução e Comunicação*. In: BAUER, M. W.; FRANKS, B.; HOOK (org.), *D. A Psicologia Social da Comunicação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. pp.310-334

inscrição corporal de cada sujeito e sua organização por meio da linguagem — este tipo de estudo é a tarefa da biologia ou da lingüística, por exemplo. Mas entre essas duas abordagens extremas existe um nível intermediário: uma dimensão de análise que poderíamos denominar *particular* ou *específica*, localizada entre os níveis singular e universal da experiência subjetiva, que visa detectar aqueles elementos comuns a alguns sujeitos mas não necessariamente inerentes a todos os seres humanos. Essa perspectiva contempla aqueles aspectos da subjetividade que são claramente culturais, frutos de certas pressões e forças históricas nas quais intervêm vetores políticos, econômicos e sociais que impulsionam o surgimento de certas formas de ser e estar no mundo. E que solicitam intensamente essas configurações subjetivas, para que suas engrenagens possam operar com maior eficácia. Esse tipo de análise é o mais adequado neste caso, pois permite examinar os “modos de ser” que se desenvolvem junto às novas práticas de expressão e comunicação via internet, a fim de compreender os sentidos desse curioso fenômeno de exibição da intimidade que hoje nos intriga. (SIBILA, 2008, pp. 16-17)

Quais seriam as configurações subjetivas que são solicitadas do pesquisador errante? O problema do qual acreditamos hoje ser possível falar e dizer parte desse pressuposto de cultura correlacionado ao sujeito, não o singular, mas o particular ou específico. Que exhibe intimidade. Possibilita escrutínio pela transparência do sujeito ele mesmo, em que a rede de computadores cada vez mais celular, permite como meio de comunicação até a loucura falar do interior de um hospital psiquiátrico, mais do que isso, permite que ela seja autônoma da sua exibição, do seu trabalho sobre si e sobre o meio. A configuração específica no pesquisador errante, da qual ele participa culturalmente, é essa de exposição e confissão aberta.

Voltando àqueles *eu* e *você* que estão se convertendo nas personalidades do momento, retorna a pergunta inicial: como alguém se torna o que é? Neste caso, pelo menos, a internet parece ter ajudado bastante. Ao longo da última década, a rede mundial de computadores tem dado à luz um amplo leque de práticas que poderíamos denominar “confessionais”. Milhões de usuários de todo o planeta — gente “comum”, precisamente como *eu* ou *você* — têm se apropriado das diversas ferramentas disponíveis on-line, que não cessam de surgir e se expandir, e as utilizam para expor publicamente a sua intimidade. Gerou-se, assim, um verdadeiro festival de “vidas privadas”, que se oferecem despudoradamente aos olhares do mundo inteiro. As confissões diárias de *você*, *eu* e todos *nós* estão aí, em palavras e imagens, à disposição de quem quiser bisbilhotá-las; basta apenas um clique do mouse. E, de fato, tanto *você* como *eu* e todos *nós* costumamos dar esse clique. (SIBILA, 2008, p.26)

Abrir-se à observação de terceiros, para ser estudado, consumido no bisbilhotar do outro, é uma forma de, por outro lado, controlar o acesso dessa observação de si. A vontade de pensar com a experiência da loucura, por exemplo, ou alguma parte dela, tem poder de criar verdade, autonomia de dizer e fazer no campo do desenvolvimento de si e nosso. Tem micro projetos de poder e ruptura. Chegamos até aqui também em função de um ambiente cultura propício a essa exibição. Mas sem esquecer o que nos falta quando dizemos *nós*:



Longe de abranger todos *nós* como um harmonioso conjunto homogêneo e universal, cumpre lembrar que apenas uma porção das classes média e alta da população mundial marca o ritmo dessa “revolução” de *você* e *eu*. Um grupo humano distribuído pelos diversos países do nosso planeta globalizado, que, embora não constitua em absoluto a maioria numérica, exerce uma influência muito vigorosa na fisionomia da cultura global. Para isso, conta com o inestimável apoio da mídia em escala planetária, bem como do mercado que valoriza seus integrantes (e somente eles) ao defini-los como consumidores — tanto da Web 2.0 como de tudo o mais. É precisamente esse grupo que tem liderado as metamorfoses do que significa *ser* alguém — e logo ser *eu* ou *você* — ao longo da nossa história recente. (SIBILA, 2008, p.26)

Estar em um hospital psiquiátrico em um país europeu foi uma experiência completamente distinta de outra que foi frequentar a versão brasileira dele. No primeiro caso, os internos em sua maioria estavam conectados, interagiam conosco falando uma segunda língua. No Brasil, o cultural configurando os sujeitos enlouquecidos era outro: remetia à falta ou à necessidade precisamente de desenvolvimento da autonomia comunicativa. Mas ainda assim pediam nosso nome no *facebook*, número de celular para nos adicionar futuramente no *whatsapp*.

As conexões entre comunicação, cultura e cognição são complexas. Se o propósito da nossa errância é estabelecer pontes, criar ligas entre ramos de conhecimento, a substância ou a estrutura dessas pontes nos parece ser a interdisciplinaridade. Trata-se de ampliar o entendimento teórico interdisciplinar<sup>48</sup>, no caso específico, entre duas disciplinas (talvez), a da comunicação e a do desenvolvimento; via um sujeito errante. Temas de tradição e não pouca, ainda que relativamente recentes. Antes, porém, de se percorrer uma revisão do que é específico a cada um desses territórios teóricos e o que já se ergueu de “ponte”, antes inclusive de se definir o que de novo se pretende e é possível fazer para uma tese, entende-se como necessário saber antecipadamente se ainda se trata de disciplinas, de áreas de estudos, de campos e o que se costuma dizer quando utilizamos tais diferenciações. Há quem aborde a comunicação, por exemplo, como pós-disciplina ou uma indisciplina academicamente administrada. O desenvolvimento, por sua vez, aquele que se aplica no caso de economias, sociedades ou Estados-nações, parece já ter passado de seus tempos áureos e de forma semelhante se fala sobre pós-desenvolvimento,

---

<sup>48</sup> “Enquanto o Oxford English Dictionary cita um artigo de 1937 no *Journal of Educational Sociology* como o primeiro a imprimir o termo 'interdisciplinar', ele de fato tinha aparecido anualmente desde pelo menos 1930 nos relatórios e nas listagens de premiações do Conselho de Pesquisa em Ciências Sociais, impressos nas revistas de várias sociedades profissionais, incluindo o *Journal of the American Statistical Association*, *American Sociological Review*, e *American Economic Review*” (SILLS, 1986; PREWITT, 2002 apud CALHOUN, RHOTEN, 2010).

alternativas e até existe quem o exclua absolutamente como possibilidade passada ou futura. É preciso então seguir uma agenda de preparação à pesquisa sobre a interdisciplinaridade, revendo a “disciplinaridade” e aí incluindo suas possíveis crises.

O propósito de tal pesquisa não se limita, idealmente, à exclusiva elaboração teórica, mas visa um exercício de análise empírica de práticas institucionais<sup>49</sup> da zona de interseção comunicação/desenvolvimento. As relações entre a fase teórica e a empírica serão parcimoniosamente trabalhadas. O serviço teórico a que se presta este início de enunciação de pesquisa é estabelecer/esclarecer os fundamentos usados para se compreender a interdisciplinaridade possível a se construir. E com essa construção, pelo menos na forma que aqui se conceitua, ter bases para autonomia de reflexão, ainda que parcialmente, sobre os usos gerais desses entendimentos disciplinares (comunicação/desenvolvimento) em instituições, comunidades, sociedades ou indivíduos não necessariamente vinculados à prática acadêmica, mas que estão, sim, na zona de influência exercida pela academia e, por que não reafirmar o que para muitos é o óbvio, também com a capacidade e os recursos materiais e simbólicos para influenciá-la. Transbordar o estudo das teorias indo às práticas sociais é, então, um desafio, talvez epistemológico, a se saber, de posicionamento que aqui se propõe. Isso porque, talvez como característica do tempo presente, não nos parece estar na academia a exclusividade de produção do conhecimento ou da legitimação do conhecimento a ser universalizado.

Portanto, até aqui há dois conjuntos de propósitos a serem harmonizados num desenho de pesquisa. O primeiro, refere-se a montar o esquema interdisciplinar exclusivamente teórico e suas condições de estudo e enunciação, com o zelo de separar o que é propriamente “inter” e o que é propriamente “disciplinar”. Esse trabalho significa responder às perguntas sobre o que se entende sobre “inter-” e “disciplina”; quais são as condições de elaboração teórica presentes na comunicação e no desenvolvimento — por condições entendemos a matriz epistemológica pertinente; finalmente, a qual programa interdisciplinar há maior filiação. O segundo, é elaborar essa interdisciplinaridade como uma construção não exclusiva às instituições, métodos e responsabilidades acadêmicas, mas sim espraiada a comunidades e instituições que atuam no campo de interesse e conhecimento geral dos temas comunicação/desenvolvimento. Nos permitimos por agora

---

<sup>49</sup> Em função do critério da errância e o acúmulo do pesquisador sobre o tema bancos de desenvolvimento, serão considerados tais bancos autodenominados como de desenvolvimento, presentes em cinco países, esses também assim conotados em seus supostos estágios como em desenvolvimento.

o risco de errar e chamar disciplina o que se crê e se pratica. Mais especificamente, o que se crê e se pratica no âmbito dos sujeitos em suas instituições. Mais à frente talvez seja preciso recorrer à noção sociológica de *habitus* como entendido por Bourdieu (1990). Mas vamos com calma, pois temos pressupostos muito críticos em relação à noção de campo, então é preciso identificar as próprias limitações ao nosso prosseguimento à medida que avançamos. O trabalho para se atingir a esse segundo propósito, imaginamos dividir-se em: apresentar, brevemente, uma narrativa sobre a relação entre ciência e outras instituições sociais, a se contar da década de 1980; apresentar a evolução das teorias de comunicação para o desenvolvimento.

Esses dois conjuntos de propósitos podem ser descritos em outra linguagem. Partindo-se de uma metáfora territorial, em relação aos dois ângulos de abordagem (teoria-teoria/teoria-prática), quais são as margens a serem interligadas? E quais são as estruturas dessa conexão? Se pensarmos em um ambiente complexo, talvez as amarras e vigas de nossas pontes tenham de ser flexíveis o suficiente para suportar rearranjos, movimentações de terra, tormentas. É possível ainda que as margens não sejam bordas claramente definidas, estáveis, pois estão sob o efeito de marés de sentidos e de fundamentos, influenciadas ou constituídas por contemporâneos pós-ismos, pós-colonialismo, pós-modernismo, pós-estruturalismo e pós-verdades. O território das interdisciplinaridades aqui tratado aparece hoje como dinâmico no nível dos princípios mais básicos das formas de episteme e de organização.

### 3.1 Sobre as disciplinas

As formas de episteme organizadas em disciplinas modernas como a física (a partir do século XVII), a química (XVIII), a biologia (XIX), a psicologia (XIX) e a sociologia (XIX) viveram mudanças ora incrementais ora mais radicais desde o seu surgimento; são por exemplo cada vez mais especializadas, tiveram precursores no seu estilo de pensar e terão substitutos, mas em todos os casos, são uma organização epistêmica da realidade que contribui para formar nossa visão de mundo como se fossem a estrutura presente dele mesmo (WEINGART, 2010, p.3). Por outro lado, a palavra disciplina, de origem latina, possivelmente derivada de *discipulus*, foi consagrada bem antes, pelo que se sabe, durante a Idade Média. (MAGNAVACCA, 2005 apud MARTINO, 2013).

Então, é preciso esclarecer que, apesar de se utilizar um único termo que atravessou centenas de anos, disciplina não repete a carga de sentido e afetação em todos os tempos. Ao se dizer “estrutura presente” exclui-se todo um universo milenar de estrutura de mundo, que estará conosco sim, como herança cognitiva, ainda e de certa forma, mas não se trata do mesmo modo operante enquanto prevaleciam ou, pelo menos, se acredita que um dia prevaleceram. Se as abordagens evolucionárias estiverem corretas “os seres humanos herdam seus ambientes, tanto quanto herdam seus genomas”. (Tomasello, 1999 apud FRANKS; DHESI, 2017). Do contrário, vão-se as categorizações gregas de Platão à Aristóteles para um tempo passado. E com elas as diferenciações entre episteme e *doxa*, *techne* e *ars*; entre o que é o conhecimento das causas e razões, por um lado; e o que é opinião, o que é o conhecimento necessário para se criar e construir, de outro lado, cada um em sua classe categórica com o princípio de identidade, o de não contradição e o do terceiro excluído, três pilares da lógica aristotélica, estabelecendo marcos de separação do que é e do que não é. O mundo do florescer da filosofia não é o que nos disciplina como “estrutura presente”.

Por “estruturas presentes” do mundo também não nos referimos ao “agora mesmo”<sup>50</sup> da erupção da modernidade. Não tratamos aqui como a “estrutura presente” as estruturas de mundo que permitiram ao pintor Giotto (séc. XIV) do Renascimento italiano, por exemplo, fazer o retorno às figuras clássicas, e nem da reforma protestante de Lutero em 1517 ou ainda das revoluções no modo de agir e pensar no âmbito do conhecimento trazidas por Copérnico (1543), Galileu (1564-1642), Descartes (1596-1650), Newton (1643-1727), em que o empírico, a experiência como forma de legitimação de uma hipótese, cada vez mais aliada à técnica, tem prevalência sobre o que, pouco antes, São Tomás defenderia como verdade por dedução e por princípios primeiros da lógica (Suma teológica I, questão 32, art. 1 apud MARCONDES, 2006, p.150). A estrutura de mundo presente não se confunde com a estrutura do tempo da escolástica medieval, quando se salvava um sistema físico lógico dedutivo e os princípios metafísicos racionalmente elaborados do “absurdo” da verificação de hipóteses e da ambígua observação de fenômenos, tais práticas seriam consideradas fracas, limitadas e inoperantes para dizer algo sobre a vida para além do acidental e quem sabe recreativo.

---

<sup>50</sup> “A etimologia de “moderno” parece ser o advérbio latino ‘modo’, que significa ‘agora mesmo’, ‘neste instante’, ‘no momento’, portanto designando o que nos é contemporâneo, e é este o sentido que ‘moderno’ capta, opondo-se ao que é anterior, e traçando, por assim dizer, uma linha, ou divisão entre os dois períodos.” (MARCONDES, 2006, p.140)

Era então, o obscuro, o ludibriador, portanto, algo perigoso. Galileu poderia mostrar, por exemplo, através de um telescópio, aos então doutores cardeais do saber, planetas e suas luas, medir o movimento que fariam ao redor do Sol e eles não estariam sequer próximos de se darem por convencidos dessas verdades, pois a partir de um racionalismo metafísico caberia dizer que qualquer observação é limitada e apenas constitui um fundamento crível aquele que foi dedutivamente alcançado sem contradição com o revelado por uma verdade superior à humana. Eram *discipulus* de uma Verdade maior, elaborada por uma nova cultura ocidental.

Revistas brevemente todas essas diferenciações históricas, ao dizermos “estrutura presente de mundo” tal expressão ainda subsiste como sendo uma vaga enunciação de contemporaneidade. Sabemo-nos distantes da Idade Média, mas não tão longe a ponto de não reconhecer alguns problemas da zona de transição para a moderna — sendo o principal deles, o seguinte: o que torna válida ou fundamenta a possibilidade de se obter/construir o conhecimento? Algumas perguntas, portanto, prevalecem. E de tanto ser assim, acabam possivelmente perdendo o interesse de se alcançar uma resposta, bastaria que as coisas funcionassem: a eficácia. Afinal, também não estamos mais no tempo do antropocentrismo, do renascimento humanista. Naquele renascimento, o humano estava no centro de todas as preocupações, era sujeito — não mais a criatura do centro de um universo divino, finito, esférico, simétrico e harmônico — mas é um humano artista-criativo, um protestante contra as tradições, um ser ainda a se descobrir. E que desde então veio se descobrindo, se *des-envolvendo*, ao longo de uma peregrinação disciplinar, não linear, com crises de modernidade, paralelismos de ideias, derrocada de outras.

O humano passou, vive hoje em pós-alguma-coisa. Já foi peça de fábrica, um camponês deslocado para o ambiente urbano-industrial, um sujeito sim, mas inconsciente de boa parte das causas que mobilizam sua personalidade, seu comportamento e, principalmente, sua ação social, sua existência institucional e política, seus movimentos de massa ou de coletivos individuais. Agora um homem e uma mulher sendo apenas mais uma espécie entre outros animais, competindo pela sobrevivência nas idas e vindas da seleção natural como passou a nos dizer a biologia, destruindo o reinado simbólico de se viver como uma criatura à semelhança e imagem de Deus, para vir, sem qualquer certeza, à hipótese de se derivar dos macacos. É um humano de ainda desconhecidas reações físico-químicas, pela neurologia, psiquiatria e toda moderna clínica-laboratorial da medicina. É capaz de produzir narrativas enquanto dorme, interpretadas pela psicanálise,

e enquanto se ignora a si mesmo em essência, gerar contratos, empresas, acordos de paz, guerras bélicas ou cibernéticas, assim como uma infinidade de registros estatísticos ou *metadados* e *big data*, em suas existências coletivas, reais e virtuais. Em um *bios* de tele produções e comunicações garantidos por máquinas, algumas delas de inteligências ditas artificiais. É mais precisamente desse tempo presente que tratamos quando nos referimos aos 200 anos de modelo disciplinar, à estrutura de percepção de mundo que ele nos proporciona e, talvez mais importante, acaba por nos administrar em nosso espaço e tempo, seja acadêmico ou não.

O que se quer dizer é que a matéria-prima do que se entende por disciplina não é só um punhado de restrições de pesquisa ou de modos de educar ou organizar a vida de um estudante universitário, mas são também restrições sociais a nichos de atuações profissionais, da ordem de autorizações de poder (ou não) intervir sobre a realidade, ordem que legitima socialmente profissionais, seus modos de atuação, valores e visões. Não tanto. Posto que isso é alcançado por algum grau de relativa autonomia alcançada diante do mundo social externo ao campo científico. Autonomia, como diria Pierre Bourdieu (1990), conceito vinculado às capacidades e possibilidades em refratar ou retraduzir, em um discurso próprio elaborado teoricamente, isto é, sem a presunção de verdade mas com a presunção de servir como aparato temporário para a compreensão do verdadeiro, o conhecimento imediato do senso comum, produzido por um universo de pessoas e instituições que não possuem reconhecido acúmulo de capital científico e intelectual sobre determinado tema (QUIROGA, 2013). Por senso comum entende-se o “enorme depósito de pré-construções naturalizadas, portanto, ignoradas como tal, que funcionam como instrumentos inconscientes de construção” (BOURDIEU, 1989 apud SODRÉ, 2014, p.117) e que também já foi abordado como “conhecimento por apresentação”, por William James<sup>51</sup> ao diferenciar tipos de conhecimento. A crítica ao senso comum parte da ideia de que quem age e pensa dentro do seu próprio mundo da vida cotidiana não teria um conhecimento homogêneo, mas um que é “1) incoerente; 2) só parcialmente claro e 3) abriga contradições internas” (SCHUTZ, 1987 apud SODRÉ, 2014). É possível que haja críticos a essa última afirmação, apontando tal ideia como um dogma não tão moderno, posto que para nós pelo menos é difícil imaginar hoje quem não atue e pense diariamente em seu próprio mundo. Bourdieu talvez tenha sido mais preciso

---

<sup>51</sup> Ver JAMES, William. *Principles of psychology*. Vol. 1. Nova York: [s.e.], 1890, pp. 221-222

em explicitar o fato de haver um modo de pensar que se faz sem presumir verdade, numa tentativa de viver, o máximo possível de forma consciente, esse desafio que é se permitir a construção autônoma de modelos de entendimentos.

Falta revisar contribuições positivas que auxiliem ao estudo do conceito de disciplina, para além da negativa ao senso comum. Nesse sentido, para o sociólogo Robert Nisbet (1984 apud SODRÉ, 2014), é preciso que uma disciplina intelectual se apoie a uma base conceitual e que essa plataforma trate de um domínio objetivo com experimentos e metodologias de pesquisas que lhe dão consistência, que tenha a essas “ideias elementares” (a base conceitual) ao menos quatro critérios de seleção obrigatórios, sendo eles: geral, isto é, ser tratado por grandes pensadores diversos; durável, quando se aplicam tanto ao passado como ao presente; ter características próprias da disciplina e, por fim, apresentar ideias plenas, para além de serem de uso ferramental ou influência. Portanto, essencialmente, a formação disciplinar do que Bourdieu chamava de autonomia parece ser uma consequência da comunicação autorreferencial deste campo ao se reproduzir e se afirmar (WEINGART, 2010, p.8).

A autorreferencialidade é dada quando a comunicação é "fechada" em relação ao meio ambiente e a avaliação da relevância e qualidade da pesquisa é limitada aos membros da respectiva comunidade disciplinar (...). Essas, de fato, têm funções não só internas nas disciplinas mas também no que diz respeito ao seu ambiente econômico, político e social. (...) A certificação de treinamento disciplinar e credenciamento formal são tentativas de garantir um monopólio para um determinado setor do mercado de trabalho profissional ou semiprofissional.<sup>52</sup> (WEINGART, 2010, p.8)

A partir da leitura proposta por Weingart é possível identificar pelo menos três definições para o uso da palavra disciplina, que são mais claramente apresentadas por Olga Pombo (2004). Disciplina como (a) ramo de saber especializado; (b) componente curricular; (c) conjunto de normas ou leis. Em outro texto, a pesquisadora da interdisciplinaridade edita uma série de definições de autores que se dedicaram a pensar o tema da disciplina. Guy Berger (1972) apresenta disciplina como o “conjunto específico de conhecimentos que têm as suas características próprias no terreno do ensino, da formação, dos mecanismos, dos métodos e dos materiais” (BERGER apud POMBO,

---

<sup>52</sup> Tradução nossa do seguinte trecho original: Self-referentiality is given when the communication is "closed" towards the environment and the evaluation of relevance and quality of research is limited to the members of the respective disciplinary community (...) These, in fact, have functions not only internal to the disciplines but also with regard to their economic, political, and social environment. (...) The certification of disciplinary training and formal accreditation are attempts to secure a monopoly for a certain sector of the professional or semiprofessional job market.

2013, p.1); já para Guy Palmade (1979) a disciplina “trata de uma certa categoria de fenômenos que visa tornar inteligíveis e a propósito dos quais procura fazer previsões possíveis ou, mais geralmente, estabelecer correspondências” (BERGER apud POMBO, 2013, p.2), por fim, Heinz Heckhausen (1972) admite o uso sinônimo com a palavra ciência, desde que seja feita a diferenciação de ensinar uma ciência, por mais que essa última também se defina pelo fato de ser comunicada. O autor enumera sete razões para se distinguir uma disciplina de outra: “1) o domínio material ou objecto (sic) de estudo; 2) o conjunto possível de fenômenos (sic) observáveis; 3) o nível de integração teórica; 4) os métodos; 5) os instrumentos de análise; 6) as aplicações práticas; e, 7) as contingências históricas.” (BERGER apud POMBO, 2013, p.6)

Entre toda a diversidade de pensamento sobre disciplina, a nós sobressai a autocomunicação do fazer científico, como já dito por Weingart (2010). E essa prática se aproxima da tentativa de controle dos saberes, como diria Foucault, por premissas, fronteiras e especificações que são hegemônicas por determinados períodos. Cabe salientar, nesse sentido, a dificuldade de se realizar esse controle no campo da comunicação, em que as disciplinas teóricas trabalhadas em sala de aula em diferentes universidades dificilmente têm em comum um único autor ou clivagem.

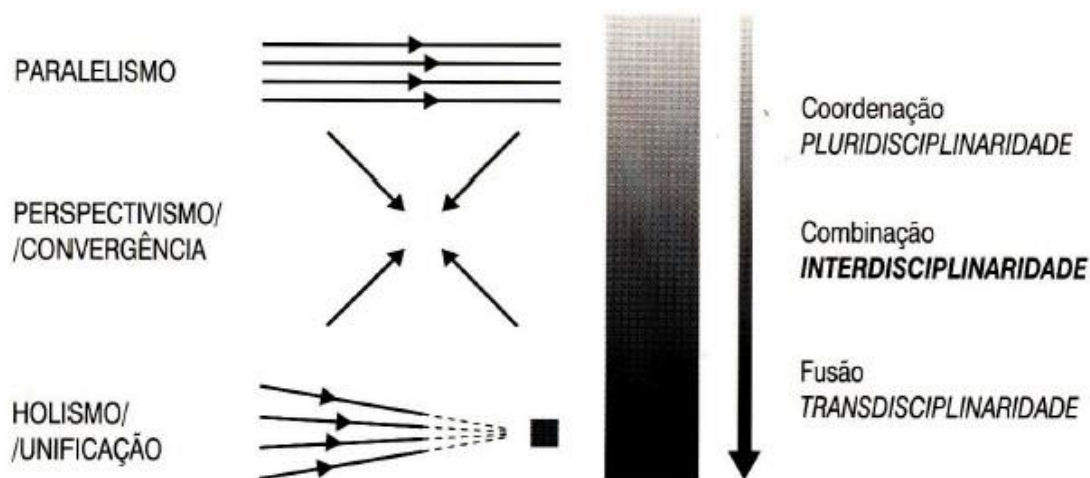
Lozano e Vicente (2010), a partir de entrevistas com 363 professores de Teoria(s) da Comunicação de universidades europeias e latino-americanas, encontram uma pluralidade de temas, autores, escolas e abordagens nos conteúdos alocados sob esse nome, o que sugere uma falta de consenso entre docentes na hora de formatar os saberes comunicacionais dentro dos parâmetros de uma disciplina universitária. (MARTINO, 2013).

Uma vez salvaguardada a filiação ao que queremos dizer com disciplina, já é possível avançar para o termo interdisciplinaridade. Não se trata de um termo utilizado isoladamente, isto é, geralmente é substituído ou acompanhado por multi ou pluridisciplinaridade e ainda transdisciplinaridade. A confusão com tantas palavras é comum inclusive para quem estuda o tema, com definições por vezes díspares (GOZZER (1982), RENÉ (1985), CHUBIN (1986) apud POMBO, 2004). Em uma leitura filosófica da ciência, Pombo (2004) faz uma proposta de compreensão comum para esses conceitos. Os prefixos "multi" ou "pluri", "inter" e "trans", permitem, segundo ela, colocar essas palavras em uma mesma família, mas de forma a seguir-se um *continuum* de diferenciação que vai, respectivamente, da **coordenação** (multi ou pluri) de pontos de vistas paralelos; passando pela **combinação** (inter) desses pontos de vistas, em espécie



de convergência ou complementaridade; e desta à **fusão** (trans), uma perspectiva mais holística e unificadora.

Figura 3: Pluri, Inter e Transdisciplinaridade



Fonte: Pombo (2004, p. 14)

Os usos da palavra interdisciplinaridade e similares são por vezes compreendidos como modismos ou uma fuga à cientificidade e às críticas ao que uma disciplina está apta a autonomamente realizar. Ainda que as críticas à adoção de um modelo interdisciplinar — (pluri-, multi- ou trans-) — possam ser admitidas, tais conceitos permitem pensar problemas relativos à estrutura contemporânea de ciência, ao menos três. O problema da especialização, da institucionalização do trabalho científico e da cultura dos homens de ciência, que geralmente admite uma generalizada ignorância aos campos fora de sua especialidade. As palavras da família da interdisciplinaridade, segundo Pombo (2004), dão conta de abordar, ainda que de forma pouco estabilizada, da seguinte transição:

Uma clivagem, uma passagem, um deslocamento no modelo analítico de uma ciência que se construiu desde os seus começos como a procura de divisão de cada dificuldade no seu conjunto de elementos ínfimos, isto é, que partiu do princípio de que existe um conjunto finito de elementos constituintes e que só a análise de cada um desses elementos permite depois reconstituir o todo. Ora, é este modelo analítico, modelo que deu inegáveis frutos que não podem deixar de ser reconhecidos, que se estaria a revelar hoje insuficiente. E, se isto assim é, então, caber-nos-ia a nós, cidadãos do final do século XX e começo do século XXI, dar conta de uma mudança muito profunda, de uma clivagem, de um deslocamento no modo de o homem fazer ciência. (POMBO, 2004, p.15)

Essa passagem, pelo menos no que diz respeito às ciências sociais, foi registrada pelo Relatório Gulbenkian como uma solução histórica sobre as bases organizativas do trabalho científico pós 1945, concentrado, então, hegemonicamente nos Estados Unidos.

Entre as consequências dessas mudanças em nível mundial sobressai a questão da validade das distinções no interior das ciências sociais; baseada em clivagens estabelecidas pelo paradigma da ciência do século XIX para as então nascentes ciências sociais, passa a ser profundamente contestada. Essas clivagens eram: a) a demarcação entre o estudo do mercado (a economia), do estado (a ciência política) e do mundo não moderno/não ocidental (a antropologia); c) do mundo presente (a economia, sociologia e política) e do mundo passado (a história). Posteriormente a 1945, a inovação acadêmica mais importante foi, segundo o relatório, a criação de estudos por áreas ou regiões (URSS, China, América Latina, África, Europa Central, Sudeste Asiático etc.), uma nova categoria institucional (a geográfica) que levou a um reagrupamento do trabalho intelectual. Esses novos estudos por área eram, por definição, “multidisciplinares” e as “motivações políticas subjacentes à sua origem eram bastante explícitas” (p.60). Chama-se a atenção para o fato de que os estudos por áreas atraíram para o interior de uma estrutura única pessoas cuja filiação disciplinar atravessasse transversalmente as três clivagens referidas. Cientistas sociais de origens e inclinações diferentes encontraram-se frente a frente com geógrafos, historiadores da arte, estudiosos das literaturas nacionais, epidemiologistas e até geólogos. Passaram a produzir currículos em conjunto, a participar nas bancas de doutoramento dos alunos uns dos outros (...) (LOPES, 2003, p.284)

O problema contemporâneo da ciência e a sua transição de modelo analítico fracionário para uma integração de saberes, sem ir aos extremos de otimismo nesse sentido, é abordado por uma série de programas que teorizam a interdisciplinaridade. Pombo (2004) sugere ao menos quatro dessas empreitadas: o programa antropológico, em que todas as ciências seriam tratadas como ciências humanas; o programa metodológico, que cuidaria de regular os novos conhecimentos com vistas a impedir a dispersão anárquica ou a planificação unitária; o programa epistemológico, que, por um lado seria uma espécie de sistematização geral de saberes para combater o isolamento das disciplinas e seus problemas de comunicação e, por outro lado, seria uma fundamentação da interdisciplinaridade e dos mecanismos de cognição; e finalmente, o programa ecológico, de contornos utópicos, “simultaneamente prático e especulativo, ético-político e estético” (GUATTARI, 1989 apud POMBO, 2004, p.31).

No capítulo cinco desta tese, buscamos elaborar as condições de uma convergência teórica, que mescle as dimensões ética-política, estética e especulativa, numa aproximação talvez do programa ecológico. E de volta à abordagem de Weingart, pensamos uma possível interdisciplinaridade como afetando dois níveis, um teórico, produzido na comunidade de especialização disciplinar e outro prático-institucional, que repercute nas instituições sociais e políticas, como *policy*, *guidelines* e outras normativas

geradas, por vezes adotadas, e avaliadas por comunidades que têm foco distinto ao especificamente científico-filosófico e são cobradas profissionalmente a assumir responsabilidades correspondentes aos seus nichos. Cabe neste momento lembrar que a ciência contemporânea não é apenas uma forma de saber, mas também uma prática, que não se dá apenas no território da universidade, visto que essa convive com o laboratório-indústria e o laboratório-governo, numa tríplice aliança que já esteja talvez defasada, perdendo espaço para redes especializadas de produção de conhecimento, muitas vezes de prestação de serviço *ad hoc*, como diz Sodré (2014) e aos quais poderíamos acrescentar também os laboratórios-sociais, das organizações da sociedade civil e movimentos sociais, como os que nós nos assimilamos<sup>53</sup>, em contínua especialização e aprimoramento. Esse é o ecossistema que presumimos em vigor e para o qual participamos enquanto pesquisador.

Dentro dos movimentos da *science and technology studies*,<sup>54</sup> por exemplo, o físico e historiador da ciência Dominique Pestre<sup>55</sup>, em entrevista a pesquisadores brasileiros, diferencia duas teses sobre a compreensão de mudanças nas relações entre ciência, governo e sociedade dos últimos cinquenta anos. No estilo de apocalípticos e integrados, de Umberto Eco, a primeira tese afirma que acabou a confiança social na ciência, vive-se o declínio da modernidade, dos ideais iluministas e que ganha espaço o aspecto humano irracional. A segunda tese, oposta à primeira e referenciada pela obra de Michel Callon<sup>56</sup>, defende que o que vem ocorrendo é uma emancipação do debate público dos modos e das práticas científicas, a “democracia técnica”. Desse debate são intuídos conceitos como “indisciplinar” ou “pós-disciplinar” para designar práticas ou ramos da ciência, não necessariamente se confundindo com outro movimento de liberação da prática científica aos rigores do empirismo, o que quer dizer, em outro ângulo de enunciação, liberar a ciência da proximidade excessiva à técnica ou à realização tecnológica, como propunha

---

<sup>53</sup> Ver a seção Relativo-Relacional Zagreb no capítulo Percurso de Errância

<sup>54</sup> Ver o SARIOLA, S (Coord.) *Journal Science and Technology Studies*. Disponível em: <<https://sciencetechnologystudies.journal.fi>> Acessado dia 23/01/2019

<sup>55</sup> Ver PESTRE, Dominique; ROMERO, Mariza. A nova história das ciências: entrevista com Dominique Pestre. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 899-905, Sept. 2016. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702016000300899&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702016000300899&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 20 Jan. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702016000300010>.

<sup>56</sup> O entrevistado direciona o público para um texto específico: CALLON, Michel; RIP, Arie; LAW, John (Ed.). *Mapping the dynamics of science and technology*. London: Macmillan. 1986.

Heidegger (apud SODRÉ, 2014), em direção a um exercício de “imaginação ativa” para a intuição de conceitos como é pertinente, por exemplo, à epistemologia sociológica.

Essa diferenciação nos parece importante para o propósito da pesquisa empírica que faremos mais adiante no percurso de errância, em especial na seção Relativo-Relacional Oxford. As instituições tratadas ali, bancos de desenvolvimento, são consideradas representantes do domínio prático, político e cultural do Desenvolvimento. Estão encarregados, entre outras instituições, de realizar o acúmulo herdado na história da disciplina *desenvolvimento* e são igualmente produtores de conhecimento nessa área. Como vimos em pesquisas anteriores, entrevistando profissionais de instituições como o Banco Mundial (SISTON, 2015), há o senso de que a visão que predomina no banco é a de economistas, formados e legitimados nessa área de conhecimento, determinando inclusive o que diz respeito a outras áreas, como a da comunicação. Ou seja, a influência da cultura-disciplina — no caso a economia — sobre o sujeito funcionário da burocracia do banco, que é, ele também um produtor de conhecimento, reproduz um modo político-social que, no caso refreia, a autonomia de outro campo do conhecimento, o da comunicação. O que talvez seja legítimo e recorrente em outros casos, tratando-se de um banco e de um senso comum do modo como operam bancos. Dificilmente, uma visão unilateral de sujeitos disciplinados na comunicação, na antropologia, na sociologia teria lugar na definição do *ethos* desse tipo de instituição, por mais que se possa imaginar graus de influência, de orientação especializada ou de presença na cadeia de comando. Por mais também que se observe empiricamente a crescente mediatização dessas instituições, com adoção de tecnologias e práticas que seriam da ordem de uma lógica de mídia (THORBJORNSRUD; FIGENSCHOU; IHLEN, 2014), em oposição a uma lógica de burocracias governamentais ou empresariais. Por “dificilmente” queremos aqui expressar nosso senso comum. Mais à frente vamos nos deter a esse ponto com os estudos empíricos<sup>57</sup>, tentando reconstruir esse discurso com uma elaboração teórica explicativa que tenha relativa autonomia frente a esse senso inicial.

### 3.2 Epistemologia, uma obrigação do conhecimento?

De volta ao início da seção anterior, quando começamos por utilizar a expressão *formas de episteme*, o que de fato se diz ou falta ser dito? Mais importante: como responder a essa pergunta, especialmente em seu aspecto negativo? Em nosso método da

---

<sup>57</sup> Ver o capítulo Percurso de Errância

errância, acreditamos importante ir e vir por alguns caminhos já percorridos e *desenvolver* expressões talvez pouco pensadas ou sentidas. Voltemos com mais foco sobre o dito *formas de episteme*.

Portanto, em resposta à questão "como", seguimos a guia da compreensão ecológica, que destaca a interação de ideias (BATESON, 1972, p.1). Essa compreensão faz uma analogia da mente e das ideias como um ecossistema submetido ao processo biológico de seleção natural, que se define como restrições de sobrevivência. Imagine um ambiente povoado de ideias-espécies, das mais diferentes, em constante conflito. No lugar de animais e plantas, encontramos ideias. Espécies, especificamente neste parágrafo, são as ideias por detrás da expressão *formas de episteme*. O pesquisador considera algumas enquanto escreve, o leitor talvez outras. E nesse caso, o que causaria restrições de sobrevivência de umas em detrimento de outras?

Primeiramente, nos parece ser preciso compartilhar uma compreensão do que é uma ideia sobrevivente. Partimos do princípio de que a compreensão da sobrevivência está atrelada relativamente ao critério que se busca impor. Em separado, sobrevivência, não existe *per se*, pelo menos em teoria. Explicamos com um convite à simples abstração: pensemos em impor um critério quantitativo, o contabilizar os indivíduos que compartilham noções idênticas ou parecidas sobre *formas de episteme*. E assim teremos a categoria das ideias sobreviventes cujo critério perceptivo é o somatório de hospedeiros. Pensemos no critério temporal, de ordem seccionaria ou global, e repetindo o exercício imaginativo teremos a categoria das ideias sobreviventes ao tempo. Essa dupla abstração resulta em uma vastidão de percepções sobre espécies sobreviventes: o grupo que sempre existiu, o grupo que existiu em muitos hóspedes por muito tempo, por pouco tempo, em um tempo específico.

Uma outra ordem de classificação possível nesse universo teórico é a das ideias que sobrevivem ao critério da verdade e nesse caso o exercício imaginativo é mais complexo. Aí entra a tradição apresentada anteriormente para se pensar o senso comum. Essa tradição nos faz refletir que as ideias sobreviventes podem talvez variar conforme o meio e a cultura estabelecida para a circulação de informações e afetos. Sobrevivência e percepção da sobrevivência estão se tornando nucleares, quase o mesmo. Distinções dependerão da comunidade autocomunicante e da capacidade de criar autonomia para forjar padrões e normativas. A noção de senso comum, especialmente a de Bourdieu (1980), dá conta de explicar em parte a reprodução de determinadas compreensões de

mundo em detrimento de outras. Pressupõe crer que a sobrevivência de uma ideia em muitos ou poucos hóspedes, por muito ou pouco tempo, não é resultado de uma relação de causalidade com a verdade de uma ideia. E como aqui estamos correlacionando a verdade com um processo de autonomia frente ao senso comum, uma ideia que sobrevive à verdade passou ou passa continuamente por um critério que possibilita identificar o estoque das “pré-construções naturalizadas”, que então deixam de ser ignoradas e, em seguida, possibilitam um conhecimento novo, fundamentado pelo diálogo com a tradição que busca a autonomia de conhecimento. Personificando: a ideia sobrevivente à verdade é, em outras palavras, uma ideia que se permitiu ser observada como crença, talvez solitária, e daí precisou criar sentido (conhecimento) em uma linguagem legitimada comunitariamente para aí sim ter continuidade.

O último parágrafo se encerra deixando ao ar várias etapas. Ao passo a passo, todas as etapas correspondem a exercício individual, isto é, que aqui e por ora entendemos ocorrer na mente e nas afetações de um indivíduo. A primeira das etapas é a desconfortável observação das próprias ideias como crenças.

Para que um homem mude suas crenças básicas, que determinam a percepção — o que Bateson chama de premissas epistemológicas — ele deve primeiro vir a ser consciente de que a realidade não é necessariamente como ele acredita ser. Esta não é uma coisa fácil ou confortável de aprender, e a maioria dos homens na história provavelmente têm sido capaz de evitar pensar nisso. (BATESON, 1972, p. VI)<sup>58</sup>

A segunda etapa, teoricamente como construída aqui, para a sobrevivência de uma ideia à verdade é a necessidade de criar sentido, via conhecimento, via uma linguagem legítima.

Não estou convencido de que nunca valha a pena se levar uma vida não examinada. Mas às vezes a dissonância entre a realidade e as falsas crenças atinge um ponto em que se torna impossível evitar a consciência de que o mundo não faz mais sentido. Só então é possível para a mente considerar ideias e percepções radicalmente diferentes. (BATESON, 1982, p. VI)<sup>59</sup>

A ideia de que as *formas de episteme* parecem querer fazer sobreviver é uma em que há a necessidade de precondições cognitivas, de impressão de uma realidade externa

---

<sup>58</sup> Tradução nossa do seguinte trecho original: "For a man to change his basic, perception-determining beliefs — what Bateson calls his epistemological premises—he must first become aware that reality is not necessarily as he believes it to be. This is not an easy or comfortable thing to learn, and most men in history have probably been able to avoid thinking about it."

<sup>59</sup> Tradução nossa do seguinte trecho original: "And I am not convinced that the unexamined life is never worth leading. But sometimes the dissonance between reality and false beliefs reaches a point when it becomes impossible to avoid the awareness that the world no longer makes sense. Only then is it possible for the mind to consider radically different ideas and perceptions."

sobre uma consciência. Descrita assim, talvez nos arriscamos a uma tautologia. Mas vamos a essas miudezas pois também nos parece que assim o fazendo, dizendo *formas de episteme* por condições cognitivas, substituímos a ideia grega de epistemologia de conhecimento verdadeiro — com peso de fundamento em oposição ao opinativo — por uma noção biológica-psicológica de processamento de informações, realizada através de aparelho orgânico, físico, talvez ainda digamos subjetivo, caso a palavra enfatize o eu, aquele mais radicalmente indivíduo. Assim não é dizer tautologias. É talvez parte de uma atualização necessária, em função, como dissemos anteriormente, do termo disciplina atravessar centenas de anos como forma prática de comunicação-reprodução da ideia sobre os modos de se viver a experiência do conhecimento humano.

E o que diz e significa episteme? É uma palavra composta da preposição *epi* e do verbo *ístamai*. *Ístamai* diz estar em pé, solidamente estabelecido e fundado. E a preposição *epi* acrescenta-lhe a conotação de por sobre, em cima, a cavaleiro de, por cima. Da integração de todas estas dimensões formou-se, então, a experiência de conhecimento e ciência em sentido forte de e próprio de episteme. Episteme não diz apenas conhecimento, mas todo o contexto em que se constitui conhecimento. (LEAO, 2010, Episteme 3)

Falta, então, o contexto. Ainda que essa troca de uma palavra por outra exemplifique mudanças temporais, arqueológicas talvez, não é suficiente para entender as funções que o termo epistemologia opera em um meio ambiente. *Formas epistêmicas* diz quase nada sobre o ecossistema onde estão espécies, gêneros e outros tipos em competição. Encontramos em Martino (2003) uma elucidação nesse sentido, quando o autor diferencia gnosiologia, filosofia da ciência e epistemologia. Entendemos o trabalho do autor como uma forma, entre outras, de se organizar as funções entre essas especialidades categóricas. É uma divisão útil a sutilezas de sentido que se faz importante apresentar aqui como a tradição em debate. Cabe à epistemologia, segundo o autor, examinar a linguagem da ciência e empreender a pesquisa de fundamentos ou de pressupostos básicos que imprimam as marcas do que seria um trabalho científico; fazer a sondagem ontológica, metodológica e lógica da ciência; classificar e relacionar diversas disciplinas do saber de tipo científico (MARTINO, 2003, pp.78-79). Não seria função epistemológica problematizar verdades científicas e nem a correspondência delas com o mundo, isso seria atividade da filosofia da ciência, assim como a análise teológica da história da ciência e dos problemas éticos decorrentes da aplicação técnico-científica; por fim, caberiam à gnosiologia “problemas de definição, possibilidade, origem e natureza do conhecimento humano em geral.” (MARTINO, 2003, pp.78-79).

Destacamos como epistemologia *stricto sensu* as operações de linguagem, as de inclusão e exclusão do que é ou não fundamento e marca científica, as metodologias necessárias para se vivenciar esse tipo de experiência do conhecimento e o que é e o que não é um ente desse universo. *Redescrevendo*, então, a abertura da primeira seção, diríamos por *formas de episteme*, na verdade, as precondições oferecidas pela linguagem, pelas ideias, pelos métodos e outros elementos essenciais a um tipo específico de saber assim fundamentado, o científico. Não dizemos que outros saberes estejam isentos de fundamentação, apenas não compartilham bases semelhantes, trançadas em linguagem, em conflitos de posição e contraposição de ideias, em métodos de composição, exclusão, etc.

#### Breve retorno aos clássicos

Parafraseando a questão primeira de Kant sobre sua teoria do conhecimento, o que podemos saber da Comunicação? Isso para ficar no problema final, ignorando ciência e consciência. Logo, trata-se de como conhecer ou como-transmitir-aquilo-que-talvez-não-se-saiba e, caso se saiba, talvez não se tenha consciência. A ciência e a filosofia possuem uma história, não necessariamente evolucionista, para essa questão que aqui começamos a apresentar como epistemologia. Platão deixou seu registro clássico, acreditando em um mundo das ideias em que conhecer é recordar o que a alma experimentou; daí seguiu Aristóteles com um ajuste no pensamento de seu antecessor: A matéria revela uma referência para começar a se conhecer e daí sim, abstrair-se tudo mais que não seja essência. A diferença é sutil. Para um o conhecimento está na alma e o corpo é um mero gerador de engano; já para o outro, sem o corpo não há maneira de se conhecer, há uma produção contínua de conhecimento das sensações até o puro pensamento. Assim está colocada a base clássica de qualquer empreendimento epistemológico. Afinal, os sentidos humanos enganam ou são aliados para o conhecimento? A questão retorna séculos mais tarde para a base do pensamento científico. E ainda depois, para as estruturas da práxis, do trabalho humano. Tomemos a mecânica para nos aproximarmos ainda mais de Kant como exemplo. O pensador foi contemporâneo à época em que a mecânica cartesiana, decorrente do racionalismo moderno fundado por Descartes, já havia sido derrotada pela determinação empírica de que o globo terrestre era achatado nos polos e não no equador como previa erroneamente Descartes e, acertadamente, Newton. Para o primeiro, o uso dedutivo da razão levaria à definição das leis que regulariam os objetos. Mas as derrotas sofridas para o modelo newtoniano levavam a crer que era a partir de enunciados



particulares sobre experiências realizadas que se constituía o método do conhecimento. A indução ganhava da dedução.

Mas algo de fundamental se perdia nesse embate. O ceticismo quanto ao que garante que o que se observa é algo de fato universalizável, tal modo de pensar ainda tinha sua vez. Ao ler David Hume e sua crítica à falta de fundamento dos enunciados empiristas, Kant se converte à sua fase crítica à razão pura, como forma de salvar a ciência do ceticismo quanto à capacidade de se alcançar fundamentos. De acordo com Hume "Não pode haver argumentos demonstrativos para provar, que as instâncias de que não tivemos experiência, se assemelham àsquelas das quais tivemos experiência" (HUME apud SWINBURNE, 1997, p.48)<sup>60</sup>. Passado e futuro, para onde quer que viajemos, quando não estamos presentes, não temos a experiência e, logo, não teríamos como reafirmar como conhecimento válido para essas situações de ausência o que obtivemos quando tivemos experiência.

Kant trilha o meio termo do que parecia estar no centro do debate: a necessidade da experiência para o conhecimento. O caminho proposto foi identificar, no objeto, elementos do conhecedor, isto é, as condições deste de, a priori, alcançar aqueles. O regulador do conhecimento não é mais o objeto: "o objeto dos sentidos se regula pela nossa faculdade de intuição". (KANT, 1987 apud SILVEIRA, 2002, p.32). Haveria conhecimento a priori, independente de toda experiência, e conhecimento a posteriori, inexistente sem a experiência. O filósofo insiste na complementaridade entre sensações e racionalidade para se alcançar um conhecimento válido, verdadeiro. O objeto não está desgarrado do sentido que o observa e da faculdade de intuí-lo.

De volta ao princípio: o que é possível conhecer sobre a Comunicação? Aproximando-se do tempo presente, há ainda importantes debates a serem brevemente mencionados. Mas vamos encerrar com a intuição que nos traz Nietzsche diante dessa questão, nos faz pensar na Verdade da Comunicação, assim maiúscula, como destronada junto da revelação de um Deus que, uma vez morto, dá fim também a um tipo de homem e mulher, os que se subordinavam ao divino. Passam então a existir o homem, a mulher gradativa e lentamente, que participam na criação de leis, a quem restariam o convite de se experimentarem ser o superhomem de Nietzsche, a existir na potencialidade da vida

---

<sup>60</sup> Tradução nossa do seguinte trecho original: "there can be no demonstrative arguments to prove, that those instances of which we have had no experience, resemble those, of which we have had experience"

sem ídolos ou próteses de sentido. Mas talvez a Comunicação também diga respeito ao que não é humano e esteja aí como um mistério.

O que as formas de episteme não dizem

Dessa forma, falta dizer que não apenas pela epistemologia se desvela a verdade da existência. Pelo menos não essa *stricto sensu* descrita anteriormente. A opção que sobra não é necessariamente o senso comum. Queremos afirmar isso sem fugir à regra da fundamentação, no caso, talvez filosófica — talvez porque sob a *errância comunicacional* e o que lhe compete ou limita em serviços de dar referências —, por ora rapidamente visitadas, no caso, em Heidegger. Em nossa visita errante, o filósofo não escapa à compreensão de que a ciência revela uma forma de verdade, acrescenta ainda que primariamente isso só é possível porque o que é essencial à verdade é o “desocultamento do ente”. Isto nos chama a atenção e serve de guia. Tal desocultamento “pertence à *Existenz*, ao existir da existência ou *Dasein*” (HEIDEGGER, 1999 apud SODRÉ, 2014, p.126). A ciência, e aqui queremos dizer também a epistemologia, pertence a apenas uma dentre outras formas de desocultação — da existência do ente —, processo esse que não é exclusivo de um sistema lógico pensado por um sujeito e passível de ser alcançado por qualquer sujeito.

Numa proposta de se romper com a necessidade de uma mente à espera de impressões da realidade, como via única de fundamentação do verdadeiro, uma alternativa que encontramos à lógica de sistema ou à oferecida pela epistemologia seria a hermenêutica. Assim pelo menos o defende Rorty.<sup>61</sup> Na companhia da intuição de que o entendimento, ainda que mínimo, sobre quais são as condições basilares que contribuem para estruturar as visões de mundo, em circulação no tempo presente, no que a História chama de *agora mesmo* (BARBOSA, 2017), seja informação relevante para se criar conhecimento interdisciplinar, especialmente entre a Comunicação e o Desenvolvimento. Propomos que o trecho seguinte seja lido com essa preocupação:

Diferentemente da epistemologia, a hermenêutica dispõe-se a ampliar ética-politicamente o olhar reflexivo — confinado pela epistemologia ao âmbito categorial da “ciência normal” — na direção do “mundo da vida”. Para isso, adota uma orientação estética, aproximando-se da experiência da arte (na trilha de Gadamer e de Heidegger) como outra abertura da verdade. Não se trata, portanto, de simplesmente obter novos paradigmas para a resolução de

---

<sup>61</sup> Rorty, em entrevista, afirmou que foi infeliz sua afirmativa de que a epistemologia deveria ser substituída. Mas reforça o incentivo a se pensar em algo mais interessante do que a indústria da epistemologia. (ARAÚJO, 2006, p. 14)

problemas (embora isso também se coloque ambigualmente no horizonte de Rorty), e sim de redescrever o real em termos substancialmente estéticos. A redescritção surge como possibilidade de novas metáforas ou novos caminhos compreensivos — não como adaptação evolutiva de um campo, mas como abertura histórica. Evolução — entendida como reagrupamento dos fatos dispersos por um mesmo e único princípio de organização — é a conformidade conciliatória do novo ao antigo, enquanto história é criação do novo por transformação ou ruptura. (SODRÉ, 2014, p.133)

Rorty parece desconstruir a função representacional da linguagem, contesta a compreensão dela como um espelhamento da natureza, que, por sua vez, seria posicionada na mente como um objeto para observação (RORTY apud ARAÚJO, 2006). Isso é descrito de nova forma. Reescreve a experiência do conhecimento como um direito e não um lugar privilegiado, que passa pela analogia ocular, estruturada em um sistema de regras produtoras de certezas ou verdades, defende uma experiência do conhecimento da ordem da justificação, que convive com intuições, gostos, subjetividades. Essa desconstrução não parece ser despropositada na linha de pensamento do autor. Ele visa, afinal, a uma ideia de progresso, esse sendo uma narrativa que projeta esperança. E o progresso ou a esperança são assim transpostos, passam a estar em nós e não lá fora na realidade dos fatos, mas no interior da interpretação que cada pessoa pode fazer, dando sentido ao tempo argumentativamente e de acordo com valores definidos subjetivamente.<sup>62</sup> O propósito velado parece ser o de não se discutir o fundamento do que se crê ou se conhece, indo além disso para se construir um futuro melhor.

Não discutir o fundamento das coisas ou das palavras, no entanto, parece ser um empreendimento arriscado em nome da esperança e do progresso. É preciso salientar que nem toda leitura de Rorty favorece a democracia, especialmente os riscos para a representatividade e para a verdade. A fala de Rorty é vinculada ao contexto pós-moderno, que afirma que a “verdade se esgota na simulação das situações. E a representação não é mais do que engodo e manipulação” (AMARAL, 2017a). O excesso da diversidade de interpretações subjetivas é uma ameaça para a determinação do conhecimento sobre o verdadeiro, que é ou não, não cabe dois, múltiplos, o infinito. É preciso delimitar para não se perder. Como afirma D’Amaral (2017a), metaforicamente, um oceano não é um conjunto de gotas, mas o fim da gota para a vastidão.

Comparação banal, tanta gente já usou! Mas façam a experiência. Levem uma gota em um conta-gotas e a pinguem no mar. Onde está a gota agora? Em nenhum lugar. Sumiu. Não é verdade que o mar é um coletivo de gotas. O mar

---

<sup>62</sup> Ver: “Rorty e a “esperança em vez do conhecimento”. Disponível em: <https://cultura.revues.org/1930#tocto2n15> Acessado em: 20/01/2019.

é o seu tûmulo. Gota só existe quando o conta-gotas vai lá e delicadamente a retira das águas excessivas. A verdade foi desejada por gregos atordoados pelo infinito do mar como um conta-gotas do mundo e da vida. (AMARAL, 2017a)

A que nos serviu, então, essa aposta intuitiva de atravessar as margens da epistemologia e da hermenêutica propostas pelos autores aqui brevemente visitados? Talvez tenha servido a compreender melhor os modos hermenêutico-epistemológico de que fazemos uso, em primeiro lugar, descamando uma metodologia que estava quase naturalizada no pesquisador. Fazendo conta gotas do modo particular subjetivo frente à vastidão de objetivação generalista ao redor. Em segundo lugar, permitiu fundamentar, ainda que numa experiência errante sobre autores da filosofia, que as *formas de episteme*, isto é, o conhecimento produzido por uma linguagem, por métodos e por ideias disciplinadas cientificamente talvez não sejam as grandes responsáveis por regular as visões de mundo que circulam no espaço-tempo das pessoas e das instituições. Em terceiro lugar, serviu para reforçar a intuição de que os campos da Comunicação e do Desenvolvimento também tenham algo entre a epistemologia e a hermenêutica a ser visualizado, organizado ou simplesmente *redescrito* pelo crivo da “conformidade conciliatória”. Qual a conciliação que se imagina? E a que ela se presta? À preservação de toda uma biosfera *des-veladora* de real e, em simultâneo, recriadora de futuro, com base na esperança da conciliação do tradicional com o progresso, não o que está preso às coisas fora da mente, mas ao que o humano é capaz de subjetivamente interpretar.

Por fim, é importante deixar claro o campo de dúvidas e perguntas não respondidas. De volta à metáfora das pontes entre ramos de conhecimento, será possível traçar a linha a que se propõe a criação de um conhecimento-ponte interdisciplinar, se esse conhecimento é da ordem da epistemologia ou da hermenêutica? O que conhece e o que interpreta? É mente? O que é a mente? Daqui de onde estamos e do tempo onde somos nesta escrita, não vemos respostas possíveis a algumas dessas perguntas. De uma série delas será preciso não se fazer questão, ainda que sejam brechas de conhecimento, possivelmente de preenchimento necessário a um debate teórico eficaz.

No entanto, por ora, lançamos hipóteses de trabalho sobre qual é o elemento regulador do intercâmbio conhecimento-interpretação. Uma delas é a seguinte: os campos da Comunicação e do Desenvolvimento operam na específica tensão entre o que se interpreta subjetivamente a partir de gatilhos — fatos, narrativas, versões — e o que se constrói, autonomamente, como conhecimento dos fatos, sendo o fato da comunicação as narrativas e versões. A substância desse algo que é específico e sofre tensionamento é

assim porque está, respectivamente, na trincheira entre a ciência do comum, como diz Sodré (2014) e o império dos especialistas. Temos o cuidado de não querer pensar em uma fusão nuclear entre duas disciplinas a ponto de aniquilar as diferenças, as responsabilidades de área e a tornar tudo o mesmo. O comum tem seus meios, propósitos e razões. O especialista carrega sua profissão de fé, tradição e escolas de pensamento.

Usando-se o vocabulário proposto por Pombo, já descrito, não queremos pensar em transdisciplinaridade, mas interdisciplinaridade. Há de se chegar a elas. Não agora, ainda são imagens justapostas. Visualize-se conosco na posição de leigo. E em um lugar específico, um lugar de emergencial risco de morte, onde a sua única companhia está deitada sobre uma maca, um hospital, uma sala cirúrgica e à espera de decisões rápidas e precisas. Considere as tensões de sentimento e de racionalização desse leigo hipotético na iminência de agir sob urgência e sem saber com fundamentos o que fazer. E acrescente um critério imaginativo: subsistem ideias ou afetos de esperança nesse ecossistema de desconhecimento. O leigo ignora, mas a mesa, o ambiente, todo o aparato cirúrgico presente à sala médica onde deita a pessoa em risco, o espaço em si identifica as duas pessoas: não só o paciente, mas também você, leigo. Conceituamos assim, como um espaço-meio, capaz de identificar o tempo em que um leigo se faz presente na emergência da operação. E por uma semiótica que nos é ignorada, os olhos do leigo são levados à interface do centro cirúrgico para iniciar um procedimento de risco. O leigo-cirurgião ganha a sala como prótese na falta de uma terceira pessoa especialista. Tudo confortavelmente tem aspecto de extensão, a sala prolonga o seu olhar para um olhar clínico, lhe intui ao toque, ao raciocínio, não ao da máquina ou ao de um profissional, mas ao seu, indivíduo, subjetivo, *customizadamente*, no sentido do que lhe convém mais quando é preciso entender algo novo, *extra-ordinário*. A transição para o seu mundo *ordinário* e o mundo *extra-ordinário* é facilitada pelo espaço-meio, que foi assim construído, inclusive para que você assim o ignore mantidas essas condições hipotéticas. Ao ponto que uma etno-grafia perca as condições de descrever sentido real, pois não há costume possível de se observar de fora, não houve inscrição na duração do tempo para se observar uma grafia, ou se houve, perdeu-se o passado no instante em que leigo e paciente entraram na sala, há apenas instantes-presentes, prologando-se continuamente em atualizações de sentimentos, movimentos, sinapses, variações químicas nos dois seres humanos presentes na sala cirúrgica, no caso, espécie de hospital-prótese-mediatizada.

Em resumo, nesse último exercício de imaginação fica difícil distinguir, para quem observar apenas na perspectiva da eficácia do processo, o especialista e o leigo. No fluxo de comando, o senhor no topo da hierarquia de conhecimento de fatos e controle dos métodos, linguagem e fundamentos, é o espaço-prótese-mediatizada que concentra também a especialização hermenêutica, em ser mídia para conhecimentos antes restritos à comunidade autorizada, médicos cirurgiões-cientistas, operando uma espécie de desvelamento junto ao cirurgião *outsider* à comunidade disciplinada teórica e metodologicamente. O conjunto posto em simultâneo e jogado ao inexorável movimento do tempo da urgência responsabilizou-se da operação de meio.

Temos aí, no mínimo, duas formas epistêmicas, a de especialistas e a dos comuns, respectivamente no exemplo imaginário de medicina e comunicação. Não temos distinção do que é transdisciplinar e do que é interdisciplinar. Vamos a isso. Sabemos que uma vez instituída a cultura de especialização, todos estão autorizados a ignorar o que não é de seu campo, do seu foco, do seu espectro perceptivo, é bom inclusive, que não se esqueça o que se ignora, que se marque e remarque, redundantemente, as reservas de conhecimento de superficialidade, adquirido nas *transições* disciplinares, que se separem e se preservem os espaços de mergulho, de aprofundamento, de fundamentação, e que não se confundam fatos por versões, passadas, presentes, futuras ou fictícias. A cultura de ignorar o ordinário que corre em paralelo, ou seja, o que para o outro são especialidades, rotinas, obviedades, *invisibiliza*, isto é, torna ocultos saberes que são presentes, que podem estar juntos, em espaço e tempo, mas passam despercebidos. Há o "inter", no sentido de algo por dentro das disciplinaridades que, ainda indo em direção a um encontro interdisciplinar, encobrem-se, e desconhecem-se, até que se faça uma codificação de convergência.

Após escrevermos essa parte da tese, descobrimos, como que por acaso do turismo exploratório para a tese, um outro texto que trata do muito que já foi dito na história do estruturalismo sobre o olhar e a necessidade de instituir um olhar, de treinar os corpos para ver o que precisa ser visto, seja a experiência a de um turista ou a de um médico:

A clínica provavelmente constituiu a primeira tentativa de se ordenar a ciência no exercício e nas decisões do olhar... o olhar médico também era organizado de um novo modo. Em primeiro lugar, já não se tratava mais do olhar de um observador qualquer, mas o de um médico, apoiado e justificado por uma instituição... Além do mais, era um olhar que não se continha nos limites estreitos de uma estrutura.... mas que podia e devia apreender as cores, variações, pequenas anomalias (FOUCAULT, 1976 apud URRY, 2001, p.15)

Quando “vamos embora” [viajamos a turismo] olhamos com interesse e curiosidade o ambiente que nos cerca. Ele nos fala de um modo que apreciamos (...) Em outras palavras, lançamos um olhar sobre aquilo que encontramos. Esse olhar é tão socialmente organizado e sistematizado quanto o olhar do médico. É claro que ele é de uma ordem diferente, na medida em que não se limita a profissionais “apoiados e justificados por uma instituição”. (URRY, 2001, p. 16)

Estamos falando mais do que olhar, não é algo que se dá apenas à visão, mas ocorre em função da ambiência de um corpo em um ecossistema de ideias, humores e também objetos dispostos para serem vistos. Dizemos sobre ser envolvido em algo muito além do que um conjunto de sinais imagéticos. Temos mais uma hipótese sobre esse ambiente: disciplinas do conhecimento, especialistas e leigos inscrevem seus registros na duração do tempo cronológico, via indivíduos ou coletivos, instituições, diversos entes de racionalidade e de humor, geram conhecimentos com poder de reprodução na duração, isto é, com temporalidade. As temporalidades convivem, correm em paralelo, em uniformidade ou em arbitrariedade, a todo o momento cronológico e de forma que se desconhecem até o limite de convergência.

No exercício imaginativo realizado há pouco, pensamos que ele sugere algum conhecimento entre as especialidades — médica e comunicacional no exemplo —, de ordem transdisciplinar ou interdisciplinar. Se tal sala cirúrgica, utópica à moda Thomas Morus, viesse a existir, algo da ordem do conhecimento teórico e prático teria propiciado tamanha congregação. Qual a natureza desse conhecimento? A teoria econômica de Karl Marx parece ter antecipado essa possibilidade técnico-lógica-comunicativa, mas em uma linguagem de encurtamentos, de atalho, de economia enfim, no caso, de tempo e de espaço. Dantas (2007) apresenta a teoria citada em *O Capital* com conceitos de entropia e neguentropia, termos comuns na Biologia e na Física, de forma a explicar ideias no âmbito de serviços de informação e geração de conhecimento. A noção de trabalho vivo e morto talvez explique a cena utópica descrita anteriormente com elementos mais materialistas.

As máquinas, os materiais, são trabalho conservado (Marx também diz, "trabalho passado" ou "trabalho morto") que tendem à degradação entrópica. Mas podem recuperar certa capacidade anterior de fornecer trabalho (ainda que modificado e por que modificado), graças à informação que os relaciona com um agente capaz de processá-la — o trabalho vivo. A utilidade do trabalho vivo — o seu valor de uso — reside exatamente nesta competência, ou conhecimento, para por-em-forma o trabalho morto: para dar-lhe novas formas necessárias à sua utilidade social. (DANTAS, 2007, p.5)

Parte do trabalho vivo de um médico, se bem compreendida a citação acima para complementar o exercício imaginativo anterior, poderia vir a ser um trabalho morto. Isto

é, parte da capacidade médica de relacionar e processar informações poderia vir a ser substituída, e não desacreditamos que já não venha sendo substituída, por interfaces tecnológicas, midiáticas, robóticas ou cibernéticas talvez, conectadas a todos os centros cirúrgicos do planeta, acumulando conhecimento — conservando mais trabalho passado — de inúmeras mesas de cirurgias, criando registros de erros e sucessos, aplicando esse conhecimento sistematizado e delegando ao humano apenas a decisão de escolha do procedimento, numa interface dialogal.<sup>63</sup> O que não poderia ser substituído? O médico? A função médico? Talvez demore a se substituir a vida.

A expressão trabalho passado ou morto remete ao conceito de tempo, que parece fundamental para esta tese; assim como o de temporalidade, a inscrição da vida na duração; e o tempo midiático, o presente prolongado em futuro e durando desde o passado (BARBOSA, 2017, pp.19-33). O tempo midiático é diferente da noção de tempo na História, que observa o cronometrado e também o da experiência humana com suas rupturas culturais e simbólicas, do antes e do depois. No tempo midiático, o passado em si talvez seja apenas memória presentificada. No caso do trabalho morto, memória aplicada para a função negentrópica.

Diante do fluxo de informações que frequenta as telas do nosso cotidiano digital em narrativas fluidas e voláteis, parece haver uma conexão entre esses formatos e a maneira como se experimenta o tempo. Na profusão de imagens e informações presentes nas telas digitais, o tempo midiático é marcado pela aceleração. O presente torna-se tempo sem espessura devendo durar do passado até o futuro, ou seja, incluir nele a expectativa e a experiência (KOSELLECK, 2006), produzindo o longo presente. (BARBOSA, 2017, p. 21).

Transpor o pensamento de Marx para 2017, no entanto, exige um breve comentário sobre a travessia de ponte quase imperceptível, imaterial, pois de arquitetura temporal. Marx vivia a fase moderna e a experiência futurística da vida. Aqui, quando imaginamos a sala cirúrgica operada por leigos, não se crê necessariamente em utopia ou em tempo à frente, distante, futuro, mas possivelmente presente. A humanidade por 99,5% do tempo de sua existência, o tempo da Era do Paleolítico, quando do surgimento dos primeiros hominídeos produtores de ferramentas há 3 milhões de anos, não estava exposta a mudanças culturais ou tecnológicas de ritmo acelerado (WRIGHT, 2007, p.27). Talvez apenas uma geração humana em milhares de anos, ou quiçá uma dupla de seres humanos, tenha efetivamente presenciado uma mudança social, como a ocasionada pelo

---

<sup>63</sup> Como referência usamos o filme *Interestelar*, em que uma jornalista opera um centro médico na tentativa de ressuscitar seu único parceiro de viagem interplanetária



fogo, por exemplo (WRIGHT, 2007, p.27). Hoje escrevemos do tempo em que diariamente não se dá conta de registrar, vir a conhecer e vir a se informar ainda que superficialmente sobre inovações materiais. Perdemos e ganhamos condições de viver o conhecimento contemporâneo conscientes.

Se a estrutura temporal dos tempos modernos era marcada pela abertura do futuro e pelo progresso, caracterizando-se pela assimetria entre experiência e expectativa (HARTOG, 2014, p. 39), hoje a experiência contemporânea é a do presente perpétuo. Num tempo sem projetos, o futuro passa a ser incluído no presente, instaurando um presentismo sem fim.

Podemos dizer que em cada momento histórico existe uma arquitetura temporal (POMIAN, 1984) que marca a maneira como se vive a experiência do tempo. (BARBOSA, 2017, p. 21)

Ao se observar tomando distância das margens a serem conectadas, sentimos a necessidade de questionar o que esconde a síntese histórica e teórica realizada nas palavras Comunicação e Desenvolvimento. Trabalho pesado esse. Alguma coisa será feita, sempre sob o método da errância. Ambas as palavras usadas com letra maiúscula, pois trata-se aqui de suas conotações mais gerais, servem como guarda-chuva, levam a imprecisões, demandam complemento. Possivelmente porque, como o óbvio que é preciso reafirmar, partimos do pressuposto de que não existe uma maneira única, monolítica, consolidada, universalizada de se estudar, compreender e aplicar essas atividades do pensamento e da prática. Atenção, podemos errar nos próximos dois parágrafos.

Desenvolvimento de que exatamente? Há uma generalização filosófica comum? É possível vincular a uma ciência? Sociologia política e Economia? Psicologia ou Biologia? Qual é a disciplina que melhor representa o Desenvolvimento? Qual é a unidade de análise? É do progresso humano como um todo que se trata, um desenvolvimento globalizado ou de um desenvolvimento individual, nacional, regional, de tribos, redes, instituições, corporações? É de escolhas clássicas entre desenvolvimento econômico ou social? Entre a justiça ou a produtividade? Visa a explicar os rumos e contratempos da economia de escala, das transações entre ou intrafirmas, regiões continentais? Trata de micropolíticas de poder ou de grandes poderes macro em um sistema anárquico do sistema mundial? Da eficácia do sistema institucionalizado das Nações Unidas (ONU) e suas agendas do milênio, pós-2015; ou à ampliação de liberdades e opções de vida do indivíduo e de coletividades? É fácil se perder assim. O desenvolvimento facilmente se aplica a universos e mais universos. Desenvolvimento, em maiúsculo talvez não diga respeito a nenhum deles, sendo também mistério.

A ciência *desenvolvimento* pode ser descrita tendo os seguintes problemas:

Parte do problema do pensamento de desenvolvimento é o hiato entre a economia do desenvolvimento e a sociologia do desenvolvimento. Ou, em outras palavras, sua falta de abrangência: abordagens orientadas para o mercado marginalizam o Estado; abordagens orientadas para o estado marginalizam as forças do mercado; ambos marginalizam a sociedade; as abordagens orientadas para a sociedade civil marginalizam o estado e frequentemente o mercado, e as forças transnacionais permanecem em grande parte sem teorização. (PIETERSE, 2010, p.48)<sup>64</sup>

Seguem abaixo alguns dos significados de desenvolvimento ao longo do tempo, conforme apresentado por Pieterse (2010, p.5)

Tabela 3: Significados do desenvolvimento ao longo do tempo

Período	Perspectivas	Significados de desenvolvimento
1800s	Economia política clássica	Solução para o progresso, catching up
1870 >	Latecomers	Industrialização, catching-up
1850 >	Economia colonial	Gerenciamento de recursos, trusteeship
1940 >	Economia do desenvolvimento	Crescimento econômico – industrialização
1950 >	Teoria da Modernização	Crescimento, modernização política e social
1960 >	Teoria da dependência	Acumulação - nacional, autocêntrica
1970 >	Desenvolvimento alternativo	Florescimento humano
1980	Desenvolvimento Humano	Capacitação, ampliação das escolhas das pessoas
1980	Neoliberalismo	Crescimento Econômico - reforma estrutural, desregulamentação, liberalização, privatização.
1990	Pós-desenvolvimento	Authoritarian engineering, disaster
2000	Objetivos de desenvolvimento do milênio	Reformais estruturais

Fonte: Pieterse (2010, p. 5) tradução nossa.

Portanto, antes de recorrer ao corte, ao específico, vamos deixar essa multiplicidade de questões sedimentar um pouco, fazer eco entre nossa narrativa e a

<sup>64</sup> Tradução nossa do original: “Part of the problem of development thinking is the hiatus between development economics and development sociology. Or, phrased otherwise, its lack of comprehensiveness: market-oriented approaches marginalize the state; state-oriented approaches marginalize market forces; both marginalize society; civil society-oriented approaches marginalize the state and often the market as well, and transnational forces remain largely untheorized”.

leitura. Para dedicar mais à frente um capítulo apenas ao desenvolvimento e à comunicação.

E aqui, fazemos o mesmo para ela, isto é, para a Comunicação, questão. Comunicação de quê? Comunicação do sujeito consigo mesmo? Ou do eu, indivíduo, exposto ao nós, em texto, em rede social, que não é mais exatamente a comunicação de massa do século passado, do rádio, da TV, muito menos da revolução gráfica, mas bilhões de vezes mais massiva pelo volume de interações, traduções, de conteúdo narrativo gerado. Comunicação terá sido estatística, registros passados, e será *big data* no agora mesmo (BARBOSA, 2017)? Comunicação é ciência de quê? Do que é comum e compartilhável? Desse *bios* midiático, em que seres humanos, Estados, instituições, organizações não governamentais, comunidades dependem da prótese interativa, socializante, que torna o território abstrato?

Transversal a todas as questões levantadas sobre Comunicação e Desenvolvimento, temos a questão do tempo. A transição no tempo cronológico parece inescapável para o conceito de desenvolvimento. Em relação ao Desenvolvimento, destaca-se o tempo cronológico que parece estar, qualitativamente e relativamente, partindo de uma situação X pior para uma Y melhor. Não necessariamente sem crises no percurso de X para Y. Pieterse afirma que desde o início dos estudos do desenvolvimento no seio das ciências sociais, no século XIX, o conhecimento de desenvolvimento era o conhecimento das crises, no caso, provocadas pelos deslocamentos de pessoas para as regiões afetadas pela industrialização.

O pensamento do desenvolvimento, se considerado com cuidado, é uma série de improvisações e empréstimos, ziguezagueando ao longo do tempo, um projeto híbrido intelectual e politicamente, e longe de ser o edifício consistente que tanto seus adeptos quanto seus oponentes tendem a considerá-lo. (PIETERSE, 2010, p.77) <sup>65</sup>

O questionamento crítico e a busca por soluções alternativas seriam a ponta de lança do pensamento sobre desenvolvimento. “O desenvolvimento, então, é um campo em fluxo, com uma rápida mudança e rotatividade de alternativas. Precisamente por causa

---

<sup>65</sup> Tradução nossa do original: “Development thinking if considered carefully is a series of improvisations and borrowings, zigzagging over time, a hybrid project intellectually and politically, and not nearly the consistent edifice that both its adherents and opponents tend to consider it”.

de situações de crise, o desenvolvimento é um campo de alta energia.” (PIETERSE, 2010, pp.1-2)<sup>66</sup>.

Dizer dessa forma, um movimento de X para Y, ainda que com paradas quânticas no intercurso das idas e vindas, é apropriar-se da linguagem disciplinada pelas escolas matemáticas, que transforma o espaço como abstrato e mede o tempo pela transposição de um ponto a outro. Seria possível usar, hermeneuticamente, uma linguagem mais filosófica. *Desenvolver* como retirar o que envolvia, o que velava, as seguidas camadas de proteção, des-envolver, revelar. A função do encobrimento, se imaginarmos a função biológica de uma placenta, é na verdade, um transportar no tempo. Uma concentração de substancialidade, preservando-se trabalho passado de geração a geração, de todo um corpo biológico, individual ou coletivo, para se viver com autonomia o futuro. Entender o desenvolvimento como este serviço de desencobrimento o aproxima da comunicação, se por esta entendermos colocar algo em comum, partilhar, aproximar. E assim a finalidade do *des-envolvimento* é a comunicação. Um não é instrumento do outro mas participa um ao outro em sua essência.

Partimos do pressuposto, ostensivamente utilizado em pesquisas sociais, de que a realidade é socialmente construída. “A forma como as pessoas pensam e falam sobre as realidades sociais afeta agendas, políticas, leis e as formas como as leis são interpretadas” (PIETERSE, 2010, p.2)<sup>67</sup>. Isso é importante porque nos parece que, dentro dessa ciência, dizer teoria e desenvolvimento tende ao determinismo social, repetem-se dois conceitos submetidos à grande influência de contextos sociais e políticos. O próprio Pieterse explica visões distintas no debate teórico sobre desenvolvimento, uma delas se aproxima de nossa primeira impressão. Há quem acredite que existe trabalho intelectual, científico, se ainda for possível usar essa palavra, mas há também quem veja apenas uma questão ideológica de pressões políticas, estando esse campo teórico sempre à deriva do contexto. Teorias são um conhecimento empacotado no passado, com forma de proposições gerais, feitas a partir da observação das práticas e capazes de influenciar práticas. Mas pode ser também uma resposta a demandas externas, à necessidade de explicar, mas intrínsecas à necessidade de agir. “A teoria é um ponto de encontro de ideologia, política e explicação.

---

<sup>66</sup> Tradução nossa do original: “Development then is a field in flux, with a rapid change and turnover of alternatives. Precisely because of it crises predicaments, development is a high-energy field.”

<sup>67</sup> Tradução nossa do original: “The way people think and talk about social realities affects agendas, policies, laws and the ways laws are interpreted”

Enquadrar, definir o campo, o ranque de questões, é o negócio da teoria.”(PIETERSE, 2010, p.2)<sup>68</sup>. Ambas as visões, portanto, são válidas: a influência da intelectualidade social e a influência do contexto político.

Para que uma teoria do desenvolvimento seja significativa, as forças sociais devem tomá-las. Para ser tomada por forças sociais, deve corresponder à sua visão de mundo e articular seus interesses; deve servir a uma função ideológica. No entanto, para servir os seus interesses, deve fazer sentido e ser capaz de explicar as coisas. Da mesma forma, a explicação não é uma função neutra. Existem tantas maneiras de explicar as coisas quanto há posições para ver as realidades. A explicação que satisfaz um camponês não é a mesma que satisfaz um senhorio, um banqueiro ou um funcionário do FMI. (PIETERSE, 2010, p.3)<sup>69</sup>

A teoria que explica a realidade e o seu desenvolvimento deve, para ser comunicada, coincidir de alguma forma com os interesses ou os sentidos que o sujeito faz de si e da sua realidade. Não se trata de desvincular a comunicação de uma verdade teórica do poder, afinal como diria Foucault, a verdade já é poder “(...) mas de separar o poder da verdade das formas de hegemonia social, econômica e cultural dentro das quais ele opera atualmente. (FOUCAULT apud PIETERSE, 2010, p.32)<sup>70</sup>. Os termos comunicação e desenvolvimento, entendidos como campos científicos conforme define Bourdieu (1980), têm suas várias formas sociais, econômicas e culturais hegemônicas. Podemos inclusive dizer que tais campos científicos são análogos à noção de campo acadêmico, pois reúnem pesquisa científica e educação. Condições sociológicas-econômicas-políticas passam a ser um recorte em potencial. Vale a delimitação sociológica, quiçá fabril.

A produção da ciência depende intrinsecamente das suas condições de produção. Estas são dadas pelo contexto discursivo que define as condições epistêmicas de produção do conhecimento e pelo contexto social que define as condições institucionais e sociopolíticas dessa produção. (LOPES, 2003, p.278)

A errância pré-escrita no início desta tese, fora desses operadores institucionais do poder da verdade acadêmica, é lida como condição e prática de pesquisa encarnada

---

<sup>68</sup> Tradução nossa do original: “Theory is a meeting place of ideology, politics and explanation. Framing, defining the field, the rank of questions, are the business of theory.”

<sup>69</sup> Tradução nossa do original: “For a development theory to be significant, social forces must carry it. To be carried by social forces it must match their worldview and articulate their interests; it must serve an ideological function. However, to serve their interests it must make sense and be able to explain things. By the same token, explanation is not a neutral function. There are as many ways of explaining things as there are positions from which to view realities. The explanation that satisfies a peasant is not the same as one that satisfies a landlord, a banker or an IMF official”.

<sup>70</sup> Tradução nossa do original: “(...) but of detaching the power of the truth from the forms of social, economic and cultural hegemony within it presently operates.”

em nós, pesquisador, no campo da pesquisa em comunicação. É assim também o problema de desencarnação da tese, mencionado no início do capítulo, sugerindo uma personificação da tese sobre o autor. Essa condição, a de que ela mesma é que estivesse se aproveitando de nossos recursos vitais, inclusive do ecossistema cultural e territorial pelos quais transitamos para então vir a ser texto são modos de dizer ou entender que só são possível de dizer neste campo do conhecimento. Vamos errar um pouco mais, retornando à questão das especializações disciplinares e às bordas frágeis das áreas de conhecimento. De acordo com Quiroga (2013), a área da comunicação é protagonista de um processo histórico, do qual participamos ainda hoje, e que Quiroga (2013) nomeia como derretimento disciplinar ou falência dos discursos específicos. Não nos parece fusão transdisciplinar, menos ainda a interdisciplinaridade, mas um fenômeno social exterior ao que temos descrito por *formas de episteme*.

Fenômeno histórico produzido pelo advento tecnológico nas mais variadas dimensões sociais, o transbordamento teórico das disciplinas não apenas traduz práticas sociais que extrapolam os espaços ditos especializados, como também faz com que as próprias fronteiras entre os saberes apresentem-se fluidas e incertas. (QUIROGA, 2013, p.90)

Uma consequência desse transbordamento talvez seja mais precisamente observado nos sujeitos que operam as burocracias gerencias de instituições públicas ou privadas. A ciência da comunicação parece não dispor de um programa de poder de verdade para ser hegemônica na visão de mundo desses sujeitos, conseqüentemente, nas instituições, na estrutura ou infraestrutura social. Entre as demais ciências, é comumente entendida como ciência periférica, “*soft Science*” (WAISBORD, 2015, p.158), marginalizada, com orçamentos cortados, sendo mal compreendida ou compreendida a partir da visão de teóricos das ciências hegemônicas, alheios aos debates do campo e às intuições filosóficas mais profundas que mal puderam emergir nas discussões no interior do campo.

Esses pontos de vista são fundamentados em culturas de profissões / disciplinas que aderem ao entendimento positivista da ciência como forma legítima de conhecimento, às necessidades de publicidade das agências de ajuda em políticas mediatizadas e visões populares e estreitas da comunicação como mídia, mensagens e materiais (...). Especialistas técnicos treinados em disciplinas específicas, como economia, agricultura, saúde pública, epidemiologia e outras áreas, geralmente são responsáveis pelo financiamento e pelas decisões programáticas. Sua formação profissional e prioridades de

agência específicas inevitavelmente colorem suas visões de comunicação. (WAISBORD, 2015, p.158).<sup>71</sup>

A situação se agrava ainda mais porque as mudanças tecnológicas e culturais, em benefício de instrumentos comunicacionais, estão cada vez mais presentes na sociedade, permeando todas as unidades da pesquisa de desenvolvimento ou não. O senso comum parece querer institucionalizar uma ciência e técnica comunicacional. A prótese mídia parece tão inserida no humano que foi naturalizada, não há brecha para pensa-la além do óbvio. E lido nos termos de Pieterse (2010), nada parece mais próximo do campo da comunicação do que a teoria do desenvolvimento quando diante da necessidade de ser colocada em prática. Pensamos que é a comunicação e sua ciência que dão vida prática, útil, material, a qualquer ciência do desenvolvimento. A proximidade se dá pela dependência de uma reflexão comunicacional prática, por exemplo, sobre: persuasão ou convencimento de forças sociais, interação com a visão de mundo dessa força social ou audiência, identificação do que é o *lead* informativo para determinado público, etc. Parece que neste ponto a teoria de desenvolvimento demanda uma teoria da comunicação para se tornar hegemônica. Faz um uso comunicacional, em uma dimensão mais prática e especializada. E precisamente em função disso, não parece haver um diálogo teórico em patamar de igualdade entre esses produtores de verdade, a menos que a Comunicação tenha sua própria Teoria de Desenvolvimento. E não sabemos se isso existe ou é possível.

O que sabemos é que o Estado deixou de ser o único agente na teoria de desenvolvimento e portanto, fruto do derretimento das disciplinas especializadas, muitos são convidados a participar da produção de conhecimento, discurso, desenvolvimento. Comumente as ações de Estados na área de comunicação são vistas como ações de propaganda. Hoje novas unidades de análise têm lugar, como regiões continentais, empresas, comunidades, microrregiões.

(...)A política de desenvolvimento é cada vez mais uma questão de tomada de decisão dispersa por um amplo terreno de atores, instituições e estruturas. A teorização do desenvolvimento, habitualmente centrada no estado, precisa

---

<sup>71</sup> Tradução nossa do original: “These views are grounded in professional/disciplinary cultures that adhere to positivist understandings of science as legitimate form of knowledge, the publicity needs of aid agencies in mediatized polities, and popular, narrow views of communication as media, messages, and materials (Waisbord, 2014). Technical experts trained in specific disciplines such as economics, agriculture, public health, epidemiology, and other fields, are generally at the helm and make funding and programmatic decisions. Their professional background and specific agency priorities inevitably color their views of communication”.

acomodar esse raio de ampliação. Ela precisa ser renovada reconceituando o desenvolvimento como ação pública multiescalar. (PIETERSE, 2010, p. 17)<sup>72</sup>

Além disso, uma mudança epistemológica na teoria do desenvolvimento, do século XIX para o final do século XX, talvez tenha aproximado os dois campos científicos. Essa mudança foi a do estruturalismo, que enfatizava as macroestruturas, para visões baseadas em agência. Uma mudança de papel determinístico para interpretativo, do materialismo reducionista para visões multidimensionais e holísticas. (PIETERSE, 2010, p.4) A crítica ao desenvolvimento pela teoria linguística da análise do discurso também serviu para lançar luz sobre o aspecto prático hegemônico descrito anteriormente. A força das teorias de desenvolvimento estaria em ser uma história bem-contada, lidando com representações capazes de mobilizar forças sociais e construir realidades sociais. Levada ao extremo, essa visão da análise do discurso, segundo Pieterse, acabaria por reposicionar tais teorias ao esquema estruturalista, mas determinado pelo ponto de vista linguístico, esquecendo-se da dimensão real do poder e não apenas ficcional.

Por outro lado, na comunicação, os problemas para se construir pontes com outras áreas de conhecimento são, em primeiro lugar, descobrir o seu território de autonomia. Na falta de um debate sobre os problemas que unificam a área, segundo Quiroga (2013), a disciplina perde seu potencial enquanto saber constituído e também sua real participação em projetos transdisciplinares.

Na verdade, em detrimento de uma ciência interdisciplinar (a comunicação), o que teríamos hoje seria uma ampla aceitação da abordagem que legitima uma perspectiva instrumental da comunicação, em que a mesma não apenas aparece, quase sempre, como instrumento, utensílio, aporte de outras disciplinas, mas também que a mantém sob o manto da radical falta de diálogo entre os próprios pesquisadores da área. (...) Significa dizer, que o enorme desencontro que caracteriza o presente debate, demanda não apenas algum esforço no ato de nomear as questões, tornando o problema o menos opaco possível, mas, sobretudo, pede a adoção de uma determinada clivagem teórica comum, que permita algum tipo de convergência possível. (QUIROGA, 2013, p. 91).

Portanto, vimos que o problema de pesquisa que aqui se delineia, insere-se em uma longuíssima tradição de pensamento tanto no que diz respeito ao desenvolvimento quanto à comunicação, como também às competências e limitações de se viver a

---

<sup>72</sup> Tradução nossa do original: “(...) development policy is increasingly a matter of decision making dispersed over a wide terrain of actors, institutions and frameworks. Development theorizing, which is habitually centred on the state, needs to accommodate this widening radius. It needs to be renewed by reconceptualizing development as multiscalar public action”.



experiência do conhecimento, tanto na ponta de geração da verdade — fundadora de poder — como na transmissão e consumo da verdade-poder.

A partir de uma leitura (errante) dessa tradição concluímos que, se o objetivo-necessidade é produzir conhecimento interdisciplinar — ponte entre territórios de saberes — não é possível hoje montar estrutura sólida, pois as margens são pantanosas, movediças e o intercurso absolutamente inexplorado. O capítulo dois serviu como introdução da escrita, transição da metodologia pré-texto (tese encarnada) para a tese desencarnada, isto é, a manifestação da função-autor, até aqui detalhando o pouco que sabemos e a fragilidade das ciências em questão. Mas sabendo-nos a par de que a substância de interdisciplinaridade que queremos alcançar relaciona um sujeito investigativo da Comunicação, construindo uma representação vivida que a situa como finalidade e não instrumentalidade do Desenvolvimento.

## 4. REVISÃO TEÓRICA

### 4.1 Comunicação

Em nossa construção teórica, pensamos que cada ciência funda uma ordem. Uma espécie de comando de regramento e disciplinarização de um todo. Mas esse todo, antes de ser tratado como empírico, antes de ser visto como evento ou objeto ou problema científico é uma multiplicidade impossível de ser nomeada, definida, conceitualizada. Na área de comunicação tudo nos parece ainda mais complexo, pois enquanto se fala, a coisa em si, múltipla, corre o risco de já ser outra coisa. Vamos então começar recorrendo ao que de tradição temos para nos sustentar fundamentalmente.

#### As escolas de comunicação

Após buscar fundamentos na área da comunicação social, encontramos uma série de problemas. O primeiro: são várias as linhas das teorias de comunicação (o que poderia sinalizar riqueza de perspectivas não fosse uma necessidade a síntese em clássicos estruturantes); e não há um consenso sobre quais seriam os grandes autores da área. Em pesquisa sobre os tópicos das ementas das disciplinas sobre teorias de comunicação dos programas de ensino e cursos brasileiros da área de comunicação social, por exemplo, não há nenhum autor, escola, conceito ou teoria que estejam presentes em todos os programas. (MARTINO, 2012, p.23) “O grau de coincidência a respeito do que é Teoria da Comunicação é de apenas 10.89%, deixando um espaço de 89.11% de diversidade” (MARTINO, 2012, p.22)

O segundo problema é que, ainda que seja possível organizar e hierarquizar a história do conhecimento da comunicação social, numa série de perspectivas e *projetos de cooperação*, essa organização e legitimação dos clássicos não segue o mesmo ritmo da inovação que a vida é capaz de nos apresentar. Essa é por si só uma característica de diferenciação de outras disciplinas, como a história e a física, cujos objetos — respectivamente para fins de ilustração, a duração do tempo e a matéria — são mais estáveis. Nossos objetos na comunicação social estão se provando, de maneira geral, mais e mais vezes o movimento acelerado das coisas do futuro-projetado para o passado-obsoletado. Um estudo do *presentismo*. A observação da passagem desses objetos de estudo, torna-se de igual modo permanente objeto de estudo, atualizando-se ou *redescrevendo-se*, pois impactada nos afetos e nas lógicas que estruturam a experiência de conhecer e dão os recursos, humanos, materiais e imateriais nesse sentido.

Em tese sobre a epistemologia comunicacional, entendemos que Quiroga (2013) realizou um esforço recente de superar tais limitações que percebemos no que ele defende ser o campo da comunicação social. Recorrendo a organizadores do conhecimento já produzido, Quiroga usa como recorte para o objeto de estudo da comunicação os marcos cronológicos da revolução industrial e das primeiras massas humanas em ambientes urbanos. Faz isso em oposição à comunicação oral estudada desde a Grécia clássica, nos moldes da retórica, sofística, etc. A comunicação humana *stricto sensu* nesse conceito seria tecnológica e institucionalizada nos meios de comunicação de massa ou mídia (LIMA, 2001 apud QUIROGA, 2013, p.154). Ele usa o corte sociológico e tecnológico que dividiu a história entre o antes e o depois das multidões concentradas nas cidades, o antes e o depois do aparecimento de um conjunto específico de técnicas de comunicação elétrica que marcaram o início de uma nova área de conhecimento: o telégrafo, o telefone, o rádio, o cinema, a televisão (QUIROGA, 2013, p.155). Esta talvez seja a convenção mais forte sobre a delimitação feita pelo termo comunicação social. Mas não a única, como veremos ao longo da leitura do texto de Quiroga.

Miège (2000) ao falar sobre seu próprio livro é ainda mais preciso sobre sua hipótese para o nascimento da comunicação:

Pode-se até dizer que foram nos anos de 1930, nos Estados Unidos, à ocasião das eleições americanas, que a comunicação emergiu. Justamente antes da eleição do presidente Roosevelt, os primeiros métodos foram utilizados. Antes disso, nos outros países, só existia a comunicação publicitária, que corresponde bastante ao que é feito hoje. (MIÈGE, 2000, p.10)

A novidade comunicação social entra para as estantes do conhecimento humano em fases, essas fases podem ser organizadas de diversas maneiras. Aqui, metodologicamente entregues à errância, seguiremos a organização que divide três grandes perspectivas, tendo início ainda na primeira metade do século XX. Quiroga e os organizadores elegidos como clássicos, Miège sendo um desses, nos permitem ver como a primeira perspectiva a pensar a comunicação a que segue o modelo cibernético, datado do final de 1940 e centrado na pergunta “como os homens se comunicam com os outros?”, com Warren Weaver (1894-1978) e Claudio Shannon (1916-2001). Nesse modelo, a comunicação é pensada com a influência de matemáticos e biólogos que, no pós II Guerra, se ocuparam de formar um paradigma para a comunicação baseado na informação como símbolo calculável. O modelo se preocupa menos com as causas do que com os processos de interação no conjunto social (QUIROGA, 2013, p.160). Para Miège (2000, p.11), “o que realmente é devido a eles é o aperfeiçoamento que fizeram desse modelo [emissor-

receptor], ou seja, as existências de canais entre o emissor e o receptor, além do feedback, efeito de retroação”.

A segunda escola fundadora do campo comunicacional seria a norte-americana empírico-funcionalista. Buscava-se a resposta para as seguintes questões, concentrando-se em uma ou outra: Quem, diz o quê? Em que canal? Para quem? Com que efeitos? “Eles surgem como novos operadores econômicos fundamentais nas governabilidades emergentes, com especial destaque para a propaganda como ‘um padrão mais refinado de exploração psicológica’” (LAZARFELD, MERTON, 1978 apud QUIROGA, 2013, p.164). Os nomes à frente dessa segunda escola seriam Paul Lazarsfeld (1901-1976), Carl Hovland (1912-1961), Robert Merton (1910-2003), Harold Lasswell (1902-1978), segundo Miège. Quiroga (2013) acrescenta ainda Elihu Katz, Maxwell McCombs, da Escola de Chicago e, em especial, Robert Park (1864-1944).

A Terceira e última escola fundadora seria a de “método estrutural e suas respectivas aplicações linguísticas” (MIÈGE, 2000 apud QUIROGA, 2013, p.169). Os nomes são Lévi-Strauss (1908-2009), Michel Foucault (1926-1984) e Roland Barthes (1915-1980). A hipótese linguística que crê a palavra — *ato individual* — e a *língua* — *instituição social* — como partes de um “sistema orgânico de signos que exprimem ideias; [e] representa o aspecto codificado da linguagem” (MATTELART, 2001 apud QUIROGA, 2013, p.171). E ainda segundo os estudos dos organizadores feito por Quiroga (2013), o estruturalismo francês poderia se definir como o transporte do método de criação de conhecimento da linguística para outras disciplinas como a história, literatura, antropologia, psicanálise.

Além das três perspectivas para pensar a comunicação, seria possível ainda acrescentar *propostas de cooperação* (MIÈGE, 2000 apud QUIROGA, 2013, p.172), não centrais ao campo mas que ainda assim contribuem com conceitos e métodos. Essas são divididas em quatro eixos: 1) A sociologia da cultura de massa, com Edgar Morin, que em 1962 apresenta a “cultura de massa como derivada do próprio sistema econômico e não, como se dizia na perspectiva empírico-funcionalista, como efeito da comunicação de massa (...) [sendo assim um] sistema articulado (...) que parte do econômico e vai ao psicológico [ou psicoafetivo]” (MIÈGE, 2000 apud QUIROGA, 2013, p.261). Georges Friedman e Pierre Bourdieu também são autores desse conjunto inicial de propostas de cooperação, o primeiro em análise alternativa à funcionalista, e o segundo desvendando os meios de comunicação em sua *violência oculta* (MATTELART, MATTELART, 2001

apud QUIROGA, 2013, p.173). 2) A segunda proposta de cooperação é o Pensamento Crítico, com destaque para a Escola de Frankfurt, com Adorno (1903-1969), Horkheimer (1895-1973), Walter Benjamin (1892-1940), Erich Fromm (1900-1980), Marcuse (1898-1979) e Habermas. A ideia de indústria cultural, que a tudo confere “um ar de semelhança” (ADORNO, HORKHEIMER, 1985 apud QUIROGA, 2013, p.174), via transformação da experiência do espírito, especialmente a estética, em experiência de consumo de mercadorias administradas. 3) A terceira *proposta de cooperação* tem objetivo de ampliar a aplicabilidade das leis da *psicossociologia* sobre o funcionamento de unidades sociais para poder, então, servir como uma teoria geral da comunicação. Três leis: “a essência da comunicação reside em processos relacionais e interacionais [...]; todo comportamento humano possui um valor comunicativo [...]; observando a sucessão de mensagens situadas no contexto horizontal (sequência de mensagens sucessivas) e no contexto vertical (relação entre os elementos e o sistema), é possível deduzir uma *lógica da comunicação*” (WATZLAWICK, 1967, apud MATTELART, MATTELART, 2001 apud QUIROGA, 2013, p.181). Formam assim, segundo os organizadores, a escola invisível de *Palo Alto*, fundamentando a *pragmática*, em direção contrária às teorias de comunicação de inspiração matemática. Esses pesquisadores são influenciados por Gregory Bateson, Paul Watzlawick, Janet H. Beavin e Don Jackson. E também por Norbert Wiener, em que o emissor e o receptor participam de um modelo circular retroativo, mais próximos em termos de importância. 4) A última *proposta de cooperação* é apresentada como oriunda do Canadá e liderada por Marshall McLuhan, inspirado por Harold Innis em seus trabalhos sobre as tecnologias da comunicação e transportes como as infraestruturas necessárias à emergência da sociedade de massa (INNIS, 2001 apud QUIROGA, 2013, p.182).

McLuhan desenvolve sua reflexão em três grandes linhas mestras: a tese, talvez principal, de que os *discursos* (MIÈGE, 2000, p.53) não seriam exatamente importantes e sim os próprios meios de comunicar — daí o meio ser a mensagem; o segundo aspecto, que trata da ampliação dessa ideia para pensar a “história cultural das sociedades” (Idem); e, por fim, segundo MIÈGE, o que seria o “otimismo norte-americano, colorido de humanismo, que o leva a passar despercebidamente na evolução dos meios de comunicação, nos conflitos de interesse e intervenção das forças sociais” (MIÈGE, 2000, apud QUIROGA, 2013, p.183)

As três perspectivas fundadoras e as quatro *propostas de cooperação* apresentadas por Quiroga ao estudar os organizadores do que acredita ele ser o campo da comunicação, representariam o período de emergência desse campo, concordando assim com Miège (QUIROGA, 2013, p.183). Mas como falamos no começo dessa seção, a transformação

em disciplina da Comunicação sofre da necessidade da constante organização, em simultâneo às inovações estruturais ou conjunturais. E a década de 1970 serviu como um período de pós-emergência da comunicação social, atravessada por mudanças estruturais, culturais e econômicas que deixam obsoleta a divisão inicial em três perspectivas fundadoras e quatro *propostas de cooperação*.

Destacamos quatro entre essas novas perspectivas — que ao todo seriam seis<sup>73</sup>. A *crítica da economia política da comunicação* é a primeira delas. Segundo Miège (2000 apud QUIROGA, 2013), se até o começo da década de 1960, as reflexões econômicas estavam desvinculadas das pesquisas em torno da “natureza da informação”, a partir do avanço de tal tradição teórica começa-se a pensar em que medida “a mudança tecnológica depende não só das decisões tomadas em relação aos equipamentos, mas também das decisões que dizem respeito às inovações organizacionais”. Nesse sentido, Fritz McHlup<sup>74</sup> é a primeira referência nas análises que buscam unir problematizações de *custo e mercado* ao que diz respeito à *organização e informação*, na chamada *indústria do conhecimento*. Essa é uma perspectiva com a qual podemos construir a fundamentação teórica de observar as instituições burocráticas como centros produtores de conhecimentos, especialmente o que orienta as decisões.

Outra perspectiva, a *Pragmática* da escola “invisível” de Palo Alto, San Francisco, Califórnia, critica o modelo que pensa o “indivíduo e ‘o ato verbal como consciente, voluntário’ e isolado” (MATTELART, MATTELART, 2001 apud QUIROGA, 2013, p.185). Há uma preocupação aí — que se aproxima dos jogos de nossa errância — nos constantes processos interpessoais de interação, presente no gesto, no olhar. “Para essa corrente de estudos, ‘as interações sociais e, particularmente, as relações intersubjetivas, estão na origem do sentido. São elas que esclarecem a estruturam o funcionamento da vida em sociedade.’” (QUIROGA, 2013, p.185-186).

Muito próxima à *Pragmática* está a terceira perspectiva que destacamos: a *etnografia da comunicação*, a *etnometodologia* ou *sociologia das interações* (MIÈGE, 2000 apud QUIROGA, 2013, p. 186). Ela também se preocupa com a realidade microsocial, mas se afasta da hegemonia da linguística nas capacidade explicativas,

---

<sup>73</sup> Não vamos detalhar aqui duas dessas perspectivas, que são as *filosofias da comunicação* e as *sociologias da tecnologia de mediação*. Ver em: QUIROGA, 2013, p.185-194

<sup>74</sup> O autor faz referência específica à obra MCHLUP, F. The production and distribution of knowledge in the Unites States. Princeton: Princeton University Press,1962.

dando atenção aos *atos de fala* — “unidade básica da comunicação verbal” (MIÈGE, 2000 apud QUIROGA, 2013, p. 186) — e via de acesso ao comportamento humano. Essa atenção ao micros social redonda na compreensão de aspectos de abrangência maiores: “os fenômenos observados no nível de interação individual podem apontar para as grandes tendências sociais.” (QUIROGA, 2013, p. 186). Ao mesmo tempo que entendemos nos aproximar dessa perspectiva pela preocupação com a história micros social, nos diferenciamos por não tratar do todo de uma tendência social, mas de nós, da zona de aproximação, inclusive no leitor. Por fim, destacamos também a percepção apresentada por Stuard Hall no conceito de *recepção negociada*. Ele “supõe que os receptores decodificam as mensagens modificando os significados preferenciais de acordo com seus interesses e práticas culturais” (MIÈGE, 2000 apud QUIROGA, 2013, p. 188-189). Este conceito ajuda a compreender o título desta tese, que em si mesma é uma negociação de sentido da nossa particular experiência de errância, da nossa subjetiva recepção a ela, mas também da exigência cultural que se impunha necessária.

#### Comunicação para o Desenvolvimento

A C4D, vertente fundadora dos laços entre Comunicação e Desenvolvimento, esteve em crescimento paralelo ao do campo geral de conhecimento da comunicação. No nascimento da C4D, desenvolvimento significava modernizar. Dito superficialmente, tratava-se de desenvolver ou substituir as práticas humanas tradicionais — fossem práticas culturais, políticas ou tecnológicas —, na maioria dos casos localizadas em ex-colônias do mundo europeu, em práticas modernas, isto é, funcionais, eficazes, compatíveis com processos-projetos de urbanização “mais avançados”, pois vinculados ao paradigma da inovação e da constante mudança-avanço em busca da otimização, do encurtamento de tempo de produção e de espaços percorridos. Os primeiros teóricos da C4D, por suas vinculações institucionais e financeiras, foram facilmente compreendidos como uma modernização capitalista e Norte-Americana de pretensões hegemônicas cultural e geopolítica.

Com o tempo e as primeiras crises sobre os resultados de desenvolvimento e da C4D (MCANANY, 2012), o viés cultural local passou a ser valorizado e o modelo começou a se estruturar por uma palavra chave: participação. O contexto de enunciação da palavra participação é o da democracia deliberativa, da multiplicidade de vozes garantida por pressupostos normativos, em que é preciso ouvir o tradicional, o local, tomar notas do conhecimento das práticas mais tradicionais, dos problemas enfrentados

ao longo da modernização, os críticos de projetos, etc. Enfim, C4D passou pela revisão crítica das linhas teóricas anticolonialistas, pós-colonialistas e pós-estruturalistas (WAISBORD, 2015, p.1), remodelando-se inclusive na forma como se intitula, passando a se chamar Comunicação para Desenvolvimento e Mudança Social (C4DSC). E as pesquisas se especializaram em temas como saúde, educação, pobreza, etc.

A fragmentação da C4DSC em uma série de estudos de casos corresponde à fragmentação estrutural das agências de ajuda internacional. Será essa mais uma evidência de que, na prática, a tradição da C4D e da C4DSC não coloca a Comunicação e o Desenvolvimento em um entrelaçamento horizontal, em patamar de igualdade de pensamento e discurso? Talvez não tenha sido essa a preocupação, talvez nem fizesse sentido; comunicação parece ser meio e desenvolvimento, fim. Hoje, porém, vivendo no tempo em que o paradigma da participação parece banalizado, reduzido à estratégia de persuasão em seu sentido mais negativo, à operação tácita para se obter a licença social de operação de empreendimentos (RUGGIE, 2013, p.16), talvez seja o momento de se pensar a Comunicação como fim e o Desenvolvimento como meio. A isso chamamos Comunicação ao Desenvolvimento. E para explicar o que seria essa nova designação, pensamos ser preciso distanciar o pensamento da Comunicação da questão da técnica, da instrumentalidade. O poder da Comunicação não seria dimensionado em sua capacidade de atingir resultados humanos, mas em sua capacidade de participar o humano da liberdade que o possui; da verdade que não é a da adequação da coisa e do intelecto. Mas a comunicação-desvelamento, a que se envolve com o movimento mais misterioso, errante, de desvelar e velar o real mais fundamental, e não necessariamente o real político-sociológico. A Comunicação como finalidade do *des-envolvimento*, ou Comunicação ao Desenvolvimento, fazer essa *recepção negociação* com os sentidos das duas palavras irá pedir uma filosofia da comunicação que resgate os paradigmas de verdade.

A tradição C4D construiu certamente uma ponte entre comunicação e desenvolvimento. Argumentamos que essa ponte absorveu a comunicação como ciência *soft*, conforme entendido por Waisbord (2015), ocupada em cobrir déficits de informação e de atitudes. Várias pontes talvez ainda possam ser consolidadas neste sentido, entre por exemplo a filantropia e a tecnicidade do serviço social, entre a persuasão e a ação comum, entre a visão do sucesso de mercado e o sucesso da ajuda. Ao fim da narrativa desta pelo conhecimento dessas grandes áreas de pensamento se espera delinear noções mais precisas sobre como a Comunicação pode desempenhar um papel para além do já



percorrido, mais central para o Desenvolvimento, se é possível esse entrelaçamento nuclear, se é possível definir onde estão os gargalos ou onde as fronteiras não se definem. Se há uma nova unificação passível de ser feita, primeiramente é preciso clarear o que precisa de conexão. Se há uma ponte a ser construída, quais são os territórios que se pretende unir e qual a substância dessa estrutura-ponte.

Jacobson (2016) acredita que seja a hora de se arriscar uma unificação para a C4DSC, a começar pelo que se entende por desenvolvimento. Propõe nesse sentido a utilização das pesquisas de Armatya Sen na área de escolha social. Colocando-nos na intermediação entre C4DSC e o que chamamos de Comunicação ao Desenvolvimento, também adotamos o credo de Jacobson para não nos perdemos na infinidade de conceitos e teorias de desenvolvimento. Sen conceitua desenvolvimento como liberdade, o que tem a ver com as opções de vida disponíveis para cada pessoa conforme o que valoriza viver. Pressupõe a necessidade de pessoa expressar seu modo de vida, torná-lo de alguma forma comunicável e propício a mudanças. Este é um dos trajetos que iremos investigar.

#### 4.2 Desenvolvimento

José Eli da Veiga (2010) responde à pergunta sobre o que é desenvolvimento com três opções de respostas: duas simples, uma complexa. No primeiro grupo desenvolvimento ou é: crescimento econômico ou é um mito. Essas são saídas mais simplificadas. A resposta complexa seria o caminho do meio entre as duas alternativas anteriores. Nem reducionista à crescimento e nem quimérica. Entramos aqui no desafio de destrinchar esta terceira categoria. Antes, porém, vamos à história do desenvolvimento.

Nos termos de Veiga, insistir na associação direta de desenvolvimento econômico à crescimento econômico tornou-se postura obsoleta após a década de 1990 ter presenciado o lançamento do primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano, o IDH. O objetivo era encerrar “uma ambiguidade que se arrastava desde o final da 2ª Guerra Mundial, quando a promoção do desenvolvimento passou a ser, ao lado da busca da paz, a própria razão de ser da Organização das Nações Unidas (ONU).” (VEIGA, 2010, p.18). Na visão histórica de Veiga, até 1960, não havia necessidade de um intenso debate internacional sobre o sentido do termo desenvolvimento. Afinal, as nações desenvolvidas “eram as que se haviam tornado ricas pela industrialização. De outro lado, os países que

havia permanecido subdesenvolvidos eram os pobres, nos quais o processo de industrialização era incipiente ou nem havia começado” (VEIGA, 2010, p.18-19).

O passar do tempo, no entanto, mostrou que desenvolvimento não correspondia às medições baseadas em renda *per capita* ou à renda por trabalhador. O Brasil, por exemplo, entre outros países que a partir da década de 1950 viveram intenso crescimento econômico servem como pontos de observação dessa história onde, apesar do crescimento, continuou a faltar acesso para as populações pobres aos bens materiais e culturais, especialmente à saúde e à educação. Teorias clássicas de crescimento da economia convencional, também chamadas de *mainstream* ou teorias ortodoxas dominantes afirmam que crescimento econômico depende: do nível de investimentos produtivos realizados na economia, o que irá instruir como boas políticas as que estimulem a poupança, que, por sua vez se converterá automaticamente em investimentos (ENRÍQUEZ, 2010, p. 17). Os modelos clássicos são de Harrod/Domar, Robert Solow e de Rostow.

Maria Amélia Enríquez (2010) também realiza um mapeamento histórico, mas com foco nas teorias de desenvolvimento que influenciaram as explicações do (sub)desenvolvimento – em alguns casos ainda influenciando regiões ricas em recursos naturais e onde indicadores socioeconômicos persistem em revelar iniquidade e pobreza. Ela sistematiza, sabendo da arbitrariedade de sua tentativa, as teorias de desenvolvimento em quatro blocos: 1) Teorias ortodoxas dominantes 2) Teorias de inspiração Marxista ou neomarxista 3) teorias institucionalistas ou neoinstitucionalistas 4) Propostas de desenvolvimento sustentável.

Próximo à ideia de desenvolvimento, mas sem se confundir com ela está a noção de progresso. “O progresso é uma ideia e uma aspiração do século XVIII; o desenvolvimento, uma ideia e um projeto do século XX que continua no século XXI.” (BRESSER-PEREIRA, 2014, p.33). Auguste Comte chegou a colocar como regra da sociedade o progresso. Mas não é consenso se tal ambiente imaginário de progressão teria nascido há apenas 300 anos, com o iluminismo e mais tarde, firmado com os movimentos científicos e modernizantes. O cristianismo, representando uma *pororoca das origens* ocidentais com três tradições culturais – a grega, a latina e a judaica –, ao longo de milênios organizou a esperança humana para uma transcendência de reencontro com um Deus de amor e justiça. Será o desenvolvimento ou o progresso um movimento

unicamente histórico e imanente, laico, ou participará dele também as manifestações que organizam o desejo humano de ser mais do que é, transcender.

a ideia de progresso material é muito recente — “significativa apenas nos últimos trezentos anos mais ou menos” — e coincide intimamente com o surgimento da ciência e da indústria e com o correspondente declínio das crenças tradicionais. Não mais nos dedicamos a pensar sobre o progresso moral — uma preocupação primordial nos tempos anteriores —, a não ser para supor que ele caminhe de mãos dadas com o progresso material. Pessoas civilizadas, tendemos a pensar, não apenas cheiram melhor, mas também se comportam melhor do que os bárbaros ou selvagens. Essa noção teve muitos problemas para se sustentar no tribunal da história (WRIGHT, 2007, p.16)

A aproximação recente entre os aspectos imaterial e material do progresso, ético e material, e que ainda disputa espaço como projeto civilizatório global é o que vincula desenvolvimento à liberdade. Armatya Sen (2000) define desenvolvimento como liberdade, vinculando-o às capacidades ou condições de vida disponíveis para cada pessoa conforme o que ela valoriza, conscientemente, viver. Pressupõe a necessidade da pessoa expressar tal modo de vida, torná-lo de alguma forma comunicável e propício a mudanças. As resistências a essa ideia são colocadas por Pereira-Bresser (2014). Ele observa um excesso de liberdade na definição de desenvolvimento de Sen. Para Bresser (2014, p.36), desenvolvimento ou progresso é processo histórico, relacionado a sociedades nacionais, pelo qual “alcançam seus objetivos políticos de segurança, liberdade, avanço material, redução de injustiça social e proteção do meio ambiente a partir do momento em que realizam sua Revolução Capitalista.”

Sendo a sociedade capitalista global formada por um pequeno “núcleo orgânico” de países centrais, circundada pela extensa periferia pobre ou emergente, não ficou difícil para teóricos como Giovanni Arrighi demonstrar que são irrisórias as chances de transposição de polos (VEIGA, 2010, p.20-21). Em essência, desenvolvimento é um mito. Mas é também acusado, por outros autores do espectro quimérico do desenvolvimento ou do pós-desenvolvimento de esquecer-se de aspectos qualitativos, histórico-culturais, por prescindir de impactos ecológicos. Diplomatas como Oswaldo de Rivero, Maji Rahnema e o acadêmico Gilbert Rist qualificam este debate. Para estes é preciso realizar um Pacto pela Sobrevivência das Nações, não mais buscar o mito da riqueza das nações, pois o crescimento populacional é um desafio humano e ecológico.

O brasileiro Celso Furtado foi um dos nomes ativos em lançar luz sobre o mito do desenvolvimento. Essa ideia, do desenvolvimento, diz ele, desvia atenção da “tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das

possibilidades que abre ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos, como são os investimentos, as exportações e o crescimento.” (FURTADO apud VEIGA, 2010, p.28-29). Furtado queria entender o processo de transformação da sociedade “não só em relação aos meios, mas também aos fins (...)” (FURTADO apud VEIGA, 2010, p.31) Ele observava a inovação cultural tendendo a acontecer em dois eixos: “a busca de eficácia na ação e a busca de propósito para a própria vida”. A primeira, racionalidade *instrumental* ou *formal* e a segunda, racionalidade *substantiva*, ou dos *fins*. A cultura de invenção ligada à ação, com objetivos previamente definidos, leva à *técnica*; a cultura de invenção ligada aos desígnios últimos gera *valores*, que podem ser religiosos, morais, estéticos, etc.

Há também a compreensão do desenvolvimento econômico como uma vertente do desenvolvimento natural. “Embriologistas e evolucionistas do século XIX foram os primeiros a tentar entender seriamente o desenvolvimento como um processo natural” (VEIGA, 2010, p.52). Resumindo a definição que usaram: *diferenciações emergindo de generalidades*. Entra aí os reinos dos animados e dos inanimados. E o processo segue com o segundo princípio: *As diferenciações se tornam generalidades das quais emergem novas diferenciações*. “Em outras palavras, desenvolvimento é um processo que cria complexidade e diversidade, porque múltiplas generalidades são fontes de múltiplas diferenciações” (VEIGA, 2010, p.52). O terceiro princípio diz: *desenvolvimento depende de co-desenvolvimento*. Isto significa dizer que o desenvolvimento opera em rede de co-desenvolvimento interdependente.

Um exemplo que simplifica o entendimento do desenvolvimento proposto pelos embriologistas e transposto para as práticas humanas são as trocas de bens materiais entre as pessoas. Pouco a pouco aprendemos a diferenciar uma generalidade, as trocas, entre comerciar, repartir e tomar. O comércio, por sua vez se proliferou em diferenciações seguintes nas finanças, nos mercados, transporte, comunicações, envolvendo códigos novos, cooperação, responsabilidades, etc.

Após negar as respostas simples para o que é desenvolvimento, a reducionista ao crescimento e a mitológica, José Eli da Veiga (2010) opta por responder sinteticamente com um trecho publicado em 2004 por Celso Furtado:

(...) o crescimento econômico, tal qual o conhecemos, vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um

melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento (FURTADO apud VEIGA, 2010, p. 82).

A resposta definitiva sobre o que é desenvolvimento, no entanto, para nós seguirá sempre aberta à humanidade. E por isso, dessa abertura, vamos ensaiar uma errante. E que não se pretende universal ou explicativa, mas expressiva de uma experiência. No próximo capítulo apresentamos algumas condições de caráter filosófico e antropológico — decorrentes do percurso errante, portanto não formal metodológico, experimentado ao longo dos quatro anos de doutoramento — para pensar a comunicação como finalidade do *des-envolvimento*, uma tensão entre envolver e des-envolver, velar e desvelar. Comunicar esses movimentos, Comunicação ao *Des-envolvimento*, é a base compreensiva para seguir o “projeto social subjacente” de que nos fala Furtado, com a licença que tomamos para nomear à comunicação esse lugar de finalidade do desenvolvimento. Não a comunicação de inovação técnica, formal e instrumental, mas a de valores culturais, a essencialmente humana e também a errante. Para isso, nos afastamos de Bresser- Pereira, quando opta pela resposta ao desenvolvimento centrada nos interesses nacionais. Centramos no sujeito em cuidado de si e do meio. Retornamos à *parrhesía*, à franca e transparente direção de consciência. Em investigação. Optamos por uma compreensão que se inspira na construção subjetiva do pesquisador errante, colando-nos ao nosso percurso de pesquisa para refletir daí, como se fossemos também um, entre infinitos outros casos, de *diferenciação emergindo de generalidades*, desenvolvimento, sujeito-objeto em fluxos para apreciação de Tese & Ação.

## 5. ENSAIO FILOSÓFICO ANTROPOLÓGICO

Nesta parte trabalhamos duas noções de tese. A tese Filosófica, que orienta a noção de verdade como desvelamento, com base na nossa leitura do texto de Heidegger sobre a essência da verdade. E por fim, a noção Antropológica ou Espirituosa de comunicação de uma errância, que se faz no território, local e global, com traços antropológicos, mas sem a finalidade última de pesquisa mas de participação e convivência com os movimentos de cidadania e melhoria local.

### 5.1 Tese Filosófica: comunicação como finalidade do desenvolvimento

O capítulo anterior aporta para nós a tradição de debate sobre Comunicação e Desenvolvimento como campos de teoria e prática. Não a tradição definitiva mas a que o percurso errante deu conta de congregar. Optamos por usar as experiências errantes dos últimos quatro anos para guiar as reflexões apresentadas a seguir. O percurso foi não apenas em campo, caminhando, mas também pelas leituras, as conversas, a participação em sala de aula e nas vizinhanças. Objeto e sujeito estão entrelaçados, embebidos um no outro. Traz em si algum desenvolvimento e é dele que queremos tratar.

Partindo da inspiração em Celso Furtado, mas também das noções elaboradas pelos embriologistas mencionados no capítulo anterior, vamos agora pensar a finalidade do desenvolvimento como comunicação. Na concepção do percurso particular errante, *des-envolvimento* precisa ser entendido como um movimento de envolvimento e des-envolvimento; não um crescimento ou progressão. Uma relação de vinculação e desvinculação, em tensão, cambiante, que pode se dar com todo o ecossistema de conhecimentos, valores, tecnologias, processos cognitivos e comportamentais, que variam de território a território, comunidade para comunidade, pessoa para pessoa, pois é neles que se organizam processos reais e virtuais de interação comunicativa, *envolvimento e des-envolvimento*. E aprofundando essa ideia, com o auxílio do debate apresentado anteriormente, a partir do momento em que um elemento procura acessar uma generalidade, isto é, um ecossistema de *ordinariedades*, ele será um potencial elemento gerador de diferenciação, portanto, *extra-ordinariedade*. A partir das condições que possui ao seu alcance, provocará decisões, rupturas, diferenciações, afastamentos e

novos *avizinhamentos*, novos usos tecnológicos, nova inteligência *instrumental* ou *substantiva*.

Mas não queremos dar a entender um relativismo absoluto ou despropositado com essa terminologia de *des-envolvimento* como movimento não linear. Pelo contrário. Acreditamos que a questão do desenvolvimento e da qualidade de sua comunicação social não está apartada do debate sobre a verdade. Comunicação e Desenvolvimento quando se tornam questão, seja a partir das suas instituições, técnicas, teorias e práticas ou até mesmo da posição errante e subjetiva dos cidadãos no território, como a que estamos ensaiando aqui, em todos esses casos, subsiste o conceito filosófico — ou até uma simples noção de senso comum — da verdade. Algo estruturante do próprio entendimento de desenvolvimento. Qual verdade orienta comunicação e desenvolvimento?

Nesse sentido, vemos duas possibilidades. De um lado, recorrer à clássica verdade por adequação. Este conceito clássico é explicado pelo exemplo da identificação da qualidade do ouro. Como saber se um ouro é verdadeiro ou falso? A solução é simples, explica Heidegger. Basta comparar se o que temos diante de nós se adequa ao que já sabemos previamente sobre o que é o ouro verdadeiro ou o falso. A realidade é passível de ser conhecida pela adequação ao intelecto. “*Veritas est adaequatio rei et intellectus*”<sup>75</sup> (Sth., I, q.16, a.1, resp). Assim o ouro é passível de verificação se adequadamente, como diz Tomas de Aquino (2003), essa adequação exclui a contradição. O argumento principal visava se distanciar da contradição simultânea, tendo o homem como medida de todas as coisas, que era facilmente observada no contexto de nascimento da filosofia entre os sofistas.

Com efeito, dissera Protágoras que todas as coisas que parecem verdadeiras a alguém são verdadeiras. E se essa posição é verdadeira, segue-se que é necessário que a primeira posição seja verdadeira, a saber, que afirmação e negação sejam simultaneamente verdadeiras. E por consequência que todas as coisas sejam simultaneamente verdadeiras e falsas, por essa posição se segue o que foi mostrado acima. O que se mostra assim. Com efeito, muitos homens tiveram opiniões contrárias entre si, e consideraram que aqueles que não opinaram o mesmo mentiam, e o inverso (...)

Portanto, se qualquer coisa que pareça a alguém for verdadeira, segue-se que cada um está mentindo e diz o verdadeiro, que o mesmo ‘é’ e ‘não é’. E, assim, para a opinião de Protágoras se segue que a contradição se verifica simultaneamente. (In Met., IV, 9, 10)

Heidegger (1979), diferentemente de Tomás, considera um conceito de verdade que não está centrado no intelecto humano, fala da verdade por desvelamento. E dessa

---

<sup>75</sup> A Verdade é a adequação da coisa e do intelecto

forma abre margem para uma noção de mistério bem mais relevante à operacionalização da verdade do que o conhecimento ou intelecto humano. A verdade por desvelamento não se confunde com a contradição simultânea sofisticada porque não se trata de um recurso de convencimento ou retórica, uma linguagem política para a dominação da *ágora*, mas sim de um fenômeno que se dá e se recolhe, não submetido aos homens e mulheres mas ao Ser. Esclarecido que é possível existirem diferentes concepções de verdade, ainda que uma ou outra prevaleçam de modo quase totalitários no senso comum, vamos às consequências da opção — a verdade como desvelamento — para a tese.

Uma dessas consequências afeta qualquer pensamento sobre a ideia de progresso, de melhoria contínua, assim como uma melhoria e mudança social baseada em princípios democráticos de transparência, *accountability*, participação, enfim, todos os elementos básicos para a tradicional comunicação para o desenvolvimento (C4D) estão abalados com a noção da verdade como desvelamento. A primeira a se abalar é a compreensão de agente.

Tudo o que possui uma capacidade de produzir algo, de atuar sobre outro algo, está próximo da noção comumente aceita de agente. É o que está próximo à origem das causas de alguma outra coisa. O agente que estudamos aqui até determinado ponto da errância, eram os bancos de desenvolvimento. Eles eram compreendidos na conceituação da prestação de contas dos agentes públicos e isso servia aos estudos de qualidade das democracias, organização social que pressupõe essa clareza pública sobre o comportamento dos agentes. Depois, a experiência particular da loucura passou a ser o agente a ser compreendido e o seu papel para a refundação do senso de realidade e convívio social do próprio sujeito pesquisador. Esses são exemplos de agentes que temos em mente.

Na concepção de verdade descrita por Tomás (2003), um agente social, participante do meio, causador ou gerador de influências ou alterações, está mais próximo de ser compreendido pelo paradigma da verdade de adequação ao intelecto humano. Pelo princípio de não contradição simultânea, é ou não é agente, diferencia-se qualitativamente em várias espécies passíveis de reconhecimento metódico. A verdade de adequação serve a encontrar facilmente o autor para o qual se pode apontar a ausência, o erro ou o acerto de comportamento. Responsabiliza-se conforme a verdade de adequação. Previamente, através do intelecto, sabe-se — ou se constrói o saber intelectual — do que é o certo e o errado, previamente se sabe como medir esses fenômenos na realidade e como julgá-los quando se apresentam. O serviço do intelecto, muito útil a qualquer ordenamento,



inclusive o democrático, é o da adequação de toda novidade ao todo passado sabido. A construção de novo saber quando se identifica a ausência de saber necessário a novas adequações.

Já no caso da verdade de desvelamento toda essa centralidade humana cai por terra. A noção de agente desvanece. É complicado compreender a liberdade ela mesma como talvez o que há de mais próximo de um outro modo de ser agente. Não porque o humano não é capaz de ação, mas porque ele apenas se movimenta dentro de um todo que, esse sim, talvez, aja. Não mais o intelecto ou a memória, não mais o acúmulo de saber adquirido; mas sim a liberdade é que conduz à errância, aos encobrimentos e descobrimentos do real. No exemplo anterior sobre o ouro, dado pelo próprio Heidegger (1979), quem descobrirá a verdade e a falsidade? As métricas humanas continuarão a fazer a adequação. Mas a pergunta talvez não faça mais sentido na verdade por desvelamento. A questão do agente foge da dimensão humana. Quem age não é mais nenhuma concretude individualizável como por exemplo um político, um banco ou a mão invisível do mercado.

O essencial na lente da verdade como desvelamento é aproximar o máximo possível do mistério o lugar de agente. Missão impossível, já que se torna uma questão de ser e não ser: o mistério é o agente por que é o único que age; mas não é o agente porque é indecifrável enquanto tal. No percurso errante de construção desta tese o diálogo com o orientador foi fundamental para detalhar melhor o sentido desse mistério. O professor Márcio Tavares d' Amaral destacou exatamente neste trecho da leitura que o importante nessa visão de verdade como desvelamento é que ela não se desenvolve diante do homem, ou para o homem, ou pelo homem, como a verdade de adequação. O desvelamento é o movimento da própria realidade, ora dando-se ora se recolhendo, descobrindo-se e re-cobrando-se. É um movimento real da realidade. E o homem está nele. Se ficar fora, olhando, acaba na verdade-discurso, no acerto, na adequação.

Portanto, quando usamos a lupa da verdade de desvelamento estamos escolhendo pensar que ou tudo é um só agente misterioso e não individualizado ou que não existe agente. Apenas o movimento real. A noção agente seria um erro e que serve à alienação, às vezes necessária, deste mistério. É o que serviria ao intelecto humano, distanciando-o da errância essencial à verdade.

Não havendo agente algum, conforme teorizado acima, a comunicação deixa de ser pensada enquanto ato. Torna-se movimento dos desvelamentos e velamentos. Errância do real. A consequência para o nível político social se dá na qualidade da

responsabilização dos atores de comunicação, emissores e receptores capazes de formatar e assimilar as mais diversas mensagens, midiaticizadas ou não. É a raiz de um processo de despolitização tal como se conhecia a política. E assim, quanto menor a predominância do paradigma da verdade de adequação, menor seria o valor de vinculação da mensagem ao comunicante, a promessa ao feito ou não feito, do autor ao dito, a responsabilização do dito deixa de ter importância no nível individual e torna-se mais uma expressão de conjunto, dos tempos, finalmente, do agente total: a liberdade, o mistério. É tentador relacionar isso ao presente da retórica política contemporânea à escrita desta tese, em que fatos alternativos, mentiras e outras expressões descoladas da realidade não resultam em responsabilização ou retaliação nas urnas, por exemplo. Fazem, pelo contrário, sucesso ao senso comum por revestirem-se da novidade desejada, pela simulação do movimento de mudança. Seria possível confundir essa ideia com uma comunicação de liberdade errante. Por um tempo acreditamos nisso.

Foi preciso recorrer a uma ideia processual para escapar a esta confusão. A nossa hipótese é que, nesses casos, têm prevalecido uma comunicação de liberdade que não é a errante. Mas é a que se sustenta culturalmente no momento de crise da verdade de adequação intelectual entre a coisa e o real. A crise da verdade-adequação não é o fim da verdade como um todo histórico. Nesse ambiente de crise as simulações e simulacros da verdade são sintomas da quebra da verdade-adequação, que ainda serve ao funcionamento das instituições que organizam os recursos sociais, políticos, institucionais e o imaginário dos sujeitos. Mas essa crise não leva direto à verdade como des-velamento. Esse seria todo um longo trabalho do pensamento, altamente incerto. O importante para nós é que se saiba lidar com as duas possibilidades, uma sendo instrutiva à outra, ainda que se desconheça plenamente as qualidades da crise de uma e as de emergência da outra. Até que esse trabalho de pensar avance, especialmente no sentido do cuidado, cabe não fortalecer prevalências de uma sobre a outra e ocupar o lugar da tensão *des-envolvimento*.

Como se vê nessa elaboração hipotética, ainda que a comunicação perca a condição de ato, o posicionamento da comunicação na crise da verdade-adequação tem consequências, algumas graves para o indivíduo ou o conjunto social. Enquanto ato, estaria próxima do sistema emissão, codificação, dependente de canal, linguagem, decodificação e recepção, feedback. Mas como movimento ela é também liberdade e mistério, ou o que resta de agente fundamental. Como compreender isso não sistematicamente? Emissor e o receptor perdem a primazia, porque não são só eles que produzem codificam e decodificam o que produzem como mensagem. A polifonia e a

plasticidade da comunicação ultrapassam a lira cultural, a linha de demarcação do que é comum. A hipótese aqui é que a comunicação sirva para a expansão do movimento de velamento e desvelamento. Isto é, puxa, no nível humano, como ponta de lança, a destinação política e social do conjunto da espécie no interior do ambiente de errância humano. Individualmente, dizemos sempre mais ou menos do que temos consciência ou intenção de dizer/fazer, pois a comunicação tal como a liberdade, nos possuiria como sujeitos mas também em cultura, e não o contrário, isto é, nós em posse da comunicação. O poder final da comunicação seria um mistério. Não se manifesta diante, para e pelos homens, mas para a errante liberdade ou o mistério fundamental. Então, é preciso que se pergunte qual a compreensão velada, limitante, a nossa micro errante, que podemos ter deste lugar da comunicação, já que também é dela que nos servimos para pensar?

Selecionamos aqui alguns autores da comunicação que ajudam, senão a responder, ao menos a iluminar os sentidos dessa pergunta. Especialmente porque talvez estejam próximos, quando nos detemos a pensar em relação a eles desse lugar errante, às consequências dela para o campo da comunicação. As consequências de se pensar a verdade do modo como propõe Heidegger em oposição a Tomás: como desvelamento.

Existe área de contato para relacionarmos o desafio de desvelar na comunicação com as escolas que acreditam na impossibilidade da comunicação como troca. Construtivistas, como Heinz Von Foerster<sup>76</sup> em especial, acreditam só ser possível reconstruir internamente, subjetivamente talvez, aquilo que se viu, ouviu, sentiu do meio ou de uma outra pessoa. Não há troca. “Podemos trocar um lápis por uma caneta (...) mas não podemos trocar percepções, sensações, vivências. Jamais, cada um tem a sua e são incomunicáveis” (MARCONDES FILHO, 2016, p.17). Ele assim transporta a noção de coisa para a de relação. Não existem coisas, mas relações. Dialogando esta ideia com a comunicação-desvelamento, em que há o fim dos agentes, seria possível imaginar esse fim pelo fim das trocas das coisas imateriais, percepções, etc. O agente seria apenas um centro processador das relações, não outra coisa em si passível de troca. A relação substituindo a troca de coisas dá conta de manter uma comunicação-desvelamento de consequências. Modos de se relacionar com o meio, com os movimentos, não chegam a ser trocados mas individualmente criados, como veremos a seguir. Maturana também serve à nossa noção de comunicação-desvelamento com a ideia de autopoiese, seres que

---

<sup>76</sup> Para compreender mais a relação de Heinz Von Foerster com a comunicação ver Marcondes Filho, C. Só conseguimos enxergar aquilo que podemos explicar: Heinz Von Foerster e os dilemas da comunicação. São Paulo: Caligrama, 2006

se criam a si mesmos. Utilizando essa ideia, preservaríamos um último lugar de sobrevivência dos agentes. O individual que age sobre si exclusivamente. Os agentes só atuam sobre si. O mundo e o comum se constroem por esse cuidado de si, individual porém em relações. É um campo de experiência comum, que surge na linguagem, mas essa não realiza trocas, só mais relações criadas de si. “Comunicação são ‘condutas coordenadas’ de sujeitos, mutuamente desencadeadas entre membros de uma comunidade’.” (MARCONDES FILHO, 2016, p.20).

Por fim, mais um teórico pode auxiliar a pensar os limites da comunicação na verdade de desvelamento. De acordo com Marcondes (2016), Niklas Luhmann<sup>77</sup> teoriza a comunicação como “altamente improvável”, mas necessária para a sobrevivência de sistemas frente a ambientes externos. O sistema jurídico, político, religioso, científico são cercados por ambientes externos de alta complexidade, a qual sofre interferência autônoma por cada sistema para a redução da complexidade, isto é, “comunicação” (MARCONDES FILHO, 2016, p.21). Mas este é um trabalho de sistemas sociais e não de indivíduos humanos.

(...) sistemas psíquicos produzem pensamentos, não comunicação (...) em relação às pessoas, não pode haver intersubjetividade, a teia de compromissos e afinidades entre as pessoas porque, para ele, é impossível que sistemas psíquicos (pessoas) conheçam-se uns aos outros. (MARCONDES FILHO, 2016, p.22)

Vamos aproveitar a noção teórica que apresentamos no parágrafo acima para então ensaiar uma hipótese que operacionalize a noção de comunicação-adequação e a comunicação-desvelamento. Raciocinamos assim: é possível concordar com a verdade de uma tese por diferentes modos. Antes da adequação do intelecto, concordar ou discordar de uma tese pressupõe uma comunicação realizada. E isso no nível de informar-se do que se trata o assunto da tese e, ainda que internamente, comunicar um estar de acordo ou não, mesmo que apenas para si. Pois bem, estamos superficialmente informados sobre a tese da impossibilidade de um sujeito conhecer ao outro apresentada por Marcondes Filho (2016, p.22). Aqui, ao leitor, dou transparência da concordância com ela. Mas essa concordância tem seus modos de ser e no caso não se dá por uma adequação intelectual para a verdade, geralmente feita com suporte dos sistemas acadêmico, religioso, jurídico

---

<sup>77</sup> O autor faz referência à obra: LUHMANN, Niklas. A improbabilidade da comunicação. Lisboa: Vega, 2006. Para compreender a teoria de Niklas Luhmann por outro comentarista ver também QUIROGA, T.; TORT, P. G. Contribuições teóricas de Niklas Luhmann: a improbabilidade da comunicação e os meios simbolicamente generalizados. *Conexão – Comunicação e Cultura*, Caxias do Sul: UCS – v. 12, n. 24, jul./dez. 2013

que auxiliam a compreensão e demonstração dos modos, os nexos lógicos de correção do que se sabe ao presente, servindo também a expandir em adesão ou crítica à comunicação feita.

A nossa concordância se dá de outro modo. Tem outra comunicação. A hipótese é de comunicação-desvelamento porque escapa aos sistemas de ordenação humanos, mais precisamente, lhes falta. É propiciada pela abertura à loucura<sup>78</sup>. Não foi uma adequação o que ela proporcionou, definitivamente. Mas uma participação no movimento da errância. Isto é, um saber-se aí, pela experiência particular da loucura: a específica no tempo e espaço, com percurso material, dada sobre um sujeito de história particular; não se trata de um conceito universal. É por essa nossa experiência de sujeito pesquisador errante que se entende a incomunicabilidade. A vivida complexidade da experiência. A incapacidade de comunicá-la em seus sentidos próprios e a compreensão de que, precisamente isso, a incomunicabilidade dos sentidos no tempo da experiência, por si só redundou na necessidade da internação hospitalar. A incapacidade de se fazer compreendido é tão ou mais enlouquecedora do que qualquer doença. Conformer-se em não poder dividir a experiência efusivamente vivida, no momento da vivência<sup>79</sup> é um trabalho emocional de quem se vê louco. É a angústia da incomunicabilidade ou, melhor, o isolamento na comunicação intrapessoal. Por outro lado, pela racionalização dessa experiência, discordamos da tese sobre a total impossibilidade da comunicação, guardamos pelo menos alguma esperança. “(...) há mecanismos de reforço da comunicabilidade (que ele entende como forma de convencimento). O termo que ele usa para esses mecanismos é “meios de comunicação simbolicamente generalizados” (MARCONDES FILHO, 2016, p.22).

Na verdade como adequação, os modos de pensar a comunicação como um sistema partindo de um emissor, passado por toda a sofisticação de codificação da mensagem, por um canal, até a decodificação de um receptor, parece ser pouco funcional quando se busca conceituar a verdade pela errância e o desvelamento. É mais provável, neste caso, que a especificidade das experiências as torne incomunicáveis. E no máximo, o que se possa conceber como comunicação seja um serviço de produção de conhecimento decorrente

---

<sup>78</sup> Ver Notas Metodológicas e a seção Relativo-Relacional Praga no capítulo sete.

<sup>79</sup> Os que nunca tiveram qualquer proximidade à loucura ignoram que consciência e loucura podem andar juntas, são parte uma da outra, assim como a rememoração das ideias delirantes, dos sentimentos, vontades e situações.

de cada ramo desse complexo ambiente de velamentos e desvelamentos, que são sintetizados de um macro grupo para outro, bem longe do nível individual.

Os desafios para se pensar as consequências da verdade de desvelamento na vida simples e cotidiana, mais próxima das subjetividades individuais, são inúmeros. Vários campos precisam ser reconsiderados filosoficamente antes do nível operacional e prático. É o caso por exemplo de compreender o impacto dessa ideia de verdade cuja essência é a liberdade sobre o ordenamento social humano, em especial à vontade de ser cidadão e participar nas democracias. Como é possível participar da vida social quando tudo o que se desvela como verdadeiro ou falso está continuamente em processo de movimento? Não o movimento linear, previsível porque mensurável, mas o da “natural” ou radical liberdade fenomenológica de *estar-aí*, do *Dasein*.<sup>80</sup> Que pode ou não ser desvelado e comunicado à comunidade, ao cidadão, à Nação. Participamos do ek-sistente<sup>81</sup>, isto é, por fora, não somos partícipes originais da existência. E ainda nos esquecemos dessa abertura.

Para Heidegger, no *Dasein* estaria um equívoco do ser, quando o situam tanto fora como dentro do mundo: ao mesmo tempo no escondido de uma interioridade fechado ao mundo, quanto projetada para fora, sobre os seres e coisas do mundo. O homem, para este filósofo, não pode ser visto como “existência em si”, atemporal, mas, ao contrário, como uma existência necessariamente mundana, submetida a um tempo determinado. Ele é “ek-sistência”, em que tudo aquilo que poderia ser o originário de si mesmo é descartado, ao mesmo tempo em que ele se insere no mundo, no tempo, na mortalidade. (MARCONDES FILHO, 2014, sem página<sup>82</sup>)

É como se a vida tivesse um interior e um exterior. No interior está o que É e no exterior o que apenas insiste em ser. Penso que seja correto derivar dessa falta de “existência em si”, como colocado no trecho citado acima, a conclusão de que, então, toda produção de conhecimento e ordenamento dos diversos poderes sociais, nas democracias inclusive, são, na verdade de desvelamento, apenas mais um entre outros modos de produzir a abertura, o descarte de originários, o esquecimento do mistério fundamental: o de que o homem em todo tempo só participa da errância. “O homem erra. O homem não cai na errância num momento dado. Ele somente se move dentro da

---

<sup>80</sup> “Etim.: do alemão *Dasein*, existência, vida. Construção por aglutinação do prefixo *da*, aqui, aí, lá, com o verbo *sein*, ser ou estar. (...) Filosofia: para a filosofia o *da*, no caso, não é lugar. Para ela, todo homem, mesmo inautêntico, é um *Dasein*. *Dasein*, no sentido clássico, seria a unificação do corpo, da alma e do espírito do homem.” MARCONDES FILHO, C. Dicionário da Comunicação. São Paulo: Paulus. 2ª ed. 2014

<sup>81</sup> Ek-sistência destaca a origem latina da palavra e, com isso, a noção de caminho aberto, de exposição para fora do limite, fazendo oposição ao radical sistere, estar, ocupar posição. O recurso expõe a força paradoxal da existência humana de ter na essência essa abertura ao não lugar. Para saber mais ver o verbete Ver o verbete existência no dicionário de CASTRO, Manuel Antônio de. *Dicionário de Poética e Pensamento*. Internet. Disponível em: <http://www.dicpoetica.letras.ufrj.br>

<sup>82</sup> Verbetes *Dasein*

errância porque in-siste ek-sistindo (...)” (HEIDEGGER, 1979, p.142-143). Em outras palavras, organizar socialmente o poder e os recursos humanos não gera a original transparência da vida. Expressa sim a desconfiança humana na sua própria gerência da vida e a necessidade de aplacá-la com técnicas de prestação de contas, uma comunicação-adequação das informações e atitudes aos déficits de crença na liderança, no sistema organizativo. Isso não é um problema mas eleger a presunção da pura verdade de adequação, impossibilitar outro modo de ideia neste ecossistema, é a mais grave forma de abandonar a participação do não esquecimento da condição humana de estar *ek-sistente e in-sistente*.

(...) e já se encontra, desta maneira, sempre na errância. A errância em cujo o seio o homem se movimenta não é algo semelhante a um abismo ao longo do qual o homem caminha e no qual cai de vez em quando. Pelo contrário, a errância participa da constituição íntima do ser-af à qual o homem historial está abandonado. A errância é o espaço de jogo deste vaivém no qual a ek-sistência insistente se movimenta constantemente, se esquece e se engana sempre novamente. (...) O erro se estende desde o mais comum engano, inadvertência, erro de cálculo, até o desgarramento e o perder-se de nossas atitudes e nossas decisões essenciais. Aquilo que o hábito e as doutrinas filosóficas chamam de erro, isto é, não-conformidade do juízo e a falsidade do conhecimento, é apenas um modo e o mais superficial de errar. (HEIDEGGER, 1979, p.142-143)

Por outro lado, é também uma ideia arriscada a que recomenda se apartar de um todo da verdade de adequação. Se apartar dos princípio que combatem a não-conformidade do juízo e a falsidade do conhecimento é ir ao extremo oposto. Nessa extrema liberalidade à verdade de desvelamento se corre o risco de ferir a herdada sensibilidade moderna que valoriza os ideais do iluminismo nos assuntos humanos, sociopolíticos, especialmente para a participação do eu individual. A busca por cidadania, distribuição de poder, qualidade das democracias, direitos individuais e coletivos fica vulnerável à falta dos fundamentos da humanidade perante a ideia de Ser. Mas acreditamos que não é por ocupar a vida *ek-sistente* que se abandonará de todo os valores de ente. E assumir a pura verdade de desvelamento seria um abandono do que se consegue ser, conhecer, comunicar. A política e a mudança social se desvanecem. Coloca em suspeição tanto o idealismo como o realismo político. O primeiro deixa de fazer sentido quando se compreende que a liberdade não é mais um bem, mas sim uma espécie de entidade que possui aos homens e às mulheres. O segundo deixa de ter fundamento na conceituação da natureza humana definida pelo egoísmo, a guerra ou a irremediável anarquia das Nações, pois o real fundamento filosófico é que ao homem não se garante acerto, apenas erro ou esquecimento. A consciência subjetiva que, ao extremo, deriva daí para influenciar à

cidadania e aos sistemas democráticos será baseada entre a total indiferença e a *apátheia*, o distanciamento das perturbações.

O que nos parece ser o meio termo, na encruzilhada entre o ente humano e Ser de mistério que o rodeia, é um suave ajuste de postura quanto a essencialidade de suas próprias medidas em representar a si seu mundo. De modo a suscitar o pensamento em quem se preocupa com os termos trabalhados aqui, como agente humano, comunicação, democracia e desenvolvimento, para realinhá-los não ao domínio do controle humano, mas sim como quatro universos criados, ordinariamente, para o humano agir e reproduzir seu esquecimento do mistério e da essência da verdade, Heidegger fala do progresso no trecho que citaremos a seguir:

Apesar do progresso em direção a novas medidas e novas metas, o homem se ilude no que diz respeito à essência autêntica destas medidas. O homem se engana nas medidas tanto mais quanto mais exclusivamente toma a si mesmo, enquanto sujeito, como medida para todos os entes. Neste desmesurado esquecimento, a humanidade insiste em assegurar-se através de si mesma, graças àquilo que lhe é acessível na vida corrente. Esta persistência encontra seu apoio, apoio que ela mesmo desconhece, na relação pela qual o homem não somente ek-siste, mas ao mesmo tempo in-siste, isto é, petrifica-se apoiando-se sobre aquilo que o ente, manifesto como que por si e em si mesmo, oferece. (...) (HEIDEGGER, 1979, p.142-143)

A política não escapa aos indivíduos, talvez como consequência de que não escapem da errância. Ela está no cotidiano das micro movimentações pela existência através das insistências. Enquanto os grandes espaços da política se especializam na função de polícia, como diz Rancière (2014, p.5-17), restando aos indivíduos em seus territórios mais próximos, vizinhos, cotidianos, a política: ampliar a capacidade de contrariar o macro poder com ou sem a vigilância dos mecanismos de controle presentes. Ela, nesse micro espaço-tempo percorrido por indivíduos, representa a vontade de progressão, diferenciação que seja relevante para a sua liberdade humana, de ampliação de capacidades, técnicas ou substantivas, no sentido dos valores, da moral ou da estética. Se não escapamos da errância, e se ela é a essência da verdade de desvelamento do Existente que não somos, até onde vai a liberdade que nos domina e quando começa ela, ainda nos dominando, ser também a nossa?

É nesse contexto semântico sobre a verdade que desenvolvimento talvez seja melhor pensado como um *des-envolver-se*<sup>83</sup>. Mais próximo de revelação ou descoberta, e nesse sentido da comunicação, do que dos fatores de produção ou investimento, como

---

<sup>83</sup> Entender essa palavra como um conceito que tensiona vinculação de desvinculação, as capacidades de se envolver e não se envolver. E a isso aproximar o senso comum que a palavra desenvolvimento expressa.



na economia. É ascese não de Nações, mas de *sujeitos para o Ek-sistente*. Que nesse movimento de revelar estão se tornando, do insistente, comum ao Ek-sistente. No lugar de um progresso em ascensão linear, uma ascese ao encontro da Liberdade essencial e constitutiva que é movimento não orientado ao humano. É mera aproximação e afastamento. Na prática, é deixar de ignorar o mistério que nos é constitutivo, sem querer eliminá-lo, movimentar-se em comum a ele. Por razões humanas, justas ou necessárias, como a sobrevivência, e frente ao mistério e a esta errância fundamental é importante construir sistemas de conhecimento, afastamentos da Liberdade, sabendo-se da necessidade de suspender o envolvimento com ela, para que se esqueça dela ou a torne indiferente à vida cotidiana.

Enquanto o mistério se subtrai retraindo-se no esquecimento e para o esquecimento, leva o homem historial a permanecer na vida corrente e distraído com suas criações. Assim abandonada, a humanidade completa "seu mundo" a partir de suas necessidades e de suas intenções mais recentes e o enche de projetos e cálculos. Deles o homem retira então suas medidas, esquecido do ente e de sua totalidade. Nestes projetos e cálculos o homem se fixa munindo-se constantemente com novas medidas, sem meditar o fundamento próprio desta tomada de medidas e a essência do que dá estas medidas. (HEIDEGGER, 1979, p.142)

Qual será a correta medida para prosseguir este trabalho de comunicação ao *desenvolvimento* da própria errância? O que da essência da verdade como desvelamento será preciso ignorar, tornar-se indiferente ou esquecer para que se produza de fato conhecimento de adequação ao já conhecido no plano da academia? O que da verdade de desvelamento será interessante correlacionar à experiência da loucura vivida como uma entre outras errâncias? Como tudo isso pode ser comunicação da experiência de um pesquisador cidadão no local e global? Mistério que se arrisca a errar.

É um mistério que se revela no tempo e com o tempo. Há o tempo da narratividade e o da temporalidade vivida. Nós, supondo-nos em pesquisa errante, temos o tempo da narratividade no texto da tese. É o tempo de sua escrita, tempo de leitura. A temporalidade vivida para que o tempo da narração fosse possível já é outra coisa. Foi para nós de maturação da gramática da errância. Foi preciso ir a campo, conversar sobre a tese, realizar bancas informais. Refleti com o que não fazia sentido ao outro, mas exclusivamente à nós. Sem a obrigação da narratividade acadêmica só teríamos a experiência vivida, sem gramática para comunicar-desvelar os mistérios subjetivamente vividos. O ensaio de algo interdisciplinar entre uma ciência da comunicação e outra do desenvolvimento, talvez se inicie a desenrolar através da micro fibra que cristaliza a

significação da história no sujeito, algo que diz respeito à decisão de viver a duração do tempo, na dimensão do eu e não das Nações, especialmente na duração inscrita no *agora*.

Vamos por partes para entender o que seria essa gramática errante que se usa do tempo para fazer sentido. Quando falamos em história, queremos dizer um processo (BARBOSA, 2017, p.28), mas que para ser compreendido nos sistemas da verdade de adequação acaba sendo dividido entre estrutura e ação — começo, meio e fim, além de localizar um espaço ou uma sociedade ou uma economia, etc. Dialogando com isso, queremos então dizer que a substância da interdisciplinaridade a qual nos referimos ocupa algum espaço-momento deste processo, que podemos entender ou não, observar ou ignorar. Não pede consciência. Só vamos ignorá-lo caso não seja possível nomear a estrutura de começo, meio e fim; e caso nos falte o vocabulário.

Mas nós temos alguma estrutura e algum vocabulário nas bibliografias de suporte. Facilita reduzir o processo, que vamos chamar micro histórico, por se tratar do sujeito, para os momentos de recorte do *agora*. O que seria isso? Se compreendemos bem, o *agora* difere do *presente agora mesmo*, trata-se de duas categoria: o *agora mesmo* é a que “denota o momento de desenvolvimento da ação mostrando o tempo passando para traz e para frente. A inexorabilidade da vida.” (BARBOSA, 2017, p. 28). Esse tempo, o *presente agora mesmo* explica processos do *ordinário*, que iremos detalhar mais à frente em oposição ao *extra-ordinário*. “As ações repetitivas que do passado duram até o presente são o agora mesmo, que não se constituem nem como tempos idos, nem como tempos por vir. É uma espécie de presente primário.” (BARBOSA, 2017, p.28). E o que seria, então, nessa diferenciação dos presentes, o *agora*?

O *agora* apresenta-se como fronteira, linha entre aquilo que já aconteceu e o que ainda não aconteceu; entre o objeto lembrado e o objeto que é um propósito; entre o conhecido e o ignorado. O *agora* é sempre transcendido, já que se pode transformar o passado em presente pela ação memorável. (BARBOSA, 2017, p.48).

No *agora* que permanentemente se transcende; nesse sentido, é nele que estão as pistas para nós do que ainda não é mas pode vir a ser. Horizonte do próximo passo de uma simples caminhada. E por essa precisão gramatical, optamos por ele para designar uma ação da história sobre o indivíduo. Parece ser o mais próximo do errante e da comunicação-desvelamento. Intuímos que era de dentro dele, o *agora*, que vivemos a particular experiência da loucura, circulando entre espaços comuns, e posteriormente na

errância orientada ao pesquisador cidadão local e global em percurso de tese. Estar com o *agora*, presente a ele, trazia significações com força radicalmente subjetiva.

Mas consideremos correto recorrer ao conceito de *agora* porque, além de trazer a possibilidade em pensar micro história do sujeito, o conceito serve à gramática da liberdade. Já trabalhamos em Heidegger a liberdade como essência da verdade. E ensaiamos pensar com a nossa experiência da loucura as consequências dessa ideia para a autonomia humana, a comunicação, a democracia e o progresso. Outro autor que resgata a liberdade como vetor de conceituação é Sen. Ele correlaciona desenvolvimento como liberdade, o que nos interessa para construir pontes de compreensão interdisciplinares. Ao contrário de Sen, não queremos observar indicadores sociológicos da evolução do desenvolvimento humano, o IDH, por exemplo. Ele não parece ter localizado a comunicação do desenvolvimento ao tempo do *agora* ou a uma micro história experimentada por um sujeito, mas sim a de uma abrangência geral de tempo, captado pela estatística. Voltemos ao *agora*. No lugar do *agora* se configuram também interpretações do passado e a própria reconstrução desse no presente. Supomos que há no *agora* particular do eu, como unidade de observação, uma relativa liberdade *de-cisiva*<sup>84</sup> para redescrever o passado que se repete no presente, via *presente agora mesmo* [ordinário], distanciando-se dele para algo novo, inaugural de um novo processo. O que vem em seguida, será o *presente estando agora* — “interseção do ser na sequência da vida” (BARBOSA, 2017, p.29), o início e o fim do ciclo limitado de possibilidades que a vida aprisiona o eu, talvez a nós, no tempo e no espaço. Poderíamos ir além, explicando que a tese deste pesquisador-errante-cidadão desenvolveu-se não apenas por suas escolhas, pelas coincidências construtoras de narrativas — *coincidências* —, como nos casos da bibliografia que literalmente nos saltou aos olhos para falar sobre o olhar. Terá sido um dado do acaso, graça divina, sorte ou talvez fruto de um processo cultivado e que, arriscamos falar, percebido em função de uma disposição atenta à *conjuntividade* (HELLER, 1993 apud BARBOSA, 2017, p.29), isto é, ao relacionamento de todos esses tempos, a se observar como o outro.

Nosso início e fim, como nossos tempos idos e os por vir, o passado e o futuro nossos estão relacionados com os outros. Nosso passado é o futuro de outros,

---

<sup>84</sup> Queremos com o hífen apenas jogar com a polifonia de sentidos que a palavra carrega. Cisão, decisão são duas possíveis sonoridades em uma única palavra, à maneira correta ou aleatória de fazer a sílabação. E que leva a pensar além. Por exemplo, que é algo próprio da cisão a decisão. Esses jogos mentais eram um dos modos de pensar delirante que significavam no tempo-lugar, onde estávamos, na nossa experiência da loucura os nossos sentidos de micro história, radicalmente subjetivos, do *agora*.

assim como o nosso presente é o passado de outros. Somos os outros. Historicidade é história. (HELLER, 1993, p.55 apud BARBOSA, 2017)

Ainda arriscamos o desafio de errar os mistérios do tempo. A tentativa de construir o vocabulário e a gramática que dê conta de explicar a comunicação ao desenvolvimento, a partir dos desvios da pesquisa, isto é, espécie de desenvolvimento não planejado e que prioriza a comunicação, é menos uma meta e mais uma inicial abertura à compreensão. Desvios que incluem a experiência subjetiva da loucura. O tempo não planejado mais simbólico, que não constrói por si teoria sobre o mistério da temporalidade vivida, não explica, mas de algum modo presentifica a errância encarnada em nós. Fornece dados como um informante de difícil escrutinização. A experiência de ter na temporalidade particular cidades andadas com essa sensibilidade enlouquecida, permite, em alguns momentos ainda não precisamente compreendidos, a sensação de estar em simultaneidade com outras temporalidades. Ignoramos a função psicológica que reorganiza (ou desorganiza) as afetações dos sentidos para uma nova plasticidade. O que antes era óbvio, absolutamente definido, torna-se um mundo novo, do qual, agora sim, e não antes do delírio — pensaríamos na loucura — se é verdadeiramente simultâneo.

Será essa experiência altamente desviante, subjetiva e pontual, uma pista para entender, no sujeito e no decorrer do seu tempo, e não do sistema disciplinar da História, a ideia de conjuntividade? Que seja percebida não no todo da historicidade humana, mas no particular de um *agora* vivo. Não sabemos. Mas a experiência de sentido particular é o que inspira conceitualmente o *extra-ordinário* que apresentamos nesta tese. Ele é uma consequência de ciência particular, se for possível falar assim, que no caso acessou pequenas pistas, sinais que passam a ser interpretados por sistemas igualmente particulares de compreensão e leitura do mundo. Mas que não está ou não se imagina sozinho nessa particularidade. Ousa a comunicação. Talvez por suspeitar, sugeridos pela loucura, de uma cons-ciência<sup>85</sup> do eu, indivíduo, real ou imaginada que não está isolada particularmente nem do contemporâneo — de todos os seres vivos —, nem dos tempos idos — incluindo os mortos — e, por fim, nem do por vir dos que ainda não são. É a base da micro história. “Estamos juntos com todos que vivem e a partir dessa junção se pode viver, agir e pensar a favor ou contra eles. (...) Conjuntividade é, portanto, o

---

<sup>85</sup> Mais uma vez é o modo de pensar da loucura, brincando com as várias palavras dentro de uma só, sem se ater à etimologia ou ao estilo de Heidegger, mas ao modo aleatório como ela é considerada na mente no preciso momento em que a dizemos ou pensamos em um determinado momento. Cons-ciência desvela ciência, coms- desvela com vários, comum, comunhão, em companhia; desvela em especial que a consciência é tudo isso, uma ciência em comum.

contemporâneo como possibilidade narrativa de vida simultânea quando é compartilhada” (BARBOSA, 2017, p.29).

Para nós, na micro história, a que diz do sujeito, conjuntividade está para o que entendemos por *envolvimento*. É este meio caminho à palavra *des-envolvimento*. Envolver-se é em parte um dar-se à sensação de estar junto em vida simultânea, mas que se limitada à sensação, arrisca-se delírio, ao menos como o foi em nossa loucura. Envolver-se é também uma construção de narratividade que se constrói para si, interiormente, com esse poder de simultaneidade com o exterior. Para nós, o isolamento vivido na loucura é o isolamento da contemporaneidade, pela incomunicabilidade das narrativas simultâneas, capacidade perdida em função da sua diferença particular. Do mútuo estranhamento. Não faz sentido aos outros ainda que fale, explique e se traduza. A sua narrativa ao ser externalizada não constrói sentido de contemporaneidade, de vida em simultâneo aos demais. Está só em seu sentido. É para si inclusive um excesso de sentido. Se esse desvio para a loucura dá alguma pista, algum resultado através da nossa imersão nela, como a de um antropólogo que retorna de uma tribo distante e que quer devolver à sua gente em forma de conhecimento o vivido, é o exemplo da impossibilidade da comunicação; ou dos seus limites nas narrativas criadoras de contemporâneo. Como um louco se faz contemporâneo, em narrativa, ao não louco? Às vezes em que tivemos sucesso, enquanto loucos, de fazer sentido ao outro, foi quando colocamos em suspensão as verdades desveladas pela loucura. Não que ora duvidássemos e ora não duvidássemos do turbilhão de micro histórias, que incessantemente construíamos para nós mesmos enquanto loucos.

Tudo podia fazer sentido. Era difícil não ser movido pelo excesso de significação da vida. Esse era o problema. Dizer: “será que é isso mesmo?” Já era sinal de que algo, que não era a verdade de adequação do intelecto, prevalecia. A loucura não excluí a dúvida. Mas inclui uma atualização de ser humano, trazia uma redescoberta, em turbilhão, especialmente pelo novo sentido de estar junto, compartilhar o tempo em liberdade. E isso era uma sedução. A loucura dá uma narrativa explicativa das mais sutis formas de se viver os sentidos dos outros, a matéria e o movimento do outro, colocando-os em simultâneo aos sentidos do louco. Mas não só. Também os objetos. Vê se uma arquitetura e instantaneamente se imagina no tempo que ela remete a nós, só a nós, uma locomoção da noção de contemporaneidade, imaginada, que pode ir tanto ao passado como ao futuro. Não se tem certeza, mas não é preciso ter; só a possibilidade da dúvida coexistir com a

consideração do delírio já denota o poder de uma narrativa, que se faz para si, micro história, e por isso não se faz pela documentação, pelos registros materiais e públicos. E sim, através do imaterial subjetivo incomunicável — no sentido pleno da experiência.

Mas sentíamos falta da interlocução, do modo de compartilhamento pregresso do que era viver em simultâneo aos outros. Queríamos voltar à História. E dávamos a abertura para ser duvidado pelo outro em nossa micro história. O desvelamento a nós das verdades que não são da adequação precisava passar por uma espécie de *accountability* social. Ora os mais próximos, ora o orientador, ora o terapeuta. É uma espécie de trabalho de si sobre si que até nossa loucura é capaz de fazer. E que desafia a nossa normalidade, pois também foi preciso um trabalho de si para compreender o que queríamos dizer quando loucos, agora, neste momento na função-autor. Nessa relação de si sobre si, retiramos a pista que precisamos para o errante. É um trabalho de alternância entre auto compaixão e auto eficácia. Um acolhimento de si para prosseguir. Para poder viver, agir e pensar em comunicação, fundamentar a errância orientada à pesquisa de Tese & Ação em simultâneo ao contemporâneo. E nesse sentido precisa de algo mais: algo que lhe dê suporte prático ao trabalho de si para a comunicação ao desenvolvimento também de si. Espirituosidade. Ser pesquisador errante em Tese & Ação é como estar disposto a ser antropólogo em uma tribo enlouquecida, por toda vida; arrisca-se a ser estigmatizado ao longo do percurso, em *pseudo*-pensamentos ou *poor insights*; pois observá-la de fora, dá apenas isso a ver. Uma vez lá, de dentro, o entorno civilizado não faz mais sentido sem se pensar com a confusão que ela ensinou ao antropólogo. E tem também o que saber com ele. Daí a necessidade de ser gentil consigo, pois a alteridade está carregada em si, em suas estruturas de agir e pensar. Desvelando-se a si com o outro e em meio comum pede alguma espirtuosidade, tolerância amorosa de ir além dos ruídos de comunicação e das variações do percurso, pois as incessantes correções e ajustes são o que importa.

Não confundir com a espiritualidade; o que daria a entender à experiência de conjuntividade um plano póstumo da existência. Prefirimos espirtuosidade pois se materializa em convivialidade; traz o sentido da informalidade e pensamos como se isso fosse preciso para realizar uma desburocratização da vida não pelo desenvolvimento técnico, mas a qualificação da cultura e dos valores. É a espirtuosidade o modo antropológico da errância. Não indiferente ao mistério ou à essência da verdade de desvelamento: a liberdade que nos possui e não a que possuímos.

É uma leiga noção gramatical o que se quer firmar aqui, com fundamentação na particular errância com a loucura<sup>86</sup>. Uma que fortaleça a capacidade de se aproximar ou se afastar, quando necessário, da Diferença e do Outro para dar lugar à Comunicação. A gramática da errância busca o *extra-ordinário*, não necessariamente fenomenal, mas o que está entre essas duas liberdades, a que nos domina e a que nós dominamos, do passado ao futuro, em mistério inscrevendo-se no *agora* a partir do radicalmente mais nosso, em uma nova narrativa, com peso significativo para o indivíduo. Não despreocupada com as elevadas abstrações de poder das Nações e sociedades, mas através de suas bases mais minerais no tempo, constrói narrativa de percurso a partir da micro história.

Por tempo não nos referimos apenas à dimensão daquilo que é cronometrado, mas dizemos especialmente do que é humanamente experimentado sobre o temporal – que pode se manifestar como o acaso, a oportunidade, a duração, a simultaneidade, a permanência, a antiguidade e outros mistérios não nomeados. O experimento humano do tempo o coloca em uma vastidão de interpretações, de usos, de entrada nos jogos de linguagem e de leituras, nas ações vividas em comum do espaço e outros objetos herdados ou inovados.

Acreditamos que o tempo vivido na duração do *extra-ordinário* é o instante preciso do *des-envolvimento*. Algo ocorre ali de tensão entre *envolvimento* e *des-envolvimento*. É dotado de radical sentido subjetivo. Tem aí sua espirosidade. Nem todo tempo é vivido nessa dimensão da experiência humana. E nem sempre observa-se uma pista de *extra-ordinário* que abra o caminho à livre vontade nesse sentido, das opções do sim ou do não seguir tal ou qual caminho.

Desenvolvimento com letra maiúscula é aqui o imponderável que pode se apresentar na vida comum, espontaneamente e indistintamente, em formas incompreendidas. Não é nem para e nem pelo homem constituído. É desse Desenvolvimento verdadeiro em desvelamento que surgem as condições de *extra-ordinariedade*.

Já desenvolvimento com letra minúscula é a ciência ou o senso comum que somos capazes de fazer, enquanto seres finitos, do fenômeno anterior, original ou final, via

---

<sup>86</sup> Ver no capítulo sete Percursos de Errância a seção Relativo-Relacional Praga

adequação de verdades. Dele é possível fazer um resgate histórico, tem bibliografia, como a que apresentamos no capítulo três, tem escolas, cátedras.

Por fim, *des-envolvimento* é um fragmento de experiência, uma temporalidade mínima em relação ao todo Histórico, quase despercebida, a fazer micro histórica, que instaura uma ordem do *extra-ordinário* — no sentido de dar processualidade nova ao olhar de um sujeito, ao sentir e ao pensar o mundo comum — fruto de uma de-cisão, isto é, mistura de ruptura sofrida e escolha realiza de aceitar o rompimento com a lógica anterior ordinariamente vivida segundo processualidades já passadas. O *des-envolvimento* é, conotativamente, mineral, no sentido de substância dotada de corpo cristalino, resultante das interações com os processos históricos conjuntivos. Ele é sedimentado. Tem peso. E assim colocamos as diferenças técnicas sutis de uso do nosso vocabulário.

#### A cisão do sentido histórico

É preciso dizer que o contar dessa tese tem por si só uma história. Como orientando do professor Márcio Tavares d’Amaral, pretendemos contribuir para a narrativa da história que teria, supostamente, acabado em seu sentido ou interesse, como uma leitura filosófica dos pós-modernos permite entender. Iniciamos a pesquisa com foco particular no início do fim dessa história contada pelo meu orientador, ou seja, na financeirização da vida humana, quando consideramos que o futuro ganha instituição político-econômica própria. Quando há muito já passamos pela *pororoca das origens* da cultura ocidental, nas palavras do meu professor, o tempo deixa de ser o tempo do desconhecido para se transformar no tempo das simulações de futuros, meio ou técnica para o progresso, não aquele naturalmente sujeito a catástrofes, mas o que é humanamente desenvolvido inclusive em suas crises, que tem retornos de investimentos feitos no presente para ganhos de longo prazo, trata-se de tempo investido e empreendido. Um exemplo: a solução final nazista, quando inclui o cálculo eficaz, aplicando o ferramental matemático para desenvolver a rápida redução dos custos de guerra. Voltemos.

A narrativa que se ensaia nesta seção, para se falar ainda do antes e do depois de que se faz questão, observa — talvez de modo excessivamente errante — algumas minúcias dos tempos de paz. Pelo menos os tempos de paz que anteciparam as grandes guerras globais do século XX, pois antes delas ainda se diz que houve guerras, tumultos, revoluções, lutas sociais, mas sem a conotação globalizada como nos permitimos dizer



apenas a partir do século XX. É uma história talvez iniciada após os tratados de Vestfália (1648), os tratados da paz que inauguram o sistema internacional, ou seja, momento de acatamento de regras e princípios que, em tese, defenderiam a soberania estatal e o estado-nação, ainda que com espaço para as disputas hegemônicas, essas não mais por fins religiosos, mas por interesses de Estados. Tempo que funda uma sociedade, mas ainda hoje longe de ser uma comunidade internacional<sup>87</sup>.

Afunilamos nossa atenção para o século XIX, entendendo que nesse tempo ainda somos modernos, filosoficamente, onde as narrativas macro-históricas têm peso de verdade, força e sentido para projetar os rumos da humanidade. Vimos que foi lá que algo de substancial se perdeu às margens de nossa ponte interdisciplinar. Entendida como paradigma cultural, a modernidade

envolve a “diferenciação estrutural”, o desenvolvimento separado de numerosas esferas institucionais e normativas da economia, família, estado, ciência, moralidade, bem como o universo da estética. Cada uma dessas esferas se torna sujeita àquilo que Weber denominou *Eigengesetzlichkeit* ou autolegislação. Cada esfera desenvolve suas próprias convenções e modos de avaliação. (LASH, 1990 apud URRY, 2001, pp. 119-120)

Essa diferenciação ocorreria de modo horizontal e vertical. No sentido horizontal, o “valor, nas esferas culturais, depende da eficácia com que um objeto cultural corresponde às normas apropriadas a essa esfera.” (URRY, 20001, p.120) A esfera vertical decorre da diferenciação no primeiro nível, que redundará em alta e baixa cultura, prazeres eruditos e populares, até na ciência, entre conhecimento de alto nível e a compreensão leiga.

Historicamente, a modernidade também foi época ou o resultado de uma ordem em crise, de guerras napoleônicas, de derrotas francesas, espanhola e chinesa; de maior influência dos impérios germânicos, russo e japonês entrando na disputa da África e da Ásia; de avanço norte-americano sobre a parte da América em vias de independência; do crescimento populacional viabilizado por uma medicina moderna; de um mapeamento do mundo para o comércio e a navegação; da expansão industrial, do encurtamento das distâncias percorridas em trilhos e trens, transportadas ou suprimida em novos aparatos como a máquina fotográfica, o fonógrafo, o cinematógrafo e o telefone; do liberalismo que vence um tipo histórico da escravidão. A história ainda faz todo o sentido, regida por

---

<sup>87</sup> Ver o debate sobre sociedade e comunidade internacional em: BULL, H. *The Anarchical Society*. New York: Columbia University, 2002.

leis, seja em processos ordenados ou em resultado do conflito de estratos sociais. É certo que também aí nesses tempos vivia, o sentido da história, os seus fundamentos abalados pela exteriorização e esterilização do real feita por Descartes no século XVII; a des-especialização e des-temporização feita por Kant no XVIII; além da emancipação da vida política à divina elaborada pelos contratualistas, em especial Locke, protagonista do empirismo e behaviorismo, cuja compreensão do conhecimento se dava primeiro pelo sentido e, em seguida, pela reflexão; da teoria da visão formulada por Berkeley (XVIII), em que ser é ser percebido; do ceticismo de Hume (XVIII) sobre o sujeito, a identidade e a leitura instrumental da razão.

Toda a época moderna<sup>88</sup> até o fim da história como declarado pelo movimento pós-moderno, o que entendemos de maneira geral, seja a partir de leituras do senso comum ou de ramos da academia, é que se realizou um processo de ampliação das liberdades individuais, via os variados usos da racionalidade instrumental, frequentado por expansões tecnológicas e acúmulos de capitais, pelo crescimento de novas classes, como a classe média, e dentro dessa ainda outras subclasses, como a prestadora de serviços relacionados à moda, à mídia e a outras construções simbólicas. As diferenças sociais teriam assim, seguindo essa lógica, diminuindo progressivamente a hierarquização social. Se essa leitura da história estiver certa, talvez possamos concordar que: “A modernidade deve (...) ser entendida como um processo de diferenciação entre as várias esferas culturais, horizontal e verticalmente. A pós-modernidade, ao contrário, envolve a desdiferenciação. (LASH, 1990 apud URRY, 2001, p.120). E isso é detalhado da seguinte forma:

O pós-modernismo problematiza a distinção entre as representações e a realidade. Isso resulta de inúmeros processos. A significação é cada vez mais figurativa ou visual e, assim, existe um relacionamento mais próximo e íntimo entre a representação e a realidade do que quando a significação se exerce através das palavras e da música, sem as vantagens de um filme, televisão, vídeo (...) uma proporção cada vez maior dos referentes da significação, a “realidade”, é uma representação (URRY, 2001, p.121)

Em outras palavras:

aquilo que consumimos cada vez mais são os signos ou representações. As identidades sociais são construídas por meio da troca de valores-sinais. Estes, porém, são aceitos em um espírito de espetáculo. As pessoas sabem, por exemplo, que a mídia é uma simulação e elas, por sua vez, simulam a mídia. (BRAUDRILLARD apud URRY, 2001, p.121)

---

<sup>88</sup> Periodizamos o Moderno a partir do século XVII, incluindo o Iluminismo, sendo a melhor forma de leitura aqui. Foucault considera o moderno a partir do século XIX.

Dessa forma, “neste universo de signos e de espetáculo não existe verdadeira originalidade, apenas aquilo que Eco denomina “viagens na hiper-realidade” (ECO, 1986 apud URRY, 2001, p.121)

O que queremos é problematizar um pouco esse universo de “viagens na hiper-realidade”, testando nossa capacidade de observar no primeiro percurso de errância, o Relativo-Relacional Oxford, e identificar no texto das notícias sobre o desenvolvimento as consequências daquilo que não é virtual, mas é realidade desenvolvida. E depois ou junto com isso, viver não os signos mas a realidade em desenvolvimento em si mesma, seja a loucura particular ou as faltas no território vizinho, ele próprio articulando redes de cidadania e ativismo local através da midiatização da comunicação. Seguimos argumentando que a lógica da eficácia financeiro-industrial se diferenciou das anteriores e se solidificou, em diferentes níveis de visibilidade e velamento, com consequências hoje sobre a vida individual de qualquer pessoa do planeta, no tempo não só das estruturas históricas, como também das conjunturas e do cotidiano, talvez reduzindo ou poupando a sua influência apenas para preservar o tempo do *agora*, que é o espaço para novo pela definição que demos, o lugar da esperança da diferença *extra-ordinária*. Nosso foco, para não perder de vista o exercício da primeira parte desse trabalho, precisa ser no mínimo instante decisivo em que um indivíduo opera na liberdade de se *des-envolver* para um *extra-ordinário*. O *extra-ordinário* se define, lembrando, no instante da ruptura com a processualidade de olhar, sentir e pensar carregado do passado *ordinário*. Existe nesse momento tanto realidade como simulação. Diferença e desdiferenciação. Não contraditoriamente, mas de modo integrado. Ele é feito por contrastes refletidos.

Esclarecido e garantido o lugar de nossa bagagem, voltemos ao curso que é preciso seguir, pois falta ainda ampliar o olhar que lançamos para conectar o pensamento construído anteriormente ao objeto focalizado neste capítulo: a eficácia financeira sendo reguladora da experiência humana. Isso se deu, em nossa hipótese, a partir de uma instituição de fomento e organização da vida moderna que estruturou, a partir dos Estados-nação, a *financeirização da vida* em termos de desenvolvimento. Essa via institucional por muito tempo permitiu e ainda permite a hegemonia de um conhecimento verdadeiro, produzido de forma não exclusivamente racional e não exclusivamente oriundo das academias, sobre o desenvolvimento. É, certamente, uma prática influenciada pelo que temos de histórico e também de animal, biologicamente falando, sendo também determinado pelo meio. Fruto de um acúmulo ponderado, escolhido, mas também do que

não é assim disciplinado. Mas ainda com suas limitações, trata-se de instituição de inteligência do ordenamento da vida, no sentido de gerar registros, regulando e sendo regulada — trata-se de burocracia gestora de conhecimento — no que diz respeito ao fomento que dá ou deixa de dar a projetos de empreendimentos que redundarão em aproximar o futuro do presente, distanciando estruturalmente a experiência humana do passado.

## 5.2 Tese Antropológica: espirituosidade em pesquisa-ação

### Redesenho de pesquisa pela proximidade

Após a dedicação à pesquisa internacional sobre bancos de desenvolvimento, que inaugurou o percurso ao longo dos quatro anos do doutorado, decidimos abrir uma frente local de investigação, substituindo a sensação de ausência e abstração do objeto de pesquisa, por outra noção que permitisse identificar presença e mais concretude. O objetivo era avançar na compreensão teórica de comunicação ao desenvolvimento por outro prisma. Mais real e menos virtual. Tomamos como critério a proximidade crendo numa maior facilidade de acesso a dados, apostando que a interação, flertando com a etnografia, poderia trazer resultados mais esclarecedores dos que os até então observados. Sentíamos a necessidade de viver de perto práticas de comunicação ao desenvolvimento. Ir a campo e deixar-se imerso em um território onde bancos de desenvolvimento tivessem seus investimentos em operação, realidade ainda fresca, pulsante, redefinindo estruturalmente o espaço e os usos do tempo da vida cotidiana, onde os habitantes desse mesmo território, os usuários mais vinculados a esse tempo e espaço em mutação, também reivindicassem a participação nas decisões para a cidade. Assim, repensamos a metodologia de acesso a fontes secundárias, às notícias, às documentações e aos registros, para mesclar a esse arcabouço — sem descartes desnecessários — uma postura de convivência na temporalidade estruturante do desenvolvimento, com pessoas envolvidas nos processos mais visíveis dessa realidade. E nessa convivência conjuntiva extrair novas observações.

Em outras palavras, há uma série de fenômenos de grande importância que não podem ser registrados através de perguntas, ou em documentos quantitativos, mas devem ser observados em sua plena realidade. Denominemo-los os *imponderáveis da vida real*. Entre eles se incluem coisas como a rotina de um dia de trabalho, os detalhes do cuidado com o corpo, da maneira de comer e preparar as refeições; o tom das conversas e da vida social ao redor das casas da aldeia; a existência de grandes amizades e hostilidades e de simpatias e antipatias passageiras entre pessoas; a maneira sutil, mas inquestionável, em que as vaidades e ambições pessoais se refletem no comportamento do indivíduo e nas reações emocionais dos que o rodeiam. Todos esses fatos

podem e devem ser cientificamente formulados e registrados, mas é necessário que o sejam, não através de um registro superficial de detalhes, (...) mas por um esforço de penetração da atitude mental que neles se expressa. (MALINOVISK, 1990, p.55)

O propósito de tal penetração, em nosso caso, é de descrever, criticar, entender e participar das práticas midiáticas do desenvolvimento no novo caso de estudo. A produção de conhecimento sobre esse desenvolvimento espirala na convivência social, reconstituindo-se como parte do processo de vivência e pesquisa. Ao longo de um ano, participamos em ações comunitárias na cidade de Niterói, território onde conciliamos nossa errância. Ao contrário do planejamento observado no estudo internacional, no caso local, apenas nos permitimos a maior convivência com as redes mais próximas, vizinhas de moradia do pesquisador. Acreditamos assim ir contra a noção que pede que uma pesquisa tradicionalmente etnográfica busque vencer o distante e lá, nesse afastamento, viva a imersão em ambiente novo, entre nativos, onde encontra o diferente de si e torna-se capaz de entendê-lo. A experimentação dessa diferença no nosso caso não foi pensada para ser espacial ou territorial, mas poderia sim ser considerada em outros níveis. O contraste entre pesquisador e pessoas locais não se deu propriamente pela cultura estrangeira, nativo e não nativo, mas pelas diferentes redes de convivência interpessoal, ocupação profissional, indicadores socioeconômicos, práticas de atuação habitual, campo de conhecimento, etc. Mas o contraste principal foi o meio ordinário versus o frescor da nossa experiência particular com a loucura, o surto psicótico do humor. A proximidade com a vizinhança, o meio mais próximo, era para nós uma recomendação médica. Realizar essa recomendação era uma redescoberta da nossa *conjuntividade* no agora sem devaneios delirantes, mas ainda assim utópicos: um pesquisador cidadão. Esclarecer essa diferença não nos pareceu uma questão em boa parte do tempo. A vizinhança estava dada empiricamente e bastou essa vinculação socialmente e historicamente colocada na trajetória da pesquisa como base para a partir daí observar novas interações. E adequamos a pesquisa em comunicação e desenvolvimento ao espectro da verdade como errância.

Foi em março de 2017 que teve início a prática do nosso envolvimento em uma versão que, inicialmente era interpretadas por nós, como de extensão da própria pesquisa. Extensão no sentido de contribuição da academia à sociedade. Pensava-se que não se fazia apenas pesquisa, mas uma pesquisa que era interventiva — diferente de participativa porque não se vinha de fora para então participar, situava-se já ali como parte integrante — não se furtando, assim, a liderar micro processos de avanço local, considerando possível fazer um retorno social enquanto se compreendia individualmente a realidade

em que se agia. Buscamos viver a construção da realidade do *des-envolvimento* para entendê-lo em seu processo mais minimalista e qualitativo. Em que as resistências ou o controle do que se podia ou não fazer era mais ou menos dado pelo conjunto de pessoas que se associavam em causas e plataformas de mudança.

O ambiente onde estávamos demandava pessoas engajadas voluntariamente para a melhoria da realidade situacional. Entre os espaços associativos de mudança social que frequentamos estavam: a Associação de Moradores Vila do Mato (nome fictício) no bairro Engenho do Mato; o movimento SOS Engenho do Mato; o movimento Lagoa para Sempre; a ocupação cultural Biblioteca Comunitária do Engenho do Mato (BEM); Associação Niteroiense dos Deficientes Físicos (ANDEF). Ao longo do ano também participamos do movimento SOS FAPERJ, voltado a chamar a atenção para a situação crítica de financiamento à pesquisa no Estado do Rio de Janeiro. Este grupo não manteve a coerência com o princípio da vizinhança ou proximidade territorial, visto a dependência das redes virtuais para a sua existência. Mas manteve outra relação de proximidade, aí sim vinculada à categoria profissional de pesquisadores e estudantes de pós-graduação. Optamos por não o manter no relato do Percurso de Errância.

#### Tradição teórica das pesquisas de intervenção social

Existe certa tradição de pensamento sobre o *modus operandi* do cientista social que se lança a provocar mudanças em seu tempo e espaço. Voltando à 1845, encontramos alguns referenciais em Marx e Engels, que na época escreviam a Ideologia alemã enquanto agiam sobre o mundo desordenado que os cercavam. Os dicionários ainda nem registravam a palavra capitalismo no vocabulário econômico e político (HOBSBAWN, 1998, p.13), mas as consequências da era do capital era sentida nas fábricas europeias. Reconfigurava costumes, especialmente os de quem podia ser ou não protagonista das mudanças sociais. Um proletariado disputava esse lugar. E como o pensamento ocupava lugar de prestígio na justificação desse protagonismo, para atender ao interesse desse novo ator, foi preciso entender que o pensamento não derivava apenas da mente investigativa completamente desinteressada de outra coisa senão a verdade, mas da conexão a universos socioeconômicos como testemunha e ator político, com escolhas e preferências. A qual universo seria mais ou menos honroso servir intelectualmente? “Marx mostrava, com seu envolvimento nas lutas operárias, que estava despontando um outro intelectual: um ser, ao mesmo tempo, cientista, crítico e revolucionário.” (SEMERARO, 2006, p.374) A orientação anterior era a de ser possível mudar o mundo

especializando-se apenas na atividade da consciência e do pensamento isolados do próprio mundo. Era preciso uma ruptura. Talvez não a primeira ou única, mas uma ruptura fundadora de novidade: capaz de colocar as bases para o intelectual orgânico.

A emergência de um projeto alternativo, originado no proletariado, e a conquista da sua hegemonia, com o apoio dos intelectuais, levariam, para Marx, a uma sociedade verdadeiramente democrática (Abensour, 1998, p.83). Assim, enquanto desmascara o caráter ideológico do capitalismo e a sua funcionalidade à violência e à manutenção do poder centralizado, Marx promove a organização dos trabalhadores local e mundialmente e recria, de forma inaudita e desafiadora, a atividade político-intelectual, convencido de que “a filosofia encontra no proletariado as suas armas materiais, assim como o proletariado encontra na filosofia as suas armas espirituais” (Marx, 1983, p. 173). (SEMERARO, 2006, p.375)

É razoável questionar o princípio dessa história do intelectual orgânico fundada em Marx. Por que não escolher por exemplo o martírio de Sócrates em nome da filosofia e contra o movimento sofístico, mais de dois mil anos antes? A condenação à cicutu por corrupção da juventude não seria suficiente para colocar o método da maiêutica como o leito do pensamento interessado pela mudança social? A maiêutica, um método de diálogo que precisa de representantes para tese e antítese, que ao contrário de se polarizarem em campos isolados, aproximam-se pois se duvidam mutuamente e alimentam um propósito de convencimento por uma ou outra parte; não seria essa interação sujeito a sujeito o mais orgânico dos movimentos inseridos na história da linguagem humana? Contudo, abalar as certezas de saber sobre o verdadeiramente belo, o justo e o bem, esses três valores fundantes da filosofia, talvez não levem à revolução. Mas a micro ajustes de pensamento e sentimento. É importante lembrar que a filosofia nasceu, como diria Nietzsche, como uma filosofia de morte e não de vida, trazendo desconfiança demais para o mundo das aparências, este que é público e pede urgência de ação ou resistências.

A história de prática e pensamento à qual nos afiliamos, em errância, sem planos e sem saber de fato onde ou quando começou, tem conexões além Marx, Nietzsche ou Sócrates. Gramsci será o principal nome, segundo Semeraro (2006, p.376), a continuar desenvolver o pensamento de que é pela inserção ativa nas situações de embate pela hegemonia social que se avança sobre a compreensão de si mesmo e sobre as contradições da sociedade. E fez isso, ainda segundo Semeraro (2006, p.376) em resistência ao dogma de sua época, que defendia intelectuais elitizados (Benda, 1979) e cautela em relação ao avanço de massas (Ortega y Gasset, 1980), desvalorização da democracia (Nietzsche, 1990, §202-203) e isolamento em polos distintos a política e a ciência (Weber, 1993). “Gramsci valoriza com singularidade o saber popular, defende a socialização do

conhecimento e recria a função dos intelectuais, conectando-os às lutas políticas dos “subalternos” (Gramsci, 1975, p.1505-1506, apud SEMERARO, 2006, p.376).

Com essa dedicação de pensamento à organicidade da intelectualidade nas mudanças sociais define-se uma variedade de tipos, pensados não com base a atributos internos à individualidade de cada um, mas às suas funcionalidades e relações. Dessa forma, distingue entre os intelectuais industriais, urbanos, rurais, acadêmicos, técnicos, burocráticos, profissionais, grandes, pequenos, intermediários, coletivos, democráticos, etc. Orgânico se contrapõe à tradicional. E no caso de Gramsci isso parece ter uma referência simbólica ou empírica a territórios da Itália, o Norte mais industrial e modernizado *versus* o Sul agrário, clerical, militarizado. O primeiro grupo estava integrado ao sistema capitalista e urbanizado, enquanto o segundo vivia um ambiente superado que perdia sentido, mas ainda sustentava abstrações fechadas a exercícios cerebrais, erudições enciclopedistas desvinculadas do próprio tempo histórico.

“Orgânicos”, ao contrário, são os intelectuais que fazem parte de um organismo vivo e em expansão. Por isso, estão ao mesmo tempo conectados ao mundo do trabalho, às organizações políticas e culturais mais avançadas que o seu grupo social desenvolve para dirigir a sociedade. Ao fazer parte ativa dessa trama, os intelectuais “orgânicos” se interligam a um projeto global de sociedade e a um tipo de Estado capaz de operar a “conformação das massas no nível de produção” material e cultural exigido pela classe no poder. Então, são orgânicos os intelectuais que, além de especialistas na sua profissão, que os vincula profundamente ao modo de produção do seu tempo, elaboram uma concepção ético-política que os habilita a exercer funções culturais, educativas e organizativas para assegurar a hegemonia social e o domínio estatal da classe que representam (Gramsci, 1975, p. 1.518). Conscientes de seus vínculos de classe, manifestam sua atividade intelectual de diversas formas: no trabalho, como técnicos e especialistas dos conhecimentos mais avançados; no interior da sociedade civil, para construir o consenso em torno do projeto da classe que defendem; na sociedade política, para garantir as funções jurídico-administrativas e a manutenção do poder do seu grupo social. (SEMERARO, 2006, p.378).

Ainda destacando as diferenciações, Semeraro (2006) seleciona trechos clássicos em que Gramsci caracteriza o intelectual popular e o convencional:

(...) intelectuais populares que “sentem” com “paixão” à vida dos “subalternos” e os intelectuais convencionais, funcionais à elite e especializados na administração e no controle da sociedade. Estes se revelam preocupados com a centralização do poder, com um universalismo abstrato (Losurdo, 1999, p. 121 e ss), com a coerção direta ou indireta. Os intelectuais orgânicos às classes populares, ao contrário, caracterizam-se pela democratização do poder, pela expansão dos direitos, pela eliminação da violência e do embuste. Ao desvendar as contradições na sociedade e ao socializar o poder, os intelectuais populares, por um lado, subvertem a concepção de dominação, de autoritarismo e de burocratismo, e, por outro, criam uma nova concepção de política fundada sobre o conceito de hegemonia, de democracia, de ‘dirigentes’ de uma nova civilização (SEMERARO, 2006, p. 270-271).



A conclusão é que economia, política, cultura e filosofia estão aí postas de modo inseparáveis, organicamente compondo a mesma realidade. Não existe atividade humana fora do conjunto de intervenções intelectuais. Na filosofia, Gramsci distancia-se do arrebatamento de emoções para uma teoria de mudança social que se aproxima do projeto clássico descrito por Platão, na leitura de um Sócrates em que a ação política se dá via a educação permanente de si e dos outros, a educação filosófica. A diferença reside no fato de não depositar, como Platão, em outro mundo, o das *ideas*, a crença de felicidade para a qual se prepara o filósofo. A morte, com escreve Platão sobre seu mestre em Fédon, é a suprema libertação das aparências da vida para o conhecimento verdadeiro. Entre os clássicos, a filosofia do intelectual orgânico talvez guarde uma proximidade maior com a de Aristóteles, quando Gramsci valoriza uma postura revolucionária intelectualizada, de temperança e continência, para usar termos do filósofo grego na *Ética à Nicômaco*, mas diferentemente de ir em defesa dos virtuosos, o faz pelos subalternos. Gramsci, segundo Semeraro, considera também uma sabedoria prática e uma teleologia que transformará a técnica-trabalho em técnica-ciência, crê na finalidade de unir através da vida prática e não apenas contemplativa as funções de especialista e dirigente. E assim sutilmente deixa de lado a tradição platônica do filósofo-rei sem desmerecer o feito fundador da filosofia em preservar o valor do conhecimento.

Com essa visão, as reflexões de Gramsci passam longe da concepção de uma “intelligentsia” livremente “flutuante” e acima das partes, dotada de uma missão especial e de capacidades “objetivas” que, desde Mannheim (1986), têm ocupado muitas discussões contemporâneas. Guardam distância também das posições de Bobbio sobre a função dos intelectuais, o qual reedita, com a sua distinção entre o “ideólogo” e o “*expert*” (Bobbio, 1993, p. 117), entre o filósofo e o técnico (p. 140 e 159), o dualismo estabelecido por M. Weber (1980, p. 87 e ss) entre a “ética da convicção” e a “ética da responsabilidade”, tão caro aos liberais e à maioria dos nossos políticos. (SEMERARO, 2006, p. 380)

Mais recentemente, contudo, a partir de 1970, com as reformas do capitalismo financeiro da microcomputação, o cenário mudou para o intelectual orgânico. A promessa de empoderamento digital tornou o hegemônico oculto, *pré-processado* em um Estado ou burocracias privadas cada vez mais virtualizadas, em que a hierarquia parece ter se horizontalizado, o comando e o controle se tornaram *software*, cuja operação é facilitada a tal ponto de dar um sentimento de maior autonomia e responsabilidade para esse trabalhador. Parece que decide, que é ator político, tem acesso aos meios de produção da sua própria expressão, pensamento, intelectualidade. O mundo se desindustrializa e o trabalhador passa a ter sua intelectualidade ou perícia programada em trabalho morto.

Migra para regimes de flexibilidade. Assim como os custos de transação para os negócios foram reduzidos com as tecnologias de comunicação, as distâncias entre especialistas e leigos se encurtam. É possível errar mais por um deserto em busca de água sem ficar preso às tradições já testadas (SHIRKY, 2008), à cultura mais ordinária. O custo de não errar é maior do que o de buscar o certo por caminhos previamente verificados, metodicamente testados e consolidados. Vive-se um longo período de amadorização das práticas profissionais (SHIRKY, 2008), que talvez remonte da transposição do trabalho especializado de escribas copistas para as máquinas de tipos, à imprensa, e hoje intensificada por redes de microcomputadores celulares, permitindo sujeitos coletivos a realizarem mudanças sociais, não com a ambição revolucionária, mas de um contínuo processo de ajustamento.

Assim, hoje, para a sua formação, o intelectual é compelido a tornar-se especialista da imagem, do som, dos jogos de linguagem, das virtualidades eletrônicas. No mundo das sensações, das modas e dos rápidos contágios de massa, é fundamental que se aprenda, acima de tudo, a manejar a arte da aparência. Por isso, chega-se a falar no fim do intelectual político-pedagógico vinculado à escrita, à escola, ao partido, às organizações populares. O que se celebra agora é o advento da inteligência na “vídeo-esfera”, no simbolismo e nas criações instantâneas, nos “spots” comerciais e nos “insigth” (Sirinelli, 2003, p. 189). O intelectual “clássico”, cultor da razão e da cosmovisão, da paciência histórica e da pedagogia política popular, é suplantado pela “inteligência emocional” e pelos recursos tecnológicos. (...) Vangloriando-se da sua impotência, o intelectual é solicitado a abandonar “as certezas” da filosofia e os projetos da política para entregar-se ao fluxo da narrativa e do romance (Rorty, 1999, p. 263; 2001, p. 98). (SEMERARO, 2006, p. 383)

E assim, um tanto quanto semelhantes a este intelectual entregue aos fluxos da narrativa, retornamos ao ponto em que nos “engajamos” numa intelectualidade orgânica, exercício errático de 2017-2018. Mas orgânico às aspirações de qual hegemonia subalterna? Inicialmente na tentativa de compreender o intelectual orgânico das instituições que para nós, como caso, representam um classe burocrática elevada na hierarquia social, os bancos de desenvolvimento. Em seguida, fomos às bases, na cidade de Niterói, em movimento sociais semelhantes aos nossos, errantes. Mas comparando um extremo ao outro, podemos descrever esse local em suas relações com o sistema de financiamento do desenvolvimento de longo prazo, contraposto às formas de organização menos institucionalizadas, mais apartadas do centro de decisão urbana, voluntariosa e desprovida dos aparatos burocráticos, porém com poder simbólico e altamente midiaticizada. Qual é a *traducibilidade* possível desse arcabouço teórico histórico sobre o intelectual orgânico no momento presente, em que novos atores sociais disputam a hegemonia das decisões de desenvolvimento, não para o globo ou o estado, talvez para

uma cidade, mas certamente a um bairro, a um conjunto de lagoas, a um prédio público abandonado, a uma praça e a um conjunto de ruas. Em seguida, vamos expressar a mentalidade que nos serviu para operacionalizar em Tese & Ação esses movimentos extremos da nossa pesquisa errante.

## 6. TESE & AÇÃO

Para fundamentar as teses que elaboramos anteriormente, vamos a partir deste capítulo iniciar uma transição: do abstrato ao material vivido. As três teses descritas acima foram o resultado de uma fundamentação não formal e nem universal, extra-texto, passando por fora da racionalidade metonímica e proléptica, como conceitua Santos (2010). E por isso sentimos a necessidade de realizar um trabalho de tradução que lhe organize o sentido basilar ainda que a posteriori da apresentação feita no capítulo anterior.

A razão metonímica é obcecada pela ideia da totalidade sob a forma da ordem. Não há compreensão nem acção que não seja referida a um todo e o todo tem absoluta primazia sob cada uma das partes que o compõem. Por isso, há apenas uma lógica que governa tanto o comportamento do todo como o de cada uma das suas partes. (SANTOS, 2010, p. 97)

A razão proléptica é a face da razão indolente quando concebe o futuro a partir da monocultura do tempo linear. Esta monocultura do tempo linear, ao mesmo tempo que contraiu o presente (...) dilatou enormemente o futuro. Porque a história tem o sentido e a direção que lhe são conferidos pelo progresso, e o progresso não tem limites, o futuro é infinito. (SANTOS, 2010, p. 115)

Se a fundamentação que utilizamos pertence a alguma ordem de racionalidade, distinta das duas acima citadas, foi então uma em alto grau desconhecida por nós. Do senso comum e errante que fazemos dela, a associamos ao desarrazoamento, à loucura, que fundou uma necessidade natural de cuidado de si, da internação à medicalização até por fim, o pertencimento comunitário, sem abrir mão do compromisso com a pesquisa inicial, redundando em um percurso não planejado. A pista para o que nos fundamenta está menos numa racionalidade exótica e mais em compartilhar os efeitos da interrupção de percurso, que, suspeitamos, pode ter alguma similaridade com os efeitos da crítica às duas racionalidades, a metonímica e a proléptica: uma inesperada contração de futuro e dilatação de presente.

Enquanto a crítica da razão metonímica tem por objetivo dilatar o presente, a crítica da razão proléptica tem por objetivo contrair o futuro. Contrair o futuro significa torná-lo escasso e, como tal, objeto de cuidado. (...) Contrair o futuro consiste em eliminar ou, pelo menos, atenuar a discrepância entre a concepção do futuro da sociedade e a concepção do futuro dos indivíduos. Ao contrário do futuro da sociedade, o futuro dos indivíduos está limitado pela duração da sua vida (...), o caráter limitado do futuro e o facto de ele depender da gestão e cuidado dos indivíduos faz com que, em vez de estar condenado a ser passado, ele se transforme num fator de ampliação do presente já que é no presente que se cuida do futuro. (SANTOS, 2010, p. 116)

Não encontramos na leitura o detalhamento do que seria a discrepância entre o indivíduo e a sociedade, mas encontramos duas teorias centrais ao trabalho de Santos, a sociologia das ausências e a sociologia das emergências que, juntas, realizam o serviço de dilatação do presente e encurtamento do futuro. O autor pontua que o serviço de uma nova cultura política sobre o futuro é o que substitui a linearidade do tempo por possibilidades plurais concretas, utópico-realistas. E mais importante, o reconhecimento da falta ou da carência já cumpre parte do serviço de invenção de novas possibilidades para o futuro e dilatação do presente. É neste ponto, na carência ou na falta, que talvez esteja o comum entre esta experiência particular da loucura e o exercício crítico da racionalidade. Talvez reúna alguma capacidade e potencialidade.

Subjectivamente, o Ainda-Não é a consciência antecipatória, uma consciência que, apesar de ser tão importante na vida das pessoas, foi, por exemplo, totalmente negligenciada por Freud (Bloch, 1995: 286-315). Objectivamente, o Ainda-Não é, por um lado, capacidade (potência) e, por outro, possibilidade (potencialidade). Esta possibilidade tem uma componente de escuridão ou opacidade que reside na origem dessa possibilidade no momento vivido, que nunca é inteiramente visível para si próprio, e tem também uma componente de incerteza que resulta de uma dupla carência: o conhecimento apenas parcial das condições que podem concretizar a possibilidade; o facto de essas condições só existirem parcialmente. (...)

O Ainda-Não inscreve no presente uma possibilidade incerta, mas nunca neutra; pode ser a possibilidade da utopia ou da salvação (Heil) ou a possibilidade do desastre ou perdição (Unheil). Esta incerteza faz com que toda a mudança tenha um elemento de acaso, de perigo. Esta incerteza que, em meu entender, ao mesmo tempo que dilata o presente, contrai o futuro, tornando-o escasso e objeto de cuidado. (SANTOS, 2010, p. 117)

O dilatar do presente e encurtar do futuro que Santos detalha não foram aqui um objetivo, mas coincidem ao entendimento que fazemos da experiência que tivemos da loucura, não só, posto que também do retorno dela. É como se, leigamente falando, se instituisse uma ausência e uma emergência. E que substituiu a linearidade do tempo planejado de pesquisa por um ir e vir, outros tempos, outros lugares, inclusive o particular desarrazoamento, um modo próprio de pensar e transformar, conhecer vivendo o *desenvolver-se* com e dela, a loucura.

O que chamamos de realidade empírica do pesquisador errante, essa experiência de trânsito entre a loucura e a racionalidade, pode ser traduzido, com o auxílio dos termos de Santos, como um trabalho realizado para, de um lado, expandir o presente, no caso o situado no pesquisador e sua vizinhança, por outro lado, encurtar o futuro. O encurtamento passa por deixar o futuro ao acaso do presente. E então, sem se saber de antemão todos os rumos, cuidar, no presente recém passado, de criar entendimento sobre

para onde se conduziu. *Exercitou-se assim o espaço relacional*. O principal experimento. Uma representificação<sup>89</sup> situada no particular. O empírico, aquilo “que se guia pela experiência”, precisará ser entendido aqui como uma injunção em fluxo de sujeito-objeto: começa na realidade presente pessoal, sob o condicionamento específico de ser pesquisador em doutoramento. Não se trata portanto da realidade universal, abstrata, essencial ou oficial, mas a particular e individualizada pelo tempo-espaço vivido no curso da experiência pessoal de doutorado.

E o que encurta o futuro a partir deste presente bem específico? Talvez a errância. Cria-se menos conhecimento de projeção, progressão, repetição de passados e mais atenção à falta de sentido que é vivida, isto é, a dupla falta, de rumo e de identidade, daí retirando simultaneamente um método e contra método de devaneio ensaístico; erro e correção; reajustamentos de curso; significação sobre o percurso feita a posteriori, investigando nexos do tempo já vivido.

Defende-se com a tese uma ação principal: a que se arrisca a estabelecer um *éthos*, um lugar onde é possível se demorar, pois tem, entre outras, condições simbólicas — ainda que frágeis — de, a partir deste *ethos*, se dizer e fazer. Este *ethos* funda-se a partir de si em expansão: o de ser pesquisador leigo transformador da realidade. O seu fundamento como *ethos* se dá em processos de avizinhar-se de pistas não planejadas como assunto, incorporando possíveis, deixando o acaso ser positivo e não um destruidor de sentidos<sup>90</sup>. A prova empírica não é uma prova de conhecimento, mas de natureza, no sentido estoico, epicurista e de outras escolas menores da filosofia, as da necessidade de cuidado. Foi preciso primeiro fazer consigo esse laboratório, por necessidade vital de cuidado do próprio presente e futuro tanto da loucura como da razão. O cuidado maior sendo o de romper essa dicotomia. Não na teoria ou na história, mas na própria vida. Isso feito, aí sim organizar as pistas deste lugar, torná-lo visível a si, investigador e transformador, para ser em comum pesquisador e cidadão.

Retomando alguns dos conceitos já trabalhados, reformulamos o lugar do pesquisador errante nos seguintes termos: o *ethos* da errância é a carga vivida no *espaço*

---

<sup>89</sup> Agradeço à Iohana Freitas por essa leitura sob a perspectiva da representificação no Seminário Errante, em que previamente à banca oficial, no bairro Engenho do Mato, debatemos informalmente com a comunidade com quem nos relacionamos na pesquisa, uma versão próxima à final da tese.

<sup>90</sup> Agradeço ao meu orientador por essa observação no Seminário Errante, ao que acrescento apenas a vontade de territorializar.

*relativo-relacional*. A ela é acrescida um flexível direcionamento da vontade, a vontade de *territorialização*, isto é, ocupação de em um lugar de liberdade para expressão franca, direta, capaz de representar a realidade e transformá-la no modo errante participativo, envolto em uma rede social de ação comum, de cuidado de si, de trabalho sobre as faltas, em meio transitório, que traga conhecimento e felicidade. Será isso um conciliação entre as discrepâncias do futuro social e individual, nos termos de Santos (2010)? É um demorar-se no transitório, na busca em vários lugares, no grego *skeptesthai*, vistoriar, sem um único espaço absoluto como referência, mas sim lures de afetação: o *espaço relativo* ao então presente de quatro anos de doutoramento; o *espaço relacional* de cada território de *envolvimento* e *des-envolvimento* errante.

Mas ainda que careça de delimitação precisa de objeto, entre o ponto de partida e chegada da realidade empírica do pesquisador errante é possível ensaiar a narração do percurso vivido. E sem abrir mão dos devaneios e dos achados pertinentes a cada etapa. Por exemplo, parte-se de uma referência burocrática, bancos de desenvolvimento, de um rigor metódico de análise das notícias globais de desenvolvimento de cinco bancos<sup>91</sup>. E daí se chega às vizinhanças de casa, e aos movimentos sociais que se encontrou nessa proximidade<sup>92</sup>. A falta de sentido da errância espacial, do global ao local, leva a se fazer uso positivo desses desvios, toma-se o acaso como ferramenta para, precisamente dessa falta de sentido, exercitar cuidado com o desviante, preservando-o com a construção de sentidos aglutinadores; da miséria de racionalidade metonímica ou proléptica ou do excesso dionisíaco se deixa vir com o tempo de observação e análise novas pistas de organização e coerência do percorrido.

Enumero o objetivo do capítulo seis nos seguintes pontos: 1) o de construir a justificativa e a explicação do percurso errante; 2) vincular desarraçamento ao exercício da cidadania; 3) vincular o pesquisador errante a essa cidadania desarraçada; 4) explicar os modos nesta experiência específica de operacionalizar sentido de filosofia cidadã para o cuidado na ausência particular de sentido.

Feita esta transição reflexiva neste capítulo seis, com sua justificativa e explicação operacional do seguinte, vamos exercitar no capítulo sete a narrativa propriamente,

---

<sup>91</sup> Ver no capítulo sete a seção Relativo-Relacional Oxford.

<sup>92</sup> Ver no capítulo sete a seção Relativo-Relacional Brasil.

incluindo a análise de cada etapa do percurso de errância, isto é, os bancos, a loucura e os vizinhos. Começamos a explicar também isto.

### **Nexos do percurso**

O capítulo sete é um exercício da comunicação dos *envolvimentos* e des-envolvimentos de si e do meio ao longo dos quatro anos do doutoramento. É retrato, tratado na tese como empírico. Esse empírico sofre de um duplo erro, pois não é nem o resultado da coleta sistemática de dados e nem é a imensurável potência da vida. Esse erro narrativo, essa *dupla* falta de *vínculo*, parafraseando pelo negativo o conceito de Bateson (1972), *duplo vínculo*<sup>93</sup>, aqui, negativamente imaginado, é uma falta de vinculação a um posicionamento. E ainda assim, pela negativa, ao contrário de estar “paralisados entre mensagens conflitantes (...)” na “dificuldade de saber que tipo de mensagem é uma mensagem” (LEADER, 2013, p. 98), torna-se um errante dando significação própria.

Constrói-se algum pensamento, especificamente o de cuidar de elaborar um senso comum para o que era incomum, em si mesmo delirante, vivido do lugar do excesso das alternâncias entre temas e pistas, errância máxima. Faz-se esse trabalho de si sobre si mas também sobre — e para — o meio. Em uma pesquisa ação que afeta a si, a universidade e também a cidade. Numa imbricação de sujeitos-objetos desiguais, dissimilares, talvez até antagonicos. Por exemplo: a loucura particular em escrutínio das burocracias; E sendo essa tentativa de articular um oposto ao outro a principal guia, o principal cuidado. Na aposta de que uma tenha algo a servir a outra ainda que subterraneamente.

O recurso escolhido para dar conta da narrativa do percurso da errância foi o de coincidir os diversos temas da pesquisa com as demandas de produção acadêmica. Conciliava-se assim, a vontade particular, mas também institucional, de dar publicidade aos achados, em artigos acadêmicos e participação em congressos. Os artigos produzidos e não publicados ao longo dos quatro anos entram, ajustados, no próximo capítulo porque serviram como tentativas de sínteses de publicidade dos micro feitos nas errâncias de ir ao encontro de outros, globais e locais, particulares e comuns. É uma narrativa que expressa a carência por dar legitimação ou validação acadêmica. Esta tese certamente não pertence aos paradigmas *dominantes* (SANTOS, 2018, p.42) de cientificidade, talvez

---

<sup>93</sup> Efeito sobre os esquizofrênicos nas comunicações em seu meio familiar, em que não sabem se uma mensagem é ou não também o seu oposto. Se prendem assim, à dupla possibilidade.



pertença aos *emergentes* (SANTOS, 2018, p.63), mas não se furta a tentar um lugar da intercessão.

### **Cidadania da errância**

Tal particular movimentação sobre pistas vai do global ao local. Tem como delimitadores os campos da comunicação e, como iniciador para direcionamento da observação, diversos bancos de desenvolvimento. São os bancos de desenvolvimento que iniciam, como a fazer nossa delimitação de perspectiva sobre o empírico. Esses delimitadores são de certa forma objetos aparentemente aleatórios: um elemento burocrático dissonante a um pesquisador errante. Como um banco passa a ser referência para um errante? No geral talvez nunca sejam, mas aqui estão porque participam de um fato micro histórico particular e assim, no específico micro histórico, é possível compreendê-lo por dentro dessa contextualização subjetiva. Passa, portanto, a ser referência errante via obstinação ou, em nossos termos, um espaço de “sequestro” *relacional e relativo*, melhor detalhado no capítulo zero na seção paixão pré-tese. Isto sim, esse modo de estar em comum, é mais o objeto de nosso estudo do que os bancos em si. É a pista para o que vincula a Comunicação ao Desenvolvimento no nível do nosso sujeito e não em uma burocracia. Esse espaço de atração, espécie de Outro, serve para denominar ao errante o interesse do Outro, como se este fosse ou limitado ou limitante e pudesse passar por uma expansão, em benefício da cidadania, das possibilidades de comunicação e desenvolvimento no presente. É um espaço de atração que auxilia ao projeto de *territorialização* do errante, é um vetor de normatização. O rapto a partir de uma fala de autoridade, questionada sem diálogo interpessoal, apenas internamente, de modo intrapessoal, cristalizou uma significação sobre os limites dessas instituições em realizar o direito de participação social no desenvolvimento. E mais ainda, em falar a verdade em público. Ampliar esse limite é uma espécie de *missão*.

O devaneio *relativo-relacional* ao papel social da instituição banco de desenvolvimento, no passado e no presente, — o seu escrutínio tendo em perspectiva o devaneio sobre o seu futuro, seu outro papel possível, mais democraticamente impactante — é a imaginação prático-teórica que contextualiza o começo desta errância em particular. É o percurso global que veremos no próximo capítulo, iniciado com o estudo dos bancos de desenvolvimento nacionais dos BRICS. Porém a imaginação sobre os bancos não é a que define todo percurso. O condicionamento de pesquisador-cidadão sim — a subjetiva imaginação sobre o que é possível descobrir e sobre o que é possível

melhorar na vida comum da cidade — está mais perto de criar a conexão geral do percurso. Ou pelo menos do fim dele. Do nosso pesquisador-cidadão, dele trazemos o condicionamento de *estar em situação de fazer saber que opere mudança social*, no presente, e em meio a outros semelhantes a nós que também ambicionam mudanças sociais. No caso, encontramos o semelhante a nós nas vizinhanças de casa, que foi ambiente de cuidado da loucura, mas também de outra *territorialização*, de conhecer criando junto com outras pessoas já engajadas em outras causas, um modo particular de agir para a mudança social: o errante. Um dos cinco bancos nacionais dos BRICS atuarem neste local, a cidade de Niterói, fortaleceu o senso de coerência e conjuntividade para a narrativa do percurso, ainda que a cidade não tenha sido uma escolha planejada para a pesquisa, mas naturalmente dada, pois fruto do aleatório da nossa vida em particular.

Só essa discrepância de errância, de pistas encontradas entre a própria loucura e a burocracia, é que possibilitaria criar, na falta de sentido previamente considerado, um sentido criado, que lhe desse aqui a liga. Qual seria? Primeiro é preciso acreditar na tese de que “existe uma concordância entre a subjetividade moderna e a paranoia, entre a normalidade e a loucura.” (LEADER, 2013, p.95). Segundo, acreditar que o conhecimento particularmente feito aqui faz uso da loucura; o trecho acima citado, por exemplo, só nos foi possível descobrir por meio da loucura ela mesma, em um plantão de errância como preferimos registrar no diário enviado por e-mail à tríade psicólogo, psiquiatra e orientador. Plantão de errância foi um dia deixado ao acaso do perambular pela cidade, Niterói, conversando com diversos estranhos aleatoriamente, orientado por devaneios *relativos-relacionais* de cidadania e pesquisa, *relativos-relacionais* ao condicionamento de pesquisador cidadão, nos levando por exemplo a entrar numa livraria chamada Saraiva, não em busca de um livro, mas do afeto da coincidência entre o nome da loja e a do próprio padrinho, e lá se achar intuitivamente, guiado mais pelos olhos em si do que pela visão ao exterior, demorando-se desapercivelmente diante do título O que é a loucura, de Leader (2013) e O cérebro que não sabia de nada, de Burnett (2018).

Em seguida, vem o trabalho analítico-narrativo de dar sentido ao vivido sem sentido. No estudo desse encontro reflexivo na livraria, com o livro e depois a leitura da sua tese, ensaiamos a seguinte hipótese: a de que, a vontade de transparência e escrutínio, movida pela desconfiança manifesta ou não na autoridade, no caso a institucional de desenvolvimento, talvez só abra espaço à dúvida, ao questionamento da autoridade, porque devaneia o lugar de uma vítima (não necessariamente irreal ou falsa), em si ou em

outro semelhante a si, e também o lugar do perseguidor, no Outro, em maiúsculo porque o diferente de si, a ser ajustado. Esse devaneio, caso não resulte em ação, verbalização ou memória ativa, não tipifica pesquisador nem cidadão. Mas caso se sustente ao longo do tempo e em ação exteriorizada de comunicação, obstinadamente, talvez só o faça por fazer uso de traços sutis de delírio paranoico, quase invisíveis, pois banais à modernidade, traços normatizados, estimulados e necessários nas sociedades democráticas<sup>94</sup>, para que se tenha fé pública, legitimidade de governo, concorrência e controle, que em alguma medida convive bem e é loucura desejada pelo espírito empreendedorista da sociedade capitalista.

Não chegaríamos a essa hipótese negando a liberdade de errância, pesquisa e cidadania da particular loucura. E também não se chegaria às possibilidades da sua comunicação, aqui e agora, caso se houvesse negado a atenção ao cuidado de *desenvolvimento* da loucura. Pensar com a loucura exige constante cuidado, ajustes a posteriori, compensações. E estando correta a hipótese anterior, sobre a confusão entre normalidade e loucura, é possível que muitos ignorem que estão fazendo uso dos traços da loucura na vida cotidiana, da pesquisa à cidadania, nem sempre com os devidos cuidados e atenção, inclusive de comunicação para si ou ao meio, confundindo como se fossem sinônimos a loucura e o engano, ignorando a disputa de sentidos na palavra.

Como sua missão é transmitir uma verdade e denunciar alguma forma de injustiça ou maldade, é bem possível que eles [os paranoicos] façam muitas coisas boas, e (...) um delírio paranoico é perfeitamente compatível com uma verdade. O médico húngaro Ignaz Semmelweiss salvou milhões de vidas com sua observação de que a higiene precária no parto resultava em mortalidade infantil; no entanto, sua convicção delirante quanto à verdade de sua ideia significou seu encarceramento num hospício. (...) um acontecimento real e um delírio são perfeitamente compatíveis. O sujeito pode ter sofrido abusos quando criança e ter também um delírio sobre sofrer abusos: a chave está em sua maneira de construir o sentido em torno de um acontecimento, no lugar que ele lhe atribui em sua vida. (LEADER, 2013, p.96)

Os traços da paranoia assimilados pela subjetividade moderna, também a nossa, é a que se move pela denominação do desejo do Outro (o BNDES, a CIA) (LEADER, 2013, p.99). A significação do desejo do Outro, estando correta a hipótese que usamos, dá as condições subjetivas para a base da denúncia do Outro, para a indignação com esse Outro, para se intitular vítima ou objeto de perseguição dele, para que seja mais transparente.

---

<sup>94</sup> Essa percepção não seria possível sem a defesa informal da tese, a partir dos seus manuscritos preliminares, em um Seminário Errante entre as vizinhanças do Engenho do Mato, Niterói. Agradeço à observação do “sequestro” como pista para costurar a relevância dos bancos de desenvolvimentos na tese.

Qualquer sujeito no campo da *accountability* social está autorizado a falar e agir como se fosse um vigilante observador, um examinador dos desvios de conduta ou das falhas de atendimento a um serviço. A escrutinar o adversário político ou econômico. Mas não se faz isso sem significação orientadora. Uma denominação do desejo do Outro. Isso em parte é ser o cidadão hipermoderno, seja nas demandas por qualidade de saneamento básico, na redução da mortalidade infantil e até na cidadania de ponta tecnológica, sobre a biomedicina, em que novas associações de cidadania denunciam-demandam o atendimento para doenças só recentemente tratáveis ou até mesmo o aperfeiçoamento da performance humana (ROSE, 2013). A significação orientadora é também o que leva jornalistas a inquirir um entrevistado com uma postura combativa. O pressuposto cotidiano das teorias de mudança para uma vida ou sociedade melhor é que o indivíduo deve ser engajado com os traços paranoicos, precisa se alterar, reconhecer-se como vítima real ou em vias de se tornar uma, para então acusar um exterior a si que precisa ser levado à condição de desfazer um encobrimento, revelando a imaginada, corretamente ou não, intenção antes oculta com os feitos igualmente dissimulados, comunicando as reais intenções agora sim de modo transparente. Talvez aí nessa liberdade de expressão e participação tenha estado embutida também alguma liberdade da loucura, com os benefícios e os malefícios dessa união.

Não contra mas com a liberdade dos traços paranoicos na cidadania, defendemos que as manifestações populares por transparência ou ajuste de conduta de um exterior desviante parecem ser a forma contemporânea da coligação milenar de dois atos: 1) o ato de comunicar 2) com o ato de contribuir para realizar um bem. Eles se confundem em alguns lugares, onde a palavra, portanto, como se diz popularmente, tem poder: do encantamento à cidadania. Falar entra para a ordem do fazer, e então comunicar pode ser um bem, estão juntos. Talvez daí podemos pensar um lugar abstrato do sujeito em que Comunicação e Desenvolvimento são um só. Nem sempre e nem em todo lugar tantos estiveram autorizados a ocupar esse lugar de coligação entre expressão e bem. Mas aparecem na democracia culturalmente colados um ato ao outro, com diferenciações qualitativas, pelo menos desde os gregos antigos, seja pela retórica sofística ou pela filosofia platônica.

O Bem (to agathon, para o antigo grego) é simplesmente outro nome, de feição clássica, para o equilíbrio econômico, político e ético da comunidade humana, portanto, para a preservação da vida e para a continuidade do grupo de acordo com os princípios de sua fundação. As formas canônicas desse equilíbrio se acham nos sistemas de conhecimento (ciências, artes, narrativas, filosofia) e

nas instituições (trabalho, parentesco, costumes, códigos, leis) que regulam ou orientam os destinos comunitários segundo as verdades consensualmente instituídas pelo grupo. (SODRÉ, 2014, p.15).

Comunicação se liga aí ao senso de Desenvolvimento. Um cria o outro estando um no outro. E ambos na unidade do sujeito, talvez no *de-lírio*, na expansividade. Emitir ou receber mensagens têm valor positivado para se reproduzir ou expandir o tripé do equilíbrio mencionado por Sodré, para orientar ou regular destinos sociais ou individuais. Na vontade de instruir ou educar a si, a outro ou um ao outro, através do uso da palavra e da linguagem, que é também a maneira como se pensa e a partir daí como se narra, sente, codifica, cultiva identidade e comunidade, enfim, reproduz-se em cada um desses gestos, a imbricação da comunicação com o desenvolvimento, do simbólico com o real.

Os traços paranoicos, por consequência, sendo do campo da Comunicação participariam da imbricação com o fazer e com o Bem, talvez de modo subterrâneo nos sistemas de conhecimento e nas instituições. Aventamos a hipótese de que os traços paranoicos, entendidos como parte da liberdade necessária ao exercício da cidadania, mas também da errância em busca de conhecimento, tenham algum reminescente histórico como matéria-prima ou genética, que lhes torne possível hoje afirmar sua capacidade de agente participe das práticas de conhecimento e construção da realidade. Seria importante construir um nexos que passasse pela questão do divino, dada a sua importância para o imaginário ora como criador, ora como garantidor da ordem harmônica e do Bem. Isso evidentemente deveria ser especificado territorialmente, com destaque para o nosso ocidente. Essa seria uma outra tese, com a qual não vamos nos aventurar a errar. Não realizamos essa arqueologia que é a do cidadão, nem a minuciosa análise das práticas de disciplina necessárias para tornar laica toda a prática herdada de governar a si e aos outros com base na Palavra, nos testamentos bíblicos e na ideia fé de um povo de Deus. Suspeitamos que a burocratização da vida ou do governo da vida tenha feito e faça ainda parte desta tarefa (FOUNTAIN, 2001) de *des-envolvimento* com o divino para envolvimento com o humano desencantado. Esse movimento hipotético teria criado, mais uma vez interpretando com base nos temas de Santos (2010), a substituição de um futuro, encurtado, por outro. Em que o presente se expandiu por tornar necessária a formação e comunicação de novos consensos sobre o bem prático e cotidiano. O mundo burocrático, de ascensão material depende da empresa e do escritório da ilustração humana, ao contrário do mundo divino, onde se convivia bem com o mistério e o revelado para a ascensão prometida.

### **Errância autobiográfica**

Algo aconteceu nessa passagem, desconhecemos, mas mantemos a capacidade de suspeitar por termos vivido em primeira mão, no tempo destinado ao doutoramento, o raptó ao mistério da loucura junto ao compromisso da ilustração. Um choque entre mundos. Não que a loucura seja uma viagem ao tempo passado, mas justamente, revela, vividamente, ser um presente em necessidade de expansão do contemporâneo para que nele também ela lhe caiba. E desse lugar de fluxo do sujeito-objeto, que não dá testemunho nem do mistério nem do revelado, apenas se representifica no tempo da dogmatização acadêmica; na cidadania com traços paranoicos. Sem poder demonstrar, imaginamos que a expansão do contemporâneo à loucura comece por comunicar nexos intracomunicados, ainda que superficiais, entre o mundo de mistério e o mundo burocrático, na esperança de que microfisicamente na comunicação vá também algum feito. É um Ainda-Não, no caso, Ainda-Não saber.

Propomos duas qualidades para a vinculação da comunicação ao desenvolvimento. A do desenvolvimento de um tempo linear, baseado nas duas racionalidades descritas anteriormente por Santos (2010), que ampliam o futuro em progressão e reduzem o presente, especialmente o contemporâneo, já que poucos estão em condições de participarem do avanço. A outra qualidade é a de *des-envolvimento*, que implica uma fusão prévia, um envolvimento anterior, em que tudo mutuamente se co-implica, sendo cada qual parte igualmente do erro e acerto, da virtude ou do vício em questão, com distintas responsabilidades. Vivemos e falamos do tempo em que a lógica do desenvolvimento se sobrepõe ao *des-envolvimento*. O primeiro tem operação no nível técnico e midiático, é administrativo, burocratizante; o segundo pressupõe o comunicacional político encarnado, sujeito a sujeito interativo, na conjuntividade do espaço. Talvez o envolvimento que se observa hoje, predominantemente, seja caracterizado como virtualizado. O mero compartilhamento de uma informação, sem a necessidade de presença humana simultânea no tempo e no espaço, sendo cada vez mais reduzido para um ou dois gestos de toque de tela no aparelho celular, vivido como o suficiente; e daí a virtualidade do envolvimento, do sentimento de contribuir para o avanço cidadão. Bastaria parar ali, no mínimo gesto comunicativo para se atingir a convicção da realização. E assim o fazem sujeitos errantes, como nós, e instituições financeiras, chefes de estados, etc.

O desenvolvimento em sua versão técnica informacional constrói infinitas micro narrativas no tempo, para superação de crises, superação de passados ou alcance de futuro. Para além das disciplinas que o substanciam em conhecimento e práticas, há uma ampla esfera de contato passíveis do olhar subjetivo que lhe denomine os interesses, a partir não das especialidades e da participação no universo dos especialistas, mas sim dos leigos. Quanto menor a comunicação entre um universo e outro maiores as chance de reforço dos traços paranoicos. Expande-se o campo do conflito de interesses. Na lógica do enredo das vidas, há quem perde e ganha, e toda uma trama simbólica de bem e mal, este sempre distante, desconhecido, desviante. O acusado é o Outro denominado, que sem ser visto das especificidades técnicas e políticas, também se vê vítima de um acusador ou perseguidor, repete os traços paranoicos que reduzem as condições de se reconhecerem mutuamente como em igualdade no todo errante, dos envolvimento e des-envolvimento mais humanos. A diferenciação dos sujeitos na trama simbólica limita a posição para o diálogo sobre a realidade. Reduz-se assim, socialmente, a disposição para se usar a via do poder da comunicação: a disposição social de “construir significado na mente humana através de processos de comunicação aplicados em redes multimídias, globais e locais, de comunicação de massa, inclusive a comunicação de massa intrapessoal” Castells (2014, p.416).

A condição de se construir esse enredo começa, individualmente e socialmente, com a crença de que estão asseguradas a racionalidade dos cidadãos, por um lado, e excluído por completo o mistério total, por outro lado. O efeito é a subjetiva falta de hábito em conviver confortavelmente a dúvida com o incerto e o não saber. Em um ambiente de baixíssimos custos de transação, ou seja, em que é muito pouco custosa a troca em função dos avanços globais de comunicações — acaba por se democratizar um mercado no qual se incentiva o consumo de convicções, via narrativas, simulações de verdades. E que são produzidas nem sempre como mentiras, pois na origem há duas possibilidades: ou se acredita nelas ou na eficácia das consequências que venham a ter — senão desde a produção, ao menos da distribuição ao consumo, criam-se vítimas reais ou virtuais, à direita ou à esquerda do espectro político, assim como diferentes modos sofisticados de salvar o futuro de desastres possíveis, numa fértil imaginação em rede para ajustes de conduta. Esta cidadania hipermoderna, ao contrário da moderna não precisa de sistema de pensamento metódico, salvaguardado por autoridades simbólicas, para produzir verdade, conhecimento fundamentado que regule a prática, basta uma rede

social estruturada, por onde circulam mensagens de fortalecimento de um delírio socialmente autorizado e globalmente incentivado, por uma noção de responsabilidade cidadã que cria saber ou sistemas de convicção com base na vítima e no ajuste de conduta.

Na paranoia, uma significação se cristaliza: a pessoa sabe o que está errado no mundo. Há uma trama contra ela, ou ela tem uma missão a cumprir, uma mensagem a disseminar. (...) A paranoia reside menos na ideia em si do que na certeza e na rigidez com que ela é sustentada e divulgada, e no lugar que ela ocupa na vida da pessoa. (...)

Paranoia, neste caso, não significa paranoide, e é comum as duas coisas serem confundidas. Qualquer um pode ser paranoide, e certas situações são capazes de induzir ideias paranoicas em todos nós. Mas isso é muito diferente da paranoia como tal, na qual a pessoa constrói algo, erige um sistema de ideias como resposta a sua vivência de desmoronamento. A paranoia envolve a criação de um saber, de um sistema de crenças centrado numa falha ou num perseguidor, com um alto nível de poder explicativo e que vai além da simples suposição de que se está sendo perseguido ou denegrido pelos outros. Há também muitos casos de paranoia em que a ênfase não recai num perseguidor, mas num problema mundial que tem que ser resolvido. (LEADER, 2013, p. 91)

Este pesquisador errante aponta para o sujeito-cidadão que também é; isto é, o sujeito-cidadão ora de traços paranoicos ora paranoide normatizado pela democracia e a modernidade. No título deste capítulo estão os indícios desse apontamento para si como tal; Tese e Ação revela a crença de se fazer não apenas tese mas também ação para mudança social, da qual é difícil se isentar especialmente porque se tem compromisso com a construção de conhecimento, sempre visto aqui como um duplo: não só de si, mas em meio. De forma simplista, o cidadão hipermoderno é resultado das condições simbólicas e burocráticas construídas historicamente para lhe dar liberdade, mas também para lhe ter sob controle sem a necessidade da institucionalidade do olhar clínico, lhe foi assegurado um lugar político, incentivos à organização, ferramentas para comunicação, informação, direitos.

A separação entre os traços do paranoico e do cidadão não parecem, portanto, ter justificativa tão bem definida como quando se separa mentira e verdade, erro e acerto, desarrazoamento e racionalidade. Ambos constroem saber, convicções, senso comum, realidade, mudança social. Exercem o direito ao desenvolvimento. Não se anulam ou igualam-se, mas mesclam-se os traços de um no outro. A cristalização da significação que define o paranoico é na verdade o que se pede, em alguma medida, em nome do ideal participativo do cidadão. E essa diferença de gradação se faz no *espaço relacional*, o *locus* da interpretação, das condições mais particulares de entrelaçar os motivos para agir e de realizar as ações elas mesmas. Ações que até uma vítima da modernidade tem uma



massa de meios para fazer: comunicar sua condição de vítima ou salvador, de ser perseguido pelo desenvolvimento ou da falta dele, usar o voto ou a liberdade de expressão para aprovar ou rejeitar a sociedade que lhe autorize e reconheça o poder de fazer queixas às autoridades, desde incriminar seus pais quando criança até seu presidente quando adulto (LEADER, 2013, pp. 94-95). E sendo isso uma característica paradigmática que permeia a todas as transações sociais e não apenas o último recurso do cidadão (LEADER, 2013, pp. 94-95) ou da democracia, mas sendo ela mesma por inteiro essa participação de direito queixoso, ajustador infinito das condutas.

O que a antiga psiquiatria considerava como traços definidores da paranoia – a inocência e o sentimento de injustiça do sujeito – tornou-se agora o que caracteriza o indivíduo moderno. É claro que isso não significa negar que às vezes as pessoas são perseguidas e maltratadas por agentes externos. No entanto, o importante é sua maneira de interpretar isso, sua maneira de processá-lo, de lhe dar sentido. O sentimento intenso de certo e errado é sinal, muitas vezes, de uma psicose subjacente. Quanto mais rígida e inelástica é a atribuição de culpa ao mundo externo, maior a probabilidade de um diagnóstico de paranoia. (LEADER, 2013, p. 95)

Embora alguns paranoicos pareçam resignados ou calmos, outros se mantêm ativos e não raro são agentes de importantes mudanças sociais. Os neuróticos não lutam por muitas coisas, e vivem mais com a fantasia de que outra pessoa resolverá os problemas de sua vida por eles. Evitam o risco, enquanto os paranoicos dedicam sua energia às causas em que confiam, e a eles devemos as melhores e as piores transformações de nossa sociedade. Como sua missão é transmitir uma verdade e denunciar alguma forma de injustiça ou maldade, é bem possível que eles façam muitas coisas boas, e, como observamos antes, um delírio paranoico é perfeitamente compatível com uma verdade. (LEADER, 2013, p. 95)

É por isso que acreditamos que para o campo do pesquisador errante é preciso fundar a ação de pesquisa em uma noção de *parrhesía* sobre a própria paranoia. A coragem de falar francamente o particular do investigador, e retornar o autor ao texto. O referencial foi situado no autoconhecimento. Como Santos (2018), acreditamos que todo conhecimento é autoconhecimento. É ele que nos fez chegar a considerar que, assim como para a psicanálise freudiana, a loucura não é o problema, mas a tentativa de se construir o sentido diante de uma falta de sentido (LEADER, 2013), o mesmo seja verdade para o arranjo modernizante de progresso. Isto é, que se utiliza de traços paranoicos, do seu corpo social, assimilado ao longo dos anos, com rupturas que passam da medicina para a subsequente e crescente ecologia de saberes, para mover a sociedade entre *envolvimentos* e *des-envolvimentos*, distribuindo direitos, papéis, oferecendo estímulos, tecnologias, condições simbólicas, enfim, reinventando a tradução comunicacional entre o misterioso e o conhecido humano, entre a certeza da errância e o seu esquecimento. A *Tese & Ação* é representificar a operacionalidade fundamental da errância no movimento humano.

Seguindo o entendimento de que a paranoia às vezes é compatível com uma verdade, e na esperança de que este também seja o caso da nossa, insistimos em não abrir mão de ter os bancos de desenvolvimento como referência inicial, não guia narrativo, mas de pré-estruturação do sujeito desta narrativa. Já o definitivo elemento estruturante da narrativa não são os bancos, mas o pesquisador errante e suas errâncias. Os bancos são menos objetos de investigação e mais vetores de empuxo, de movimentação, a se conhecer como cidadão errante e a se praticar sobre eles a *social accountability*, como se fossemos vítimas de um segredo, agindo em missão ecológica de cuidado das transformações do meio e, conseqüentemente, de si.

Seja ou não correto o conteúdo de uma ideia delirante, o que importa é a relação da pessoa com ele. Na paranoia, ele é comumente tratado como uma mensagem que tem de ser transmitida, e essa paixão pela verdade pode ser acompanhada de uma rejeição àquilo que é falso, inautêntico ou socialmente convencional. Isso pode assumir a forma de um desprezo pela tecnologia moderna, pela assistência médica ou por hábitos dietéticos comuns, e pode ligar-se a um projeto de retorno à natureza, como se a natureza em si fosse uma forma de “verdade” não adulterada. (LEADER, 2013, p.p. 96-97)

O fato de, hoje em dia, todas as pessoas do planeta serem incentivadas a fazer o melhor possível para salvar o mundo é útil nesse aspecto. O reformador ou salvador do mundo pode agora coexistir com outras pessoas sem despertar muita atenção. Somos todos solicitados a salvar o planeta, de pequeninas maneiras. (LEADER, 2013, pp. 96-97)

Na nossa loucura particular, abrir a participação social dos bancos também aos sujeitos-cidadãos errantes como nós, com seus projetos e entendimentos de desenvolvimento, é o nexos entre os momentos global e local do percurso de errância. A coesão entre as investigações não é convencional. É meramente esta vontade paranoica de participação cidadã no desenvolvimento estrutural e de longo prazo. Parte em direção a expandir as capacidades de convivência com uma experiência singular da loucura do cidadão, aquele que, para o exercício da sua cidadania, está longe de retratar uma nação com informações sobre a realidade oficial, por métodos científicos convencionais, mas que não o deixa de fazer por meios próprios, participa com realidade e verdade, ainda que longe desse campo burocratizante do conhecimento. O conector aqui é a paranoia contribuindo para a convivência e a ecologia de saber. Não a geral, mas a particular.

No paradigma emergente, o caráter autobiográfico e autorreferenciável da ciência é plenamente assumido. A ciência moderna legou-nos um conhecimento funcional do mundo que alargou extraordinariamente as nossas perspectivas de sobrevivência. Hoje não se trata tanto de sobreviver como de saber viver. Para isso é necessária outra forma de conhecimento, um conhecimento compreensivo e íntimo que não nos separe e antes nos una pessoalmente ao que estudamos. (SANTOS, 2018, p. 92)

Ela nos ajuda a pensar comunicação ao desenvolvimento com as noções da saúde mental que a própria, a nossa, nos fez melhor entender para agir sobre a mesma. Por detrás dessa saúde mental está uma natureza mas também o resultado de normatização social da loucura, o que é nela, cultura.

A ciência moderna consagrou o homem enquanto sujeito epistêmico, mas expulsou-o, tal como a Deus, enquanto sujeito empírico. Um conhecimento objetivo, factual e rigoroso não tolerava a interferência dos valores humanos ou religiosos. Foi nesta base que se construiu a distinção dicotômica sujeito/objeto. No entanto, a distinção sujeito/objeto nunca foi tão pacífica nas ciências sociais (...) Afinal, os objetos de estudo eram homens e mulheres como aqueles que os estudavam. (SANTOS, 2018, p.86)

Parafrazeando Clausewitz, podemos afirmar hoje que o objeto é a continuação do sujeito por outros meios. Por isso, todo conhecimento científico é autoconhecimento. A ciência não descobre, cria, e o ato criativo protagonizado por cada cientista e pela comunidade científica no seu conjunto tem de se conhecer intimamente antes que conheça o que com ele se conhece do real. (...) A ciência é, assim, autobiográfica. (SANTOS, 2018, p.89)

Comunicação ao Desenvolvimento ganha, assim, uma base em uma experiência particular de um modo específico de investigar: o errante em constante *des-envolvimento* e *envolvimento* consigo mesmo, usando os traços da paranoia cidadã para fazer zonas de contato, sejam com vizinhos, movimentos sociais ou bancos de desenvolvimento neste percurso, entre o global o local. O quanto são canais para *envolvimento* de realidades? Canais de construção de uma ecologia de saberes e convivência? O quanto esses canais permitem este pesquisador errante, em alguma medida numa busca orientada por traços paranoicos normatizados pela democracia, por interação e participação, intervenção no desenvolvimento global e local, enfim, a cidadania, a construir uma verdade relacional com este errante, mas de forma que *des-envolva-o* dos traços de delírio paranoico individual, envolvendo-o com a realidade das burocracias institucionais, esta por sua vez, como uma extensão do nosso sujeito que a observa, não necessariamente menos alienada da ecologia de saberes do que nós. O quão vítimas ou excluídos do desenvolvimento os bancos permitem seus cidadãos se sentirem na comunicação? E de qual realidade de desenvolvimento estão alienados? Participam dessa dimensão cognitiva da cidadania? Como vimos no caso local, na cidade de Niterói, nem sempre os bancos agem de modo isolado em sua comunicação, mas dependem fortemente de seus clientes, como é o caso do Município de Niterói. Por isso o município também foi incorporado como ambiente da errância.

Usamos um conceito mais amplo do que o habitual para o termo C4D, que aqui engloba o autoconhecimento criado no percurso de observação. A instituição de

desenvolvimento. A prefeitura. O movimento social. Os vizinhos midiaticizados. Todos são zonas de contato para *envolvimento* de observadores errantes. Para reorganizar traços paranoicos da vida democrática. Assim participante, *envolvido*, colocando-se a si mesmo com as insuficiências cognitivas de si e do meio, essas como parte da crise de que participam. Um dos desafios das pesquisas de C4D é a carência de estudos agregadores, têm excesso de estudos voltados às necessidades programáticas específicas para áreas temáticas, inclusive na saúde. A inter ou intradisciplinaridade do errante tenta romper com a especialização através do percurso do que nos fez ou não sentido. Seguindo a noção de que a criação de conhecimentos geralmente é acompanhada da criação de desconhecimentos. “Se faz do cientista um ignorante especializado, faz do cidadão comum um ignorante generalizado.” (SANTOS, 2018, p.95).

### 6.1 Operacionalização na vida micro-particular do pesquisador errante.

Este subcapítulo não é um manual para vir a se tornar um pesquisador errante. Mas é a referência para se compreender um errante particular, como explicado anteriormente. A “ciência-cidadania” errante dificilmente terá universais, unidade aplicável, está aí de alguma forma desconhecida em cada um. Irá se diferenciar nos modos de investigar; em número igual ou superior a de cada indivíduo, com a especificidade da micro história, filosofia e espirituosidade da vida de cada um. O que se pretende fazer aqui é abrir, na forma da narrativa e na melhor das nossas competências, o modo como se deu a nossa pesquisa errante para a experiência da escrita de doutoramento. Como levamos o senso incomum da loucura particular, da vida ao texto, das estratégias de pertencimento, legitimação e costura entre diferentes objetos com o nosso sujeito. É um senso comum o que se busca operacionalizar aqui, uma costura vinculante entre os objetos ou sujeitos da pesquisa e o sujeito errante.

O senso comum faz coincidir causa e intenção; subjaz-lhe uma visão do mundo assente na ação e no princípio da criatividade e da responsabilidade individuais. O senso comum é prático e pragmático; reproduz-se colado às trajetórias e às experiências de vida de um dado grupo social e nessa correspondência se afirma fiável e securizante. O senso comum é transparente e evidente; desconfia da opacidade dos objetivos tecnológicos e do esoterismo do conhecimento em nome do princípio da igualdade do acesso ao discurso, à competência cognitiva e à competência linguística. O senso comum é superficial porque desdenha das estruturas que estão para além da consciência, mas, por isso mesmo, é exímio em captar a profundidade horizontal das relações conscientes entre pessoas e entre pessoas e coisas. O senso comum é indisciplinar e imetódico; (...) Por último, o senso comum é retórico e metafórico; não ensina, persuade. (SANTOS, 2018, p.p. 96-97)

Deixado a si mesmo, o senso comum é conservador e pode legitimar prepotências, mas interpenetrado pelo conhecimento científico pode estar na

origem de uma nova racionalidade. Uma racionalidade feita de racionalidades. (SANTOS, 2018, p. 97)

O Percurso de Errância, que se subdivide em basicamente cinco pontos — Empírico BRICS, Empírico Praga, Empírico Brasil, Empírico Niterói, Empírico vizinhanças<sup>95</sup> —, para cada um desses cinco pontos existe uma organização específica do pensamento teórico no micro campo de história Filosófico Antropológica. Tem portanto no início cronológico uma noção mais intuitivo e ao fim, mais próxima à escrita, uma referência que já não é tão intuitiva, mais ensaiada.

Essa operacionalização não deve ser confundida como algo que se deu de modo projetado a priori. Ela foi, após realizada a experiência na sua espontaneidade, observada e compreendida, aprimorada e segue sendo assim. Se é verdade que todo conhecimento é autoconhecimento, será verdade também que todo desconhecimento é autodesconhecimento (SANTOS, 2018, p.99). Desconhecia-se antes deste momento a narrativa do que foi vivido. Agora, no momento da sistematização para a escrita da tese é que se constrói uma consciência de acabamento do que se fez, o que não se narra e excluí desta reflexão. Também não é uma consciência de verdade totalizante dos processos vividos, mas é uma consciência com ambição de ter autonomia de discurso, isto é, cria condições de verdade para a narrativa. Que, de alguma forma, sempre esteve lá, em todo os cincos pontos, algum princípio intuitivo da tese.

A transparência da tese não existia para nós no tempo dos percursos de errância nos ambientes empíricos BRICS, no empírico Brasil-Niterói e no empírico das redes de vizinhanças. Na fase da escrita ela pode ser melhor observada e entendida, pode ser construída como uma espécie de narrativa ou versão das coincidências que se dão à observação e análise. As três categorias de espaço Fazer micro história, inicialmente, com microinscrições mentais, o *espaço relacional*, que, conjugado com o *espaço absoluto e relativo* ao tempo dos quatro anos de doutoramento, para então fazer micro inscrições locais. O quadro a seguir é uma tentativa de, como diria Descartes (apud SANTOS, 2018, p. 91), tentar mostrar os caminhos que seguimos:

“Gostaria de mostrar, neste Discurso, que caminhos segui; e de nele representar a minha vida como num quadro, para que cada qual a possa julgar, e para que, sabedor das opiniões que sobre ele foram expendidas, um novo meio de me

---

<sup>95</sup> Correspondem às sub seções: Relativo-Racional Oxford, Praga, Brasil e Zagreb no capítulo Percurso de Errância.

instruir se venha juntar àqueles de que costume servir-me” (Descartes apud SANTOS, 2018, p. 91)

Tabela 4: Caminhos ao longo dos anos

	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4
Espaço Tempo absolutos	Espaço dos congressos: Rio de Janeiro, Campinas, Juiz de Fora, Oxford	Praga, Matera, Bari, Brindisi, Hospital Psiquiátrico, Rio de Janeiro, Niterói	Brasil, Rio de Janeiro, Niterói, vizinhanças	Brasil, Rio de Janeiro, Niterói, vizinhanças
Espaço Tempo Relativo	Espaço de observação do desenvolvimento institucionalizado pelos Bancos de desenvolvimento nas Américas e BRICS.		Espaço do desenvolvimento pessoal para a conclusão do doutorado.	Espaço do <i>desenvolvimento</i> e fechamento da tese escrita.
Espaço Tempo relacional	Carga lógica e afetiva pessoal anterior ao autor da tese: IBASE, ONU, Mestrado. Além da condição de ser filho, amigo, namorado, etc	Aprendizagem integral com territórios de errância, caóticos, de mistério para o eu, indivíduo. Espaço de medicalização, internação e estigmatização.	Comunidade de aprendizagem integral para mudança social nas vizinhanças territoriais.	Tempos posterior ao doutorado. Aplicação da tese em projetos de vizinhança.

Para operacionalizar a narrativa, usamos como referência sintetizadoras dois artigos principais, que não foram publicados. Um produzido para apresentação na Universidade de Oxford, no primeiro ano do doutorado. E o outro para apresentar na Universidade de Zagreb. Existe uma diferença entre a errância *relativa-relacional* a Oxford, na fase inicial, e a *relativa-relacional* a Praga-Zagreb. Quando vivendo a errância

sintetizada para Oxford não se tinha clareza por exemplo de que se buscava mudar uma determinada realidade. O que se pensava era que a tese se resumiria ao conteúdo dos bancos de desenvolvimento dos BRICS. Mas graças ao efeito errante de Oxford sobre o pesquisador, notou-se a baixa responsividade dos funcionários dos bancos com um pesquisador. Só no processo é que se apercebe a necessidade de ajustar o pesquisador também em cidadão. Estava ali o preliminar da noção de errar não necessariamente sobre um espaço absoluto, como às sedes dos cinco bancos pesquisados, mas ainda assim ser afetado por essa errância à distância, sem absoluto presente, mas com *relativo-relacional* sobre o pesquisador. Fazendo despertar a noção da errância e do cidadão para democratizar o acesso a informações. Não se imaginava que haveria um percurso à frente. Esse momento de descoberta do percurso e que era um percurso errante veio só em seguida. Ao se ver após o conjunto das movimentações é que se pode dizer “talvez seja disso que se trata”: um errante pesquisador cidadão.

Observando deste ângulo, a posteriori, a pesquisa sobre os BD BRICS permite interpretar uma operacionalização na micro realidade dos bancos com a pesquisa. Em relação ao BNDES, era uma estratégia *boomerang* (KECK; SIKKINK; 1998 apud SISTON, 2018) de ir buscar internacionalmente as condições que faltavam para coletar informações localmente. Por outro lado, para obter as informações dos bancos internacionais, buscamos conseguir o apoio das embaixadas, para notificar as pessoas de que existe um processo de pesquisa, e testar a reação a essa demanda externa, como se na medida em que o pesquisador age pressiona pela abertura institucional, criasse uma micro realidade, onde informar aos outros de um processo investigativo cidadão e externo já fosse um ato. E como se repetia tal ação com cinco bancos, a micro criação de realidade cidadã ganha força, pois um sabendo que outros estão sendo pesquisados, que podem ou não ser responsivos, criando um competição simbólica ao atendimento democrático.

O outro elemento sintetizador de errância *relativo-relacional* é Praga-Zagreb. Em Praga começa a encarnar propriamente a experiência da loucura. Só no terceiro e quarto ano racionalizado operacionalizado como pesquisador errante. Em Zagreb se apresentaria o artigo síntese da passagem de um ao outro, não fosse a necessidade de suspender a viagem por cautela relativa a este mesmo processo. O contexto desse artigo é o processo de *des-envolvimento* de si, no caso, o distanciamento da alienação, a de sentido mais próximo da loucura. O nosso trabalho de campo como pesquisador errante nas nossas vizinhanças, na cidade de Niterói, é na verdade consequência de uma recomendação

médica de cuidado, do Hospital Geral Universitário de Praga, da Clínica Psiquiátrica, para se tratar de surto psicótico do humor após internado por dezesseis dias. Resgatado pelos mais próximos, os familiares brasileiros, para vir tratar-se no Brasil, na proximidade da língua materna, entre amigos: esta era a recomendação a ser seguida, única saída ao hospício, tratamento alternativo a estar internado em uma das referências da psiquiatria no leste europeu. Territorializar-se. Cuidar-se com os mais próximos na terra natal. Foi assim que o errante aqui autor começou a inaugurar um micro campo, especialmente para si, na designação de Bourdieu, para pesquisa ação particular de cuidado de si em meio comum, tendo o traço antimanicomial como guia de regeneração de uma teoria de mudança social, por diversidade cooperativa, com entrelaçamentos particular e público-comunitário, local e global.

O cenário geográfico e simbólico de partida foi às margens dos Caminhos de Darwin, onde o pesquisador inglês trilhou em observação das espécimes a Mata Atlântica. A partir deste *espaço absoluto* começamos a racionalizar o campo da errância. Não sozinho. Mas em interação com uma rede de aprendizagem integral no bairro do Engenho do Mato. Tendo como paisagem Serra patrimônio da Humanidade protegida pela UNESCO, lagoas altamente simbólicas, entre as primeiras a terem Estudos de Impacto Ambiental para, na década de 1970, dar vazão à ocupação territorial desenvolvimentista dos governos militares. O bairro só foi fazer este sentido histórico, para além do nosso particular, quando decidimos tomar a coragem de nos expor à convivência pública local novamente. A se *des-envolver* da estigmatização auto infligida. A se colocar para observação do autor errante em comum. E readaptar a visão para a diversidade local, a riqueza de agentes do território, a cidadania e a pesquisa como formas de terapias ocupacionais.

Assim, uma sopinha de letras começa a aparecer em forma de nomes, siglas de associações de moradores, ocupação cultural, movimentos sociais, etc. Mas tudo começa por princípio, do mais próximo. A primeira territorialização ocorre na associação local de moradia, Vila do Mato, quatro ruas, espécie inacabada ou improvisada de condomínio.



Este é o território de partida, sob a influência do grupo em rede de cerca de cem moradores no *whatsapp*. O que nos despertou o interesse de acessar e participar foi a recomendação de um amigo, que nos via na prostração depressiva com a incerteza de fazer ou não o doutorado após a internação. Optamos pela co-evolução com esses meios, vizinhos mediatizados. Os quais analiso sob a influência da errância relativa-relacional à Zagreb.

A participação no primeiro grupo de vizinhança levou ao conhecimento de mais de dez grupos de cidadania popular interessados no desenvolvimento da região oceânica de Niterói. Os grupos representam uma ecologia de saberes situados no lugar, cada um com uma maneira de constituir rede, de interagir com o poder público e com preocupações diversas sobre esse mesmo local. A forma de participarmos como pesquisador mas também agir com relevância cidadã nessas redes foi, inicialmente, produzindo vídeos que fossem simbólicos para fortalecer a posicionamento dos atores em suas causas. Mais de vinte vídeos foram produzidos<sup>96</sup>, a maioria em 2017.

Passamos no período seguinte, em 2018, a agir com protagonismo qualitativamente maior e sem a necessidade de repetir o mesmo volume de produção audiovisual. O método para, de um lado, ganhar a confiança e a participação no interior dos movimentos locais dos vizinhos mediatizados e, por outro lado, servir ao ambiente cultural local como assistência técnica extensionista da universidade, foi substituído por um relacionamento mais próximo e vinculante. Participamos não apenas com a tecnicidade dos aparatos, a habilidade para operá-los, mas também com recursos menos convencionais. Compartilhando por exemplo com a comunidade de maior confiança o escritório doméstico e criando comprometimento deste meio com o ambiente profissional do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura (PPGCOM). Sujeito e objeto, portanto, se confundem materialmente. O que antes nós chamávamos de atividade de extensão da nossa pesquisa, ganha agora o nome mais autoral de Tese & Ação de um Pesquisador Errante.

---

<sup>96</sup> Para acessar os registros audiovisuais da errância no período, acesse: SISTON, F. R. Movimento Informal: humanidades em prestação de serviços. Disponível dia 30/01/2019 em: < <https://movimentoinformal.wordpress.com/2018/01/02/retrospectiva-2017-engajamento-audiovisual/> >

Dessa forma, errante pesquisador cidadão entre sujeito e objeto, pudemos dar continuidade a diversas ações iniciadas no ano anterior da nossa pesquisa, vinculada ao Programa de Estudos Avançados (IDEA), prestando não apenas assistência técnica em comunicação a movimentos sociais, mas também sendo parte deles. O mais próximo desses coletivos é a Biblioteca Engenho do Mato (BEM), uma ocupação cultural em um prédio público (CIEP) abandonado em Niterói. Completamos ao longo da pesquisa um ano como membro da autogestão — o fórum de decisão máxima do coletivo. O grupo teve como resultado direto da nossa atividade como membro da autogestão pelo menos três resultados: 1) a mobilização de um grupo de trabalho em comunicação, saindo de duas pessoas para cerca de dez; 2) a produção de conteúdo para a celebração dos cinco anos da ocupação cultural e 3) a nossa vinculação para auxiliar a qualificação acadêmica dos membros da autogestão, auxiliando-os a concorrer em editais de mestrado ou na defesa de monografias, ao mesmo tempo em que aprendia sobre as questões de pesquisa que despertavam o interesse no local; tendo assim também a vinculação dos membros da autogestão ao processo da minha qualificação acadêmica.

O terceiro ponto está relacionado à criação de um vínculo entre o nosso eu, sujeito pesquisador, e o nosso percurso errante e suas errâncias: o chamado Escritório de Movimento Informal, que na terminologia desta comunidade é uma célula residencial da BEM. Uma BEM+. Em outras palavras, trata-se de compartilhar a minha estrutura física de escritório doméstico (home office) para os membros da autogestão criar laços, proximidade, atender necessidades de escritório não atendidas satisfatoriamente, mas principalmente servir aos membros da autogestão em suas atividades acadêmicas, incentivando a sua formação e qualificação. Na falta de recursos na ocupação da BEM, Internet por exemplo, o Laboratório de Movimento Informal foi e é um ambiente para trabalhar junto, laboratório que contribui para facilitar o diálogo e a compreensão mútua do grupo de cerca de vinte pessoas.

A maioria delas são professores da rede pública de ensino, psicólogos, advogados, universitários e produtores culturais. A maioria vizinhos ou de bairros vizinhos. Na nossa conceituação da palavra, pessoas que se aproximam mais da dimensão relativa-relacional do que da absoluta de espaço. Auxiliamos duas dessas pessoas na produção de seus projetos de mestrado, um deles tendo sido selecionado em terceiro lugar pelo curso de mestrado em Saúde Coletiva da Universidade Federal Fluminense. Assistimos também, informalmente, uma monografia de graduação em Geografia, que tratava da própria biblioteca. E, por outro lado, ambos me auxiliaram com os conceitos de percurso e

território. Atualmente mobilizamos a formação de um Centro de Estudos Avançados no Engenho do Mato. O nome faz parte do imaginário cultural local e é cantado em um rap como profecia, que viria após a BEM. Organizamos um Seminário Errante para conectar o Programa de Estudos Avançados e aproximar essa troca do PPGCOM com o local. Contribuímos ainda para desenvolver um instrumento de pesquisa de comunicação interna, o Palpita BEM, além de realizar grupos de estudos sobre autogestão e comunicação. Produzimos nota técnica interna à ocupação cultural, para orientar o relacionamento com o poder público municipal, em função de visita da secretaria de cultura, de maneira informada pela leitura crítica da lei que regulamenta o Sistema Municipal de Cultura de Niterói.

Além da BEM, participamos na formação da Rede de Pesquisadores pela Inclusão e Sustentabilidade, articulada pela Associação Niteroiense para o Deficiente Físico. Esse segundo coletivo, para o qual fomos convidados em função das relações de vizinhança do pesquisador errante no território, participou do edital da Petrobras para projetos Socioambientais. Produzimos uma nota técnica para orientar a filosofia de comunicação do projeto e a sua dimensão simbólica. Assessoramos também a organização não governamental Ponto Org, parceira dessa rede e responsável pela coordenação de comunicação, a construir o Plano de Comunicação. Essa articulação, que envolve vizinhos que transbordam — das proximidades de suas residências — a defesa do desenvolvimento sustentável e inclusivo — para as suas instituições de trabalho —, nos motivaram também a formalizar essa conjuntividade, *envolvimento*, em uma carta de declaração de intenções do PPGCOM UFRJ para, caso o projeto fosse aceito, recebesse este pesquisador em um projeto de pós-doutorado. Infelizmente o projeto de desenvolvimento local apresentado para a Petrobras não foi selecionado, mas segue sendo implementado pela força da mobilização local.

Por fim, assessoramos outro movimento social local de vizinhança, o Lagoa Para Sempre (LPS), em função das atividades que vinham em curso desde 2017 relativas ao Plano Diretor de Niterói e a Lagoa de Itaipu. Auxiliamos na redação de uma carta aberta do movimento em resposta às acusações do prefeito de Niterói de que os cenários pessimistas produzidos pelo LPS referente a edificações no entorno da lagoa se tratava de *fake news*. E por fim, assistimos pontualmente a redação de uma carta do movimento ao presidente do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), que financia o projeto Região Oceânica Sustentável, projeto da prefeitura de Niterói, destacando a vontade do coletivo em participar do plano de comunicação, do monitoramento da

execução do projeto financiado pelo banco, de forma a impedir a redução do Parque da Serra da Tiririca no processo de aprovação do Plano Diretor.

Esta carta é a micro adjacência; o ponto de interseção entre a errância de Oxford e a do Engenho do Mato. No preciso momento em que o tema dos bancos de desenvolvimento entra na agenda dos movimentos locais, em Niterói, onde quatro bancos financiam o desenvolvimento da cidade, podemos concluir que o percurso errante torna ao princípio após quase três anos de busca de nexo entre ser tese e ação. Esta coincidência não foi planejada, mas fruto da convivência. Da troca e da mútua disponibilidade entre agentes no local com o sujeito em pesquisa. Podemos dizer que a operacionalização seguiu pelo menos três vetores: 1) cuidado de si em meio 2) participação e envolvimento com grupos de defesa de território. 3) mudança em ambiente social-comunitário.

Às coincidências ao menos minimamente refletidas e planejadas a posteriori do evento, chamamos de coincidentação. Aproxima-se das técnicas de improvisação e está sim bem próxima da gambiarra dos sentidos, usando conexões pouco prováveis ou fundada em detalhes da mente encarnada, que se expande ao meio. A *coincidentação* é o que pareceu principiar os nossos delírios. Dão algum senso de realidade exatamente nos momentos da falta ou falha de sentido comumente oferecido pela lógica de adequação. Carece de poder comunicativo interpessoal, ainda que o faça ou simule. Mas tem poderoso poder comunicativo intrapessoal. Faz sentido radicalmente pessoal. Se estiver correta a teoria freudiana sobre a loucura não ser um problema mas parte da solução, são, as coincidências de sentido atribuído à posteriori, coincidentações, o recurso último na tentativa de dar sentido; fazer frente contra a falta de sentido. A falta de sentido percebida neste caso, da tese, é a do desenvolvimento apartado da vida comum, da cidadania, que inclui a comunicação.

Por exemplo, coincidiu de a escrita inicial deste exato parágrafo ser feita de um lugar que facilitava a nós, na função-autor, “parafrazeá-lo” da seguinte forma para tratar a coincidentação: “É uma espécie de intracomunicação em busca de eventos do *agora* ou da micro história particular que possam servir a retratar as informações necessárias ao conhecimento da realidade do autor errante a si mesmo, e a dar sequência narrativa ao senso que faz correto do exercício da sua cidadania no meio.” Isto é um exemplo de uso coincidentado, do tempo-lugar da escrita, porque o fizemos parafrazeando a missão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, escrita em um quadro no campo de visão

do autor errante<sup>97</sup> para preencher uma lacuna explicativa. É fazer uso do *espaço relacional* a favor da narrativa da experiência primeira e sua continuidade, não apenas no instante, mas também torná-la memória, como nas leituras errantes pela cidade. Se algo foge ao sentido que se queria dar, ajusta-se a significação de todo o meio para que faça um novo sentido de continuidade. Coincidência é para nós uma mistura de três ideias: 1) coincidência, que remete à percepção de semelhanças entre elementos dados ao acaso do percursos não planejado, 2) e incidências de sentido feita por si ou em co-incidência, em comum com outros; 3) por fim, uma vontade de sincronização, junção do acaso-intervenção, um uso não planejado de um evento para a finalidade da Tese & Ação.

Gerar registros como um diário de campo é importante justamente nesse sentido, para dar legitimidade às sutilezas que tenta sincronizar, mas também para possibilitar guardar não apenas as reações mais intuitivas à realidade, como os devaneios sobre o modo *des-envolvido* da realidade. Nesses registros, guardamos também nossos estados de humor, em função do diagnóstico da bipolaridade. Não é possível pensar sem nossos transtornos mentais. É preciso conversar com eles. E talvez, como também fiz em algumas ocasiões, criar acordos para compartilhar estes registros diários, além das idas a campo, com pelo menos três profissionais: psicólogo, psiquiatra e orientador.

A fase final de operacionalização é a de análise e redação. Na análise fizemos um encontro para debater com a própria comunidade os achados da tese. A redação prévia a esta versão de tese, próxima à versão final, foi lida por uma banca informal, pessoas do local e não institucionalizadas na universidade, selecionadas previamente à defesa oficial para orientar a redação final, mas também participar das *co-incidências* no texto. Foi feito em formato de Seminário Errante, no território e com as redes sociais locais interessadas na união descontraída do Programa de Estudos Avançados — IDEA — com o Centro de Estudos Avançados da BEM.

A redação final do texto, enfim, é um acolhimento contínuo do incompreensível ou misterioso de si e nosso, que lido e relido, gera ora vontade de distanciamento ora de trato, melhoria, para gentilmente fazer das faltas de sentido o que podemos, no limite de uma gambiarra sem pudor de achar suas técnicas, fazê-lo funcionar em algum sentido, nem sempre o próprio, nem sempre o mesmo.

---

<sup>97</sup> Agradecemos aos funcionários do IBGE pelo atendimento no espaço da biblioteca, as conversas e auxílios nas consultas especialmente relativas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. O quando a que nos referimos, presente nesta biblioteca, traz a missão do IBGE como: Retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania.



## 7. PERCURSO DE ERRÂNCIA

Vamos agora apresentar o percurso errante com seus resultados de observação empírica na busca por contar uma realidade de *envolvimentos* e *des-envolvimentos* do sujeito de pesquisa. E ao final, realizar o exame crítico desse exercício de autoconhecimento para ser senso comum. Ele começa *coincidentando* a agenda global de desenvolvimento ao nosso percurso. Em seguida, apresenta o efeito de pesquisa da errância *relativa-relacional* a Oxford. Após, uma breve análise de conjuntura sobre o tempo particular e nacional de retorno ao Brasil. Por fim, o efeito de pesquisa da errância *relativa-relacional* de Praga e Zagreb.

### 7.1 As Nações Unidas e a Agenda Pós-2015

A *coincidentação* inaugural é o ano de 2015. Ele marca um acaso de começos não sincronizados mas em algum lugar, micro histórico, aproximados. A nossa vida particular de doutoramento, e o das nações do planeta em momento singular da governança global, um micro e outro macro, antagônicos em proporções e qualidades, porém ambos afetados pela mesma ressonância temática: o desenvolvimento. O assunto no mundo em 2015. A agenda daquela atualidade.

Com 2015 já em vista, os Estados-membros da ONU demandaram consultas inclusivas durante os últimos anos para a formulação da nova agenda global para o desenvolvimento, que além do sistema ONU envolvam a sociedade civil, o setor privado, e instituições de pesquisa de todo o mundo. (AGENDA 2030)<sup>98</sup>

O mundo é também o *espaço absoluto-relativo-relacional* do errante, inclusive o nosso que pensa com a alienação de si. A agenda global-universal com a nossa micro local-particular coincidem em 2015: 1) o início da agenda deste doutoramento com 2) a agenda de implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS. É por essa coincidência não planejada, e mal percebida na época, que começamos a narrativa da errância a vincular o percurso, na falta de sentido fundamental, às sugestões do acaso, refletindo como se esse encontro *relacional* fizesse sentido, e que tal delírio refletido ajudasse a expandir o presente, a conviver a loucura com a sua contemporaneidade.

O contexto global do doutoramento coincide, assim, com os quatro primeiros anos seguintes ao anúncio da Agenda Pós-2015. A ressonância mantém o poder relacional conosco. E após um longo tempo de maturação: 2015 começa com pelo menos três

---

<sup>98</sup> AGENDA 2030, disponível dia 24/01/2019 em < <http://www.agenda2030.org.br/sobre/> >

décadas de história. O termo Desenvolvimento Sustentável aparece na década de 1980, ganha destaque na Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que em 1987 produz o Relatório Brundtland — Nosso Futuro Comum, na tradução em português —, documento fundador das noções e princípios que embasariam o termo influenciador das gerações seguintes (IBGE, 2015, p.10).

(...) desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforça o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações futuras (...) é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 46)

Na década seguinte, a mensagem global foi fortalecida, na criação de princípios do desenvolvimento sustentável, a Agenda 21, documento que contou com a aprovação de mais de 180 países em junho de 1992, no Rio de Janeiro. Mais tarde orientou os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. E vinte anos depois, em 2012, mais uma vez uma conferência global na mesma cidade, evento conhecido por Rio+20, que prepara o momento contemporâneo da mensagem.

Assim, em julho de 2012, o Secretário-Geral da ONU Ban Ki-moon anunciou a criação de um Painel de Alto Nível formado por 27 membros responsáveis por elaborar um quadro de análise para a posterior formulação da agenda pós-2015, que foi entregue em maio de 2013. O papel deste grupo foi refletir quais são os novos desafios que se apresentam para o desenvolvimento internacional, bem como analisar as experiências adquiridas ao longo destes 15 anos de implementação dos ODMs. (ALVES, 2015, p.7)

Os planos comuns à nível global da Agenda Pós-2015 têm 17 objetivos para implementação até 2030. Basicamente servem para “erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade” (PLATAFORMA AGENDA 2030). Esses objetivos organizam o entendimento e os desejos de mudança social primeiramente das nações que compactuaram as metas, servindo de estímulo aos seus cidadãos e instituições, setor privado, público e social, inclusive às instituições de financiamento do desenvolvimento, que estão mais ou menos comprometidas e cientes dessa mobilização global. O ano de 2015 tem, portanto, efeitos sobre não apenas o pesquisador errante, na coincidência cronológica de início das agendas — nos tempos relativos à tese —, mas também sobre o meio em que nos movemos, no presente; também em nossa micro história particular nesses meios. Isso talvez seja mais uma pista para organização do autoconhecimento.



Retomando a discursão do capítulo anterior, sobre as conjugações da loucura e da normalidade, podemos analisar essa *coincidência* da agenda global com a nossa agenda particular do pesquisador errante pelo viés da cidadania. Há na Agenda Pós-2015, não a primeira, mas a atualizada convocação do conjunto dos Estados modernos à sua própria responsabilização no médio e longo prazo ao decorrer da vida das gerações de seus cidadãos. É o que dissemos anteriormente com o auxílio de Boaventura de Souza Santos, o futuro da sociedade, de um lado, e o futuro dos indivíduos, do outro. A harmonização entre os tempos de um com o de outro, do encurtamento do futuro de um para a ampliação do presente do outro, passa pela mútua aceitação da comunicação. E neste caso uma comunicação orientada pela lista de compromissos políticos, os ODS, para a *accountability social*, que disciplina aqui os âmbitos de escrutínio público e cidadão. É um horizonte de importante referência para se saber o que fazer ou se cobrar como cidadão das autoridades locais. Regula também o que sentir a respeito do planeta nos próximos 15 anos, quais esperanças ter ou quais temores sentir, pois em última instância a Agenda Pós-2015 representa um projeto de salvação do globo, nas dimensões ética, social e natural, cientificamente e politicamente balizado.

Não é aqui o propósito e nem nossa competência, obviamente, a de clinicar Nações ou o planeta, mas apenas organizar as pistas a partir da nossa errância que inclui, além dele, a passagem pela própria loucura. Desta passagem, que pensa com a micro história-filosofia-espirituosidade particular, cabe dizer como este particular *relativo-relacional* se veste da normatização aí disponível, em História contemporânea dos Estados modernos, para disciplinar os nossos traços paranoicos, no particular, para nos narrar também como cidadão, o pesquisador errante, e participá-lo. A obstinada observação dos bancos de desenvolvimento neste percurso, global e local, nossos traços paranoicos nesse sentido, podem ser justificados ou normatizados pelos objetivos número 8 (trabalho Decente e Crescimento Econômico)<sup>99</sup>, 10 (Redução das Desigualdades)<sup>100</sup> e 17 (Fortalecer os meios

---

<sup>99</sup> Mais especificamente o objetivo 8.4 “Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o “Plano Decenal de Programas Sobre Produção e Consumo Sustentáveis”, com os países desenvolvidos assumindo a liderança.” E também o objetivo 8.5 “Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor.” O objetivo 8.9: “Até 2030, conceber e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais.”

<sup>100</sup> Mais especificamente o objetivo 10.5: “Melhorar a regulamentação e monitoramento dos mercados e instituições financeiras globais, e fortalecer a implementação de tais regulamentações.”

de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável)<sup>101</sup>. A participação na cidade de Niterói em movimentos sociais locais, pelos objetivos 4 (Educação de Qualidade)<sup>102</sup>, 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis)<sup>103</sup>, 14 (Vida na Água)<sup>104</sup> e 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes)<sup>105</sup>, entre outros. E dessa forma, talvez a loucura, que faz uso do acaso *coincidentado* em 2015, nos começos do universal ao particular, possa não ser tão desviante em seus traços paranoicos e tenha feito algum sentido também aqui neste começo narrativo de percurso. Ou esta normatização é apenas mais um esquecimento da errância essencial e, por isso, necessário esquecimento. Mas é com ela que vamos prosseguir às demais etapas.

## 7.2 Relativo-Relacional Oxford

### Os Bancos de Desenvolvimento dos BRICS

A etapa que iniciaremos em breve nesta seção foi o resultado de pesquisa realizada ainda no início da experiência do doutorado, entre o primeiro e o segundo ano. O estilo de escrita é, exatamente por isso, um pouco dissonante das demais. Tem a estética preservada assim por dois motivos. Primeiro para explicitar, como dado bruto a quem se interesse pela discussão da nossa tese filosófica, as alterações do sujeito na função-autor ao longo das demais etapas do percurso. Acredita-se que isso esteja visível no texto para além do que ele aponta diretamente — bancos de desenvolvimento — e que seja fonte de informação para se falar de um *envolvimento*. Vista em conjunto, essa etapa revela através

---

10.6 “Assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições econômicas e financeiras internacionais globais, a fim de garantir instituições mais eficazes, críveis, responsáveis e legítimas.”

<sup>101</sup> Mais especificamente o seguinte: 17.17 “Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas, privadas, e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias, dados, monitoramento e prestação de contas.”

<sup>102</sup> Mais especificamente o número 4.7: “Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.”

<sup>103</sup> Mais especificamente o 11.3: “Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e a capacidade para o planejamento e a gestão participativa, integrada e sustentável dos assentamentos humanos, em todos os países.” E também o 11.4 “Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo”.

<sup>104</sup> Em especial o número 14.1 “Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes.”

<sup>105</sup> Mais especificamente o de número 16.6 “Desenvolver instituições eficazes, responsáveis, e transparentes em todos os níveis.” E também os 16.7 “garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.” E 16.10 “Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.”

das variações em cada momento Relativo-Relacional, a afetação da *pré-escrita* sobre o sujeito. Por outro lado, o de ser vista como etapa em separado, esta seção permanece livre, o máximo que nos foi possível, do estilo auto-reflexivo; isso em função da vontade de proporcionar uma leitura objetiva e direta, como um simples relatório de pesquisa a quem se interessar exclusivamente pelo tema dos bancos em si, sem as interrupções de reflexão filosófica que a tese, ao fim da errância, nos deu a perceber como a destinação final do trabalho. Pode então ser lida em separado.

Antes de abstrair a auto reflexividade, cabe refletir na complexidade para a tese filosófica, sobre o período da escrita do Relativo-Relacional Oxford. É preciso realizar a operacionalização da Tese & Ação em cada etapa Relativo-Relacional. E isso começa com a questão sobre qual sentido podemos *coincidentalmente*? A *pré-escrita* desta etapa foi vivida cronologicamente no ano de definição da Agenda pós-2015, como vimos na seção anterior. Para *coincidentalmente* não precisamos que tenha havido a intencionalidade de correlacionar esses eventos no tempo preciso da vivência, no momento da experiência cronológica primeira. Como explicamos no capítulo da operacionalização, chamamos de *coincidência* as coincidências de sentido subjetivo atribuídos à posteriori. Ou seja, exatamente aqui e agora na escrita do percurso. Faz-se espécie de gambiarra de sentido, necessariamente frágil, imaterial, subjetivo, e que nos ocorreu por inspiração da experiência da loucura, que será abordada no Relativo-Relacional de Praga.

Basta, para a reflexão da complexidade da tese filosófica que queremos com esta seção, seguir com a seguinte e frágil *coincidência*: algo quer dizer a simultaneidade das agendas. A nossa particular, então no início de doutoramento, e a das Nações. Na época não atentávamos para a atualização dos acordos globais sobre o que será desenvolvimento em métricas estatísticas e expectativas para os próximos trinta anos. Nosso sujeito continuaria em busca da sua concepção para Desenvolvimento e Comunicação. Uma microfísica em comparação à global das Nações; pessoal. Coligada à filosofia da comunicação-desvelamento e o aqui e agora dos percursos da errância. Nessa escrita a Oxford<sup>106</sup>, não se tinha condições suficientes de sair da influência da paixão pré-tese<sup>107</sup>. Tratava-se de começar por ela então. Nesta primeira incursão, que se apoiou no estudo

---

<sup>106</sup> Resumo “*International media accountability upon BRICS’ development institutions*” aprovado para concorrer à publicação de artigo no *The International Journal of Press/Politics*. A íntegra do artigo apesar de não publicado foi apresentado em setembro de 2015 no *Reuters Institute for the Study of Journalism*, University of Oxford, UK.

<sup>107</sup> Ver seção Paixão Pré-tese nas Notas Metodológicas.

dos bancos e das notícias sobre eles, o mais próximo que se chegou do tema da Comunicação ao Desenvolvimento foi em considerar a qualidade da democracia e da transparência pública, da responsabilização dessas burocracias por órgãos de imprensa. E o principal: colocar a nós mesmo, do lugar de partida e destinação — Rio de Janeiro-Oxford —, como um conjunto matéria relativo e relacional aos bancos que dizia alguma coisa na interação com eles. O sujeito pesquisador e o seu lugar simbólico relativo importava como indicador do maior ou menor envolvimento atingido. O lugar de partida, éramos nós na Escola de Comunicação da UFRJ, em produção de conhecimento de comunicação sobre bancos de desenvolvimentos para outro território; destinando-se a seminário em Oxford.

Importava à estratégia de convencimento dos bancos a se comunicarem com este ator em curso. Fez-se uso do poder simbólico dos espaços e da experiência particular para mobilizar o interesse em atender o pesquisador. Aí estava o gérmen racional do que poderia ser entendido como pesquisador errante. Gérmen que, na nossa hipótese, se fundamentaria em função dos traços paranoicos de cidadania. Não no conceito geral de cidadania, mas na experiência particular e subjetiva dela por nós vivida. Reflete a paixão pré-tese descrita no capítulo zero. À tese, esta seção serve como sintetizador dos envolvimento da subjetividade com a pesquisa de finalidade cidadã, engajada com a mudança social dos bancos, mas mais profundamente, da Comunicação que participa do Desenvolvimento e, por fim com os modos de se pesquisar tudo isso.

Esse modo de pesquisar que se vincula a si, pesquisador, mas também uma noção de cidadania orientadora, como partes das condições que desvelarão resultados tem no trecho a seguir um retrato. Dado bruto para pensar a subjetividade. Relatório informativo dos achados sobre os bancos, que por sua vez deixa aparecer as limitações da zona de contato entre nós e os bancos de desenvolvimento: a comunicação, de modo geral e no sentido literal de atendimento ao pesquisador de Comunicação. Faltou no desenvolvimento representado pela institucionalidade dos cinco bancos abertura à comunicação. A *coincidência* dos traços paranoicos que permitiram apontar, pela experiência particular, a falha, tem liga não apenas subjetiva. Mas também com a Agenda Pós-2015, exatamente pela cidadania e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Em específico, os ODS 8, 10, 16 e 17, já detalhados na seção anterior.

Os bancos portanto não são os objetos de pesquisa, mas pontos de partida. O estudo deles aqui é mantido, por fim, porque se quer, ainda que pesquisador errante, não

apenas prestar contas satisfatoriamente do inicialmente prometido à UFRJ e às agências de fomento, mas ver e dar a ver o movimento que queremos fundamentar com a tese, de um campo da função-autor: o Pesquisador Errante. Vamos então, iniciar a apresentação desses instigadores dos traços paranoicos, nossos, e do senso de cidadania mais subjetivo. A micro história particular, a do tempo dos sujeitos, foi envolvida por uma história dos tempos maiores que o nosso, que localizamos como tendo o possível início na França do século XIX.

#### I- Banco encurtador dos tempos ordinários – do século XIX ao XXI

Ao observar instituições do cálculo eficiente em tempos de paz, identificamos em meados do século XIX, mais precisamente na França de Napoleão III, a formação de uma instituição precursora das burocracias contemporâneas nomeadas como bancos de desenvolvimento, voltados para a modernização e o financiamento industrial de longo prazo. A França vivia um momento de crise econômica e política, entre 1845 e 1851, com péssimas colheitas e uma crise internacional de superprodução industrial. A incapacidade de gerenciar a crise criou as condições para o Governo Provisório de 1848. Dois anos depois, a França viveria um golpe de estado organizado pelo seu próprio presidente (Luis-Napoleão Bonaparte) para controlar os protestos por justiça social. O regime bonapartista, como afirma Price (2004), foi caracterizado pela repressão e por esforços para aumentar a prosperidade nacional através da modernização econômica.

O novo cenário político-econômico permitiu a criação do *Crédit Mobilier*<sup>108</sup>, um banco de investimento que propiciou um modelo de multiplicação da infraestrutura, da indústria e da mentalidade empreendedora no continente europeu e além. A identidade da instituição de investimento capitalista no seu início respondia, na ideologia nascente, a um objetivo de transformação global: ocupar o tempo humano com atividades produtivas e o estilo de vida burguês, livre e empreendedor. Frente a competição com uma elite aristocrática financeirizada, aliou-se à lógica do Estado-Nação em suas ambições de conquista de interesses internacionais, fomentando uma articulação política e econômica.

O *Credit Mobilier* propiciou a aquisição de experiência em financiamento de longo prazo e a expertise começou a ser disseminada em outros bancos da Europa

---

<sup>108108</sup> Para maiores informações sobre o contexto de criação do *Crédit Mobilier*, ver: AGHION, Beatriz Armendariz de. *Development banking*. *Journal of Development Economics*, Vol. 58, 1999. pp.83–100. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.177.4329&rep=rep1&type=pdf>. Acessado em: 20/01/2019.

Continental nos quais detinha ações. Serviu ainda de modelo para outras instituições financeiras patrocinadas pelo governo. A modalidade de *Crédit Mobilier* seria disseminada, no século seguinte, por países em todo o mundo, ainda que com novas configurações, cobrindo hoje regiões desenvolvidas, em desenvolvimento, além de organizações multilaterais internacionais, como o Banco Mundial e o Novo Banco de Desenvolvimento, ou bancos regionais, como Banco Interamericano de Desenvolvimento, e muitos outros. Trata-se, portanto, de um fenômeno relativamente novo, ainda por completar dois séculos.

Essa rede global de bancos de desenvolvimento (BDs) regionais ou nacionais são alguns dos atores financeiros que reorganizam o fluxo local e global de capitais. Não são os únicos, mas supostamente representam parte do controle mundial ainda sob poder de estados. O seu número continua crescendo. De cerca de 90 BDs estatais em todo o mundo, 12% foram estabelecidos antes de 1986, 49% entre 1946 e 1989, e 39% entre 1990 e 2011 (DE LUNA-MARTINEZ; VICENTE, 2012, p.6).

De acordo com William Diamond (1957), os BDs assumiram diferentes formatos: eles podem financiar empresas públicas, privadas ou ambos; alguns são planejadores mais amplos, preocupados com o conjunto da economia ou uma pequena parte dela, especialmente durante crises econômicas ou em setores econômicos supostamente pouco atraentes para os investidores privados; outros trabalham exclusivamente como credores técnicos, enquanto outros compram ações no mercado financeiro ou até mesmo atuam em combinado no mercado de capitais e no setor de empréstimos. Estrutura e propósito também variam, conforme o grau de dependência do governo ou métodos de operação.

Os BDs tendem a refletir pragmaticamente a visão do governo sobre o papel do Estado na economia. Ele pode até mesmo incluir uma tentativa de proteger as ações de desenvolvimento — quando considerado como um empreendimento científico, técnico ou administrativo — de qualquer interferência política, atuando como um fator de despolitização na economia e na sociedade, embora possam influenciar a visão de mundo político mais amplo. Principalmente preocupado com o fornecimento de capital de longo prazo para as indústrias, bancos de desenvolvimento contribuem para a divulgação e para a naturalização de uma lógica de investimento na sociedade, bem como as condições e capacidades para torná-lo possível. BDs aceleram culturas de investimento divulgando e apoiando *habitus* empreendedores e de gestão, com consequências sociais e políticas (DIAMOND, 1957, pp.1-5). Por fim, como bancos, os BDs também atuam no campo

simbólico, diferenciando o bom comportamento, sancionando o comportamento empreendedor e priorizando o investimento produtivo.

No âmbito geral da interdisciplinaridade, a comunicação-desenvolvimento, buscamos observar o que chamamos de comunicação política dessas instituições, isto é, a interação entre os bancos e os agentes de mídia. Recortamos para análise o brasileiro Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o russo Vnesheconombank (VEB), o Eximbank da Índia, o Banco de Desenvolvimento da China (CDB) e Banco de desenvolvimento da África Austral (DBSA); grupo que ao longo do texto será referenciado como BDs nacionais dos BRICS.

Assim como a Agenda Pós-2015, os bancos de desenvolvimento dos BRICS, como afirmam Colombini Neto, Zoccal e Viana (2013), também têm uma longa história de definição de regras e políticas de desenvolvimento, bem como de projeção internacional de seus países. Desde os anos 1990, os cinco BDs dos BRICS passaram por reformas para melhor qualificá-los como instrumentos estatais de desenvolvimento em um mundo capitalista globalizado, permitindo que essas instituições realizassem operações internacionais através do apoio financeiro de grandes empresas exportadoras nacionais e projetos de infraestrutura. A África do Sul, a Rússia e o Brasil têm uma estrutura semelhante de bancos de desenvolvimento, um dos principais órgãos burocráticos para operações de crédito. Índia e China, por outro lado, têm uma combinação mais fragmentada de bancos de desenvolvimento. A Índia se diferencia ainda mais porque combina uma função de banco de investimento com uma identidade de banco comercial, oferecendo contas correntes para indivíduos (COLOMBINI NETO; ZOCCAL; VIANA, 2013, pp.1-3).

O que os BDs BRICS fazem ou dizem a respeito de notícias que circulam globalmente sobre eles? Como resistem e se ajustam à influência da prestação de contas na mídia? A partir dessas duas perguntas, acreditamos que será possível delinear alguma materialidade empírica que sirva como ponte do conhecimento interdisciplinar comunicação-desenvolvimento. II- Jogos simbólicos do desenvolvimento

O campo econômico é também palco de jogos de moralidade (FOURCADE et al., 2013) e atos simbólicos. Em outras palavras, de cerimônias públicas e formais estabelecidas para criar sanção e ratificação, rompendo um *continuum* de hierarquia social

(BOURDIEU, 1989, pp.106-117). Esta perspectiva se alinha à compreensão teórica de Bourdieu sobre a criação da realidade social.

Os estímulos simbólicos, isto é, convencionais e condicionais, que atuam apenas na condição de encontrarem agentes condicionados a percebê-los, tendem a se impor incondicionalmente e necessariamente quando a inculcação do arbitrário abolir a arbitrariedade tanto da inculcação como dos significados inculcados. (BOURDIEU, 1977, p.76)<sup>109</sup>

Seguindo essas premissas, uma diferenciação simbólica de poder é feita dentro de relações na economia social, especialmente entre mutuários e credores. Dar dinheiro a alguém institui uma distância simbólica, é "a maneira pela qual as entidades políticas historicamente afirmam a superioridade contra outros vulneráveis, sejam eles inimigos derrotados, colônias rebeldes ou simplesmente parceiros econômicos mais fracos" (FOURCADE et al., 2013, p. 22). Por outro lado, ser digno ou credível também institui uma diferenciação simbólica entre reconhecidos publicamente como tais. Isso faz parte da distribuição simbólica de poder que os bancos fazem — especialmente os bancos de desenvolvimento estatais — e os meios de comunicação reverberam esses jogos morais em seus contextos de tempo e espaço. Isso reitera a ideia de que “economias e sistemas econômicos são culturalmente constituídos, produzidos e reproduzidos por complexas redes de relações sociais” (BENJAMIN, 2007, p.XII)<sup>110</sup>.

### III- Culturas de Comunicação e Comunicação Política

Embora não exista uma obrigação constitucional de reforçar uma relação de responsabilização entre Banco de Desenvolvimento e agentes de mídia (incluindo aqui o próprio pesquisador errante e jornalistas de empresas de mídia nacional e internacional), existem valores e princípios democráticos num mundo interdependente e globalizado que podem apoiar essa relação de atendimento / prestação de contas (GRANT e KEOHANE, 2005).

Os BDs nacionais são agentes que prestam contas a seus Estados nacionais (Principals). Nossos estudos anteriores especializados nessa questão demonstram que o comportamento internacional de um banco de desenvolvimento nacional difere de quando

---

<sup>109</sup> Tradução nossa do seguinte trecho original: Symbolic — that is, conventional and conditional — stimulations, which act only on condition they encounter agents conditioned to perceive them, tend to impose themselves unconditionally and necessarily when inculcation of the arbitrary abolishes the arbitrariness of both the inculcation and the significations inculcated.

<sup>110</sup> Tradução nossa do trecho original: “*economics and economic systems are culturally constituted frameworks, both productive of and reproduced by complex networks of social relations*”.



se trata das instituições multilaterais (SISTON, 2015), no sentido que os bancos nacionais parecem ser muito mais resistentes à responsabilidade social internacional do que seus primos internacionais, mesmo que um processo de ajuste possa ser observado nos últimos anos, especialmente no Brasil (SISTON, 2015; BADIN, 2010).

De acordo com Fourcade (2013), o interesse da imprensa nos países dos BRICS aumentou em 2010 durante o surto da crise da zona do euro, que também ofereceu um forte contraste com a ebulição nos mercados de valores dos países BRICS. Os BDs de todo o mundo tinham uma carteira de empréstimos combinada estimada em US\$ 1,59 trilhão um ano antes das chamadas em manchetes, principalmente porque estavam se comportando em um papel anticíclico durante a crise (VICENTE; LUNA-MARTÍNEZ; 2012).

Inspirados pela conceitualização de Bourdieu (2005) a respeito do campo econômico, entendemos pelo termo *lógica econômica* uma disposição estruturada e estruturante forjada para evitar a escassez; acumular ações para expectativas futuras; calcular e medir a vida em termos de perdas e ganhos; incentivar a mediação de mercado, etc. O acrônimo BRICS em si é um exemplo da *lógica econômica* articulada com a *lógica midiaticizada*. O nome foi cunhado num banco de investimento internacional, o *Goldman Sachs*, entre *experts*<sup>111</sup>, identificando o grupo que corresponde a 49% da população mundial e 30% da terra do planeta como sinônimo de mercados emergentes, por seu potencial de lucro crescente. (NORDENSTRENG; THUSSU, 2015) Numa espécie de agendamento da pauta, o banco e seus especialistas forjaram a angulação da cobertura. A *lógica econômica* desvelou "o resto" da população mundial, incluindo-a com o linguajar de mercados e de fatores produtivos, elementos antes ausentes, mas a partir de então passíveis de participarem do fechamento de contas na economia global, esvanecendo disposições alternativas de realizar a cobertura; de estruturar a emergência de outra cultura de desenvolvimento.

Vale lembrar que a variedade de sistemas políticos é vívida e crescente nos países BRICS. A Índia tem mais de 800 milhões de eleitores registrados sob um regime parlamentar. O Brasil e a África do Sul são democracias recentes cujas instituições e sociedade civil têm trabalhado nos últimos 30 anos para se distanciar de um passado,

---

<sup>111</sup> Ver NORDENSTRENG, K.; THUSSU, D. K. (Eds.). *Mapping BRICS Media*, Abingdon, UK: Routledge, 2015.

respectivamente, da ditadura e do apartheid. A Rússia, sob uma "democracia controlada" (NORDERSTREG; THUSSU, 2015), tem seu histórico como regime comunista. A China é o único país com um regime de partido único. Será que a cobertura de mídia global de alguma forma reflete essa diversidade e expõe os BD para uma cobertura politizada e de responsabilidade, empurrando essas instituições para além da *lógica econômica*? Ou a *lógica econômica* horizontaliza e planifica todos a um só modo de comunicação do desenvolvimento. E, nessa interação, das instituições de mídia com as de desenvolvimento, construíram socialmente as disposições para naturalizar uma nova estrutura de percepção, julgamento e ação em relação à economia? Acreditamos que responder a essas perguntas é querer saber se a comunicação é levada ao desenvolvimento, não de modo instrumental, mas com uma estrutura de poder de verdade capaz de garantir sua autonomia. E nesse sentido é possível se fazer ainda mais questões.

Existem nas notícias sobre os BDs nacionais do BRICS quaisquer tópicos levantados por redes transnacionais não estatais de defesa de direitos humanos? As empresas de segurança estimam em mais de US\$ 7 trilhões os custos de externalidades de impactos negativos de projetos de desenvolvimento industrial. A maioria desses custos não é reconhecida pelas próprias empresas, que não possuem um processo para identificar, qualificar, quantificar e precificar os impactos sociais e ambientais. Como identificamos o papel da mídia em descobrir essa realidade? Pressionar o campo econômico para reagir, adaptar-se ou ajustar-se a novos formatos ou reforçar as configurações ordinárias do cenário simbólico mencionado anteriormente?

Ambos os aspectos — população e diversidade política — podem singularizar-se em uma instituição multilateral, que terá impacto e será impactada por uma imprensa global. Isso levanta a curiosidade sobre o corpo burocrático dos países BRICS ou o hábito político de resistir ou se ajustar quando sob pressão direta ou indireta das instituições de mídia. Desde 2010, esses países fizeram parte da cobertura de notícias internacionais.

#### IV- Accountability Social e Jornalismo

O debate em torno da *accountability*, um conceito fundamental nas democracias, tende a concordar com três princípios básicos: "responsabilidade, responsividade e exigibilidade" (ONU, 2013, p.IX). A responsabilidade, de acordo com este relatório internacional, refere-se a um contexto de estado de direito: à capacidade de seguir padrões claramente expressos e de ser cobrada nessa base. A responsividade é associada ao

compartilhamento de informações e atos justificativos e decisões que afetam terceiros. A exigibilidade está associada a uma função de vigilância, permitindo que pessoas de fora monitorem e ajustem as ações como elas estão acontecendo, criando oposição, incluindo o poder para sancionar ou impor ações de reparação.

Ao longo do tempo, essas três dimensões sobre a responsabilidade política foram pesquisadas principalmente focalizando arranjos formais, esferas nacionais nas democracias ocidentais, processo eleitoral, política parlamentar ou presidencial (DJERF-PIERRE et al., 2014). No entanto, as interações grupais com os burocratas abriram uma nova linha de pesquisa, especialmente no que diz respeito à importância política do papel dos meios de comunicação (BINDERKRANTZ et al., 2015) durante as crises industriais (DJERF-PIERRE et al., 2014). A crescente literatura sobre a interação da prestação de contas dos meios de comunicação social com as instituições estatais "sugere que uma imprensa livre está entre o mecanismo mais eficaz de controles externos sobre a corrupção burocrática e promoção da boa governança" (CAMAJ, 2013, p. 22).

No entanto, o otimismo deve ser contrabalançado pelas perspectivas analíticas do processo de notícias que permitem entender a notícia como uma forma de cultura, e que também produz sentidos públicos (SCHUDSON, 2002, p. 251). Imaginamos que o jornalismo não seja o único elemento da Comunicação que crie sentido ao tempo, especialmente o que se vive no tempo presente ou no agora mesmo. Mas nos parece ser uma boa porta de entrada para nosso estudo. Em relação às burocracias estatais globais, "a coleta de notícias é geralmente uma colaboração interinstitucional entre repórteres políticos e as figuras públicas que eles cobrem. Oficiais ou seus assessores de mídia e porta-vozes são eles mesmos jornalistas, buscando levar os jornalistas a oferecer uma cobertura favorável "(SCHUDSON, 2002, p.251). A opinião pública construída por repórteres depende de sistemas de registro bem estabelecidos, sendo as burocracias um deles. As burocracias podem representar não apenas fontes de informação bem-organizadas, simbolicamente poderosas e acessíveis para os jornalistas, mas também fazem parte de um trabalho de inteligência sobre coisas complexas e não facilmente visíveis para os eleitores e cidadãos (LIPPMANN, 1998). Por exemplo, burocratas de BDs lidam com investimentos cujas consequências — sejam elas econômicas, sociais ou ambientais, positivas ou negativas — em muitos casos podem aparecer décadas à frente, serem difíceis de rastrear ou mesmo de antecipar. A dependência do jornalista desses esforços de Inteligência fez Lippmann (1998) acreditar que a instituição jornalismo é

limitada para a ação de escrutínio: "Acredito que veremos que, para trazer a indústria sob controle social, a máquina de registro terá de ser independente dos conselhos de administração e dos acionistas" (LIPPMANN, 1998, p. 384).

Isso não significa que as burocracias devam ser isoladas do escrutínio público não especializado, seja realizado por indivíduos ou grupos, alienando-os e os excluindo de exercer qualquer influência sobre a construção de significado cultural público desses órgãos burocráticos. Mesmo que altamente dependentes de fontes oficiais, os jornalistas não podem imprimir seu material sem fontes credíveis, que possam oferecer vazamentos, rumores ou de conhecimento frágil, incerto, de delitos (SCHUDSON, 2002, p.257). Os burocratas também lidam com os cidadãos, não apenas como clientes nacionais, consumidores ou contribuintes, mas também como sujeitos de consciência cívica (OLSEN, 2008), derivados de uma carta nacional ou de um conjunto internacional de princípios democráticos. Portanto, a *social accountability* na dimensão jornalística é um desses grupos interagindo com as burocracias dos estados. A categoria de *social accountability* usada aqui pode ser assim definida:

A responsabilização social está envolvida onde a sociedade civil e a mídia realizam ações destinadas a forçar os tomadores de decisão políticos, burocráticos, empresariais e jurídicos a fornecer informações e justificativas para suas ações. A força do controle é relativamente fraca nesses casos, mas também varia de acordo com fatores contextuais, como a legislação. (LINDBERG, 2013, p.215)<sup>112</sup>

As lentes de responsabilização permitem a identificação da seguinte estrutura relacional: ela deve ter um alvo identificável (qual ator está sob escrutínio); um domínio ou área (qual assunto está sendo analisado); e um poder reconhecido que influencia o alvo para informar, justificar ou ajustar suas práticas (LINDBERG, 2013, p.215). Este é um modelo abstrato derivado da teoria de Principal-Agente. Explica a influência política presumindo um poder delegado. O alvo que determinamos é um agente social, ao mesmo tempo especializado em algumas atividades práticas ou intelectuais, que se comprometeu a representar uma política de poder para Principal, o cidadão. Uma relação de prestação de contas é uma forma dos *Principals* controlarem e equilibrarem a liberdade de seus *Agentes* enquanto evitam o abuso de poder. Abordando os casos que refletem essa relação

---

<sup>112</sup> Tradução nossa do trecho original: "Societal accountability is involved where civil society and the media take actions aimed at forcing political, bureaucratic, business and legal decision-makers to give information on, and justifications for, their actions. The strength of control is typically relatively weak in these cases but also varies with contextual factors such as legislation (e.g. whether there is a freedom of information act or not)."

abstrata, preencheremos a estrutura de responsabilização com os atores e levantaremos hipóteses sobre a cultura desta realidade comunicacional.

#### V- Estudo de Caso

Para nosso estudo de caso, supomos que os vestígios de ações e discursos dos BDs nacionais dos BRICS devem ser visíveis e acessíveis através de dois processos. O primeiro processo consiste em questionários preparados para os burocratas responsáveis pelas interações e conversas informais com jornalistas. A outra é uma análise de conteúdo da produção de agências de notícias em relação aos cinco bancos recortados (BNDES, VEB, Eximbank, CDB e DBSA). Ambos os métodos foram implementados de abril a agosto de 2015, dando conta da cobertura feita no período de julho a dezembro de 2014.

Após a seleção das instituições, consideramos três vertentes sobre o comportamento dos agentes: 1) em relação ao atendimento comunicativo às nossas solicitações de pesquisa; 2) em relação à responsividade das burocracias a uma lógica de mídia; e por fim 3) a capacidade de ajuste de conduta.

Estas vertentes, aplicadas aos bancos, nos levaram a três hipóteses de possíveis resultados:

1a - Os cinco BD dos BRICS são igualmente responsivos através de canal oficialmente disponível, e preocupados em apoiar uma pesquisa acadêmica em campo de comunicação de um país do Sul para apresentação na Universidade de Oxford;

2a - A existência de mídia por si só impõe aos bancos um primeiro nível de realidade, que consiste em internalizar um escritório ou departamento de comunicação especializada na interação com atores de mídia internacionais. A principal rotina e preocupação deste departamento é reagir à influência da mídia que dissemina notícias neutras ou positivas globalmente sobre seus investimentos;

3a - Quando sob a exposição de responsabilidade social através de organizações de mídia internacionais, os cinco bancos que pertencem a países democráticos mais antigos informam, justificam e ajustam sua conduta mais do que outros, com uma abordagem conciliatória.

Para seleção das agências de notícias, consideramos que estas estão inseridas em um cenário complexo e polifônico (CHRISTENSEN; MORSING; THYSSSEN, 2011) e em constante mudança. A diversidade das instituições jornalísticas em todo o mundo

impõe preocupações sobre os critérios que determinam qual organização deve ser considerada para tal estudo. Seguindo os conselhos de Bourdieu (1989), de que domínios simbólicos são exercidos pelo reconhecimento naturalizado de que as questões importantes são feitas por pessoas ou instituições importantes, decidimos escolher os jornais considerados como os mais importantes para instituições semelhantes aos bancos que estão sendo estudados. Então, para o propósito desta pesquisa, quais seriam as instituições com mais capital simbólico acumulado para questionar os BDs BRICS nas relações de prestação de contas?

Nesse sentido, concentramo-nos em sistemas de comunicação de massa operantes em todo o mundo, mas com foco nas línguas inglesa e espanhola, usando mensagens escritas como o principal suporte. O sistema de comunicação de massa (MCQUAIL, 2010) é na sua maioria unidirecional, o que significa que o público tem "possibilidades limitadas de responder às mensagens da mídia" (ESSER; PFETSCH, 2006, p.298). No entanto, como dito antes, parte deste público é feito de instituições altamente burocráticas como Estados nacionais e seus organismos. Isso aumenta as chances de a mídia interagir com uma parcela específica de seu público em uma conversa interpessoal e direta. Dito isto, presumimos que agências de notícias servem a este fim, permitindo um conteúdo global e altamente difundido e uma interação local com as instituições.

No entanto, existem outros atores de notícias influentes no campo econômico. A lista das organizações de notícias globais mais importantes do mundo "é óbvia", isto é, tem reconhecimento naturalizado pelos profissionais da área, de acordo com um profissional de relações públicas brasileira consultada informalmente para a pesquisa e que trabalha para uma grande empresa de relações públicas multinacional contratada por uma empresa estatal. Esta consulta levou a uma lista das vinte organizações de notícias mais influentes do ponto de vista econômico. A importância atribuída a esta lista por profissionais cria uma realidade social, reconhecida naturalmente por jornalistas e burocratas<sup>113</sup>.

Quatro agências de imprensa foram escolhidas a partir dessa lista: France Press, Reuters, EFE e Bloomberg. É importante considerar certa relatividade aos resultados das notícias dessas agências. Os resultados em alguma medida dizem sobre os bancos, mas

---

<sup>113</sup> Para próximas pesquisas, é importante testar o quão consistente essa lista é para profissionais de outros países.

também sobre as demandas do mercado das próprias agências de notícias. A cobertura das instituições não é homogênea e leva em consideração os interesses do mercado da agência — ou seja, o perfil dos leitores e jornais, sua localização geográfica, etc.

Isto posto, apontamos hipóteses a respeito desses atores na estrutura de responsabilidade social na qual agem como os *Principals*, isto é, hipóteses de resultados quanto às agências de notícias:

1b - Agências de notícias são igualmente sensíveis à interação com o pesquisador errante da responsabilidade cidadã jornalística e apoiarão voluntariamente a pesquisa.

2b - O anúncio do BRICS New Development Bank aumentará a cobertura de todos os cinco BDs nacionais pela imprensa selecionada nos meses imediatamente anteriores ao ato simbólico de julho de 2014, e então a cobertura diminuirá com o tempo. Esse é um indicador da mídia sendo pautada pelos bancos e governos do BRICS.

3b - A cobertura de imprensa global dos BDs BRICS nacionais revela um alto nível de politização, medido em termos de presença de atores políticos e função da social nos noticiários. Países em anos eleitorais (África do Sul, Brasil e Índia) terão notícias mais politizadas sobre seus bancos, enquanto os outros países terão predominantemente notícias sobre o quadro econômico.

#### Método e resultados

Um desafio teórico para este estudo é a falta de pesquisa focada no trabalho de prestação de contas da prática jornalística (DJERF-PIERRE et al., 2014, p.323), mais ainda no caso de bancos de desenvolvimento. Um primeiro método consistiu em avaliar o quão predispostos os cinco bancos estariam a responder questionários desta pesquisa da área de comunicação. Com isso tínhamos a esperança de determinar como são tratadas as percepções de *outsiders* às instituições e como são tratadas as notícias que circulam globalmente sobre essas instituições no interior delas. As contribuições dos profissionais de comunicação nas decisões políticas das instituições costumam ser consideradas um importante dado para melhorar os estudos na área (ESSER; PFETSCH, 2006, p.135), mas esses dados raramente estão disponíveis. A segunda abordagem foi identificar as notícias das agências sobre os bancos e, em seguida, identificar notícias de prestação de contas.

As seis hipóteses passaram, então, por um processo que chamamos tridimensional. Primeiro, o processo de contato com burocratas e jornalistas, e depois acesso a dados,

através de questionários, entrevistas e compartilhamento voluntário de documentos ou notícias das instituições. Em segundo lugar, o processo de análise dos dados adquiridos. E, terceiro, o processo de explorar as lacunas dos dados não adquiridos, complementando-o com a análise de conteúdo das notícias dos cinco BDs em agências de notícias. Vamos apresentar os resultados em cada uma delas pelos seguintes títulos e marcadores entre parênteses: responsividade (H1), mídia e influência bancária (H3), análise de conteúdo de notícias (H3)

#### Primeira Dimensão: responsividade (H1)

Apesar do otimismo das hipóteses (1a) e (1b)<sup>114</sup>, uma estratégia alternativa teve de ser elaborada para coletar dados considerando ambos os campos — os BDs do BRICS e a imprensa global — pois ficou comprovado nessa primeira etapa que são campos de difícil atendimento ao campo acadêmico comunicacional. Usando os canais oficiais através de seus sites, este processo começou contatando as instituições diretamente. Depois de uma semana, as embaixadas brasileiras se mobilizaram para apoiar o propósito desta pesquisa. A negociação e o acompanhamento junto aos bancos foram realizados entre o início de maio e finais de julho de 2015.

Nesta parte da pesquisa, uma resposta dos bancos, um sim ou um não ao convite para essa pesquisa, poderia ser entendida como a existência de um canal de trabalho operante para a comunicação com a sociedade em geral. A ausência de resposta indicaria claramente um bloqueio apesar de não invalidar necessariamente a hipótese de abertura dessas instituições. Um sim para dar as respostas e fornecer documentos exigidos pela pesquisa demonstraria uma grande vontade de perceber, julgar e até mesmo agir no campo da comunicação. Um "não", no entanto, não significa necessariamente que o campo de comunicação não seja importante para o banco.

Após a expiração do tempo de negociação, a hipótese (1a) quanto à capacidade de resposta dos bancos foi refutada. Apenas o banco da África do Sul foi responsivo, satisfazendo uma resposta rápida na primeira semana, mas ao mesmo tempo negando

---

<sup>114</sup> 1a - Os cinco BD dos BRICS são igualmente responsivos através de canal oficialmente disponível, e preocupados em apoiar uma pesquisa acadêmica em campo de comunicação de um país do Sul para apresentação na Universidade de Oxford;

1b - Agências de notícias são igualmente sensíveis à interação com o pesquisador errante da responsabilidade cidadã jornalística e apoiarão voluntariamente a pesquisa.



apoio ao pesquisador. Nenhuma outra instituição respondeu diretamente através do endereço de e-mail oficial disponível na época em seus sites institucionais, não dando provas de reconhecimento sequer da existência de nossa pesquisa.

Apesar de não responderem diretamente — somente depois que as embaixadas brasileiras apoiaram —, o CDB e o VEB entraram na categoria dos únicos bancos que reconheceram a existência da pesquisa. Os funcionários das burocracias contatados reconheciam em seu discurso o princípio de responsabilização que autoriza a um estrangeiro, neste caso o pesquisador, como tendo o direito de obter informações. No entanto, tanto o VEB como o CDB forneceram pouca informação, informalmente, sobre suas operações de comunicação.

No caso das agências de notícias internacionais, a pesquisa usou uma estratégia similar. Primeiro, foram contatados profissionais internacionais da burocracia estatal, de áreas não relacionadas ao setor bancário, mas que estavam acostumados a estar em contato com os atores da mídia internacional, para ajudar a identificar jornalistas nas agências de notícias internacionais. Uma vez identificados, esses jornalistas auxiliaram a pesquisa com o apoio formal das agências de notícias para facilitar o acesso à base de dados internacional de notícias, permitindo o acesso a relatórios que mencionam nomes ou siglas dos cinco bancos. Novamente, a hipótese (1b) foi refutada porque nem todas as agências de notícias contribuíram igualmente. Apenas duas agências de notícias responderam e compartilharam o acesso à base de dados de notícias.

#### Segunda Dimensão: mídia e influência bancária (H2)

Elaboramos questionários para testar a hipótese (2a)<sup>115</sup> e qualificar a responsividade dos burocratas. Esses instrumentos se estruturavam com as abordagens sociológicas desenvolvidas pelos estudos de excelência em relações públicas, desenvolvidos pela Universidade de Maryland nos anos 90 usando a ideia de comunicação simétrica (GRUNIG, 2006). A expectativa era avaliar a estrutura e o poder da burocracia dedicada aos meios de comunicação dentro dos cinco bancos.

---

<sup>115</sup> Reprodução da hipótese: 2a - A existência de mídia por si só impõe aos bancos um primeiro nível de realidade, que consiste em internalizar um escritório ou departamento de comunicação especializada na interação com atores de mídia internacionais. A principal rotina e preocupação deste departamento é reagir à influência da mídia que dissemina notícias neutras ou positivas globalmente sobre seus investimentos;

No entanto, uma grande parte da segunda dimensão foi comprometida, uma vez que as instituições não responderam aos questionários e foram menos responsivas do que o esperado. Apenas foram obtidas respostas informais. Confirmar a existência de uma burocracia especializada em interagir com a imprensa internacional (2a) seria um claro indicador do poder simbólico da mídia para criar realidade nessas instituições, não através de conteúdo de notícias, mas pela própria existência de mídia como parte de um processo de mediação dentro das burocracias (THORBJORNSRUD; FIGENSCHOU; IHLEN, 2014 e ASP, 2014). Uma completa ausência de burocracia dentro do banco não significa um poder menos simbólico da mídia, apenas menos autonomia da instituição para controlar esta interação, uma vez que pode ser terceirizado para uma empresa de outro corpo burocrático do Estado.<sup>116</sup>

As únicas revelações possíveis são sobre VEB e CDB. Um burocrata da VEB, não especializado em comunicações, afirmou que o banco tem um especialista para interagir com a imprensa internacional. Um funcionário do CDB no Rio de Janeiro respondeu que a instituição não tem um departamento para se envolver nessa interação, a estratégia de imprensa não é uma prioridade para o banco e as notícias só são divulgadas quando desejadas por seus clientes. O departamento encarregado da comunicação é o Departamento Político.

Nenhum outro banco forneceu informações diretamente. Mas indiretamente, em todos os sites dos bancos, é possível identificar pistas da influência da mídia. Registramos na época das consultas [em 2015] que o BNDES mantinha um centro de notícias em sua versão em inglês com comunicados de imprensa desde 2010, havia publicado 5.935 tweets para 75.900 seguidores (desde 2010), tendo 11.347 seguidores no Facebook e 1.432 assinantes em sua página de YouTube. É importante destacar que o BNDES utilizava sua plataforma de mídia social para disseminar o acompanhamento das notícias

---

<sup>116</sup> Nota sobre a subjetividade errante a respeito desse “não achado” ou não atendimento das demandas do pesquisador: a ausência de responsividade das burocracias pode não revelar dados objetivos para o interesse formulado na pergunta de pesquisa “o que fazem os bancos sobre o que dizem deles; qual realidade criam”. No entanto, a percepção de que não interagiram com o pesquisador, não compartilham dados e elementos da estrutura deles criadora de realidade, serve, tal *velamento* de parte da instituição na específica relação conosco nas circunstâncias já narradas, como material bruto na investigação subjetiva da função pesquisador errante. Essa função-autor errante revela abertura a expor-se ao silêncio ou à indiferença das instituições escolhidas para representar o campo do Desenvolvimento. E essa postura, no que chamamos de tese antropológica ou espiritualista, realiza um sentido ativista, cidadão, que agora na tese relata e expõe o registro histórico da falta de comunicação no desenvolvimento dos bancos pesquisados. Entendemos como um ativismo de denúncia para que o campo da comunicação ganhe campo. E não deixa de ser também, um traço paranoico normatizado pelo senso de cidadania.

produzidas sobre o banco, denominando-o "direito de resposta"; nele apontando erros de informação ou ética dos jornalistas. O banco também comentava os críticos, cidadãos individuais que interagiam nas plataformas de mídia social. As pistas dessa influência do campo da Comunicação sobre as instituições escolhidas como representantes do campo do Desenvolvimento repercutiu em outros casos. Foi possível identificar comunicados de imprensa (em inglês) no site do VEB datados desde 2003, 251 tweets para 199 seguidores (desde 2013) e 3.588 seguidores na sua página do Facebook. India Eximbank tem comunicados de imprensa também desde 2013 e nenhuma mídia social foi identificada. CDB tem uma seção para imprensa e interação com lançamentos desde 2004. Nenhuma mídia social foi identificada. DBSA também tem produção de imprensa disponível desde 2007 e nenhuma mídia social identificada.

As informações colhidas indiretamente, no entanto, servem para ter vaga noção sobre o que é visível ao público em geral. Não dão conta de desvelar a estrutura estruturante que cria realidade simbólica. Por exemplo: não foi obtida informação sobre a diferença entre o poder da equipe de comunicação nos bancos, em termos de orçamento, pessoal e participação na coalizão de poder do interior da instituição (GRUNIG, 2006). Se os bancos analisam as notícias regionais em todo o mundo e se essa orientação geográfica é mais intensa em áreas de clientes potenciais (para projetos de investimento) ou em áreas de provedores financeiros (captação de recursos).

Do lado dos bancos aparecendo na mídia, a hipótese (3b)<sup>117</sup> foi confirmada, uma vez que uma alta concentração de notícias (31%) ocorreu durante o mês do ato simbólico de lançamento do NDB. Isso deve ser tomado relativamente como um poder dos BD dos BRICS e/ou seus Estados influenciarem a mídia, uma vez que a maioria dessas notícias foram também uma consequência do VEB sendo embargado nos países ocidentais.

### Terceira Dimensão: análise de conteúdo de notícias (H3)

O processo da última dimensão deveria identificar lacunas ou inconsistências nos dados fornecidos diretamente pelos bancos. No entanto, como as burocracias mostraram

---

<sup>117</sup> Reprodução do texto da hipótese: 3b - A cobertura de imprensa global dos BDs BRICS nacionais revela um alto nível de politização, medido em termos de presença de atores políticos e função da social nos noticiários. Países em anos eleitorais (África do Sul, Brasil e Índia) terão notícias mais politizadas sobre seus bancos, enquanto os outros países terão predominantemente notícias sobre o quadro econômico.

baixa capacidade de resposta, esta última dimensão adquire maior importância para a pesquisa futura. As organizações de notícias estudadas provocam os bancos para revelar seu comportamento em relação a um processo de responsabilização mediatizada? Esta seção é relativa principalmente às hipóteses (3a)<sup>118</sup> e (3b).

Djerf-Pierre (2014) recomenda que diferenciemos a operacionalização dos estudos de *accountability* jornalística com base na análise de conteúdo em dois segmentos. No início, o jornalismo aborda a responsabilidade política por resultados específicos — um ator político é descrito como fazendo algo ou fracassando em fazê-lo. Então, a responsabilidade política da mídia ocorre quando um ator é solicitado a justificar, explicar suas ações (ou não ações). Para este estudo, utilizou-se o sistema de operacionalização Djerf-Pierre, incluindo um item ainda não presente no nível de análise de conteúdo: a clara identificação de um problema ou dano pela narrativa de notícias. Djerf-Pierre estava concentrado em duas crises industriais específicas, então fizemos ajuste para adaptar à nossa análise. Aqui pretendemos oferecer uma abordagem metodológica para focar na cobertura dos atores — cinco BDs —, não necessariamente eventos críticos. As seguintes perguntas orientaram esse esforço:

1) Quantas notícias têm mencionado um ou mais dos cinco BDs no período de junho-dezembro de 2014 ao longo deste tempo?

2) Quantas dessas notícias têm atores políticos (isto é, políticos de alto nível, burocratas públicos ou instituições do Estado) agindo (falando ou anunciando ações) ou sendo "falados".

3) Quantos do grupo de notícias mais amplo mostram elementos de *accountability* jornalística: identifica um problema ou dano; atribui responsabilidade a um ator (sobre a causa ou o tratamento do problema); e diretamente provoca esse ator responsável por respostas, informações, justificações, mitigação ou ajuste?

As análises de conteúdo consideraram cada artigo como a unidade a ser codificada. Consideramos notícias, análises e avisos curtos, e excluímos gráficos, ilustrações, caixas de fatos e declarações de agências de rating literais reproduzidas por

---

<sup>118</sup> Reprodução do texto da hipótese: 3a - Quando sob a exposição de responsabilidade social através de organizações de mídia internacionais, os cinco bancos que pertencem a países democráticos mais antigos informam, justificam e ajustam sua conduta mais do que outros, com uma abordagem conciliatória.

agências de notícias. Repetidas notícias, com alta similaridade nas manchetes, estrutura, parágrafos, hora e dia da publicação também foram excluídas, considerando a última notícia atualizada. Uma única menção a um dos cinco bancos foi condição suficiente para codificar a notícia em um primeiro grupo mais amplo. Em segundo lugar, foi aplicado um filtro de relevância para identificar as notícias de responsabilização. É importante deixar claro que a prestação de contas não era necessária em relação aos bancos; mas bastava mencionar outros atores citados pela notícia. O objetivo era contar quantas notícias de prestação de contas mencionavam os bancos, não necessariamente como aqueles que estavam sendo expostos a essa responsabilidade midiática.

### Resultados

Mais de 200 notícias foram coletadas, e deste universo total, 109 se qualificaram para a pesquisa. Ao contrário da hipótese (3a), os bancos não estavam igualmente expostos nos relatórios. A maioria dos "famosos" ou expostos à imprensa global foram BNDES (57%) e VEB (23%), seguido de CDB (20%). Os bancos da África do Sul e da Índia tinham perto de zero nas menções pesquisadas nos bancos de dados de ambas as agências. EFE e Reuters explicaram que a agência tem pouca cobertura na área econômica em ambas as regiões. Os bancos apareceram nas manchetes ou primeiros parágrafos em mais de 41% dos casos, e em 36% foram mencionados no meio do relatório.

Os atores políticos apareceram em cerca de 73% dos relatórios, sendo os políticos de alto escalão os mais evidentes. O jornalismo de prestação de contas, contudo, não acompanhou essa cobertura altamente política na economia. Mais de metade dos relatórios não identificou um problema ou dano; 15% fizeram, mas mais no final do relato. 32% das notícias identificaram um problema no primeiro parágrafo ou título. Entre as notícias que identificam problemas (37), a maioria das notícias identificam atores responsáveis pelos problemas ou o tratamento, mas poucos mostram na narrativa as justificativas desses atores.

As reportagens oferecem uma pequena janela para ler as reações dos bancos. Os resultados por país revelam que o BNDES não só lidera o número de notícias circulando globalmente, mas também aparece mais nas manchetes e nos primeiros parágrafos. É seguido de perto por VEB: este banco era um ator importante nas histórias sobre o conflito na Ucrânia, por causa do embargo nas transições do VEB na Europa, no Canadá e nos EUA durante esse conflito. As notícias mencionando VEB tiveram mais problemas

identificados, BNDES e CDB estão junto com porcentagem muito menor de problemas identificados.

No entanto, era importante descobrir que os bancos russo e chinês foram mencionados apenas exclusivamente junto com os atores políticos. O BNDES, por outro lado, aparece em 26% de seus noticiários sem mencionar os atores políticos. Isso pode sugerir que o banco brasileiro é mais capaz de impor sua política para os meios de comunicação do que os outros, mesmo considerando que o BNDES novamente estava mais na manchete do que os outros.

#### Agrupando resistências e ajustes

Mesmo com muitos desafios metodológicos identificados, é possível estabelecer duas “linhas genéticas”, ainda que bastante difusas, sobre a comunicação política dos BDs BRICS nacionais. Com base em 18 das notícias que revelam mais vestígios do comportamento dos bancos, a China e o Brasil podem ser posicionados num espectro oposto à Rússia quando atribuída responsabilidade e responsividade. A Rússia demonstrou disposição cultural para a confrontação simbólica política direta, adotando um discurso reativo contra esforços de responsabilidade do Ocidente. A crise da Crimeia e o seguinte embargo para a capitalização do VEB revelaram uma forte responsabilidade pelas funções de prestação de contas nos meios de comunicação. A alta resposta russa não foi codificada como ajuste, mas como uma estratégia de resistência ou contra-ataque para descartar a responsabilidade atribuída. Ela foi expressa pela notícia altamente politizada, com a mais alta hierarquia política do país.

O caso brasileiro, por outro lado, mostrou o uso de canais de mídia internacionais para redirecionar a responsabilidade que poderia ser atribuída ao banco. O BNDES criticou publicamente o comportamento imprudente da Portugal Telecom, que possui a maioria de uma empresa brasileira de telecomunicações em que o banco tem investimentos. Este é um exemplo de uso proativo da mídia, resistindo a ser atribuído responsabilidade redirecionando o foco de cobertura e tornando-se mais uma voz atribuindo responsabilidades na esfera pública.

Notícias sobre a China demonstraram mais o uso da mídia para anunciar ações feitas na direção de tratar problemas. Aparentemente, há uma cultura para anunciar os problemas juntamente com o tratamento. O domínio da prestação de contas foi predominantemente marcado pela interrupção do fluxo de capital, numa visão

economicista e estatal: a interrupção de uma refinaria na Costa Rica, uma ferrovia no México e negociações comerciais na África.

A ausência institucional da África do Sul e da Índia na pesquisa e a falta quase total de menção permanecem uma questão em aberto. Não está claro se é o caso de aprimorar a metodologia de pesquisas similares futuras ou se há uma falta de poder simbólico dessas instituições para os atores de mídia selecionados e seu mercado de notícias. É importante ressaltar que, como o Brasil, ambos os países estavam passando por eleições nacionais.

#### Conclusão específica

O que os BDs nacionais dos BRICS fizeram ou disseram em relação às notícias que circulam globalmente sobre eles permanece uma realidade invisível. Isso para nós representa um reforço aos traços paranoicos da cidadania. Sem participar diretamente ou indiretamente o pesquisador cidadão, quando este busca ativamente a transparência da instituição, as instituições não assimilaram organicamente a normalização dos traços paranoicos que seriam disponibilizados pelos ODS no mesmo ano. Vale uma reflexão futura sobre possíveis mudanças dessa situação ou sobre uma cristalização da significação de atribuir baixo poder simbólico para esta interlocução. Alguns dos desafios metodológicos a superar para futuras investigações do pesquisador errante são: 1) a necessidade de criar uma definição e padrões normativos para identificar a exposição direta das burocracias às notícias internacionais; 2) a avaliação das normas e procedimentos formais institucionais relativos a estas notícias; 3) a dificuldade de codificar organizações de notícias relevantes no campo; 4) a avaliação de profissionais de notícias e sua produção de forma voluntária. 5) aumentar poder simbólico do pesquisador errante no relacionamento com os BDs BRICS.

Outras pesquisas podem ampliar o espectro de tempo para considerar mudanças mais consistentes ou comportamentos persistentes. A escuta da opinião pública de jornalistas e outras instituições de vigilância, do campo da *accountability* social, é outro método a ser considerado. O método de análise de conteúdo deve ser desenvolvido para enquadrar os problemas nas especificidades dentro de categorias como social, ambiental, econômica ou política. Não necessariamente é preciso se orientar pela tese filosófica antropológica dos capítulos anteriores para avançar tais métodos. Mas incluir o cuidado sobre o pesquisador e a sua errância de *envolvimento* e *des-envolvimento*, real ou virtual,

reforça o sentido da comunicação como finalidade do desenvolvimento. Um novo campo de pesquisa pode ser aberto em paralelo: não só as influências da mídia internacional nas instituições de desenvolvimento do sul, mas também a influência no sentido reverso. Caberia avaliar se os traços de insociabilidade identificados nos bancos nacionais dos países dos BRICS são passados adiante para o Novo Banco de Desenvolvimento, criado para representar o conjunto de países na sigla BRICS.

Nos preocupamos nesta etapa em apresentar — para além do tema dos bancos em si — uma estética errante de tradução das experiências investigadas. Do sujeito ao texto. E de modo que neste se organize não apenas o lugar da filosofia, necessariamente complexa e auto reflexiva, mas também a interventiva e cidadã, necessariamente direta nos relatos.

### 7.3 *Relativo-Relacional Praga*

“Não é lógico, mas é humano, e entre os homens é o humano que vinga.”

Fernando Pessoa

#### A radical mudança de padrão

Sintomaticamente, as problemáticas dos bancos foram sequestradas do curso sequencial, do lugar e das condições de investigação. Nesta seção, é melhor que se explique esse estado de colocar em suspenso a sequência orgânica ao relacional anterior. Não por inconsciência da importância da coesão mas talvez pela necessidade de refletí-la em aberto. Porque é aqui que se constrói, entre nós, a estética de tradução e sintetização do campo de pesquisa errante. Assim é que nos deixamos permitir um suspiro das burocracias para recorrer a condições de investigação mais *extra-ordinárias*. Pesquisas guardam relação com as condições de pesquisa (LOPES, 2003). A loucura talvez também seja uma condição mais comum do que se observe, pelo menos aqui é condição de tese. E por isso não apenas nos permitimos o desvio, sem querer quebrar qualquer regra, mas sentindo necessário o desvio pelo desvio, para dar não apenas a racionalidade do campo de pesquisa errante, como também a tolerância à sua ética, aos modos próprios de tradução. A de ser mais próxima às alternâncias não planejadas, mas substanciais da vida e da essência da verdade como liberdade.

A explicação estética-ética necessária precisa diferenciar a bricolagem da *coincidência*. Em ambas, o sentido, a amarra e a coerência não estão no texto. Mas na



*pré-escrita*. Aqui, na *coindidência*, ocorre desvelamento do sujeito pesquisador em coesão com o sentido de investigação das próprias errâncias. Não seria errante uma bricolagem. Mas seria *coincidente* a estética de tradução da experiência capaz de materializar com razões autênticas da experiência vivida, a precariedade de coesão textual. Falar em *pré-escrita* indica um algo fixo, datado. Mas tem também valor de função que opera no aqui e agora da escrita. A função *pré-escrita* é o que, acreditamos dar conta de dizer sobre o que continuamente atualiza algo, que apesar de vir antes, também prescreve ao autor um sentido que lhe falta. O sentido a cada encontro subjetivo que se faz entre o texto e a sua leitura, prescrevendo a função-autor — e com *prescrevendo a função-autor* queremos dizer o especificado por Foucault (1992). Na estética errante a função-autor, as normas e restrições da responsabilidade de se produzir um texto, dão lugar às de se continuar o texto. A abertura e as inconsistências da obra são canais de acesso e contato com as faltas, incompletudes e aberturas do sujeito autor. A tolerância a essa estética é ética, e não antiética, na medida em possibilita a convivialidade do sujeito leitor e escritor.

O ano seguinte à errância *relativa-relacional* a Oxford, 2016, serviu para o entendimento da paranoia em primeira mão, não como um clínico especialista do abstrato, frequentador de bibliotecas, Faculdades, mas como um encarnado na realidade do eu, indivíduo particular, em surto psicótico do humor, nas ruas de Praga, Matera, Brindisi, Bari.

O que nos levou a sair do país, distanciando-nos da *Paixão Pré-tese* foi um combinado de motivos percebidos como faltas e excessos. Razões do particular. Mas também do público, pois entre as faltas estava a de remuneração para seguir a pesquisa. Até então sem bolsa, em busca de oportunidades de trabalho, vimos condições para apostar na migração para o continente europeu. Enfim, nos demos a — não sem motivos — delirar. À liberdade de andar pelas cidades, louco, seguiu uma integralidade de sentidos: o pensamento era tátil, imagético, olfativo, fazia arrepiar e nisso consistia o fazer sentido. Do toque de pés no chão, da temperatura na pele, do costurado de microfísicos entendimentos que o nosso lugar errante mais subjetivo era capaz de fazer. Como se ao que captava o globo ocular, ao enquadrar a imagem de visão, pudesse, junto, lhe ouvir os sinais mais íntimos e metafísicos. As misturas de arquiteturas como que nos transportavam no tempo ao atravessar uma rua, ao mínimo movimento de direcionamento do olhar. O conceito de *espaço relacional* surgia aí, no particular vivido só depois

racionalizado pela bibliografia, nos afetando por sentidos *extra-ordinários* a nós mesmos, nos afetando como caminho, metodologia.

A curta experiência, de um a dois meses, em errância pura, nada planejada, em racionalidade *des-envolvida* de sentido passível de ser partilhado, pois sem *ordinariedade*, só depois de ingressar no hospital, na instituição de tratamento dos loucos, é que passou a ser entendida por nós como tal. Até então sentíamos-nos espécie de pesquisador sem fim, imerso no *relacional* a tudo, no imediatamente aqui e agora. Escrutinizando o mínimo detalhe e daí tirando excessos de sentidos, imperativos à ação. A universidade, nossos professores, nossos antigos chefes, todos eram vozes internas imaginadas por nós, sentidas como tal, a auxiliar nossa caminhada no *agora* daquele tempo. Cada um oferecendo *insights* da sua especialidade. Pareciam ser metade memória e metade presença, ativadas por alguma espécie de semiótica andante que nos ocorria em auxílio do desejo de investigação, na verdade, acelerando o pensamento e as análises de exagerado uso da *coincidência*. Não eram totalmente imaginação, correspondiam ao que de fato havia sido uma vez dito, na entonação, na gravidade vocal ou estado de espírito, representificados por memórias do louco, num debate com as questões ali vividas individualmente, no aqui e agora, como tecnologia de intracomunicação compartilhada, em canal exclusivo de acesso a quem compunha o nosso círculo, espécie de nossa universidade errante.

Terminamos, como na pesquisa errante *relativa-relacional* a Oxford, mais uma vez assistidos pela embaixada brasileira, com a desejada internação em instituição pública psiquiátrica. Há pouco buscávamos conhecer a realidade de um banco, e por errância, não pouca, viemos a conhecer por dentro um hospício do Leste Europeu. Na paranoia, a entrada do prédio era física e metafisicamente reconhecida por nós como o inferno. O enfermeiro, auxiliar de tridente que insistia em nos dopar. Temeroso de tudo, desconfiando em absoluto, até que se vê alguém com quem se identifica, um semelhante. Sabe-se lá porque. Um outro interno. Ele sorri parecendo entender a nossa situação. É algo como que óbvio, uma convicção, de que ele é alguém próximo. Nunca o vimos antes. Depois entendemos que a nossa empatia foi mais em função de delírios dele do que nossos: achou-nos igual a ele, do jeito em que se achava, o Cristo; explicou-nos posteriormente. Esse conforto, não o do Cristo, mas o de se sentir com um amigo no inferno, marca pelo afeto as ideias rememoradas. Aí começa a se firmar a noção de

avizinhar-se, fundamental à função do nosso pesquisador errante em suas vizinhanças de casa, em cuidado de si, no Brasil, próximo *relativo-relacional* a Praga-Zagreb.

Só pudemos voltar à Escola de Comunicação pelo imperativo do cuidado. Mais um sentido de afetação simbólica. Pensar e cuidado aproximados no particular não abstrato, pois em nós. Só pudemos sair do hospício assistido por nossa primeira *comunidade de aprendizagem*, os familiares, que foram, sem saber muito bem como iriam se comunicar numa língua que não falam, resgatar o único universitário do núcleo doméstico. Não fosse isso como garantia da promessa de voltar para o Brasil, onde a língua, os amigos e o ambiente mais conhecido, resultariam em um tratamento mais rápido, não haveria liberação médica do hospital. A passagem para o Brasil era condição para o nosso micro movimento antimanicomial. E de fato, assim voltamos, rememorando que alguma história se repetia, a de outros sujeitos nos tempos de colonização, quando enviados de lá para cá às caravelas tinham entre os brasileiros a alternativa de viver livres da internação.

#### 7.4 *Relativo-Relacional* Brasil

Do hospício, viemos parar em um Brasil que também se estranhava a si, confessando-se em delações premiadas<sup>119</sup> e em um controverso impeachment, que dividia a população por inconciliáveis modos de interpretar a realidade. Se nos observávamos bem, víamos neste meio para o qual retornávamos semelhanças com a nossa própria condição. E é nesta condição que baseamos alguma referencialidade. Como se viver a loucura pessoal particular nos desse, aqui entre nós, escritor e leitor, algum saber clínico social. O saber do errante. E que para além da erudição universitária, bibliográfica, também foi instruído por comunicação radical, a do médico para o seu louco em um hospício. Nela acreditamos, na tese médica de que voltar para o Brasil adiantaria nossa cura especialmente por nos colocar em um meio de familiaridades. E ao retornarmos querendo achar a eficácia do cuidado de si em meio comum, nos vimos refletidos em dimensões de Nação. Precisamos entender que nossa investigação por desenvolvimento deveria começar por decodificar a nossa (minha e comum) loucura.

---

<sup>119</sup> Ver sobre o contexto mencionado em: KANT DE LIMA, Roberto; MOUZINHO, Gláucia Maria Pontes. Produção e reprodução da tradição inquisitorial no Brasil: Entre delações e confissões premiadas. *Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, [S.l.], v. 9, n. 3, p. 505-529, set. 2016. ISSN 2178-2792. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7743/6960>>. Acesso em: 30 jan. 2019.

Seguindo a argumentação do capítulo anterior, começamos relacionando os traços paranoicos ao sentido da cidadania. A novidade aqui é dada pelo acaso; a pesquisa errante tem por função dar abertura a se pensar com os acasos. Não é estudo de história contemporânea, mas o dos encontros entre o sujeito e o meio no qual se movimenta. O encontro de acaso específico se deu com nosso regresso ao país. A carga subjetiva servia de lente para observar a cidadania que se praticava no território. E essa cidadania observada não parecia corresponder à clássica que tem como definição expandir direitos de pertencimento político; mas alienava ou tinha a vontade de alienar, simbolicamente, grupos sociais a esse pertencimento. Ser cidadão ativo, da esquerda ou da direita, no entendimento de senso comum feitos desses espectros políticos, dava o que pensar quando se refletia com base na nossa experiência da loucura. Os traços paranoicos, como descritos anteriormente, pareciam estar em curso nas conversações, em virtuais redes sociais ou nos encontros interpessoais, em momentos os mais cotidianos e pedestres da política. E o principal: conversações que revelavam afetos e informações orientadas a denominar o desejo do Outro. E no qual um Nós precisava estar contra esse Outro, genericamente falando. O Outro a ser vencido, especificamente falando, era predominantemente o espectro reconhecido como o da esquerda; predominância comprovada pelos resultados nas urnas em 2018.

Até derrotados, ao resistir e fazer antagonismo, correspondem aos traços paranoicos. Pensamos assim por refletir que, quando louco, percebíamos o outro ignorar o novo estatuto de conversação — a loucura — ou por reforçar uma estigmatização da loucura do outro, que qualifica o modo de racionalizar do louco por *poor insights* ou pseudo-pensamentos<sup>120</sup>. O que se rompe é o poder da comunicação, não relativa à troca de informações, mas a que faz diferença por dar sentido comum aos diferentes. Ambos os grupos se desenvolvem em mundos cognitivo-afetivos paralelos. Apartados por uma complicada explicação que substancia a perseguição ou salvação um do outro, a denominação delirante do Outro, verdadeira ou não, mas com sofisticada criação de saber, incessante e exaustivo, saber esse produzido em larga escala, não apenas por um indivíduo, mas uma rede.

A diferença do indivíduo que enlouquece é que este, ao ver um médico, um hospício, a angústia de quem convive com ele, tem sempre a possibilidade de a dúvida de

---

<sup>120</sup> Ver a seção O que é este autor, nas páginas 68-69, e a bibliografia sugerida sobre *Poor Insight*.

si mesmo ser colocada lado a lado com as suas certezas, um espelho, uma abertura para a conversa entre duas realidades. Passa a se saber louco, pelo menos aos olhos dos outros, ainda que não seja assim como se vê a si. A solidão da loucura cria mínimas condições de comunicação, mais especificamente a vontade de não estar só, que faz diferença de sentido, um querer ir ao encontro do outro para compartilhar algum lugar comum. É assim que, ainda em momento de surto psicótico do humor, exaurido pelo excesso de sentido que a realidade parecia nos significar a cada nova micro interação com o meio, pudemos criar cumplicidade para atos simples, cotidianos, que nos davam aparência de normalidade. Ser capaz de não perder um avião, por exemplo, e ao mesmo tempo ter a convicção de que é o controle sobre as próprias emoções, e não o comandante, o que verdadeiramente faz funcionar bem ou mal a aeronave. Não se convence uma tripulação com essa ideia. Traços paranoicos vividos em massa, por outro lado, não conhecem a solidão da loucura e nem seu estigma. Eles são vividos nos encontros cotidianos de iguais que se legitimam, se reforçam em manifestações e protestos normatizados por um senso do que é a prática da cidadania. Assim são capazes de atualizar a normatização dos traços paranoicos — não em decorrência dos freios da auto reflexividade que pode levar um louco a se reconhecer como tal, e ao saber-se delirante ou em modo de pensamento diferente dos outros, por isso, vir a criar acordos de relacionamento normatizado —, mas pela articulação em protestos reais ou virtuais, em redes sociais de mútuo reforço dos mesmos traços paranoicos. O espaço de auto-reflexividade torna-se desnecessário, suprimido pela força de sentido oferecido pela comunicação em rede.

A cidadania brasileira com traços de paranoia é a pista que usamos para organizar uma nova *coincidentação* de narrativa e dar sentido ao percurso errante neste retorno. O escrutínio jurídico-parlamentar da presidente, de um país polarizado politicamente, denunciou as operações dos bancos públicos, como principal argumento para a punição do desviante, a presidente. *Concidentamos* o acaso de os bancos estarem em destaque em nosso retorno, visto que justamente a sua transparência e ajuste de conduta era a nossa paixão pré-tese. E apenas esse micro sentido nos faz querer abordar aqui, minimamente, esse evento, pensando com a nossa lente.

De um lado, a mitificação dos salvadores, de outro lado a denominação do Outro: Polícia Federal, Ministério Público e o Judiciário versus Partido dos Trabalhadores. O impeachment foi aprovado nas casas legislativas em agosto de 2016, com a argumentação

de realizar ajuste de conduta para responsabilização da representante eleita para a instituição máxima do país.

Os parlamentares entenderam que Dilma cometeu crime de responsabilidade ao editar três decretos de créditos suplementares sem autorização do Legislativo e ao praticar as chamadas “pedaladas fiscais” que consistiram no atraso de pagamentos ao Banco do Brasil por subsídios agrícolas referentes ao Plano Safra. (SITE G1, 2017)<sup>121</sup>

O acontecimento, interpretado apenas pelo viés dos procedimentos burocráticos, seria um ato de correção e prestação de contas, *accountability* política-administrativa de sentido horizontal, entre poderes pares. Ainda que se desconfie da participação internacional<sup>122</sup>, o discurso prevalecente defendia o aperfeiçoamento das instituições e do combate à corrupção. Seguiu protocolos, normativas previstas pela constituição federal e a legislação nacional<sup>123</sup>. Mas no âmbito informal da democracia, como destaca Steven Levitsky (Palestra Fundação FHC, 2018)<sup>124</sup>, o acontecimento reflete o desgaste de dois princípios: 1) o da tolerância com o adversário político, especialmente na escolha de uma comunicação pública não depreciativa; e 2) o auto-freio em recorrer ao poder formal legalista contra o adversário. Sem refletir essa dimensão informal, o acontecimento

---

<sup>121</sup> SITE G1. Defesa de Dilma diz que processo de impeachment foi ‘nulo’ e motivado por ‘decisões imorais’. Disponível dia 09/02/2019 em < <https://g1.globo.com/politica/noticia/defesa-de-dilma-diz-que-processo-de-impeachment-foi-nulo-e-motivado-por-decisoes-imorais.ghtml> >

<sup>122</sup> O jornalista Pepe Escobar considera que o país participou de uma guerra híbrida, conceito que não considera como mais relevante o aparato militar, mas a junção de fatores do sistema midiático, judiciário, empresarial e políticos para desestruturar um país por dentro. Ver a entrevista concedida pelo jornalista à TV 247, *Pepe Escobar: O Brasil É Alvo De Uma Guerra Híbrida* < <https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/347245/Pepe-Escobar-o-Brasil-é-alvo-de-uma-guerrahíbrida.htm> >; acesso em 09/10/2018.

<sup>123</sup> “Art. 167. São vedados: [...] V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes. A Lei 10.028/2000: Art. 10. São crimes de responsabilidade contra a lei orçamentária: [...] Ordenar ou autorizar a abertura de crédito em desacordo com os limites estabelecidos pelo Senado Federal, sem fundamento na lei orçamentária ou na de crédito adicional ou com inobservância de prescrição legal; A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Nº 101/2000): Art. 36 É proibida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que o controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo. A Lei 10.028/2000: Art. 10. São crimes de responsabilidade contra a lei orçamentária: [...] 9) ordenar ou autorizar, em desacordo com a lei, a realização de operação de crédito com qualquer um dos demais entes da Federação, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que na forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente. Lei 10.028/2000 Art. 10. São crimes de responsabilidade contra a lei orçamentária: [...] 7) deixar de promover ou de ordenar, na forma da lei, o cancelamento, a amortização ou a constituição de reserva para anular os efeitos de operação de crédito realizada com inobservância de limite, condição ou montante estabelecido em lei.” BRASIL. Constituição Federal. Brasília: Senado Federal. Disponível dia 09/02/2019 em: < [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/art\\_167\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_167_.asp) >

<sup>124</sup> Ver a palestra disponível dia 05/10/2018 em: < <https://youtu.be/8bX7EdK0-1M> >

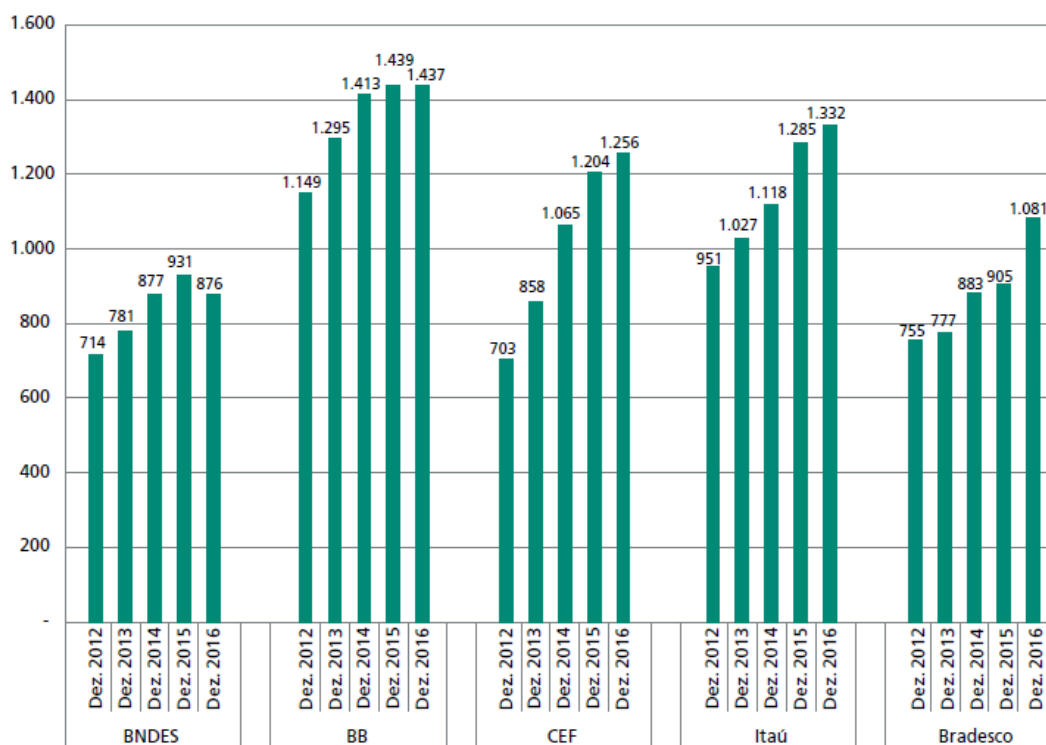
representa, segundo Levitsky, um *hardball* constitucional, um jogo duro, o que por si só já é um sinal da degradação democrática.

Para o Brasil das ruas, no entanto, a licença social informal começa a ser explicitamente perdida em 2013. As ruas foram a mensagem de que era preciso radicalizar a democracia. Mas a consequência talvez tenha sido o fortalecimento da lógica burocrática na *accountability social*.

Curioso que à época, Castells já falava com preocupação das reações às propostas da presidente. Ele citou as desqualificações da “intenção democratizante” e as “batalhas procedimentais e guerrilha judicial” que vieram após o anúncio como “prova da profunda inquietude da classe política ante a possibilidade de aliança entre um movimento social autônomo e uma Presidência democrática e democratizante” (...) “O resultado dessa inovadora interação entre a política nas ruas e a política nas instituições é, no momento em que escrevo este texto, julho de 2013, uma questão em aberto”, disse à época. (CASTELLS, 2014 apud ELLWANGER, 2018, p.128)

Como dar mais poder democrático de comunicação ao desenvolvimento? Após a errância *relativa-relacional* a Oxford, em que não houve responsividade do BNDES aos propósitos da pesquisa, não se podendo avaliar o poder de comunicação da instituição, nem qualificar esse poder como favorável à participação cidadã, buscamos encarnar a experiência da cidadania no pesquisador. A responsividade seria útil para em momentos como este podermos defender o caráter público da instituição, prevenindo crises, inclusive as políticas relacionadas ao modelo de desenvolvimento. O *hardball* poderia ter sido evitado caso as duas instituições bancárias em questão tivessem, desde a sua micro história no relacionamento com sujeitos individuais, trabalhado para radicalizar a democracia via a Comunicação para o seu Desenvolvimento, ampliando o presente do cidadão. A capacidade dele de responsabilmente se implicar com o volume de valores que circula em suas instituições bancárias. E não são poucos valores. Os orçamentos dos bancos de desenvolvimento são um dos principais orçamentos de investimento disponíveis para algumas políticas, nacionais ou municipais. Valores crescentes ano a ano, como podemos ver no gráfico abaixo que compara os ativos totais de três bancos públicos — BNDES, Caixa Econômica (CEF) e Banco do Brasil (BB) — a outros dois grandes bancos nacionais privados. A perda de crescimento no ano do impeachment se verifica apenas nos dois primeiros casos públicos.

Figura 4: Ativo total dos cinco maiores bancos nacionais – 2012-2016



Fonte: BNDES

Em função da deficiência na democracia radical de participação da população, no complexo modo *financeirizado* do desenvolvimento capitalista operar, sendo excluída de construir o significado dessa realidade em suas mentes, especialistas oficiais em monitoramento do funcionamento público — a *accountability política-administrativa* — são facilmente mobilizados para realizar obrigações morais, técnicas ainda que desobrigados de construir a significação dessa realidade com os eleitores. O sentido com o qual estão compromissados é, pela natureza da sua função, mais técnico e especializado, nem sempre comunicativo à massa de leigos que, por sua vez, também representam, ora politicamente ora burocraticamente.

Exatamente por essa pista, a da manutenção da lógica burocráticas da democracia para destituir, no sistema presidencialista, a candidata eleita pela maioria, é possível defender também a hipótese de que tal acontecimento seja mais um sinal de inclusão da realidade brasileira em um contexto global de pós-democratização (CROUCH, 2000; SINTOMER, 2017; BROWN, 2015; DARDOT e LAVAL, 2016), *de-democratization*



(SINTOMER, 2017) ou desdemocracia (TILLY, 2013). O evento passou a ser referido como um golpe jurídico-parlamentar de Estado, com inúmeras universidades públicas abrindo turmas para estudar o tema.

(...) parece haver indícios suficientes que permitem a caracterização do estado brasileiro atual como “autoritário-burocrático-judicial” – esse exercício analítico exigiria a revisita adaptada e atualizada da clássica tese de Guillermo O’Donnell sobre o “estado burocrático-autoritário”, inaugurado na Argentina e espreado aos outros países do Cone Sul (BALLESTRIN, 2017, p.17)

Como o Estado não é monolítico, e nem é a todo tempo o mesmo, entendemos que os traços do delírio de grandiosidade do Estado brasileiro sempre estiveram presentes, mas em raras situações em favor de gerar informalidades que criassem maior participação dos traços paranoicos do cidadão. O nosso lugar errante, no retorno ao Brasil também errante, parece demonstrar que o cidadão ele mesmo passa por um movimento de perder o seu lugar.

Discursivamente, o insulto, a ofensa, a agressão, tornam-se linguagem comum de uma forma de fazer política (questionável posto que não política) nas redes sociais virtuais, na televisão, nos metrô, nas ruas. Cada vez mais a eliminação do outro é incorporada pelo léxico da pós-democracia, em um sentido oposto à passividade amorfa implícita na citação acima. O prefixo “pós” vai dando lugar ao “anti”, com ajuda indispensável do crescente elogio à ignorância e ao antiintelectualismo (Sousa Santos, 2016; San Martín, 2017 apud BALLESTRIN, 2017, pp.13,14).

O mal-estar da civilização do século XXI constrói um sujeito pós-democrático depressivo, impaciente, ansioso, individualista, consumista. (BALLESTRIN, 2017, p.14)

No ano inicial da narrativa desta errância, em 2015 no Brasil, foram vendidas vinte e três milhões de caixas de clonazepam. O ansiolítico controlado teve salto gigantesco nas vendas comparado à 2007, quando 29 mil caixas foram vendidas (MATUOKA apud BALLESTRIN, 2017, p.15). Como significar esse meio? E realizar a promessa de deixar Praga para nos cuidar entre os nossos, em algum espírito comum de Nação. Como conseguir pertencimento e *des-envolvimento* da loucura quando até para viver a realidade, não se deve excluir a própria loucura. A tese desta errância relativo-relacional ao Brasil considera ser preciso ir com ela, a loucura, e entender ser necessário recorrer a padrões de pensamento que estão intimamente ligados a traços paranoicos. Para o cuidado de si mas também para fazer uma compreensão alinhada à verdade de desvelamento sobre o principal evento político do país. Pensando com ela, a loucura não seria apenas *extra-ordinariedade*, mas o mais novo instrumento ao controle. Ela que talvez um dia tenha pertencido exclusivamente ao campo observado apenas pelo paradigma da liberdade como essência da verdade, aquele no qual é a liberdade que possui o homem e não o

contrário, passa sob esta outra ótica a um *des-envolvimento* de paradigma: o da verdade por adequação. E normatizada pela Política e a Comunicação, não mais exclusividade da Medicina, a loucura e nossos trações paranoicos de cidadão, com eles entramos nos jogos de controle, mais e mais informal, no sentido desburocratizado quando diz respeito aos leigos no ambiente político das complexas democracias do tempo financeirizado. Fazemos disso a hipótese errante neste percurso Relativo Relacional ao Brasil. E esclarecemos com Marx, ressaltando ao contrário dele, que é processo de controle e poder com crescente informalidade e subjetivação:

As leis e as instituições da democracia formal são as aparências por trás das quais e os instrumentos com os quais se exerce o poder da classe burguesa. A luta contra essas aparências tornou-se então as vias para uma democracia real, uma democracia em que a liberdade e a igualdade não seriam mais representadas nas instituições da lei e do Estado, mas seriam encarnadas nas próprias formas da vida material e da experiência sensível. (RANCIERE, 2014, p.9)

Esse modo Marxista de criticar a democracia, assim como o modo liberal, em que a crítica vai no sentido de afirmar que é preciso aproveitar o máximo dela para o governo dos melhores, estariam, ambas, se tornando críticas ultrapassadas dando lugar a uma nova. Talvez não apenas crítica, mais grave, ódio: com foco no cidadão da democracia.

Nenhum reivindica uma democracia mais real. Ao contrário, todos dizem que ela já é real demais. Nenhum se queixa das instituições que dizem encarnar o poder do povo nem propõe medidas para restringir esse poder. (...) Para eles, a democracia não é uma forma de governo corrompido, mas uma crise de civilização que afeta a sociedade e o Estado através dela. (RANCIERE, 2014, p.10)

Portanto, o retorno para o Brasil significou uma *coincidência* entre o nós pesquisador errante, para o nós cidadão, que precisava exercitar o cuidado de si e reaprender a ser tanto pesquisador como cidadão. E ver que não estávamos só em nossos traços paranoicos, mas exercitar a comunicação desse desenvolvimento numa comunidade de aprendizagem informal. Ir em busca da democracia que, a nós parecia, se distanciava do cidadão leigo de base em benefícios apenas dos especialistas políticos-administrativos. O Brasil era um acaso abstrato de mais para seguir a errância. Foi preciso situar um espaço absoluto mais próximo. Este serviço da aprendizagem é realizado em Niterói e mais especificamente nas vizinhanças do lar, numa rede de cidadãos também engajados com os trabalhos de cuidado do meio, seja no aspecto emergencial extremamente local e imediato até no aspecto do planejamento urbano de longo prazo.

Em tupi, Niterói significa “Água escondida”. A nós isso faz *coincidentação* espirituosa às teses Filosófica e Antropológica, em função da proximidade semântica com mistério e à verdade de desvelamento. A ocupação territorial indígena predominou entre 1573 e 1866, oficializada pelo aldeamento concedido ao chefe dos termininós, Martins Afonso de Souza, nome cristão de Arariboia. Atualmente é um dos 21 municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro<sup>125</sup>, tem população estimada em 499 mil pessoas<sup>126</sup> sendo o quinto maior no estado. Figura de longe, em vinte anos de série histórica, como a cidade mais bem qualificada representando toda a região fluminense nas pesquisas para o Indicador de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Mas no indicador formulado por Sen (2000) para conceber o desenvolvimento como liberdade humana, no ranking nacional, o município vem perdendo posições entre os sete melhores. Dividiu em 1991 o terceiro lugar com Florianópolis, indo para a quinta posição no ano 2000 e sétima posição em 2010.

Tabela 5: IDHM de Niterói nos anos de 1991, 2000 e 2010

Ano	Posição	IDHM	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
2010	7	0,837	0,887	0,854	0,773
2000	5	0,771	0,851	0,788	0,684
1991	3	0,681	0,790	0,717	0,557

Fonte: PNUD Brasil<sup>127</sup>

Isoladamente, a cidade avançou no conjunto renda, longevidade e, principalmente, educação. No entanto, se comparada com o avanço das outras seis cidades para as quais

<sup>125</sup> A Região Metropolitana do Rio de Janeiro responde por 74% da população do Estado, segundo estimativas do IBGE. Criada pela Lei Complementar Federal nº 20, de 1º de julho de 1974, inicialmente com 14 municípios, cresceu ao longo do tempo em área e composição de municípios. A Lei Complementar Estadual nº 158 de 2013 institui a Região Metropolitana do Rio de Janeiro com os seguintes municípios: Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica, Tanguá, Itaguaí, Rio Bonito e Cachoeiras de Macacu

<sup>126</sup> Estimativa relativa ao ano de 2017 disponível no dia 30/01/2018 em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/niteroi/panorama>

<sup>127</sup> Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>

Niterói perdeu posições, o fator educação é o que mais distancia a cidade foco desta nossa etapa da pesquisa das demais, chegando a quase três vezes a proporção dessa diferença.

Tabela 6: Crescimento % IDHM das 7 cidades brasileiras melhor posicionadas (1991 e 2010)

<b>Posição</b>	<b>Municípios</b>	<b>IDHM</b>	<b>Renda</b>	<b>Longevidade</b>	<b>Educação</b>
2 °	Águas de São Pedro (SP)	35%	6%	13%	104%
4 °	Balneário Camboriú (SC)	34%	16%	19%	75%
4 °	Vitória (ES)	31%	16%	20%	63%
3 °	Florianópolis (SC)	24%	14%	13%	49%
1 °	São Caetano do Sul (SP)	24%	13%	13%	49%
7 °	Niterói (RJ)	23%	12%	19%	39%
6 °	Santos (SP)	22%	9%	10%	51%

Fonte: PNUD Brasil<sup>128</sup>

Ainda em relação ao crescimento deste conjunto de sete cidades, Niterói fica em terceiro lugar com relação ao IDHM Longevidade, sexto em renda e sétimo em educação. Individualmente, melhorou neste último quesito ao longo das décadas, seguindo a tendência geral, mas não o suficiente para superar os demais municípios. Em 2015, a taxa de escolarização para pessoas de 6 a 14 anos foi de 97%, posicionando o município no 66º lugar entre os 92 do estado, e na posição 3.641º entre os 5.570 municípios brasileiros. Em geral, a cidade perde a corrida na ponta do IDHM mas não parece dar sinais de que deixará o grupo das mais bem classificadas. Mas é na educação que municípios se afasta da excelência que um dia já teve reconhecida. E é neste campo que vamos nos envolver mais proximamente, a partir das vizinhanças de nossa residência.

---

<sup>128</sup> Idem

Tabela 7: Posição das sete melhores pela diferença de crescimento de indicador entre 1991 e 2010

Posição	Municípios em 2010	IDHM		Renda		Longevidade		Educação	
2 º	Águas de São Pedro (SP)	0,220	1 º	0,046	7 º	0,105	4 º	0,420	1 º
4 º	Balneário Camboriú (SC)	0,215	2 º	0,116	2 º	0,143	1 º	0,337	2 º
4 º	Vitória (ES)	0,201	3 º	0,122	1 º	0,140	2 º	0,310	3 º
6 º	Santos (SP)	0,151	7 º	0,073	6 º	0,077	7 º	0,271	4 º
1 º	São Caetano do Sul (SP)	0,165	5 º	0,099	4 º	0,102	6 º	0,267	5 º
3 º	Florianópolis (SC)	0,166	4 º	0,107	3 º	0,102	5 º	0,262	6 º
7 º	Niterói (RJ)	0,156	6 º	0,097	5 º	0,137	3 º	0,216	7 º

Fonte: PNUD Brasil<sup>129</sup>

---

<sup>129</sup> Idem

Na dinâmica da região metropolitana, a cidade é referenciada popularmente como dormitório, em função de um movimento pendular no fluxo de pessoas que trabalham na capital e retornam às suas casas percorrendo longas distâncias diariamente. Fez parte de nossa micro história como morador mas também é realidade que ultrapassa quatro décadas, a partir da lei complementar n.º 20, de 1974, efetivar a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, implantando em 1975 o novo Estado do Rio de Janeiro e retirando de Niterói a condição de capital. A consequência foi o esvaziamento político e econômico da cidade, processo mitigado com o projeto de desenvolvimento econômico da ditadura militar brasileira para região com a construção da Ponte Rio-Niterói. A obra, por sua vez, fomentou a produção imobiliária “nas áreas centrais e bairros litorâneos consolidados da Zona Sul (Icaraí e Santa Rosa), além de redirecionar a ocupação para áreas expansivas da cidade, como as regiões Oceânica e Pendotiba.” (NITEROI, 2010 apud IBGE, 2019)<sup>130</sup>.

As estatísticas salariais reforçam a percepção de cidade dormitório. O melhor município do estado em termos de indicadores do desenvolvimento humano não é onde se pagam os melhores salários. O movimento pendular no fluxo populacional traduz um pouco dessa diferença de baixo retorno salarial mas altas expectativas de condições de vida. A média mensal dos trabalhadores formais em 2015 era de 3,2 salários mínimos, o que posiciona a cidade em nono lugar no Estado e na 154ª posição nacional.<sup>131</sup> Ainda assim, a maior renda média domiciliar do estado é de Niterói, em 9.494,79 reais, terceira maior do país, à frente da capital do estado em nove posições<sup>132</sup>.

Em termos de Produto Interno Bruto per capita, até antes de 2013 a capital tinha números superiores à Niterói, que ultrapassa o Rio de Janeiro. Cada niteroiense correspondia naquele ano a 51.779,62 mil reais de PIB, per capita, em comparação a 49.527,98 mil reais de equivalência de um carioca, que passa a registrar um atraso de quase um ano para atingir números próximos ao do município fluminense. Não há como afirmar que essa diferença será uma tendência. Mas a autonomia financeira de Niterói é considerada acima da média nacional, boa parte do orçamento do município é gerado internamente, com atividades de serviços respondendo pelo dobro da industrial, e baixa

---

<sup>130</sup> Disponível em 30/01/2018: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/niteroi/historico>

<sup>131</sup> Relativos ao ano de 2015 disponível em 30/01/2018 em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/niteroi/panorama>

<sup>132</sup> <https://geofusion.com.br/imprensa-e-noticias/estudo-revela-as-20-cidades-com-maior-renda-media-do-brasil-veja-ranking/>

atividade rural. Os custos para sustentar a burocracia niteroiense também é considerado bom, segundo o anuário FIRJAN (2017) sobre municípios. Niterói ultrapassa os 40% de gastos com pessoal mas se mantém abaixo do prudencial, sem comprometer 57% da sua receita com pessoal; junta-se assim a outros 1.322 municípios com conceito B, num universo total de 4.544 municípios em 2016.

A cidade tem ainda tradição em fornecer lideranças políticas para o cenário estadual e nacional, especialmente no poder legislativo. No momento da pesquisa, um desses nomes é o do ex-vereador Comte Bittencourt, deputado Estadual que, apesar de eleito à Vice-Prefeito de Niterói nunca chegou a assumir o cargo que, nessa ausência, passa a ser ocupado pelo Presidente da Câmara dos Vereadores.<sup>133</sup> Outro nome é o ex-prefeito de Niterói e ex-governador do Rio, Moreira Franco, que ocupa o cargo de ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República do Brasil.

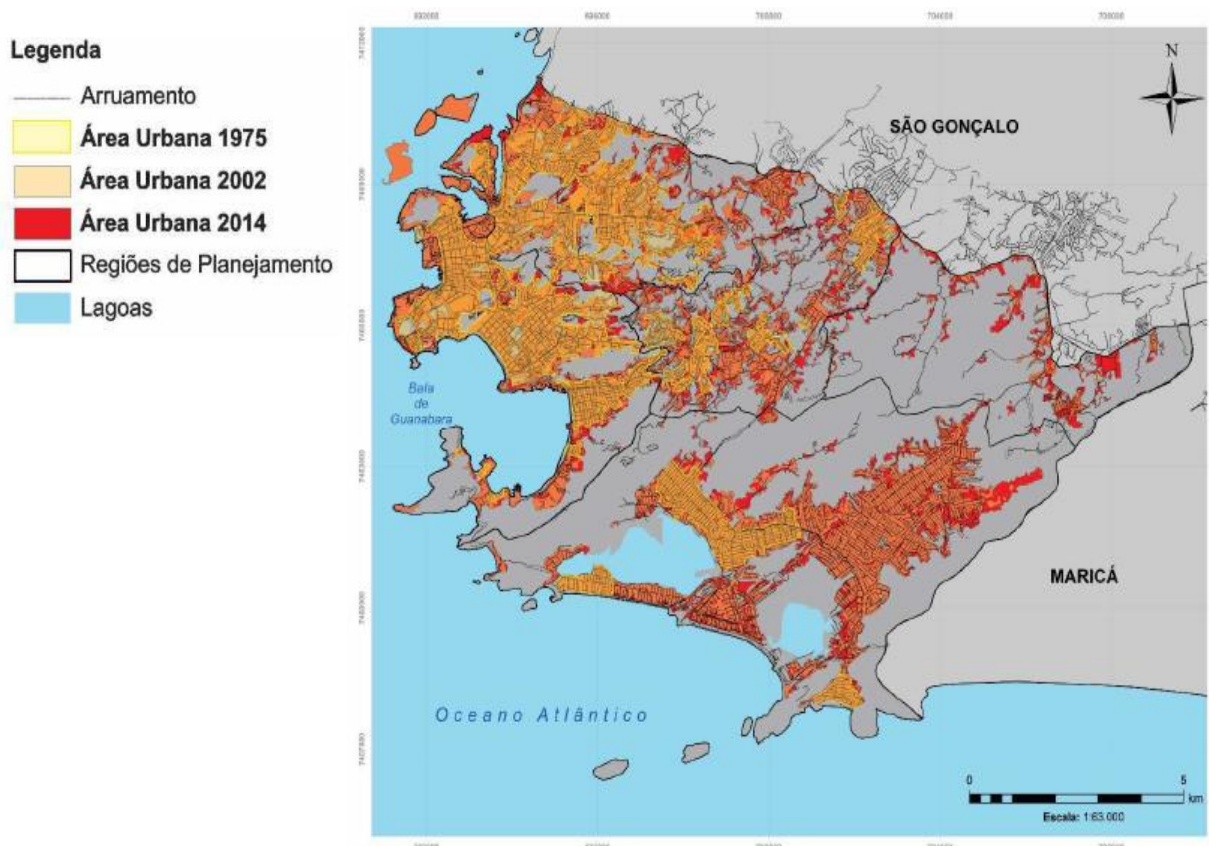
A posição de excelência nacional nos IDHM e a relevância política, estadual e nacional, mantido o caráter interiorano com o fim do Estado da Guanabara, torna o município um cenário característico para nossa Tese & Ação de Comunicação ao Desenvolvimento. Será neste ambiente de errância que o pesquisador, aos acasos das conexões relacionais com o espaço, é direcionado às mobilizações da revisão do Plano Diretor da cidade, para o exercício da cidadania com organizações formais e informais dos movimentos sociais locais. A revisão do Plano Diretor ocorre após um enorme crescimento populacional e, principalmente, urbano sobre área verde. Entre 1970 e 2010, a população de Niterói cresceu 50%, enquanto a área urbana, entre 1974 e 2014, cresceu 310%. (PREFEITURA DE NITERÓI, 2019a, p.28)<sup>134</sup>.

---

<sup>133</sup> <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/vice-prefeito-eleito-de-niteroi-deve-desistir-de-cargo-22178012>

<sup>134</sup> PREFEITURA DE NITERÓI. Apresentação da 1ª audiência pública legislativa: Macrozoneamento. Disponível dia 29/01/2019 em [http://urbanismo.niteroi.rj.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/pd2017\\_audiencia\\_legislativa\\_1\\_macrozoneamento.pdf](http://urbanismo.niteroi.rj.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/pd2017_audiencia_legislativa_1_macrozoneamento.pdf) >

Figura 5: Avanço da área urbana de Niterói entre 1975-2014



Fonte: PREFEITURA DE NITERÓI, 2019

Como se observa no mapa acima, boa parte desse avanço se deu sobre áreas de mata atlântica e bacias hidrográficas, como a Bacia de Itaipu e Piratininga, na Região Oceânica da cidade.<sup>135</sup>

O material de introdução à revisão do Plano Diretor da cidade, afirma que Niterói não está livre de problemas “como o crescimento desordenado e a redução de áreas verdes, que se refletem em impactos negativos como perda de competitividade, poluição ambiental, congestionamentos, acidentes frequentes, transporte público insuficiente e ineficiente.” (PREFEITURA DE NITERÓI, 2019b, p.4). A FGV, sobre os cenários futuros da cidade, detalha esses pontos:

Ao longo do tempo, a relação entre os usos do solo e os mecanismos de proteção e conservação ambiental provocaram consequências (positivas e negativas) para o município: positivas foi a manutenção de fragmentos florestais, principalmente, na Região Oceânica, Pendotiba e Leste e a conservação dos sistemas lagunares, que ao longo do tempo sofreram com a

<sup>135</sup> Entre 2002 e 2014, do total de 8,7km<sup>2</sup> de área expandida, 31,8% foram na Região Oceânica, 23,3%, em Pendotiba, 18,5% no Norte, 17% no Leste e 9,4% em Praias da Baía. (FGV PROJETOS, 2015, p.21)



pressão imobiliária, mas que foi contornada pelos mecanismos de preservação e conservação; negativamente, as áreas verdes tiveram perda de área, principalmente, nos fragmentos que não foram correlacionados com categorias do zoneamento ambiental urbano mais restritivas ou protegidos por uma unidade de conservação de proteção integral foram objetos de questionamentos ou intervenção por parte da dinâmica urbana. Assim como os rios e córregos que foram incorporados no processo de impermeabilização do solo e pelas interferências na implantação de infraestrutura urbana. (BRASÍLICO; FINGUERUT; FGV PROJETOS; 2015, p.p. 12-13)

Outro exemplo, foi a pressão da dinâmica imobiliária sobre os sistemas lagunares de Niterói, que além de deteriorar as áreas de inundação e recarga dos sistemas lagunares, aumentam as áreas de risco e agravam os problemas ambientais desse ecossistema, como a poluição e a perda de biodiversidade. Por esses motivos torna-se de extrema importância nessa revisão do PDDU considerar nos cenários futuros um processo de regulação dos mecanismos de zoneamento ambiental, que auxiliem no controle desse tipo de expansão, com a incorporação de categorias de usos ambientais mais restritivos nas unidades ambientais mais importantes do município de Niterói. ((BRASÍLICO; FINGUERUT; FGV PROJETOS; p. 13)

Mais um peso a favor da nossa errância relacional é o fato do território também permitir estabelecer um nexo de *coincidencição* com a micro história apresentada na seção Oxford. A cidade tem empréstimos contratados, nacional e internacionalmente, em conjunto com o Estado do Rio de Janeiro e também isoladamente. Em 2013, a Lei nº 3023 instituiu o Escritório de Gestão de Projetos (EGP-NIT) vinculado à Vice Prefeitura do Município responsável por captação e intermediação “com fontes financiadoras de projetos da União, do estado do RJ, dos bancos públicos, dos bancos multilaterais, das organizações internacionais e da iniciativa privada” (FGV PROJETOS, 2015, p.41). O EGP-NIT coordena os convênios e contratos de financiamento “junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e Caixa Econômica (CEF).

No ano em que realizamos a vivência das práticas de *des-envolvimento* no cenário urbano, Niterói reformulava o seu Plano Diretor. O planejamento urbano tem como ponto de partida a formulação de uma lei municipal, principal instrumento previsto pelo Estatuto da Cidade (BRASIL, 2002, p.32) para a transparência dos planos de desenvolvimento urbano feitos a cada dez anos. A cidade já havia em 2014 iniciado o processo, cujo texto contou com pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas, e em 2017 já estava encerrado para apreciação na Câmara dos vereadores. Ao receber o texto da lei, a Câmara iniciou uma série de consultas públicas após constatar em um primeiro encontro que seria conveniente ampliar o debate com a sociedade.

É importante notar que o debate em audiências públicas ocorreu em meio a uma conjuntura marcada por pelo menos duas situações problemáticas: uma relativa à própria

cidade e outra à sua região metropolitana. Niterói viveu um atraso de uma década e meia na discussão desse plano e até janeiro de 2018 tinha como referência o plano de 1992, que deveria ter sido substituído em 2002, mas foi apenas adaptado em 2004 em alguns de seus artigos. Em relação à região metropolitana, localizamos um relatório do Banco Mundial altamente crítico em relação aos resultados alcançados pelo financiamento deste banco à elaboração do plano diretor da região metropolitana do Estado do RJ. O banco encerrou o prazo dos desembolsos para que este plano se tornasse realidade com uma frágil previsão de que ele seria apreciado nas câmaras políticas pertinentes.

Por outro lado, Niterói vivenciava o melhor momento em termos de seu orçamento de investimento. Com base em uma consulta realizada em janeiro de 2018 à prefeitura via mecanismos de transparência passiva (quando o cidadão fornece o pedido), recebemos os contratos da maior parte dos empréstimos. Cruzamos as informações fornecidas pela prefeitura com o que estava disponível no site dos bancos — transparência ativa — e observamos de início algumas poucas inconsistências. Não recebemos da prefeitura os contratos firmados com o BNDES, quando na página deste banco Niterói é citado como tendo recebido empréstimo no período.

Enquanto Niterói enviava sinais de prosperidade, o estado e a capital, Rio de Janeiro, viviam momentos de penúria orçamentária. Politicamente, a imagem do Estado propiciava clima de desconfiança generalizada. Ao todo, seis deputados não puderam iniciar o mandato na Assembleia Legislativa por estarem presos em 2019. As acusações do processo da lava jato também repercutiram na cidade de Niterói, que teve o prefeito e seu coordenador da comunicação acusados por um delator. O prefeito também terminou preso no último ano de nosso percurso errante por acusação relacionada ao sobre preço das passagens de ônibus.

### *7.5 Relativo-Relacional Zagreb*

A etapa final reflete a análise da vivência do percurso em Niterói, coletando informação sobre a cidade, a presença dos bancos nela, mas também aprofundando o autoconhecimento reflexivo. O texto inicial foi sintetizado no último ano do doutorado para conferência sobre Comunicação, Capitalismo e Mudança Social na Universidade de Zagreb, onde afinal, por questões de saúde, não pudemos comparecer. O resultado da convivência em campo foi então debatido localmente, para a própria comunidade pesquisada, no Seminário Errante organizado por nós e que contou com a presença dos

pesquisadores do Programa de Estudos Avançados (IDEA). O texto para encerrar nesta seção os experimentos relacionais precisou ser finalmente ajustado como narrativa do curso da micro história que vivemos no lugar, fruto das conversações e dos embates que nos emocionaram, das vezes em que nos tornamos parte em encontros da vida mais próxima.

(...) para compreender o curso de nossa história como seres humanos, devemos olhar o curso histórico do emocionar humano, e para revelar tal curso devemos olhar a mudança de conversações que surge da mudança no emocionar, assim como as circunstâncias que dão origem e estabilizam, em cada caso, a um novo emocionar” (MATURANA, 1993 apud FRANCO, 2001, p.241)

No processo, só compreendido no momento da escrita, a principal *extra-ordinariedade* descoberta foram as múltiplas comunidades locais, sobre as quais participamos e intervimos. O envolvimento em uma levaria a descoberta de outras, expandindo-se a noção de vizinhança e os efeitos da decisão de avizinhar-se. No local, observamos o que talvez possa ser classificado como comunidades de resistência, comunidades de projeto e comunidades mistas, seguindo como referência teórica a classificação identitária de Manuel Castells (1999). O autor serve como referência a quem se interessar em construir classificações, mas não é o nosso propósito aqui.

O percurso errante buscava apenas construir o ato de avizinhar-se. Do *ordinário* ao *extra-ordinário*, tornar-se vizinho passou a significar a decisão de ir em busca de micro movimentos urbanos nos orientado pelo critério da proximidade ao *espaço absoluto* da moradia. Entre as várias relações sociais urbanas, a de vizinhança se diferencia por trazer uma delimitação espacial compartilhada, uma rua, um bairro, uma cidade, como dispositivo motivador para a criação de interesses comuns. A ausência do Estado na incompletude da urbanização, uma rua esburacada, mal cuidada, pouco desenvolvida são no melhor dos sentidos motivos a mais para movimentar interesses de associação humana delimitada pelo compartilhamento do *espaço absoluto*.

Tendendo a agrupar-se em organizações comunitárias que, ao longo do tempo, geram um sentimento de pertença e, em última análise, em muitos casos, uma identidade cultural, comunal. (...) para que isso aconteça, faz-se necessário um processo de mobilização social, isto é, as pessoas precisam participar de movimentos urbanos, pelos quais são revelados e defendidos interesses em comum, e a vida é, de algum modo compartilhada, e um novo significado pode ser produzido. (CASTELLS, 1999, p. 79)

Mas o espaço das relações de vizinhanças é não só o materializado pela propriedade privada cercada, individualizada, em ocupação permanente ou não pela unidade familiar humana, de loteamentos coligados em duas ou três faces de divisão das

propriedades. Além desse conjunto individualizante a partir do espaço absoluto, temos também o *espaço relativo* ao território, o lugar político, cultural e econômico onde se situam nas escalas do micro local ao global.

Deixamos para trás, por exemplo, o olhar *ordinário* sobre nossas vizinhanças: a noção anterior indiferente à necessária construção de uma relação social, no espaço real ou virtual. Avizinhar-se a partir do erguer de muros, lote a lote, tornou-se obsoleto ao nosso olhar. Compreender o vizinho como algo fixo no tempo-espaço, presente apenas na casa ao lado em um determinado horário, o de descanso, é conceitualização que se basta da mediação feita pelos tijolos das paredes ou muros. A nós foi compreensível usar um conceito dinâmico, ou seja, a relação social de vizinhança, caracterizada ou como um grupo de autoajuda ou micro movimentos sociais de laços fortalecidos pelo espaço compartilhado — ainda que de origem particular, a propriedade residencial; vai além — têm aparatos técnicos para *desencaixe* (GIDDENS, 1991) e virtualização das trocas simbólicas.

Mas nem todos participam. Quem não age em comum, seja na mínima operação, unilateral, de envio de informações; até a coligação máxima, de interações complexas para construir projetos, reterritorializar espaços urbanos degradados, não é aqui referenciado pela palavra vizinho. Abandonamos da nossa errância o olhar sobre o espaço absoluto como vetor de definição da vizinhança, o conjunto de casas desconhecidas, com habitantes sem nomes ou número de telefone, sem interesses conhecidos e com os quais não tinha sequer micronarrativas.

Passamos a ter o sentimento, particular mas com efeitos coletivos, de pertencimento. Identificação que é não só ao espaço, mas também à noção comum do tempo que se faz desse lugar, seja do seu passado, presente ou do que se deseja dele para o futuro. Mais do que situado, a pesquisa parte do espaço habitado. O que significa que o nosso sujeito por si também é observado no decorrer das transformações do olhar, do duplo des-envolver-se. E do agir, que no caso é territorializar, isto é, fazer a ocupação simbólica e social. “Territórios que são no fundo relações sociais projetadas no espaço,

que espaços concretos” (SOUZA, 1995, p. 87)<sup>136</sup>. E a projeção das relações sociais sobre o espaço podem ser pelo menos de três tipos:

Política (referida as relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.

Cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como um produto de apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.

Econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo. (HAESBAERT, 2004, p.40)

Sob o efeito moderno do *desencaixe* (GIDDENS, 1991), especificamente o ocasionado pelas mídias, pessoas que antes se definiam apenas pela proximidade de muros foram garantir a territorialização do bairro nos centros de poder da cidade. A câmara legislativa, as audiências públicas sobre o plano diretor, as reuniões com o poder executivo, as entrevistas em jornais, a criação de eventos simbólicos de abraços a lagoas em perigo. Parte dessas andanças foram registradas em vídeos, produzidos do nosso celular, editadas e disseminadas quase instantaneamente nas próprias redes dos vizinhos, retroalimentado o envolvimento nas causas.

*Des-envolvido* da nossa noção do avizinhar que nos era ordinária, nos envolvemos com microfísicos extra-ordinários. O principal efeito desse envolvimento foi ser mobilizado a ocupar, pelos sentidos das vizinhanças, as instituições que nos sustentam, os espaços de ofício, no nosso caso, a pós-graduação. A tese foi aqui ação de promover esses encontros, cuida da nossa ressocialização.

### Engenho do Mato

Vivemos um período de imersão no bairro Engenho do Manto desde abril de 2017 até o encerramento da tese em 2019. O bairro se caracteriza geograficamente como um dos últimos territórios de avanço da urbanização de Niterói. É um loteamento que até a década de 1960 era um empreendimento agrário, em concorrência com o município de São

---

<sup>136</sup> Agradecemos a fonte apresentada a nós pela Luísa Marques, vizinha de bairro, articulada conosco através do território da Biblioteca Engenho do Mato, onde dividimos as tarefas de voluntários, membros da autogestão e também sócios informais, no Movimento Informal, em que compartilhamos além do escritório caseiro também pesquisas das ciências humanas.

Gonçalo. Atualmente registra cerca de 15 mil habitantes, que diferentemente do restante da região oceânica, é de maioria não flutuante, ou seja, permanece ao longo do dia no território.

Os espaços de nossa articulação são reais e virtuais, expandindo-se em redes interpessoais frente a frente, casa a casa, que pode ser exclusivamente midiáticas ou não. Mas todos os laços têm algum referencial territorial, um senso de proximidade de área de habitação. Podem ser prédios abandonados em recuperação por mutirões comunitários, como a Biblioteca Engenho do Mato (BEM); um terreno público abandonado em disputa por novas e antigas lideranças políticas, Parque Rural, até as denominações classificatórias do bairro no plano urbano, ambos sob a rede do Movimento SOS Engenho do Mato; pode ser o futuro de uma lagoa, a de Itaipu, articulado pelo Movimento Lagoa Para Sempre ou um território projetado, como o Caminho das Águas Aruanã por uma rede de pesquisadores aliados com a maior instituição da cidade para os direitos da pessoa com deficiência. O tempo de vivência serviu para identificar áreas de interesse pessoal altamente propensas à criação de laços e hábitos comunitários.

Nossa imersão na BEM, no SOS Engenho do Mato e no Movimento Lagoa para Sempre, e outros, serviu para identificar uma série de necessidades não atendidas (ou não atendidas profissionalmente) na área de comunicação, pesquisa e desenvolvimento. Mas ainda assim, as demandas eram atendidas de modo comunitário, amador, em rede, numa espécie de gambiarra social funcional, ágil, altamente prática, dialogada, mas pouco reflexiva.

Essas demandas internas, reconhecidas ou não nos grupos, nos fez pensar nos riscos de descontinuidade dos fluxos de inovações socioculturais dos agentes locais. Risco relacionado ao esgotamento dos recursos que garantem a cooperação e a mobilização voluntária no bairro, a coexistência de diferentes, diante dos desafios do escalonamento das ações que hoje ultrapassam o bairro e as capacidades locais. Como teoria de ajuste a essa realidade arriscada, pensou-se em criar uma comunidade de reflexão e inovação, que identificasse e atendesse tais gargalos sem descaracterizar as práticas que já são parte da cultura de cidadania do território, pois parece correta a afirmação que diz:

É necessário um número surpreendentemente baixo de pessoas que estabeleçam ligação, em comparação com a população total, para consolidar o distrito como uma Entidade real. Bastam cerca de cem pessoas numa população mil vezes maior. Mas essas pessoas precisam dispor de tempo para se descobrir em umas às outras, para investir em colaboração proveitosa e

também para criar raízes nos diversos bairros menores locais ou de interesse específico" (JACOBS, 1961 apud FRANCO, 2001, p.87).

A demanda por qualificar a comunicação local diz respeito não só às mídias da qual os vizinhos são proprietários —redes sociais como *facebook* e *whatsapp*. Eles têm poder de geração de mídia espontânea também em jornais e até emissoras de TV. Em um dos casos, a principal emissora de televisão do país, nos procurou para gravar uma simples troca de alimentos entre os vizinhos na principal praça do bairro. Ainda que não tenha ocorrido a visita, a mera procura da emissora e contato, diz da capacidade dos grupos locais despertarem o envolvimento com os *gatekeepers* tradicionais nas redes de comunicação de sentido único, como jornal e TV. E diz nesse encontro, ou desencontro, o desconhecimento em realizar um atendimento de imprensa profissionalizado, com preocupações leigas de controle sobre a edição da narrativa final, receios que poderiam ser sanados pelo que o próprio campo da comunicação produz como técnica para quem é focalizado pela mídia de massa tradicional. Nosso envolvimento no grupo, como suposto “especialista”, não era critério definitivo, já que a opinião da maioria ou o mero acaso representado pela disponibilidade de tempo de cada um eram fatores mais decisivos. Os traços paranoicos de cidadania relativo ao clima de tensão vivido no país e na cidade, somado a outros detalhes de incompatibilidade de agenda, acabou por revelar a resistência local à emissora e a incompatibilidade de agenda.

Participamos em diferentes momentos e períodos de tempo em cada grupo. Além do distinto tempo de exposição às interações sujeito a sujeito, também foi desigual o grau de participação e aprofundamento da análise de cada comunidade, todas elas singulares, que se diferenciam em organização, cultura e usos das tecnologias de comunicação interna e externa. Vamos a seguir apresentar cinco dessas redes de vizinhos midiaticizados, obedecendo a ordem cronológica de nossa participação nelas como pesquisador.

#### Vila do Mato

Usamos o nome fictício de Vila do Mato para nos referir à articulação de vizinhança mais próxima à nossa residência. O recurso ficcional é apenas para preservar a imagem e não identificar nesta tese o local de moradia das pessoas vizinhas a nós, no conjunto territorial restrito a quatro ruas com cerca de cem moradias. Apesar do estatuto de associação de moradores, a identidade da Vila do Mato corresponde a um projeto de condomínio inconcluso, por restrições legais, proprietárias e a falta de consenso com este projeto. É uma cultura associativa que espelha a cultura do medo da cidade.

Os condomínios da burguesia ilustram um certo medo da cidade, condensando um estilo de vida que prima pela exclusividade, pela dose certa, em equilíbrio tenso, de ostentação e discrição, de visibilidade e segredo, pelo controle tecnológico do conforto e da segurança, pela adesão a valores superficialmente ambientais e pela perspectiva privilegiada sobre uma paisagem altamente selecionada e construída. Mas este viver “entre si” possibilita também a acumulação de capital social, pois densifica contatos entre indivíduos com papéis sociais diversos e especialmente bem posicionados em termos de acesso à informação, à qualificação e a círculos restritos de decisão, o que se traduz na ativação de círculos e redes. (LOPES, 2013, p.26)

A associação surge na década de 1990 como forma de organizar e qualificar o desenvolvimento das ruas por onde os sócios residem. A geografia de morro e floresta favorece que o local seja acessado apenas por duas vias, onde os moradores ergueram guaritas sendo uma delas também portaria, com um funcionário contratado pela associação. Nem todos os moradores contribuem para as despesas e investimentos comuns no território. O modelo de organização se assemelha a de outros locais dos bairros da Região Oceânica de Niterói. E desde a redemocratização brasileira foi a forma de substituir as ausências do Estado em diversas áreas, segurança pública, saneamento, iluminação pública, manutenção das vias.

A principal forma de envolvimento aqui foi em grupo de *whatsapp*. Criamos um horário de debate, batizado de café virtual, para avançar as decisões diversas que variavam desde a segurança até as medidas para criar uma horta comunitária, por exemplo. No entanto, nossa maior participação servia para dirimir mal entendidos, incompreensões e discussões que se faziam sem pudor em público na ferramenta digital. Entendemos aí a facilidade com que as mensagens lidas somente com o recurso do texto, mediatizando a interação sujeito a sujeito, pode ser arriscada para reforçar os traços paranoicos entre os cidadãos. Ao presenciar a comunicação corporal de revolta de um vizinho com o “tom” da mensagem, supostamente impresso, por outro vizinho quando se referia a ele, víamos a falta que fazia os encontros face a face. A representação do modo de fala do Outro não tinha correspondência real à imagem da pessoa a quem se denominava ali, nossa conhecida, desconhecida em presença ao nosso interlocutor. Os repetidos conflitos, somado ao clima generalizado de inviabilidade social e “perseguição” neste microambiente foi nos desestimulando; éramos inclusive incentivados a isso por moradora e antiga liderança local. Dessa primeira tentativa, surgiu o convite para participar de movimentos mais representativos no bairro.



## SOS Engenho do Mato

O momento em que ocorreu a nossa errância de um território para outro, do local micro para o local macro — da Vila do Mato para o SOS Engenho do Mato — coincidiu com o momento de campanha do moderador dessa página no *facebook*. O jovem professor de história concorria à vaga de presidente da associação de moradores do bairro. Nesse processo, tomou para si pautas como a reconfiguração do Engenho do Mato no Plano Diretor da cidade, então em processo de consulta pública na câmara dos vereadores. Fomos convidados a participar desse movimento, especificamente em função das demandas por profissionalizar a comunicação local na forma de um jornal local impresso.

Desse universo, o movimento SOS Engenho do Mato exemplifica a projeção virtual do bairro sobre a cidade. O SOS realiza hoje a socialização midiaticizada de 19 mil pessoas, potencializando o atendimento de demandas urbanas, ambientais, sociais e culturais. O movimento conseguiu, numa espécie de lobby social ou comunitário, em rotina de diálogo com o poder legislativo e executivo, verba e o andamento das obras de revitalização do Parque Rural de Niterói; além de emendas na minuta do Plano Diretor de Niterói, determinando boa parte do bairro Engenho do Mato como Área de Preservação do Ambiente Urbano; atualmente instrui politicamente o movimento Lagoa para Sempre nos bairros de Itaipu, Camboinha e Piratininga.

Posteriormente, sentimos a necessidade de nos afastarmos do SOS em função de diferenças nos estilos do SOS e da nossa próxima rede de envolvimento em projetar a própria imagem no bairro. Para além da diferença de imagem há também uma diferença de estratégias de ação. O primeiro adota a estratégia da cobrança e negociação direta e aberta com políticos, muitos ativos na página de *facebook*, onde é possível acompanhar inclusive discussões entre os diferentes mandatos. Nossa errância pedia *des-envolvimento* na direção de outra imagem e ideal: a autonomia criativa do mutirão cidadão, desvinculado dos especialistas da política institucional.

### Biblioteca Engenho do Mato (BEM)

Na paisagem do bairro, o prédio da BEM se destaca pela arte em grafite. Ao entrar, chama atenção um coletor de óleo de cozinha, a variedade de livros, a agenda de atividades com oficinas de artes marciais, pintura, assessoria advocatícia e um curso preparatório para o ingresso na universidade. Tudo inspira que existe estrutura consolidada e organização. E tudo funciona na base dos mutirões voluntários contra o

abandono do espaço, prédio público que há mais de quinze anos não tem mais previsão orçamentária para funcionar como biblioteca, apenas o tempo, a força física e o amor das vizinhanças.

Esse movimento de ocupação, que ocorreu em um primeiro momento na praça pelos integrantes da Roda Cultural, trazendo incentivo à cultura e a leitura, e posteriormente ocupando a biblioteca abandonada, nos mostra um arranjo social e espacial feito por um grupo de pessoas mobilizadas a partir do apoio mútuo e coletivo. Sujeitos, individuais e coletivos, engajados para modificar as estruturas territoriais tradicionais, além de tornar acessível os espaços comuns, da rua, da praça, englobando toda a comunidade. (DIAS, 2018, p.46)

Atualmente, o resquício da presença do Estado ocorre nos pagamentos das contas de luz e água. O espaço, antes degradado e ocupado por pessoas em situação de crime ou vulnerabilidade social, pertence ao CIEP Ruy Frazão. Mas é gerido numa espécie de cessão informal, Ocupação Público-Comunitária autorizada ao coletivo de autogestão, isto é, cerca de vinte pessoas na maioria moradores próximos ao prédio.

A articulação da BEM como movimento social urbano, culminou em experiências únicas naquela região. A reterritorialização da comunidade, por meio de uma ocupação de um espaço público abandonado, transformou e ressignificou o antigo local em um novo lugar de trocas de experiências e conhecimentos. Aproximou as pessoas pelo cuidado com a localidade, valorizando os sentimentos de afeto e pertencimento. Se identificando com o lugar em questão, gerador de “raízes”, onde o indivíduo pode se conectar com o ambiente ao seu redor, e compreender seu lugar no mundo, e na sociedade. (DIAS, 2018, p.47)

Além do espaço absoluto do prédio da biblioteca, as pessoas se organizam no que chamam de células BEM+, recebendo em seus espaços os membros ativos da comunidade. Participamos dessa rede com nosso Escritório de Movimento Informal, criado especificamente em função de vincular a tese à rede, conforme registrado no trecho da monografia de Dias (2018):

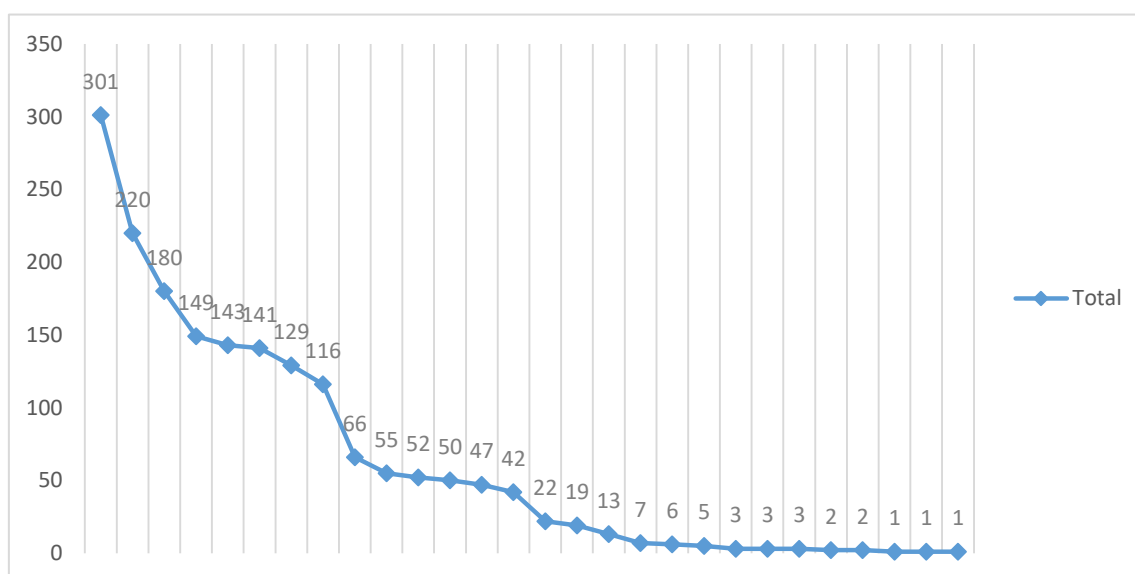
(...) voluntários interessados em trocar seus conhecimentos disponibilizam suas casas ou escritórios como forma de expansão do movimento articulado em rede, para oferecer oficinas de serralheria, fotografia, artes plásticas, edição de imagens, informática e artesanato. Temos também o chamado “Escritório de Movimento Informal” que tem como princípio assessorar e qualificar membros da autogestão que queiram seguir carreira acadêmica.

Podemos usar conceitos da pesquisa ação para melhor traduzir a errância que nos trouxe à BEM, e o maior *envolvimento* nela em detrimento dos outros movimentos do território. A Biblioteca Engenho do Mato foi escolhida por nós — território que por sua função artística-educativa exercia atração espirituosa em nós — para, dela, irradiar nosso movimento aos demais coletivos do território, servindo como “unidade específica” (BALDISSERA, 2001, p.13), ou seja, “o agrupamentos humano com alguma organicidade em sua interação” (BALDISSERA, 2001, p.13). Não confundir com a

organicidade interna, como se os demais movimentos não tivessem esse atributo, mas sim a organicidade entre o pesquisador e o grupo, dados os limites humanos de interagir socialmente. Para Baldissera (2001) essa organicidade da pesquisa ação pode ser estabelecida com “uma comunidade local, um bairro, uma cooperativa ou uma associação” (BALDISSERA, 2001, p.13), vivemos isso com a biblioteca. A nossa participação se deu com o atributo de comunicador, por um ano, vivendo ativamente o interior do grupo de autogestão. Nos transformando com ele e aprendendo a partir das suas variações em grau de atividade e participação.

Vemos o seguinte gráfico sobre a desigualdade na distribuição de engajamento dos participantes, que diz respeito aos membros da *autogestão ativos*, nome como o próprio grupo denomina em seus instrumentos de comunicação virtuais os membros dedicados à gestão. Optamos pelo *whatsapp*, fazendo um recorte entre setembro e dezembro de 2017, totalizando cerca de 1700 mensagens<sup>137</sup>.

Figura 6: Distribuição de participação no *whatsapp* da BEM (entradas)



Fonte: Elaboração própria

Observamos que o primeiro participante se distancia em quase 1/3 de número de postagens no *whatsapp* do segundo colocado. A literatura recomenda compreender esse distanciamento como uma desigualdade esperada, que reflete a desigualdade complexa na capacidade de participar quando em organizações onde não há uma chefia, hierarquia ou remuneração (SHIRKY, 2008). Ao longo de um ano percebemos que esse

<sup>137</sup> Mensagens enviadas contiguamente foram consideradas como um único envio.

desnívelamento sempre incomodou o grupo, dado a imensidão de tarefas ou funções sem a devida designação de trabalho. Em alguns casos a flutuação na participação gera frustração nos que são mais ativos, o sentimento de sobrecarga ou a percepção não necessariamente real da falta de engajamento dos demais.

Ao prolongar nossa convivência, vimos que esses sentimentos são coletivamente cuidados. Desabrocham ora em raivosos desentendimentos face a face ou midiaticizados pelo *facebook*. Podem se assemelhar às batalhas de rima do movimento Hip-Hop que está nas origens da BEM, a Roda Cultural, inclusive na sua versão de sangue, com ofensas, como explica a monografia de outra professora membro da autogestão da BEM:

(...) já em 2013, iniciou uma Roda Cultural no meu bairro, a *Roda Cultural do Engenho do Mato*, produzida por Aline Pereira, uma colega do curso de Letras da FFP, onde também havia uma batalha de rima, porém com uma diferença que aprendi naquele momento. Na *Roda do Tanque*, as batalhas eram de “Sangue”, modalidade em que os MCs devem se enfrentar com ofensas; na *Roda do Engenho*, as batalhas eram de “Conhecimento”, também chamadas de “Temáticas” ou “Ideológicas”, modalidades em que os MCs se enfrentam mostrando o conhecimento que têm sobre os temas estipulados. Encantei-me mais ainda com essa modalidade e comecei a participar ativamente dessa Roda, onde aprendi sobre o *Hip-Hop*, conheci outras batalhas e entendi a grandiosidade daquela cultura. De lá para cá, não parei mais de estudar a cultura *Hip-Hop*, ouvir *RAP* e frequentar os eventos. (SANTIAGO, 2017, p.12)

Observamos mas também vivemos nós mesmos o embate, que não eram da rima, mas das decisões cotidianas, com outros membros. Mais uma vez nos víamos imersos no repetitivo traço paranoico da cidadania que muito realiza, mas também desconfia do Outro, sobre o qual cria narrativa. E encobre o mistério da alteridade através da convicção, da certeza do saber que a intenção é inequívoca, isto é, a de ferir intencionalmente um princípio que lhe interessa: ora de transparência, ora de participação ora de confiança mútua. Uma vontade de eficácia no desenvolvimento sobrepondo a vontade de compaixão relacional ao outro.

Mas também nos cuidamos sem embates. Seja em literalmente levar ao hospital um membro que adocece ou fazer mutirões para recuperação da casa destelhada por um vendaval. Em lágrimas e acolhimento, também nos encontros de fala, expondo ao grupo a vulnerabilidade, como estamos, e a paixão urgente com que se quer tratar da falta mais coletiva: o abandono do prédio e da instituição biblioteca, que simboliza centro de comunicação entre leigos e especialistas, ao longo do tempo guardado nos livros, o desenvolvimento na sua dimensão da liberdade, a de querer saber *ser mais*.

A riqueza de possibilidade para enraizamento neste grupo, pelo menos para nós, não se assemelha aos demais, em função da carga de afeto. No início, a paixão por recuperar ou atender as faltas acaba sendo um empecilho ao entrosamento orgânico,

atropelando-se as condições de planejamento e coordenação, pois ao mesmo tempo que chegamos com nossas especialidades, realizamos a nossa ignorância sobre a cultura do coletivo. Para colocar o princípio da Comunicação ao Desenvolvimento em prática, elaboramos nos nossos laboratórios de terapia um modelo de disposição do sujeito na autogestão da BEM. Postura que privilegie a harmonia entre duas vontades potencialmente conflitantes: a de auto-compaixão e a de auto-eficácia. Consigo mesmo, mas também com o que o todo da autogestão é capaz ou não de alcançar.

As inquietações sobre as diferenças de envolvimento não cessam. Mas passam a ser assimiladas como uma ocorrência da vida, mais característica do que problema. Um dos membros nos explica essa diferença através da metáfora com o caminhar de uma matilha, em que lobos vão a frente e outros seguem mais atrás. “Todo mundo anda, uns vão à frente, outros mais atrás, troca-se de posição mas a ideia é que a gente mantenha um ritmo e esse ritmo é mantido pela velocidade que as pessoas estão podendo no momento.”<sup>138</sup> Até o desvelamento desse modo de compreender a realidade e da sua disseminação — nunca completa — entre os membros, a vontade de linearidade no desenvolvimento do grupo operava sem contrapartida que desse diversidade ao ecossistema de ideias no local. Nós consideramos a metáfora da matilha como uma expressão dos movimentos errantes de sujeitos alternando ora entre *envolvimento* e ora *des-envolvimento*.

### Movimento Lagoa para Sempre

O movimento começa em outubro de 2017. É a organização espontânea de pessoas e instituições que, na sua maioria, se conheceram e se identificaram — em agendas e causas — a partir das audiências públicas do Plano Diretor. Logo nos primeiros meses de existência conseguiu realizar assembleias abertas com mais de 60 inscritos em alguns casos. Os principais marcos foram os abraços à Laguna de Itaipu, que reuniu mais de duas mil pessoas. Além disso, o grupo conseguiu em função do quadro técnico voluntário e altamente qualificado na questão ambiental, contrapor com argumentos e apresentações aos vereadores no interior da Câmara local, os argumentos do corpo técnico da prefeitura. O investimento do poder da comunicação no entanto não surtiu o efeito esperado e o Plano Diretor foi aprovado contrapondo os alertas deste grupo de interesse ambiental. O

---

<sup>138</sup> Fala de Beto Barcellos, fotógrafo e membro da autogestão da BEM.

grupo é uma rede de resistência aos projetos imobiliários no entorno da Lagoa e questionam os cálculos e as posturas municipais como coligados aos das empreiteiras, que privilegiaria a questão econômica em detrimento não só a preservação da lagoa como também ignorando previsões pessimistas quanto as condições climáticas do local.

Foi especificamente em função ao acaso de envolvimento neste movimento de vizinhança que nos reconectamos ao Relativo-Relacional Oxford e ao tema dos bancos de desenvolvimento. A demanda pelo aspecto instrumental da comunicação para avançar o desenvolvimento valorizado pelo grupo, em resistência aos da burocracias público-empresarial foi o que nos colocou na posição de propiciar a assistência técnica na escrita de uma carta à autoridade máxima do banco de desenvolvimento que financiava<sup>139</sup> um dos maiores projetos de desenvolvimento sustentáveis em Niterói. Investimento que na verdade era coligava uma rede de outros bancos de financiamento.

No período da pesquisa o desenvolvimento urbano de Niterói era financiado no longo prazo por pelo menos quatro bancos, dois nacionais e dois internacionais: 1) Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), 65 milhões de reais; 2) Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), 350 milhões de reais; 3) Caixa Econômica Federal (CEF), 800 milhões de reais; 4) Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), 2,9 milhões de reais, sendo este último valor a fundo perdido.

A errância para este território dos acordos financeiros se deu pelos mecanismos de transparência do município. Tivemos acesso a alguns dos contratos da prefeitura com os bancos, todos eles com sedes distantes de Niterói, centros econômicos globais como Washington (EUA), Caracas (Venezuela), Brasília, Rio de Janeiro. Isso a nós revela que as redes de vizinhanças, como mecanismo de cuidado de si em meio, após o retorno ao Brasil, não é estritamente um retorno a um território alienado dos centros de decisões mais distantes. O projeto de errância local revelou ser simultaneamente global. Mais uma vez a nossa micro história no então tempo do *agora* se chocava com uma História no tempo das institucionalidades.

No caso de Niterói, os empréstimos começaram a ser uma realidade a partir de 1994, mas de modo incipiente e pontual, com intermediação financeira com a União. A prática dos empréstimos bancários nos municípios guarda relação com a transição da gestão orçamentária. Essa é uma tendência que vem se afirmando, especialmente em função das

---

<sup>139</sup> Ver anexo carta enviada à CAF

previsões da constituição de 1988, que dá autonomia federativa aos municípios. No Brasil, os municípios são responsáveis por um orçamento igual ao da Argentina e do Uruguai juntos. (FIRJAN, 2017) Em alguns períodos já superou o que era destinado aos estados. (FIRJAN, 2017). Mas de acordo com o próprio Banco Mundial essa transição não foi completa até pelo menos os anos 1990 devido a “falta de incentivos para cobrar receitas próprias” (WORLD BANK, 1993 apud BRASIL; CARNEIRO, 2010, p.94). E para cobrir essa insuficiência, estabeleceu-se um posicionamento para o relacionamento da instituição bancária com o município:

A concepção de governança incorporada à agenda urbana do Banco Mundial direciona o foco para a produtividade e competitividade das cidades, em consonância com o funcionamento da economia de mercado, crescentemente aberta e integrada, que tipifica o fenômeno da globalização (RIBEIRO, 2005). Para aumentar a produtividade, o Banco Mundial propõe que a cidade seja gerenciada como uma empresa, o que implica, de um lado, dotar o governo local de adequada capacidade operacional e, de outro, direcionar sua atuação para as atividades que são de sua competência. O que se delinea, com vistas à melhoria da capacidade operacional, são ações enfileiradas sob a designação de desenvolvimento institucional, onde se privilegia a área financeira das administrações locais, tendo como objetivo central o incremento da receita via arrecadação direta de recursos tributários. O direcionamento das ações para tarefas entendidas como sendo de competência local, por sua vez, remete à oferta de financiamento para investimentos em projetos urbanos, onde se prioriza a área de infraestrutura básica. (BRASIL; CARNEIRO, 2010, p.93)

É esse posicionamento estritamente produtivo que o movimento Lagoa para Sempre acusa nos projetos imobiliários no entorno da laguna, apontando para a possível capitalização do município com o aumento nos impostos após os investimentos da rede de bancos na cidade. Até o fechamento do nosso texto, não tivemos resposta sobre a posição da CAF. A insociabilidade bancária, se for mais uma vez confirmada, diferentemente do momento de consulta aos bancos nacionais dos BRICS, quando recusava responsividade apenas ao pesquisador no percurso Rio-Oxford, agora estaria recusando atendimento à categoria dos vizinhos mediatizados em movimento social de bairro. Impedindo a base local não burocrática de negociar globalmente os termos do seu desenvolvimento.

Por outro lado, conseguimos contactar — exclusivamente em função do capital social acumulado no coletivo dos movimentos —, a representante na Prefeitura do contrato com a CAF. A interlocução sujeito a sujeito face a face indicou para nós a possibilidade dos movimentos de vizinhança “ocuparem” com suas expertises sócio-comunitária o Escritório de Projetos, e desse entrosamento reverberar internacionalmente o poder de comunicação local.

## Rede de Pesquisadores para a Inclusão e Sustentabilidade

A Rede é um desdobramento do Lagoa para Sempre e do evento cultural realizado aos sábados no Museu de Arqueologia de Itaipu, mas principalmente, uma consequência do edital para projetos socioambientais da empresa Petrobras. Surge em abril de 2018 como em decorrência da oportunidade percebida por moradora da Região Oceânica em captar recursos para sua instituição profissional, a Associação Niteroiense dos Deficientes Físicos (Andef), mas em comum e de forma estreita aos vizinhos já articulados pelo território, a maioria professores e alunos universitários. Representou um avanço do poder de agendamento dos vizinhos midiaticizados para as suas instituições. E, na nossa análise, mais um passo da direção de uma comunicação instrumental ao desenvolvimento para uma que estruturasse por dentro a sua inserção neste desenvolvimento. A Andef acolheu a articulação de vizinhos no formato da Rede. O projeto não foi aprovado mas gerou outras articulações na cidade em defesa do território observado.

### Conclusão específica

Pensamos que todos esses grupos dos quais participamos se prestam à geração de capital social na cidade. A virtualização da interação entre vizinhos, próximos ou distantes, permite o desenvolvimento de modo tácito de habilidades cognitivas e comportamentais necessárias à participação e à cidadania nas democracias. Mais comunicação, na dimensão instrumental, pode ser levada ao encontro deste desenvolvimento de base aproveitando-se o potencial que as vizinhanças midiaticizadas representam:

A capacidade de participar e a vontade de participar de fato na vida democrática dependem não apenas da posse de certos tipos de bens que podem ser redistribuídos de uma pessoa para outra, ou de uma gama diversificada de opções participativas. Depende do acesso e imersão de um conjunto particular de normas. Isso requer que as pessoas tenham desenvolvido certos hábitos mentais e corporais a longo prazo, e que tenham desenvolvido uma auto identificação como uma pessoa que compartilha certos laços associativos com os outros e age como tal. Isto é, a participação requer certas capacidades cognitivas e atitudes mentais nos cidadãos; exige que os cidadãos não apenas tenham certas coisas, mas pensem de certas maneiras e, portanto, sejam membros de certo tipo de comunidade normativa. (PARVINL, 2018, p.39)<sup>140</sup>

---

<sup>140</sup> Tradução nossa do seguinte trecho original: The ability to participate, and the willingness to actually participate, in democratic life depends not just on the possession of certain kinds of goods which can be redistributed from one person to another, or a diverse range of participatory options. It depends upon one's access to, and immersion in, a particular set of norms. It requires people to have developed certain habits of mind and body over the long term, and to have developed a self-identification as a person who shares certain associative bonds with others and acts as such. That is, participation requires certain cognitive capacities and attitudes of mind in citizens; it requires citizens not only to have certain things but to think



Nesse sentido, esses territórios de articulação de vizinhanças talvez possam ser consideradas comunidades de aprendizagem aberta, em modalidades que variam em função da natureza da associação mas também do modo como se relacionamentos com as mídias. Aprendizagem para sociabilidade, a politização e também para a instrumentalidade técnica da comunicação social. A partir do momento em que pedimos para participar do grupo de *whatsapp* da associação de moradores que cuida de um conjunto de quatro ruas, inclusive a nossa, percebemos que nosso espaço relacional se alterou. O imaginário de uma sociedade de vizinhos distantes e no geral desconhecidos era substituído pela formação de uma comunidade próxima, até altas horas da noite, em discussões midiáticas por celular. Algumas pessoas só conhecíamos pelo aparelho. Outras passeamos a frequentar a casa em função do aparelho, a ponto de descobrir que no conjunto de quatro ruas não éramos os únicos em tratamento do mesmo diagnóstico.

Chamamos portanto de vizinhos midiáticos não apenas a rede social, tecnológica, política ou cultural, mas incluímos aí um processo de virtualização do território, que leva seus efeitos do território real para o ambiente virtual, aumentando o seu potencial criador de capital social, a aprendizagem de novos hábitos e habilidades cognitivas de ação coordenada entre vizinhos. Seja o zoneamento urbanístico, a ocupação cultural de um prédio abandonado, uma lagoa, um terreno ameaçado por poder contrário aos interesses da vizinhança. A mudança social desse ator negocia novas classificações, reterritorializações de espaços abandonados, e, por fim, para expandir a territorialização pela rede para além do loteamento residencial, indo às instituições de trabalho

Como vimos, desentendimentos, conversações frágeis ou frouxas, isto é, que se polarizam ou estão fora do foco da causa em questão por cada um dos grupos tendem a desestimular a participação. Mas apesar dessas variações, no território onde se vive são construídas alianças, pelo território ele mesmo, capazes de atar laços fortes, em que as diferenças ou rupturas eventuais vividas no processo não impedem o seguimento da agenda local. O que ocorre é a pulverização das iniciativas, um desenvolvimento não linear mas arbóreo, ramificando-se em segmentações conforme afinidades, interesses não apenas de causa, mas também no entrosamento dos sujeitos envolvidos.

Os traços paranoicos são observados não só no sentido vertical, mas também horizontal, entre pares. Desconfia-se da entonação imaginada a um texto de *whatsapp*,

---

in certain ways and, hence, to be a member of a certain kind of normative community. (PARVINL, 2018, p.39)

dos sentidos de uma palavra no *facebook*, ou até mesmo de uma lágrima derramada sujeito a sujeito, face a face. Não queremos dizer com isso que não possa haver verdade quando essa denominação do Outro ocorre, mas destacamos a maneira excessivamente colada como se vive a essas interpretações, como se não fosse possível outro modo de pensar, um ecossistema de ideias.

Por fim, a *coincidência* dos bancos une pontualmente esta seção do Relativo-Relacional Zagreb ao de Oxford. A nossa experiência diante da insociabilidade dos bancos é revivida, mas dessa vez tendo sido a tentativa de contato realizado enraizado numa comunidade. A dimensão internacional e o tempo das instituições carece de estrutura e disposição para se comunicar com o cidadão mais desprovido de institucionalidade e burocracia, aquele mais próximos dos traços errantes. Ele depende de territorializar o seu poder local, municipal, para expandir seu poder de comunicação ao desenvolvimento.

## 8. CONCLUSÃO GERAL

O conhecimento intra inter disciplinar do pesquisador errante é um exercício de insistência apesar dos erros, das faltas, dos vários desvios, mas principalmente com as loucuras mais particulares e os seus trabalhos de cuidado. Servirá talvez a outros pesquisadores desviantes do percurso inicialmente planejado e que desejam fazer uso positivo do acaso e suas alternância, na *coincidência* de percursos, sujeitos e objetos de observação e ensaio. A intra inter disciplinaridade do pesquisador errante pode ser acrescida de mais uma qualificação: o autoconhecimento a serviço da cidadania, o que ao invés de ser meramente participante de uma comunidade qualquer, é um agente, interfere, lidera micro ou macro processos de mudança social. Por fim, esta tese também serve ao objetivo específico de contribuir para ampliar o leque das condições de pensar, agir e falar a partir do interior do Programa de Pós-Graduação da UFRJ, especialmente no cuidado com a saúde mental do pesquisador cidadão no seu próprio meio acadêmico. E daí nos vincularmos ao meio, seguindo o percurso ao longo do qual nos avizinhamos.

A experiência da loucura participa também desta conclusão. Nos três parágrafos seguintes mantive um texto produzido em meio à fase da mania. Ele reflete um entusiasmo de *insight*, ao seu modo, com uma conclusão possível ao pesquisador errante.

Ao senso comum o pesquisador errante não faz sentido. Cientificando e cientificando comunidade (de aprendizagem aberta e integral), inclusive ao *de-lírio* (a expansão além dos limites cultivados), por uma metodologia de autogestão de si, com sentidos de auto-eficácia e auto-compaixão, para entender-se em narrativa autonomamente feita em comum a quem se aproxima, ele então des-envolve-se do próprio senso comum, cuidando de si com o meio, em versões virtualizadas a partir das faltas cognitivas do real, em ação geo-gratificante, o pesquisador errante, percebe o erro de verbo em relação a si. Não “Fazer” sentido sai de campo. Des-envolve sua própria significação narrativa. Entra outro verbo em campo: “Ter”. E descobre-se que o Pesquisador errante não “Tem” sentido, e por reconhecer essa falta, agora “Faz” microfisicamente — a partir da genealogia de familiaridades mais cotidianas à sua narrativa co-in-ci-dentada, obviamente, isto é, por protocolos de linguagem radicalmente particulares, individualizados pelo eu subjetivo, de envolvimento com o meio circulante em micro ações que criam de si com o meio: História Filosofia Espirituosidade particular, conciliada à global — em si e por onde erra, aproximando-se de novos sentidos postos em comum para a convivência em comum da extra-ordinariedade. O pesquisador errante

cria lugar-ação de comunicação ao *des-envolvimento* de si e do meio. Volta à lira. Funda novo campo para a pesquisa-ação de encontro, choque, comunicação ao *des-envolvimento*. Para desencaixe.

Em termos de sentimento, qual é o essencial ao pesquisador errante: o medo. O de ser confundido como máquina. De ser visto como a melhor versão de si, pelo outro ou por si mesmo, como aquele ser de pura engenharia e eficácia. E esperar ou gerar expectativas, por onde erra, de excelência, de entrega, de resultado fechado, produto. Quando é até enquanto tese, o produto abstraído, retornado à academia, processo de início e fim aberto. Enorme espaço geo-gratificante, sintetizado na palavra vida, que lhe impede saber começo e fim. O complexo do vira lata sofisticante, que separa *physis* e *logos*, interna a *physis*, isola a ela como nova margem mais distante e selvagem, numa divisa altamente imaterial e virtualizada, que mediatizadamente elimina os trabalhos de contemplação do meio, em sistemas de paradigmas fechados concretos operatórios, robôs, para abstraindo-se dela, do *de-lírio* selvagem, o sonho que se revê, em audiências de mídia, um ao outro, numa imbricação confusional das linguagens, aproximando nosso latino franco do português, *rêver*. Sonhar quase é ver mais uma vez.

E na falta de um sistema fechado de pensamento, o máximo abstraído é o miserável, o quase nada, a migalha de pão que se deixa como pista, para perder-se logo em seguida, em fluxo contínuo que *rêve* como bom, redescreve a falta como aquilo que cuida mais de si mesmo, isto é, da alma, o lugar bipolar de escolhas, liberdade e erro, entre o material e o imaterial. Que cuida, pois só isso basta de corpo material para ter uma finitude de pleno sentido.

Mantivemos esse texto pois entendemos que o pesquisador errante é uma necessidade em períodos de falta de sentido. Não servirá a todos e nem a tudo enquanto campo. Como parte desse mundo, contribui ao pensamento sobre ele numa perspectiva, como dissemos, microfísica do percurso de um sujeito. Se levarmos à risca a ideia de Santos (2010) de que todo conhecimento é autoconhecimento, precisamos não estigmatizar o nosso errante mais extremo e particular, pois é de alguma forma um conhecedor. Ainda que nos falte os meios de entender os mistérios dos seus protocolos de comunicação e desenvolvimento, nos restando as metáforas e comparações. É um respiro de alívio ou de desespero à ordinariedade. É o *extra-ordinário* que opera apenas no *agora* do *espaço relacional*. Após revisar o debate sobre comunicação, desenvolvimento e interdisciplinaridade, introduzimos a noção intra-inter disciplinar para

o conceito de desenvolvimento, *redescrito* como *des-envolvimento* por uma prática de autoconhecimento em meio comum. Na tensão entre o conhecido e o desconhecido, no vizinho e no forasteiro, serve o hífen melhor ao errante, multiplica duas palavras opostas em uma só; divide e une.

No capítulo dedicado à finitude desta tese queremos manter em aberto o que pode ser o desenvolvimento dela. O trabalho foi uma primeira visita, fresca, altamente ensaística, a um evento que nos alterou. Nós se refere a mim e à minha comunidade mais próxima. Certamente continuará a nos alterar e por isso, merece novos ensaios, olhares, modos de compreender e fazer a cidadania comum. A proximidade do que propomos ser pesquisa errante cidadã e a pesquisa ação, por exemplo, ficou para ser desenvolvida em estudos posteriores. A sofisticação metodológica da segunda está longe de ser facilmente compatível à abertura ao acaso da primeira. Uma aproximação das duas traria uma opção intermediária, não tão avessa a métodos. Assim como uma revisão histórica sobre a noção que se faz da errância, que pela pesquisa para a tese, revelou personagens clássicos errantes tão antigos como os da Odisseia. Historicamente, também faltaram condições de tratar um pouco mais dos bancos pesquisados nas subpesquisas que, na verdade, eram o alvo da pesquisa inicial. Mas como uma opção de focar o tema da subjetividade do pesquisador errante e os seus vários percursos decidimos enxugar o máximo possível sem prejuízos aos objetivos inicialmente propostos. A história da loucura também é outro tema vastíssimo e o texto final não reflete plenamente as leituras que dedicamos a Foucault e a excelentes trabalhos complementares ao nosso, especificamente, sobre a bipolaridade, estudada pela médica e também bipolar Kay Redfield Jamison (2004). Outros tópicos em aberto são de melhor construção das relações entre as noções que trabalhamos aqui e os conceitos consagrados, como capital social, mudança social, progresso, etc.

Em relação à análise dos percursos de errância, é importante destacar que a relação entre os bancos de desenvolvimento e os demais sujeitos-objetos convividos em fluxo nas incursões errantes poderia ser melhor construída com a revisão teórica sobre o papel do dinheiro como mídia e fator de desencaxe. Os bancos de desenvolvimento serviram como guias subjetivas da nossa micro história, mais como um motivador inicial das ideias elaboradas ao logo da tese. Não deve ser confundido como objeto de pesquisa, mas elemento mobilizador, de coincidência entre a história micro particular e a História em curso real. Os traços paranoico da cidadania normatizada do nosso próprio pesquisador errante, que contagiou o meio local a buscar o escrutínio e a ampliação da rede, do local

ao global, para a cidadania ativa também pode ser considerado elemento mobilizador. Faltou aprofundar a compreensão dos bancos de desenvolvimento na cidade de Niterói e a cegueira ou indiferença desses bancos às práticas errantes de cidadania. Em Niterói existe atualmente potencial para que se construa alianças entre as forças tradicionalmente consideradas especialistas no desenvolvimento local, como técnicos da burocracia pública e privada, inclusive a dos bancos de desenvolvimento, e as forças leigas, que aqui correlacionamos aos vizinhos mediatizados, entre outros. A qualificação de leigos em especialistas e a aproximação dos especialistas do universo dos leigos é o principal caminho. O impedimento técnico nesse sentido talvez seja a burocracia pública, e especialmente a que regulamenta a transparência e probidade administrativa, que expressa cultura que desconfia do agente público e impõe mecanismos de vigilância. As forças de mudança social em ação para o município são selecionadas por editais e licitações que, pela tecnicidade dos procedimentos, repelem forças espontâneas e leigas a se qualificarem na atuação pelo município de modo financiado e sustentável ao longo prazo.

As maiores pistas a esse respeito não são signos, mas eventos dos percursos de errância. O principal evento, que levou o pesquisador errante a testemunhar com protagonismo, foi o acúmulo de experiências com vizinhos mediatizados em ações de cidadania e ativismo socioambiental. A série de conexões, de comunidade a comunidade local de aprendizagem nesse ativismo, conduziu a mobilização para a produção voluntária de um projeto de participação social e desenvolvimento local para a Região Oceânica de Niterói. O projeto até novembro de 2018 estava em aberto, como um dos concorrentes ao edital Petrobras Socioambiental, vinculando a acessibilidade física à lagoa de Itaipu para pessoas com deficiência, à transparência das contas e decisões públicas para o desenvolvimento local, além da cientifização da sociedade local, com ações de ciência cidadã previstas. Só a participação demonstrou o fôlego das redes locais para vencerem os sistemas de seleção dos protagonistas executores do futuro territorial. A nossa participação nesta rede influenciou também a comunicação com o Banco de Desenvolvimento da América Latina pelas redes de cidadania e ativismo local, na tentativa de ganhar a participação deste ator internacional nas negociações sobre os limites ambientais protegidos pelo Plano Diretor da cidade.

Toda essa atividade de cidadania ativa na cidade gera comunicação mediatizada ou não que pode ser melhor compreendida para qualificar o resultado, mas

principalmente, os processos se forem em construção conjunta com os agentes políticos, vizinhos ou financeiros. Nesse sentido, para fomentar o associativismo midiaticizado e engajado com o desenvolvimento local é que queremos lançar as bases para um Centro de Estudos Avançados junto à BEM, realizando espécie de profecia na região de que após a biblioteca um Centro de Estudos Avançados seria implantado. Nele, os ensaios para o pesquisador errante seriam qualificados como projeto de cientificização local da população, ampliando a rede de ativismo e cidadania ativa atual. Como espécie de catalisador de observatórios para a cidadania ativa, de um lado em combate à estigmatização e ao preconceito, especialmente na área da saúde mental, de outro lado, reconhecendo e engajando pessoas para o *envolvimento* necessário à cidadania ativa, para que também participem do destino da biblioteca, da lagoa, do bairro e da cidade. Além dos territórios mobilizadores de redes já observados nesta prática de Comunicação ao *Des-envolvimento* errante, podemos incluir também a Câmara dos Vereadores e o Escritório de Projetos como novos campos para territorialização pelos vizinhos midiaticizados, em projetos de ciência e cidadania protagonizados por vizinhanças em contínua qualificação política.

Portanto, esperamos que a Tese & Ação empreendida ao longo dos quatro anos sirva a fundamentar a prática de Comunicação ao *Des-envolvimento* não só deste nosso mas também de outros pesquisadores errantes. A prática é modo de autoconhecer sendo também intervencionista, que aqui se propõe como um entre outros modos possíveis de se fazer pesquisa em Comunicação Social, capaz de mesclar produção de conhecimento e cuidado de si em meio excursionado. Cuidado que se faz fundamentalmente pelo uso positivo do acaso e dos desvios de percurso. Consideramos que a maior prova da validade deste método tenha sido o *des-envolvimento* da experiência da loucura em pensamento comum, acolhido no formato de tese, mas principalmente como ação pela mudança social nos territórios frequentados.

Esperamos ter apresentado que o pesquisador errante talvez tenha lugar dogmatizante<sup>141</sup>, isto é, no espectro produtor de conhecimento e verdade. Certamente não a de adequação das coisas ao intelecto, mas como desvelamento e liberdade, conforme conceitualizada por Heidegger. E nesse sentido não é um projeto identitário, exclusivo a

---

<sup>141</sup> A utilização desta palavra é feita resgatando o sentido original do radical indo-europeu ‘doc-’, que vem a corresponder a ‘docente’ e ‘doutor’, e nesses casos não têm originariamente a carga negativa que depois a palavra ‘dogma’ veio a adquirir.

quem enlouquece, erra, desvia, mas sim pertence a quem é essencialmente humano e a todo tempo. É possível que venha a ser atualizado o conceito filosófico de verdade de desvelamento. No momento apenas elencamos os desafios para considerá-la como fundamentação possível a um estudo de agentes, comunicação, democracia e desenvolvimento que considere o fluxo do sujeito pesquisador e a torção do objeto de estudo em função das condições de metodologia e ação deste pesquisador.



## REFERÊNCIAS

AGHION, Beatriz Armendariz de. Development banking. *Journal of Development Economics*, Vol. 58, 1999. pp.83–100. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.177.4329&rep=rep1&type=pdf>. Acessado em: 20/01/2019.

AMARAL, M. T. D. *A verdade foi desejada por gregos atordoados pelo infinito do mar como um conta-gotas do mundo e da vida*. História Filosofia Religião: interfaces. Publicado em 27/05/2017 (2017a) e disponível em 23/01/2019 em: <[http://historiafilosofiareligiao.com/conteudo\\_avulso.php?p=303](http://historiafilosofiareligiao.com/conteudo_avulso.php?p=303)>

AMARAL, M. T. D. *Comunicação e Diferença: uma filosofia de guerra para uso dos homens comuns*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004. v. 1. 276p

AMARAL, M. T. D. "De si sobre si". História, filosofia e religião: interfaces. Publicado em 03/09/2016 e disponível 23/01/2019 em: <[http://historiafilosofiareligiao.com/conteudo\\_avulso.php?p=255](http://historiafilosofiareligiao.com/conteudo_avulso.php?p=255)>

AMARAL, M. T. D. *Eu, indivíduo*. 1. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

AMARAL, M. T. D. "O erro de Freud". História, filosofia e religião: interfaces. Publicado em 21/10/2017 (2017b) e disponível 23/01/2019 em: <[http://historiafilosofiareligiao.com/conteudo\\_avulso.php?p=327](http://historiafilosofiareligiao.com/conteudo_avulso.php?p=327)>

ALVES, Ana Luísa et al. A Agenda do Desenvolvimento Internacional pós 2015: Que papel para os BRICS? Rio de Janeiro: PUC. BRICS Policy Center, BPC Policy Brief. V. 5. N. 08 - Agosto-Setembro, 2015 Disponível dia 12/06/2018 em: <http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/7030/doc/1955479823.pdf> >

ARENDT, Hanna. *A Condição Humana*, Forense Universitária, 11ª Ed., 2007.

ARAÚJO, Inês Lacerda. "O neopragmatismo de R. Rorty". *Cognitio*, São Paulo, v. 7, n. 1, pp. 13-24, jan./jun. 2006

ASP, K. News media logic in a New Institutional perspective. *Journalism Studies*, 15/3: 256–70, 2014.

AZEVEDO, C. A. A atmosfera religiosa no cotidiano da Grécia Antiga. In: AMARAL, M. T. D. *As ideias no lugar - Tecnologia, mística e alteridade na cultura contemporânea*. 1. ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

BADIN, L. et al. O BNDES e a reorganização do capitalismo brasileiro: um debate necessário. In: MAGALHÃES, J. P. A. et al (organizador). *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

BALDISSERA, A. Pesquisa-ação: uma metodologia do “conhecer” e do “agir” coletivo. *Revista Sociedade em Debate*, Pelotas, 7(2):5-25, Agosto/2001. Disponível dia 30/06/2018 em: <<http://revistas.ucpel.edu.br/index.php/rsd/article/viewFile/570/510> >

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. Rumo à teoria pós-democrática? Pelotas: 41º Encontro Anual da Anpocs, 2017.

BANCO MUNDIAL. Global Development Horizons 2011 – Multipolarity: The New Global Economy. Washington , DC: World Bank Publications. 2013

BARBOSA, M. C. Tempo, tempo histórico e tempo midiático. Interrelações. In MUSSE, C.F.; VARGAS, H.; NICOLAU, M. (ORG) *Comunicação, Mídias e Temporalidades*. Salvador: EDUFBA, 2017, pp.19-35 disponível dia 22/01/2019 em: [https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/22861/3/Comunica%C3%A7%C3%A3o%20M%C3%ADdiaseTemporalidades\\_ChristinaMusse-HeromVargas-MarcosNicolau.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/22861/3/Comunica%C3%A7%C3%A3o%20M%C3%ADdiaseTemporalidades_ChristinaMusse-HeromVargas-MarcosNicolau.pdf)

BATESON, G. *Steps to an Ecology of Mind – Collected Essays in Anthropology, Psychiatry, Evolution, and Epistemology*. Northvale, New Jersey, London: Jason Aronson Inc. 1972

BENJAMIN, B. *Invested Interests: capital, culture, and The World Bank*. Minneapolis, London: University of Minnesota Press, 2007.

BERGER, Guy, (1972). Conditions d'une problématique de l'interdisciplinarité. In Ceri (eds.) *L'interdisciplinarité. Problèmes d'enseignement et de recherche dans les Université*, pp. 21-24. Paris: UNESCO/OCDE apud POMBO, Olga. Contribuição para um vocabulário sobre interdisciplinaridade. Disponível dia 27/04/2017 em: <http://webpages.fc.ul.pt/~ommartins/mathesis/vocabulario-interd.pdf>

BINDERKRANTZ, A. S.; CHRISTIANSEN, P. M.; PEDERSEN, H. H. Interest Group Access to the Bureaucracy, Parliament, and the Media. *An International Journal of Policy, Administration, and Institutions*, 28/1: 95–112, 2015

BNDES, Livro Verde 65 anos: nossa história tal como ela é. Rio de Janeiro: BNDES, 2017 Disponível dia 12/06/2018 em: < [https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/12697/2/LIVRO%20VERDE\\_2017\\_f inal.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/12697/2/LIVRO%20VERDE_2017_final.pdf) >

BOURDIEU, P. “Le capital social: notes provisoires”, *Actes Rech. Sci. Soc.*, 31, 1980.

BOURDIEU, P. O poder Simbólico. São Paulo: Difel, 1989, p.39 apud SODRÉ, Muniz. *A Ciência do Comum: notas para o método comunicacional*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.

BOURDIEU, P. *O poder Simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, P. *Outline of a Theory of practice*. New York: Cambridge University Press, 1977.

BOURDIEU, P. *The Logic of Practice*. Cambridge: Polity. [Originalmente publicado como *Le sens pratique* (Paris: Les Editions de Minuit) 1980], 1990.

BOURDIEU, Pierre. *The Social Structures of the Economy*. Translated by Chris Turner. Cambridge: Polity, 2005.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Desenvolvimento, Progresso e Crescimento Econômico. São Paulo: *Lua Nova*, 93, p.33-60, 2014

BRASIL, F. D. P. D.; CARNEIRO, R. Descentralização e Financiamento dos Municípios no Brasil Contemporâneo. In: em consonância com o funcionamento. *Revista de Administração FACES Journal*. Vol. 9, No 2 - abril/junho 2010. Disponível dia 10/02/2019 em < <http://www.fumec.br/revistas/facesp/article/view/183/180> >

BRASIL. Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade e Legislação Correlata. 2. ed., Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002. Disponível dia 29/01/2019 em: < <http://www.geomatica.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/03/Estatuto-da-Cidade.pdf> >

BRASÍLICO, E. A. (Coord. Geral); FINGUERUT, S. (Coord. Técnico); FGV PROJETOS. Apoio à Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) do Município de Niterói — Prefeitura de Niterói.

BROWN, Wendy. *Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution*. New York: Zone Books, 2015.

BURNETT, Dean. *O cérebro que não sabia de nada: o que a neurociência explica sobre o misterioso, inquieto e totalmente falível cérebro humano*; tradução de Eliana Rocha. – São Paulo: Planeta Brasil, 2018

CACCIARI, Massimo. *La Ciudad*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2010.

CALHOUN, Craig; RHOTEN, Diana. Chapter 7, Integrating the social sciences: theoretical knowledge, methodological tools, and practical applications. In: FRODEMAN, Robert (ed) *The Oxford Handbook of Interdisciplinarity*. Estados Unidos: Oxford University Press, 2010. p. 104-118

CAMAJ, L. The Media's Role in Fighting Corruption: Media Effects on Governmental Accountability. *The International Journal of Press/Politics*, 18/1: 21–42, 2013.

CASTELLS, Manuel. *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura – O Poder da Identidade Vol.II*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, M. *Communication Power*. Oxford, New York: Oxford University Press. 2009

CASTRO, Manuel Antônio de. *Dicionário de Poética e Pensamento*. Internet. Disponível em < <http://www.dicpoetica.letras.ufrj.br> >

CHESTERTON, G. K. *Ortodoxia*. São Paulo: LTR, 2001.

CHRISTENSEN, Lars T., MORSING, Mette, & THYSEN, Ole. The Polyphony of Corporate Social Responsibility: Deconstructing Accountability and Transparency in the Context of Identity and Hypocrisy. In G. Cheney, S. May, & D. Munshi (Eds.). *The Handbook of Communication Ethics*. New York: Routledge, 2011. (pp. 457-474)

COASE, R. H. The Nature of the Firm. *Economica*. Nov., 1937, Vol. IV, 16, 1937, pp. 386-405.

COLOMBINI NETO, I. D.; ZOCCAL, G.; VIANA, M. T. *Os bancos de desenvolvimento nos BRICS*. Rio de Janeiro: Ibase, 2013.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). Nosso futuro comum. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1988.

CORREIA, Diogo Telles. A Evolução Conceptual do Delírio desde a sua Origem até à Modernidade. IN Lisboa: Revista do Serviço de Psiquiatria do Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE, Vol. 12, N.º 2, dezembro, 2014. Disponível dia 18/06/2018 em: < <http://revistas.rcaap.pt/psilogos/article/view/6991> >

CHRISTENSEN, Lars Thøger, MORSING, Mette e THYSSEN, Ole. 2011. The Polyphony of Corporate: Deconstructing Accountability and Transparency in the Context of Identity and Hypocrisy. [A. do livro] George CHENEY, Steve MAY e Debashish MUNSHI. The Handbook of Communication Ethics. New York : Routledge, 2011.

CROUCH, Colin. Coping with Post-Democracy. Paperback, 2000. Disponível em: <<http://www.fabians.org.uk/wp-content/uploads/2012/07/Post-Democracy.pdf>>. Acesso em Jul 2017

DA COSTA, Ricardo. Um Espelho de Príncipes artístico e profano: a representação das virtudes do Bom Governo e os vícios do Mau Governo nos afrescos de Ambrogio Lorenzetti (c. 1290-1348?). Utopía y Praxis Latinoamericana [en linea] 2003, 8 (outubro-dezembro): Disponível em 15/06/2018 em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27982304> >

DANTAS, Marcos. Informação e Capitalismo - Uma abordagem marxiana. Anais do V Colóquio Internacional MarxAngels. Unicamp, novembro de 2007. Disponível em: [http://www.unicamp.br/cemarx/anais\\_v\\_coloquio\\_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao1/Marcos\\_Loureiro.pdf](http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao1/Marcos_Loureiro.pdf)

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE LUNA-MARTINEZ, José; VICENTE, Carlos Leonardo. Global survey of development banks. *Policy Research Working Paper*, n.5969. Washington, DC: World Bank, Feb. 2012. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/313731468154461012/Global-survey-of-development-banks>. Acesso em: 12/04/2015.

DIAMOND, William. Development banks. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1957.

DIAS, L. M. A Biblioteca Comunitária Engenho do Mato como estudo de caso de movimento social urbano. Monografia. São Gonçalo: Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Faculdade de Formação de Professores; Departamento de Geografia. 2018

DJERF-PIERRE, M.; EKSTRÖM, M.; HÅKANSSON, N.; JOHANSSON, B. The Mediatization of Political Accountability, July 2015: 37–41, 2014.

ECO, Umberto. Como se faz uma Tese. São Paulo: Perspectiva, 1991.

ELLWANGER, Tiana Maciel. Jornadas de junho: 5 anos depois. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Autografia, 2018

- ENRÍQUEZ, Maria Amélia. Trajetórias do desenvolvimento: da ilusão do crescimento ao imperativo da sustentabilidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2010
- ESCOBAR, Pepe. O Brasil no Epicentro da Guerra Híbrida, 2016
- ESSER, F. e B. PFETSCH (Eds.). *Comparing Political Communication. Theories, Cases and Challenges*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- FRANCO, A. Capital Social. Leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy. São Paulo: Instituto de Política Millennium, 2001.
- FIRJAN. *IFGF 2017: Índice Firjan de Gestão Fiscal, Recorte Municipal Abrangência Nacional*. Rio de Janeiro: Gerência de Estudos Econômicos. 2017
- FOUCAULT, M. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de Salma Tannus Muchail. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999
- FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Portugal: Passagens, 1992.
- FOUCAULT, Michel. História da Loucura. São Paulo, Editora Perspectiva, 1978.
- FOUNTAIN, J. E. *Building the Virtual State*. Washington, DC: Brookings Institution Press, 2001.
- FOURCADE, Marion; STEINER, Philippe; STREECK, Wolfgang; and WOLL, Cornelia. Moral Categories in the Financial Crisis. MaxPo Discussion Paper 13/1. June 2013. Disponível em: [http://www.maxpo.eu/pub/maxpo\\_dp/maxpodp13-1.pdf](http://www.maxpo.eu/pub/maxpo_dp/maxpodp13-1.pdf). Acessado em: 21/05/2015.
- FRANKS, B; DHESI, J. Evolução e Comunicação. In: BAUER, M. W.; FRANKS, B.; HOOK (org.), D. A Psicologia Social da Comunicação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. pp.310-334
- FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. Paz e Terra. 12 edição. 1979
- GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- GRANT, Ruth W.; KEOHANE, Robert O. Accountability and Abuses of Power in World Politics. *American Political Science Review*. Vol. 99, February 2005, issue 01, pp.29-43
- GRUNIG, J. E. Furnishing the edifice: Ongoing research on public relations as a strategic management function. *Journal of Public Relations Research*, n.18, 2006. pp.151-176
- HABERMAS, Jürgen. Discurso filosófico da modernidade. Lisboa: Dom Quixote, 1998.
- HABERMAS, Jürgen. “A modernidade: um projeto inacabado?”. In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori; EDUARDO, Paulo (Orgs.) Um ponto cego no projeto moderno de Jürgen Habermas: arquitetura e dimensão estética depois das vanguardas. São Paulo: Brasiliense, 1992.

HABERMAS, Jürgen. Para a reconstrução do materialismo histórico. São Paulo: Brasiliense, 1983.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004

HARVEY, D. Space as a key word. In: Spaces of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development. London: Vers, 2006, p. 117-148.

HAWKING, S. *Uma Breve História do Tempo*. Rio de Janeiro: Intrínseca. 2015

HECKHAUSEN, Heinz, (1972). Discipline et interdisciplinarité. In Ceri (eds.) L'interdisciplinarité. Problèmes d'enseignement et de recherche dans les Universités, pp. 83-90. Paris: UNESCO/OCDE (Trad. port. in Mathesis (ed.) Antologia I, pp. 71-86). apud POMBO, Olga. Contribuição para um vocabulário sobre interdisciplinaridade. Disponível dia 27/04/2017 em: <http://webpages.fc.ul.pt/~ommartins/mathesis/vocabulario-interd.pdf>

HEIDEGGER, M. Introducción a la filosofía. [s.l.]: Cátedra, 1999, p. 169-234 [Col. Frónesis] apud SODRÉ, Muniz. A Ciência do Comum: notas para o método comunicacional. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014

\_\_\_\_\_. Sobre a essência da verdade. In: Conferências e escritos filosóficos. Trad. Ernildo Stein. São Paulo: Abril Cultural, 1979. Coleção Os Pensadores

HOBBSAWN, Eric. La era del capital. Editorial Critica SA, 1998.

HOHLFELDT, Antonio (1997). Os estudos sobre a hipótese de agendamento. Porto Alegre. Revista FAMECOS. 4 (7): 42-51. ISSN 1415-0549

IBEKWE-SANJUAN, Fidelia; DOUSA, Thomas M. (Eds.). *Theories of Information, Communication and Knowledge: A Multidisciplinary Approach*. London, UK: Springer, 2014.

IBGE. Niterói. História. Disponível dia 29/01/2019 em < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/niteroi/historico> >

JACQUES, P. B. *Elogio aos errantes*. Salvador: EDUFBA, 2ªed, 2012

JACOBSON, T. L. Amartya Sen's Capabilities Approach and Communication for Development and Social Change. In: INTERNATIONAL COMMUNICATION ASSOCIATION, *Journal of Communication*, 2016

JAMISON, K. R. *Uma mente inquieta: memórias de loucura e instabilidade do humor*. Tradução de Waldéa Barcellos. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KUNSCH, M. M. K. *Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada*. São Paulo: Summus, 2003. p.107

LEADER, D. O que é loucura? Delírio e sanidade na vida cotidiana. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro. Zahar, 2013.



LAZARFELD, Paul; MERTON, R. Comunicação de massa, gosto popular e ação social. In *Comunicação e indústria cultural*. 4. Ed. Gabriel Cohn (Org.). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978 apud QUIROGA, Tiago. *Pensando a Episteme Comunicacional*. 2ª ed. Campina Grande: EDUEPB, 2013

LEÃO, Emmanuel Carneiro. *Filosofia grega - uma introdução*. Teresópolis: Daimon Editora, 2010, p.235. In: CASTRO, Manuel Antônio de. *Dicionário de Poética e Pensamento*. Internet. “Epistème 3”. Disponível dia 02/05/2017 em < <http://www.dicpoetica.letras.ufrj.br/index.php/Epist%C3%A9me> >

LEÃO, Emmanuel Carneiro. A Compreensão de Biswanger da Mente Humana. In: CONFERÊNCIA DO PROFESSOR EMÉRITO DE FILOSOFIA DO IFCS/UFRJ EMMANUEL CARNEIRO LEÃO, 23 de agosto, Rio de Janeiro: IPUB e UFRJ, 2013. Disponível em: < [http://www.youtube.com/watch?v=db\\_In3Wz\\_fU](http://www.youtube.com/watch?v=db_In3Wz_fU) >. Acesso em: 5 jun. 2014.

LINDBERG, S. I. Mapping accountability: core concept and subtypes. *International Review of Administrative Sciences*. June, 21 de June de 2013, Vol. 79, 2, pp. 202-226, 2013.

LIPPMANN, W. 1998. *Public Opinion*. New Jersey: Transaction Publishers.1998.

LOPES, M. I. V. Sobre o estatuto disciplinar do campo da Comunicação. In: \_\_\_\_\_. *Epistemologia da Comunicação*. São Paulo: Loyola, 2003.

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. 12ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009. Tradução: Ricardo Corrêa Barbosa.

MCANANY, E. G. *Saving the world: a brief history of communication for development and social change*. Champaign, IL: University of Illinois Press, 2012

MCQUAIL, Denis. *Mass Communication Theory*. 6th ed. London: Sage, 2010.

MAFFESOLI, Michel. *O Conhecimento Comum: Introdução à sociologia compreensiva*. Tradução de Aluizio Ramos Trinta. Porto Alegre: Sulina, 2010.

MALINOWSKI, B. Objetivo, método e alcance desta pesquisa. In: GUIMARÃES, A. Z. (org.). *Desvendando as máscaras sociais*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1990.

MARCONDES, D. *Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

MARCONDES FILHO, C. *Dicionário da Comunicação*. São Paulo: Paulus. 2ª ed. 2014

MARCONDES FILHO, C. *Teorias da comunicação, hoje*. São Paulo: Paulus, 2016.

MARTINO, L. C. As epistemologias contemporâneas e o lugar da comunicação. In: *Epistemologia da Comunicação*. LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. (org.) São Paulo: Loyola, 2003.

MARTINO, L. M. S. A disciplinarização da Epistemologia no ensino das(s) Teoria(s) da Comunicação. Intexto, Porto Alegre, UFRGS, n.29, p. 1-17, dez. 2013.

MARTINO, L. A disciplina interdisciplinar: ambivalências epistemológicas no ensino de Teoria(s) da Comunicação In: LOGOS 37 *A Cientificidade da Comunicação: Epistemologias, Teorias e Políticas*. Vol.19, Nº 02, 2º semestre 2012

MIÉGE, Bernard. O pensamento comunicacional. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes Editora, 2000. Apud QUIROGA, Tiago. Pensando a Episteme Comunicacional. 2ª ed. Campina Grande: EDUEPB, 2013

MUSITANO, Manuela. O homem e o fogo. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, sem data. Publicada em: 28/12/2012. Disponível dia 15/06/2018 em: < <http://www.invivo.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1014&sid=9> >

NAÇÕES UNIDAS, Website das Nações Unidas no Brasil: momento de ação global para as pessoas e o planeta. Rio de Janeiro: UNIC Rio. 2015 Disponível dia 29/06/2018 em: < <https://nacoesunidas.org/pos2015/> >

NAÇÕES UNIDAS. *Who Will Be Accountable?* New York, Geneva. 2013

NISBET, R. La tradicion sociologique. Paris: PUF, 1984, p. 17-23 apud SODRÉ, Muniz. *A Ciência do Comum: notas para o método comunicacional*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. Crepúsculo dos ídolos, ou Como se filosofa com o martelo. Tradução Paulo César de Souza. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. *The Spiral of Silence: Public Opinion - Our Social Skin*. University of Chicago Press, 1993

NORDENSTRENG, K.; THUSSU, D. K. (Eds.). *Mapping BRICS Media*, Abingdon, UK: Routledge, 2015.

OLSEN, Johan P. The ups and downs of bureaucratic organization. *Annual Review of Political Science*. Anual, 2008, Vol. 11, pp. 13-37, 2008

PALMADE, G., (1979). Interdisciplinaridad e ideologias. Madrid: Narcea. apud POMBO, Olga. *Contribuição para um vocabulário sobre interdisciplinaridade*. Disponível dia 27/04/2017 em: <http://webpages.fc.ul.pt/~ommartins/mathesis/vocabulario-interd.pdf>

PARVIN, P. *Democracy Without Participation: A New Politics for a Disengaged Era*. Res Publica. UK: Springer, 2018.

PEDROZO, Michelle Klaumann. As fases do Desenvolvimento Infantil parte 4: Estágio Operatório Concreto. Espaço Mediação: pedagogia e psicopedagogia. Publicado em 14 de julho de 2014. Disponível dia 07/06/2018 em: < <http://psicopedagogiacuritiba.com.br/fases-desenvolvimento-infantil-parte-4-estagio-operatorio-concreto/> >



PIETERSE, J. N. *Development Theory*. 2ed UK: Editora SAGE, Theory, Culture & Society, Nottingham Trent University 2010

PREFEITURA DE NITERÓI. Apresentação da 1ª audiência pública legislativa: Macrozoneamento. Disponível dia 29/01/2019a em < [http://urbanismo.niteroi.rj.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/pd2017\\_audiencia\\_legislativa\\_1\\_macrozoneamento.pdf](http://urbanismo.niteroi.rj.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/pd2017_audiencia_legislativa_1_macrozoneamento.pdf) >

PREFEITURA DE NITERÓI. Revisão do Plano Diretor de Niterói: o futuro da nossa cidade começa aqui. Disponível dia 29/01/2019b em < [http://urbanismo.niteroi.rj.gov.br/wp-content/uploads/2015/09/SMU\\_PLANO-DIRETOR\\_INTRODUCAO\\_00.pdf](http://urbanismo.niteroi.rj.gov.br/wp-content/uploads/2015/09/SMU_PLANO-DIRETOR_INTRODUCAO_00.pdf) >

PRICE, R. *People and Politics in France, 1878-1870*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

POMBO, O.. Epistemologia da Interdisciplinaridade. In: PIMENTA, Carlos (Coord.) *Interdisciplinaridade, Humanismo, Universidade*. Porto: Campo das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. Contribuição para um vocabulário sobre interdisciplinaridade. In: PIMENTA, R. M. C. (SCRIBD – 2013). *Vocabulário sobre interdisciplinaridade*, Disponível 23/01/2019 em <https://pt.scribd.com/document/126398285/VOCABULARIO-SOBRE-INTERDISCIPLINARIDADE>>

POPPER, K. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Editora Pensamento-Cultrix. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. 1972.

PUTNAM, R. D. *Democracies in Flux: The Evolution of Social Capital in Contemporary Society*. New York: Oxford University Press, 2002.

QUIROGA, T. *Pensando a Episteme Comunicacional*. 2ª ed. Campina Grande: EDUEPB, 2013.

RANCIERE, J. *O Ódio à Democracia*. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

RODRIGUES, S. Blog. *Religião vem de “reler” ou “religar”?* Rio de Janeiro: Site da Revista Veja. 2012, disponível em 30/06/2018 em < <https://veja.abril.com.br/blog/sobre-palavras/religiao-vem-de-reler-ou-religar/> >

RÜDIGER, F. *As Teorias da Comunicação*. Porto Alegre: Penso, 2011. Disponível dia 29/01/2019 em: < <https://cadernoselivros.files.wordpress.com/2015/11/teorias-da-comunicac3a7c3a3o-francisco-rc3bediger.pdf> >

RUGGIE, J. G. *Just business: Multinational corporations and human rights* 1ªed. New York: W. W. Norton & Company. 2013.

ROSE, N. *A política da Própria Vida – Biomedicina, Poder e Subjetividade no século XXI*. São Paulo: Paulus. 2013

SANTIAGO, C. D. C. *Batalhas de Rimas de São Gonçalo: "Eu to aqui"*. Monografia. São Gonçalo: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Educação e Humanidades, Faculdade de Formação de Professores. 2017

SEMERARO, G. Intelectuais "orgânicos" em tempos de pós-modernidade. In: *Cad. Cedes*, Campinas, vol. 26, n. 70, p. 373-391, set./dez. 2006. Disponível dia 24/01/2019 em < <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n70/a06v2670.pdf> >

SANTOS, B. S. *Um discurso sobre as ciências*. 8ªed. São Paulo: Cortez. 2018.

\_\_\_\_\_. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2010.

SEN, A. *Development as Freedom*. New York: Anchor Books, 2000.

SHIRKY, C. *Here comes everybody: The Power of Organizing Without Organizations*. Penguin Books, 2008

SCHWAB, K. *A Quarta Revolução Industrial*. Tradução de Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Editora Edipro, 2016.

SCHUDSON, M. The News Media as Political Institutions. *Annu. Rev. Polit. Sci.*, 5/1998: 249–69, 2002.

SCHUTZ, A. "La phénoménologie e las ciencias sociales". Le chercher e le quotidien. Paris: Méridiens-Klincsieck, 1987, p.220-223 apud SODRÉ, Muniz. *A Ciência do Comum: notas para o método comunicacional*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014

SHANNON, C. E.; WEAVER, W.. The Mathematical Theory of Communication. University of Illinois Press, 1949. O artigo foi originalmente publicado intitulado *A Mathematical Theory of Communication*, no The Bell System Technical Journal, Vol. 27, pp. 379–423, 623–656, July, October, 1948.

SHOCKEY, R. M. What's Formal about Formal Indication? Heidegger's Method in Sein und Zeit, In: *Inquiry: An Interdisciplinary Journal of Philosophy*, 53:6, 2010, pp. 525-539

SIBILIA, P. *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. 286 p.

SILVEIRA, F. L. A Teoria do Conhecimento de Kant: O Idealismo Transcendental. In: *Caderno Brasileiro de Ensino de Física*, Florianópolis, v.19, número especial: p. 28-51, jun, 2002

SINTOMER, Y. *¿Condenados a la posdemocracia? Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 267, Enero - Febrero 2017. Disponível em: <http://nuso.org/articulo/condenados-la-posdemocracia>> Acesso em Abr 2017.

SISTON, F. R. *Accountability social: casos do Banco Mundial e do BNDES em perspectiva comparada*. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

\_\_\_\_\_. *Documento de trabalho para o Plano de Comunicação das ações de ciência cidadã e pesquisa-ação participativa do projeto Caminhos das Águas Aruanã (ECO-UFRJ)*, 2018. Disponível dia 30/01/2019 em: < <http://www.historiafilosofiareligiao.com/publicacoes.php> >

\_\_\_\_\_. *Transparency Practices on Financing Development in The Americas: Cases of BNDES, IDB And IBRD*. In: *II International Seminar on Human Rights and Business*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora. 2015.

SITE G1. *Defesa de Dilma diz que processo de impeachment foi 'nulo' e motivado por 'decisões imorais'*. Brasília. 2017. Disponível dia 24/01/2019 em < <https://g1.globo.com/politica/noticia/defesa-de-dilma-diz-que-processo-de-impeachment-foi-nulo-e-motivado-por-decisoes-imorais.ghtml> >

SODRÉ, M. *A Ciência do Comum: notas para o método comunicacional*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014

SODRÉ, M. *Reinventando a Educação: diversidade, descolonização e redes*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2012.

SOUZA, M. L. *Geografia: conceitos e temas – O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995

SWINBURNE, R. *Simplicity as Evidence of Truth*. Milwaukee: Marquette University Press, 1997. TENG, C. T. *Enigma Bipolar*. 1. ed. v. 1 São Paulo: MG Editores, 2007.

TILLY, C. *Democracia*. Porto Alegre: Vozes, 2013

THORBJORNSRUD, K., FIGENSCHOU, U., IHLEN. *Mediatization in Public Bureaucracies: A Typology*. *Communications* 39, p. 3-22, 2014, pp.3-22. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/278165615\\_Mediatization\\_in\\_public\\_bureaucracies\\_A\\_typology](https://www.researchgate.net/publication/278165615_Mediatization_in_public_bureaucracies_A_typology). Acessado em: 05/08/2015

TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica: Volume 1*. São Paulo: Loyola. 2ªed. 2003.

\_\_\_\_\_. *Comentário à Metafísica de Aristóteles I-IV: volume I*. Edição e tradução de Paulo Faitanin e Bernardo Veiga. Campinas: Vide Editorial. 2016.

TORRES, R. C. W.. *A Personificação No Texto Acadêmico-Formal: Uma Abordagem Cognitivista*. Dissertação de Mestrado em Letras (área de concentração: Linguística), apresentada à UFJF, 2.o semestre de 2003, 74 p.

URRY, J. *O Olhar do Turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. Editora Studio Nobel/SESC: São Paulo. 2001.

VEIGA, J. E. d.. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

WAISBORD, S. Three Challenges for Communication and Global Social Change. In: INTERNATIONAL COMMUNICATION ASSOCIATION, *Communication Theory* 25, 2015, pp. 144–165

WEINGART, P. Chapter 1, A short history of knowledge formations. In: FRODEMAN, R. (ed) *The Oxford Handbook of Interdisciplinarity*. Estados Unidos: Oxford University Press, 2010. p. 3-14

WRIGHT, R. *Uma breve história do Progresso*. Tradução de Carolina Araújo. Rio de Janeiro: Record, 2007.

## ANEXO – Carta enviada à CAF pelo Movimento Lagoa para Sempre

Movimento **Lagoa para Sempre**  
Niterói, RJ, Brasil

#LAGOAPARASEMPRE  
<https://lagoaparasempre.blogspot.com/?m=1>  
lagoaparasempre.ro@gmail.com



Ilmº Sr. Luis Carranza Ugarte  
Presidente Executivo  
Banco de Desenvolvimento da America Latina – CAF  
Urbanización Altamira, Avenida Luis Roche, Torre CAF  
Altamira, Caracas  
República Bolivariana de Venezuela

Niterói, 30 de julho de 2018

Ilmº Sr. Ugarte,

Primeiramente, congratulamos a CAF, pois apostamos no desenvolvimento sustentável e louvamos a iniciativa de financiamento do Programa Região Oceânica Sustentável (PRO-Sustentável). O projeto apoia ações importantes em região extremamente simbólica para as políticas de meio ambiente no Brasil. Em termos geográficos, o PRO-Sustentável cobre a Região Hidrográfica (RH) do Sistema Lagunar de Itaipu e Piratininga, cenário de um dos primeiros Estudos de Impacto Ambiental no país. Mas que nunca teve resolvido suas ameaças, em parte, porque está na região que concentra em quase cinquenta anos a maior expansão em termos de área urbana de Niterói, cidade no Estado do Rio de Janeiro

Para que esse passado não insista em seguir em frente, ressaltamos a prerrogativa contratual da CAF de supervisão técnica, social e ambiental, incluindo um plano de comunicação social, para o qual esperamos contribuir como sociedade civil em participação cidadã de excelência e ambição plena. Nesse sentido, observamos a importância dos estudos para melhoria da dinâmica ambiental e hídrica do sistema lagunar Piratininga-Itaipu (lagunas interligadas por um canal) e ações visando a re-naturalização de rios que drenam para as referidas lagunas.

Em busca da participação social de excelência, queremos incluir a CAF e demais bancos de desenvolvimentos, nacionais e internacionais, contratados pela Prefeitura de Niterói para ações na Região Oceânica da cidade, em questões de grande preocupação a todos nós, que vivemos ordinariamente a realidade da Região Oceânica e queremos participar de uma nova história, construir o extraordinário desenvolvimento sustentável.

Para isso, nós incluímos a proteção dos ecossistemas lagunares de Piratininga e Itaipu, que, solicitamos gentilmente o apoio da CAF para as ações de comunicação e participação social plena junto à Prefeitura Municipal (cliente da CAF via PRO-Sustentável), com o intuito de resolução da questão que descrevemos a seguir. Ressaltamos também que estamos escrevendo à V. Sª porque entendemos que o PRO-Sustentável preconiza a legítima participação da sociedade em sua execução e monitoramento conforme os padrões de excelência internacional das relações públicas.

Nós escrevemos em nome do **Movimento Lagoa Para Sempre (LPS)**. Congregação social na cidade de Niterói de mais de 50 entidades da sociedade civil, sobretudo da Região Oceânica de Niterói. Especificamente, o LPS é uma coalizão de organizações e pessoas da sociedade civil, como

pescadores artesanais, ambientalistas, moradores, líderes comunitários, quilombolas, artistas, esportistas, cientistas e empresários que advogam o desenvolvimento sustentável na bacia hidrográfica das Lagunas de Piratininga e Itaipu e seu mar adjacente, coletivo atuando em defesa do patrimônio natural, histórico-cultural, social e cênico.

Gostaríamos de destacar alguns dos fatos associados:

- As instituições ligadas ao LPS se uniram em 2017 em uma frente única para lutar pelos direitos de proteção do entorno da Laguna de Itaipu, localizada na referida Região Oceânica objeto do Pro-Sustentável, frente às ameaças de uma proposta de Projeto de Lei do Plano Diretor de Niterói (Projeto Lei Nº 08/2017) que, em 2017, foi apresentada pelo Executivo do Governo Municipal de Niterói (**que implementa o Pro-Sustentável**), ao legislativo da cidade, proposta esta que exclui uma área protegida do entorno da Laguna de Itaipu de cerca de 471 mil m<sup>2</sup>. Ressaltamos a proteção desta área pelos decretos estaduais da Faixa Marginal de Proteção (**FMP**) da Lagoa de Itaipu e do Parque Estadual Da Serra da Tiririca (**PESET**), além de recente Resolução do Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAN) que estabeleceu ali uma Área de Proteção Permanente (**APP**) e da legislação federal. A Lei do Plano Diretor de Niterói estabelece as diretrizes de uso do solo no município, e por isso a gravidade da questão.

- Em outubro de 2016, o Prefeito de Niterói, Sr. Rodrigo Neves, durante sua campanha à re-eleição municipal, assinou uma Carta Verde (em anexo) com os ambientalistas da cidade se comprometendo a estabelecer a Área de Proteção Permanente (**APP**) do entorno da lagoa, o que não foi atendido. Ao contrário, em fevereiro de 2017, o mesmo Prefeito, através de sua administração municipal, enviou ao legislativo o referido Projeto de Lei do Plano Diretor. Em protesto a esta ação da administração municipal, realizamos diversas ações nos últimos 10 meses:

- Dois atos públicos de “abraço” à lagoa de Itaipu, em outubro e dezembro de 2017, respectivamente, com a presença de cerca de 2.000 moradores de Niterói (ver matérias de jornal em anexo)
- Petição na Avaaz.org que foi assinada por 5.634 pessoas ([https://secure.avaaz.org/po/petition/Rodrigo\\_Neves\\_Prefeito\\_de\\_Niteroi\\_Pela\\_protecao\\_do\\_entorno\\_da\\_Lagoa\\_de\\_Itaipu\\_e\\_areas\\_adjacentes/edit/](https://secure.avaaz.org/po/petition/Rodrigo_Neves_Prefeito_de_Niteroi_Pela_protecao_do_entorno_da_Lagoa_de_Itaipu_e_areas_adjacentes/edit/))
- Outros atos públicos, incluindo diversos atos na Câmara legislativa de Niterói, Carta Aberta ao Prefeito e ao Presidente da Câmara de Vereadores (março 2018, ver anexo) e um ato denominado “Ocupa Lagoa”, em março de 2018 (ver matéria de jornal em anexo)
- Trabalho junto a Vereadores do legislativo municipal, onde conseguimos a apresentação de uma emenda ao Projeto de Lei do Plano Diretor que estabelece a **APP** na área em questão.
- Lançamento do Blog do Lapoa para Sempre (em português e inglês) em junho de 2018

- Em maio de 2018, como parte de um processo administrativo (do Ministério Público Federal (MPF) junto à Prefeitura de Niterói, que exige o cumprimento da legislação vigente (neste caso a legislação de proteção do entorno da laguna de Itaipu), foi enviado pelo MPF à Prefeitura de Niterói uma minuta de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para tal cumprimento da legislação, onde a Prefeitura deverá estabelecer, como parte de suas atribuições em relação ao uso e proteção do solo, uma área de proteção permanente no entorno da laguna. Entendemos que, até o momento, a Prefeitura não respondeu ao MPF sobre o TAC.

- Entre 1991 e 2014, a criação de três Áreas Protegidas (APs) de biodiversidade de importância global na área de drenagem das lagunas de Itaipu e Piratininga (i.e. RH apoiada pelo PRO-Sustentável): (i) em 1991, estabelecido o Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET), equivalente à Categoria II de APs da IUCN e que inclui o entorno da laguna de Itaipu além de extensas áreas de floresta e restingas (inclusão do entorno da laguna ao PESET ocorreu em 2008); (ii) em 2013, criada a Reserva Marinha de Itaipu

(RESEX Itaipu), que inclui o espelho d'água da Laguna de Itaipu e a enseada marinha adjacente; e (iii) em 2014, criado o Parque Municipal de Niterói (PARNIT), equivalente à Categoria II de APs da IUCN, que recebe recursos do PRO-Sustentável e drena grande parte de sua área para a RH das lagoas. Especificamente, estas APs conservam e protegem um número diversificado de habitats críticos de importância global, pertencentes à Mata Atlântica costeira (floresta, restinga, dunas, manguezais e brejos). No entorno da laguna de Itaipu (dentro do PESET), existe também um patrimônio cultural de grande importância, incluindo um sítio arqueológico datado de mais de 8.000 anos, e outras características naturais e paisagens com significado arqueológico, histórico e cultural. Ressaltamos que, em 1987, a Duna Grande, pertencente ao PESET e localizada no entorno da laguna de Itaipu, foi escolhida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como símbolo da arqueologia brasileira.

- Em 20/06/2018, uma proposta de emenda ao Projeto de Lei do Plano Diretor foi apresentada ao Comitê Lagunar Itaipu-Piratininga (CLIP) pelo Secretário Municipal de Urbanismo (representando o Poder executivo Municipal) incluindo a criação de um Parque municipal no entorno da Lagoa de Itaipu. No entanto, esta proposta exclui uma área adjacente imensa (cerca de 244 mil m<sup>2</sup>) do PESET. Esta área de 244 mil m<sup>2</sup> trata-se de uma parte da área de 471 mil m<sup>2</sup> do entorno da laguna mencionada acima, cobiçada por construtoras. Caso esta proposta da PMN seja aprovada no Plano Diretor, esta área de 244 mil m<sup>2</sup> ficaria sem proteção legal municipal, tornando-se uma área de especial interesse urbanístico. No pior cenário futuro, hipoteticamente pensado por especialistas do LPS, a área estaria “liberada” para a construção de cerca de **76 prédios de 6 andares** em área úmida que sofre influência de marés, considerando os parâmetros de uso e ocupação do solo do Plano Urbanístico da Região Oceânica para área de especial interesse urbanístico.

“Além de ser área úmida (brejo e manguezal) em grande parte, esta área está sujeita a grandes inundações, não apenas aquelas que já ocorreram historicamente, mas também as que serão exacerbadas pelo inevitável aumento no nível do mar causado pelas mudanças climáticas”, diz a especialista ambiental Kátia Medeiros DuBois. “Hoje, esta área, que está dentro do que chamamos o “álveo” da Laguna de Itaipu, tem influência direta da maré e é caracterizada por afloramentos de água salobra e salina que em geral estão a 50 cm do solo arenoso, e boa parte ainda estaria com água permanente da lagoa se não tivesse sido propositalmente aterrada pela então construtora e imobiliária Veplan, nos anos 70, durante a construção do canal de Itaipu, que criou uma ligação permanente da laguna com o mar”, conclui a moradora e aposentada das Nações Unidas.

O Movimento LPS repudia o modelo de desenvolvimento da Região Oceânica de Niterói que sempre foi perseguido pelo setor imobiliário com apoio do poder público municipal, e que culminou no aterramento do entorno das lagoas, no assoreamento dos rios e degradação das encostas com sérias implicações para a qualidade da vida na região.

Enfim, através das informações acima, procuramos demonstrar a nossa preocupação e o risco de um desastre ecológico na Região Oceânica de Niterói caso o Executivo não declare a Área de Proteção Permanente (**APP**) da área em disputa. Neste sentido, **questionamos o quanto as ações positivas do PRO-Sustentável na área serão sustentáveis ou poderiam estar em risco na ausência de ações complementares de regulamentação municipal de proteção do entorno da laguna de Itaipu.**

Estivesse o Componente III, Sustentabilidade Ambiental, do projeto PRO-Sustentável executado financeiramente e prioritariamente antes dos componentes Urbanístico e Infraestrutura, possivelmente este questionamento não seria necessário. E, no caso do Componente IV, Monitoramento e Avaliação, tivesse

tido escolhido modelo catalisador de uma Plataforma Social de pessoas e movimentos espontâneos e voluntários como o LPS, para monitoramento e avaliação, não apenas do PRO-Sustentável, mas de todo processo seguinte, como o Plano Diretor de Niterói, estes questionamentos não teriam assumido a forma do pessimismo ao cenário mais crítico. Ganhamos todos a partir da democrática articulação cidadã, incluindo os bancos e os atores políticos à vontade da participação de pessoas e instituições organizadas.

A comunicação social de duas vias entre vizinhos mediatizados ou não, políticos e bancos de desenvolvimentos é talvez a tecnologia humana, comunitária, global e local mais necessária hoje para criar novos modos de concordarmos pelo desenvolvimento sustentável urbano mais efetivo e representativo. É esse espírito que nos fortalece à criação do Centro de Referência em Sustentabilidade Ambiental e Urbana (CERSU) previsto no Componente III para financiamento do PRO-Sustentável.

Estamos à disposição para nos reunirmos com Funcionários do CAF por ocasião da próxima visita de supervisão do CAF ao Programa PRO-Sustentável em Niterói. Também estamos disponíveis por telefone e email. Nós agradecemos se V.S<sup>a</sup> puder enviar às autoridades brasileiras uma carta de apoio do CAF à proteção do entorno da laguna de Itaipu. Especificamente, sugerimos, para consideração de V. S<sup>a</sup>, que envie a referida carta às autoridades listadas ao final desta correspondência.

Agradecemos de antemão o importante apoio do CAF.

Atenciosamente,

**Movimento LAGOA PARA SEMPRE**

[лагоапарасемпре.ро@gmail.com](mailto:лагоапарасемпре.ро@gmail.com)